



HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Teorias e metodologias
para a facilitação
grupal



Organizadores:

Adriano Beiras e Bruna

Krimberg von Muhlen



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

TEORIAS E METODOLOGIAS PARA A
FACILITAÇÃO GRUPAL

Orgs.:

Adriano Beiras e Bruna Krimberg von Muhlen



AbRAPSO EDITORA

Porto Alegre

2025



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade. Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Gestão 2024-2025

Presidenta: **Lolete Ribeiro da Silva**

Tesouraria: **José Fernando de Andrade Costa**

1ª Secretária: **Suzana Santos Libardi**

2ª Secretária: **Edinaldo dos Santos Rodrigues**

Direção de Comunicação: **Caní Jakson Alves da Silva**

Direção de Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos:

Adriana Eiko Matsumoto e Solange Struwka



ABRAPSO EDITORA

Editoria Científica

Emerson Rasera

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Fríguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúvia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Abrapso Editora utiliza a Licença CC-BY. Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do material em qualquer meio ou formato, desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial. CC BY inclui os seguintes elementos:



Por: os créditos devem ser dados ao criador.

Consulte: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Homens autores de violência contra mulheres [livro eletrônico] : teorias e metodologias para a facilitação grupal / organizadores Adriano Beiras, Bruna Krimberg von Muhlen. -- Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-38-2

1. Homens - Aspectos psicológicos 2. Homens - Comportamento sexual 3. Mulheres - Direitos 4. Mulheres - Identidade 5. Mulheres - Vítimas de violência 6. Psicologia social 7. Violência contra as mulheres - Prevenção I. Beiras, Adriano. II. Muhlen, Bruna Krimberg von.

25-271366

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Violencia contra as mulheres : Prevenção :
Psicologia social 302

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Conteúdo revisado por pares.

Apoios



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

MARGENS
Modos de vida, família e relações de gênero



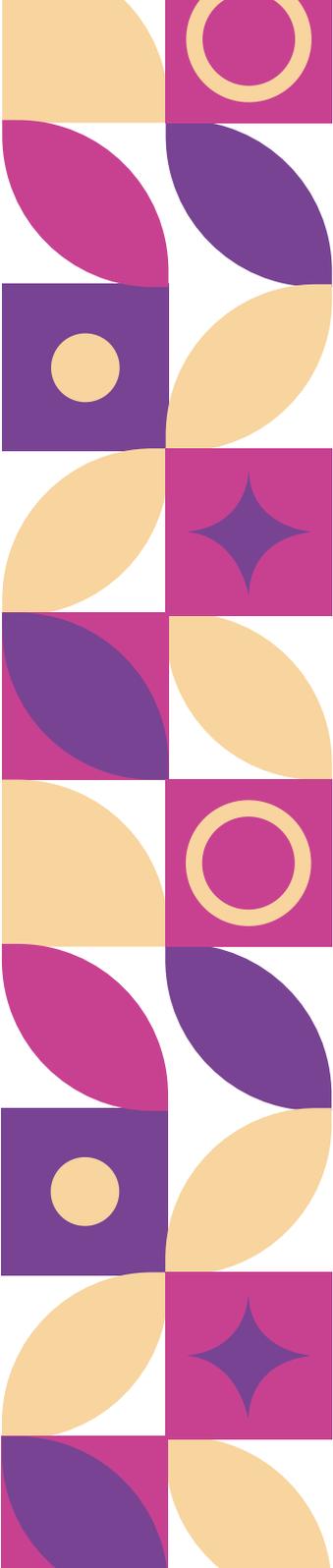
SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	15
GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO.....	21
<i>Ana Carolina Maurício Michelle de Souza Gomes Hugill</i>	
CONSTRUIR DIÁLOGOS COM OS HOMENS E SUAS MASCULINIDADES: UM CONVITE CONSTRUCIONISTA.....	41
<i>David Tiago Cardoso Adriano Beiras</i>	
PERGUNTAS REFLEXIVAS, ÉTICA E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA O TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA.....	63
<i>Bruna Krimberg von Muhlen Adriano Beiras</i>	
PROGRAMAS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO MASCULINO: INTEGRAÇÃO DE FRAMEWORKS TEÓRICOS E PRÁTICAS REFLEXIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	85
<i>Pablo Santiago Allolio</i>	
ACOLHIMENTO INDIVIDUAL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: PRÁTICA PRELIMINAR NOS GRUPOS REFLEXIVOS.....	111
<i>Cleide Gessele e Ricardo Bortoli</i>	
RELAÇÕES DE GÊNERO, RELAÇÕES DE TRABALHO: RESSIGNIFICANDO SENTIDOS EM GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO A PARTIR DA VIDA COTIDIANA.....	127
<i>Carla Magliano Nelson da Silva Junior</i>	
DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA FACILITAÇÃO POR MULHERES.....	145
<i>Sheila Fagundes Isleb</i>	

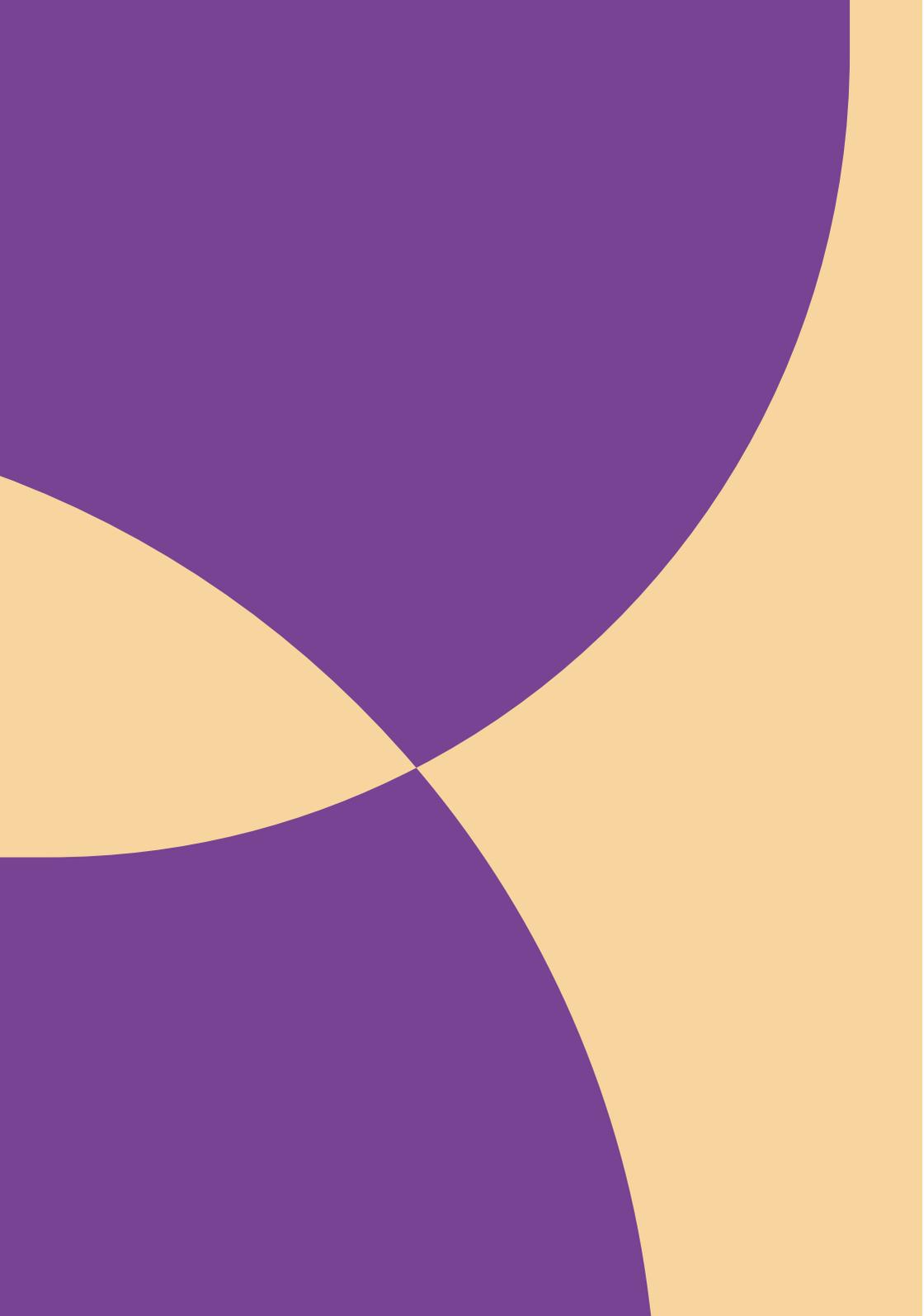
“QUAL O PERFIL DO HOMEM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?” RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROJETO ÁGORA: GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER..... 169
Bruno Guilherme Hoffmann Fallgatter Ana Carolina Mauricio

DISCURSOS SOBRE MASCULINIDADE(S): PERSPECTIVAS DE HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES..... 189
Rosane Machado Rollo e Mariana Gonçalves Boeckel

SOBRE OS AUTORES.....211



PREFÁCIO



A violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos, com impactos profundos e duradouros não apenas para as ofendidas e seus familiares, mas para toda a sociedade. O enfrentamento desse fenômeno, de grande amplitude e alta complexidade, exige um compromisso institucional contínuo e a adoção de estratégias que não apenas punam os autores de violência, mas também previnam novas violações.

A existência de programas de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres (GRHAV) atende a uma demanda identificada pelas próprias mulheres em situação de violência, conforme demonstrado na pesquisa “O Poder Judiciário” no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (2019), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estudo revelou que o atendimento psicossocial para os homens autores de violência era uma demanda frequente, com grande expectativa das mulheres de que tais atendimentos pudessem viabilizar a mudança do comportamento agressivo de seus parceiros íntimos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução CNJ n. 254/2018 e da Recomendação CNJ n. 124/2022, estabelece diretrizes e recomendações para respostas adequadas do sistema de Justiça nas intervenções com homens que cometeram violência contra as mulheres no âmbito da Lei Maria da Penha. A Resolução CNJ n. 254/2018, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, incentiva os tribunais a estabelecer parcerias com órgãos prestadores de serviços de reeducação e responsabilização para atendimento dos autores de violência doméstica e familiar (art. 2º, IV).

Os GRHAV representam um essencial recurso mobilizador para sensibilizar os participantes sobre a responsabilidade de suas ações, promovendo a desconstrução de padrões prejudiciais de masculinidades. Para além da responsabilização, constituem um espaço de cuidado e reflexão, permitindo que esses homens possam refletir sobre suas próprias experiências e compreendam seu papel como cidadãos corresponsáveis e coparticipantes de suas ações individuais e o significado dessas para construção de novas formas de convivência baseadas no respeito e na equidade.



Os avanços nessa área são fruto de um esforço coletivo. O CNJ elaborou diretrizes nacionais mínimas de intervenção, instituídas pela Resolução CNJ n. 124/22, ancoradas em pesquisas acadêmicas robustas, como as conduzidas pelos Núcleos de Pesquisa em Psicologia Jurídica e Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Destaca-se, nesse contexto, a publicação Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores De Violência Contra Mulheres No Brasil: Mapeamento, Análise E Recomendações (2021), lançada com apoio do CNJ, da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid).

Embora o Poder Judiciário não possa, por si só, atender a toda a demanda para a implementação desses programas, o CNJ fomenta o estabelecimento de parcerias e convênios para garantir a ampliação desse trabalho (art. 2º, parágrafo único, da Resolução CNJ n. 124/22).

Como Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, designada para auxiliar no acompanhamento e monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, tenho observado o impacto positivo de programas bem estruturados. Eles permitem que os participantes reflitam sobre a sua relação consigo, com o outro e com o social, contribuindo para a redução da reiteração de violências. A efetivação da Lei Maria da Penha depende do fortalecimento dessas estratégias preventivas, que engajam também os homens no processo de transformação social.

Este livro, organizado pelos renomados editores Adriano Beiras e Bruna K. Von Mühlen, é uma contribuição fundamental para esse campo. Alinhada às diretrizes e recomendações do CNJ, a obra reúne teorias, pesquisas e experiências práticas sob uma perspectiva reflexivo-crítica, oferecendo um arcabouço teórico e metodológico robusto para o aprimoramento das intervenções. Seu enfoque multidisciplinar reforça a importância da articulação entre o Judiciário, a academia e os serviços especializados, para garantia do acesso à Justiça.

Que esta obra inspire estudantes e profissionais da psicologia social jurídica, do direito, da assistência social, pesquisadores(as), facilitadores(as) de grupos reflexivos e responsabilizantes e demais atores e atrizes da Rede de Proteção



para o avanço da prática e da pesquisa neste campo, considerado essencial para construção de respostas eficazes à erradicação da violência contra todas as mulheres.

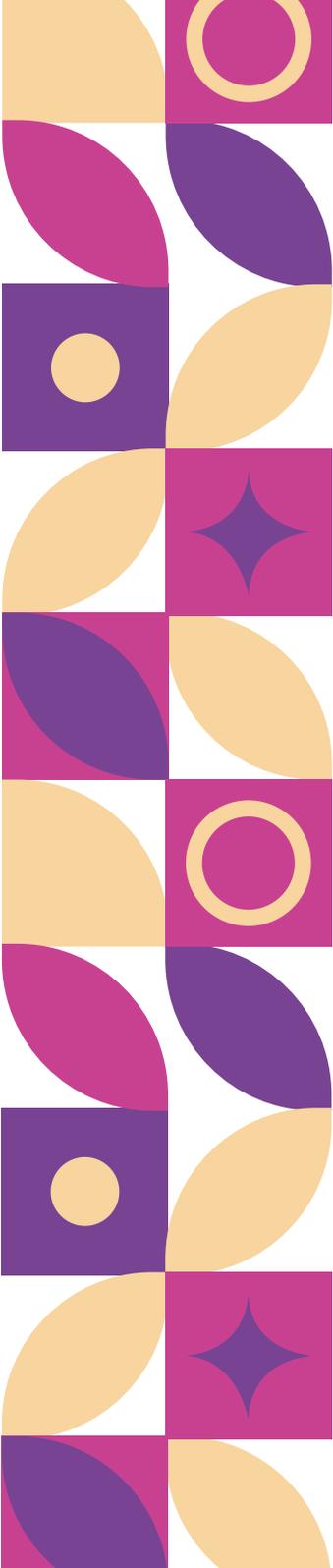
Luciana Lopes Rocha
Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



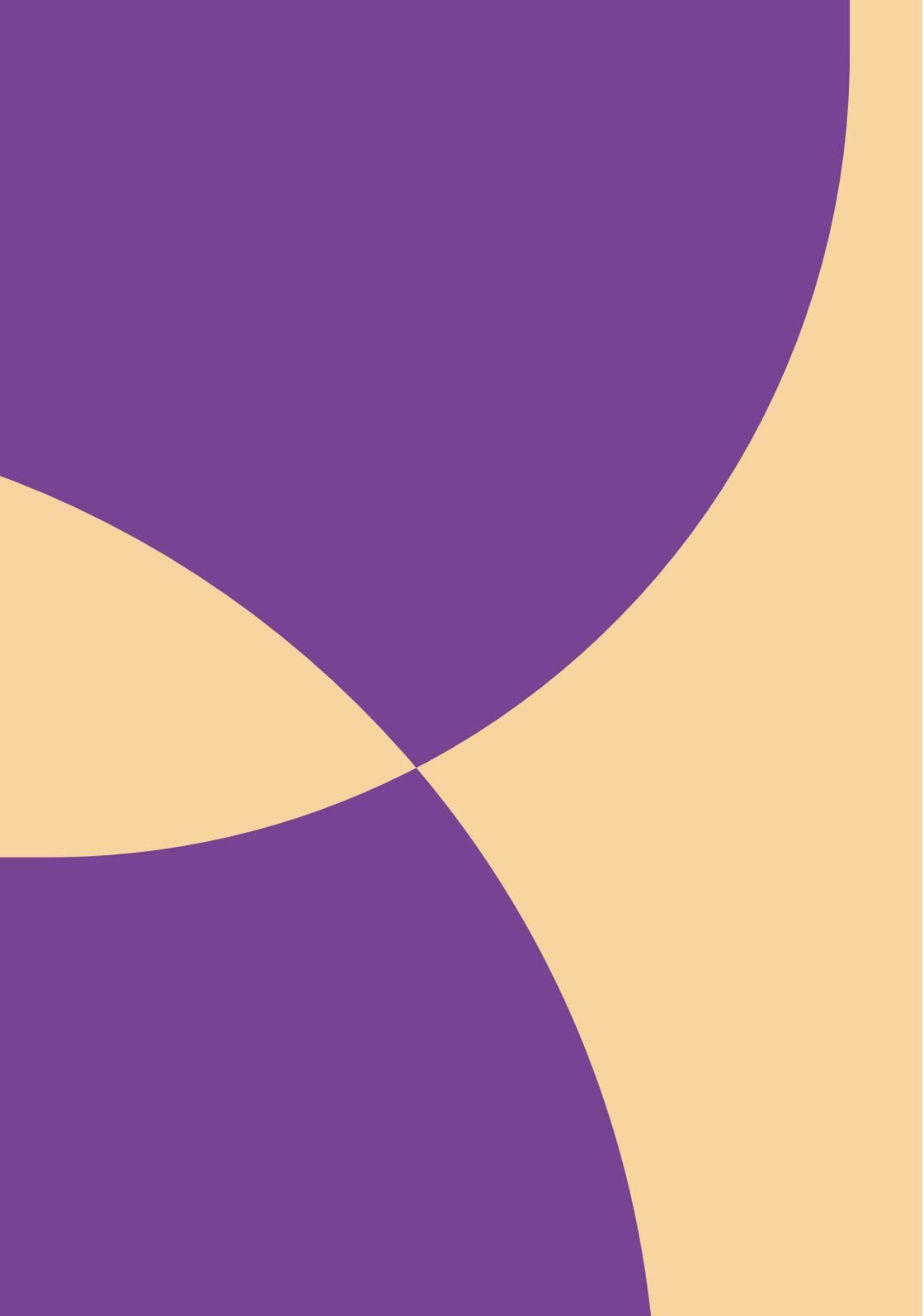
REFERÊNCIAS

- Conselho Nacional de Justiça.** (2018). Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018. Recuperado de <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2669>
- Conselho Nacional de Justiça.** (2022). *Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022*. Recuperado de <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Conselho Nacional de Justiça & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** (2019). *O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres*. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>
- Beiras, A. et al.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações [recurso eletrônico]*. CEJUR. Recuperado de <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/grupo-reflexivo.pdf>





APRESENTAÇÃO



É com grande entusiasmo que apresentamos este livro que reúne um conjunto significativo de reflexões teóricas e práticas sobre os fundamentos do trabalho psicossocial com homens autores de violência contra mulheres. Visamos compartilhar e expandir os conhecimentos e metodologias que têm sido aplicados no Brasil e em outros contextos internacionais para enfrentar a violência de gênero e promover a transformação dos sujeitos envolvidos. Um dos objetivos centrais dos grupos reflexivos é a construção de espaços de reflexão crítica e mudança de significados e responsabilização dos sujeitos envolvidos. Para isso, é necessário um trabalho importante do(a) facilitador(a) em conhecer teorias, metodologias e trabalhar a si mesmo de forma autocrítica e reflexiva. Por este motivo, um de nossos focos é pensar a formação do facilitador ou facilitadora.

O grupo Margens tem sido formador ministrando cursos sobre a criação, implementação e criação destas ações psicossociais em todo o país. Sabemos que há diversas dificuldades, desafios e aspectos formativos essenciais para melhor eficácia destas ações. A coletânea busca contribuir para o aprimoramento deste cenário, ampliando materiais de base para estas formações, para o profissional que atua nestas ações, juristas e aqueles que pesquisam neste campo de forma interdisciplinar.

Este livro apresenta alguns dos fundamentos necessários para a formação de facilitadores e facilitadoras de grupos reflexivos voltados a homens autores de violência contra mulheres, alinhando-se aos critérios e recomendações estabelecidos em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resultado de uma iniciativa financiada pela FAPESC e fruto do trabalho do grupo de pesquisa Margens/UFSC e NPPJ – Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (ambos no diretório do CNPq), esta obra busca consolidar teorias, pesquisas e experiências práticas reflexivo-críticas, servindo como um material essencial para cursos formativos e pesquisadores/as da área. Reúne pesquisadores/as de diversos estados brasileiros, com destaque para investigações vindas de programas de pós-graduação. Destinado a profissionais e estudantes das áreas de psicologia social jurídica, com enfoque nos estudos de masculinidades críticas, gênero e violência contra mulheres, esta obra oferece um panorama abrangente e reflexivo, contribuindo para o avanço da prática e da pesquisa neste campo. A pesquisa e as narrativas de cada autor e autora



exploram como esses grupos têm o potencial de atuar nas relações de poder e violências de gênero, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para uma prática reflexiva e transformadora.

Os Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência (GRHAV) são uma ferramenta essencial no enfrentamento da violência de gênero. No primeiro capítulo, Ana Carolina Maurício e Michelle de Souza Gomes Hugill exploram o planejamento, implementação e consolidação desses grupos no Brasil. A partir de uma abordagem baseada em teorias críticas sobre gênero e masculinidades, os autores destacam a necessidade de capacitação contínua, supervisão regular e articulação com outras políticas públicas. O capítulo enfatiza que, para garantir a efetividade e expansão dos GRHAV, é fundamental um suporte institucional significativo, garantindo sua continuidade como uma ferramenta transformadora na prevenção da violência.

No segundo capítulo, David Tiago Cardoso e Adriano Beiras trazem uma reflexão sobre a construção de diálogos com homens e suas masculinidades a partir do Construcionismo Social. Fundamentado na tese “Masculinidades em Disputa: homens em grupos reflexivos de gênero”, o capítulo discute como a metodologia dos grupos reflexivos de gênero, inspirada pelo Instituto Noos, promove a participação democrática e a construção coletiva de novos significados sociais. O estudo mostra que esses espaços se tornam locais seguros para a desconstrução de conceitos de gênero e a promoção de uma ética relacional baseada no cuidado e na esperança política.

Bruna Krimberg von Muhlen e Adriano Beiras, no terceiro capítulo, articulam abordagens para o trabalho com homens autores de violência, integrando Perguntas Reflexivas de Andersen, a Abordagem Convidativa de Jenkins e a Comunicação Não Violenta (CNV) de Rosenberg. O capítulo demonstra como essas metodologias, embora distintas em seus fundamentos teóricos, convergem para um mesmo objetivo: promover a responsabilização e o questionamento de narrativas tradicionais de poder e masculinidade. Ao priorizar o diálogo, a empatia, o respeito e a ética, essas abordagens oferecem novas possibilidades para a transformação individual e social nos grupos reflexivos.

Pablo Santiago Allolio, no quarto capítulo, discute os Programas de Mudança de Comportamento Masculino (MBCPs) na Austrália, como estratégia de combate



à violência doméstica e familiar. A partir de uma análise dos frameworks teóricos e práticas reflexivas adotadas pelo Education Centre Against Violence (ECAV) na Austrália, o autor examina a lógica subjacente às intervenções e a importância da supervisão clínica contínua. A discussão também enfatiza a relevância da posicionalidade e reflexividade dos facilitadores, apontando como esses fatores impactam na eficácia das intervenções e na prevenção da recorrência da violência.

O quinto capítulo, de Cleide Gessele e Ricardo Bortoli, analisa o acolhimento individual de homens autores de violência contra as mulheres no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os autores ressaltam como o acolhimento e a escuta desempenham um papel crucial na criação de estratégias eficazes para o enfrentamento da violência de gênero. Os Grupos Reflexivos, ao proporcionarem um espaço seguro para a autoanálise, permitem que os participantes repensem suas atitudes violentas e os significados que atribuem às masculinidades. O texto também destaca como as entrevistas de acolhimento no SUAS ajudam a construir uma relação de confiança, promovendo a responsabilização e a tomada de consciência sobre os impactos da violência.

No sexto capítulo, Carla Magliano e Nelson da Silva Junior investigam como as relações de gênero são resignificadas nos Grupos Reflexivos de Gênero (GRG) a partir da vida cotidiana. Com base em uma pesquisa qualitativa que envolveu entrevistas com facilitadoras desses grupos, os autores exploram como os significados normativos de gênero são mobilizados e transformados por meio das interações sociais. O estudo enfatiza a importância do trabalho autorreflexivo da equipe facilitadora e a necessidade de ancorar as discussões na experiência dos participantes para potencializar a reflexão e a mudança.

Sheila Fagundes Isleb, no sétimo capítulo, discute os desafios e potencialidades da facilitação por mulheres em grupos reflexivos para homens. A pesquisa, conduzida com facilitadoras de diversas regiões do Brasil, revela como a presença feminina nesses espaços desafia a lógica da socialização masculina e a cumprimentabilidade entre pares. Ao mesmo tempo, os discursos de resistência podem ser utilizados estrategicamente para fomentar a reflexão crítica. O capítulo ressalta a importância da supervisão como espaço de apoio e manejo das dinâmicas afetivas que emergem durante a facilitação, garantindo que as facilitadoras possam atuar de forma assertiva e eficaz.



O capítulo 8, de Bruno Guilherme Hoffmann Fallgatter e Ana Carolina Maurício, apresenta um relato de experiência no Projeto Ágora (UFSC), explorando o funcionamento dos grupos reflexivos e questionando a hierarquização das violências cometidas pelos homens. Um dos pontos de destaque é o posicionamento do autor enquanto homem dentro do processo reflexivo, trazendo uma perspectiva que problematiza a própria socialização masculina e as regulações de gênero que moldam comportamentos violentos. A fundamentação teórica combina teorias feministas, feminismo negro, psicologia sistêmica, terapia narrativa e construcionismo social. Essa abordagem permite uma análise crítica do papel dos facilitadores(as) nos grupos reflexivos, ressaltando a importância da autorreflexão e do uso cuidadoso das teorias na prática.

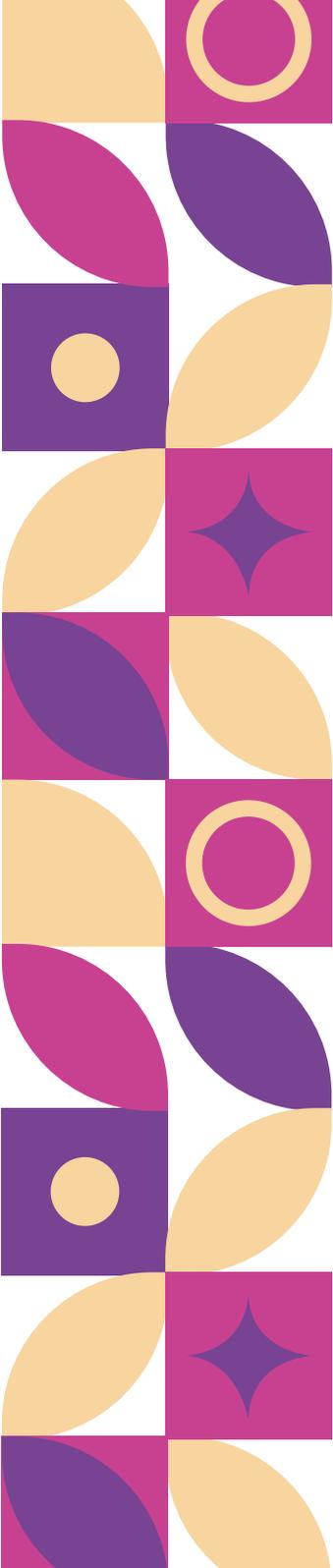
Já o capítulo 9, de Rosane Machado Rollo e Mariana Gonçalves Boeckel, adota uma abordagem investigativa, analisando os discursos de masculinidade entre homens acusados de violência contra mulheres. A pesquisa, realizada por meio de grupos focais com 56 participantes, identifica quatro eixos discursivos que estruturam as narrativas masculinas: biologizantes, éticos, históricos e da “broderagem”. A análise foucaultiana revela a coexistência de diferentes concepções de masculinidade, ainda fortemente marcadas por normas hegemônicas. No entanto, o estudo também aponta que essas masculinidades estão em processo de (re)significação, evidenciando a performatividade das expressões de gênero.

Este livro apresenta diversidade de abordagens teóricas e práticas, e também oferece um campo fértil para reflexões sobre as estratégias de intervenção. O trabalho coletivo dos autores e autoras aqui reunidos demonstra o potencial transformador das intervenções psicossociais, que visam, acima de tudo, uma mudança real nos padrões de violência e desigualdade de gênero.

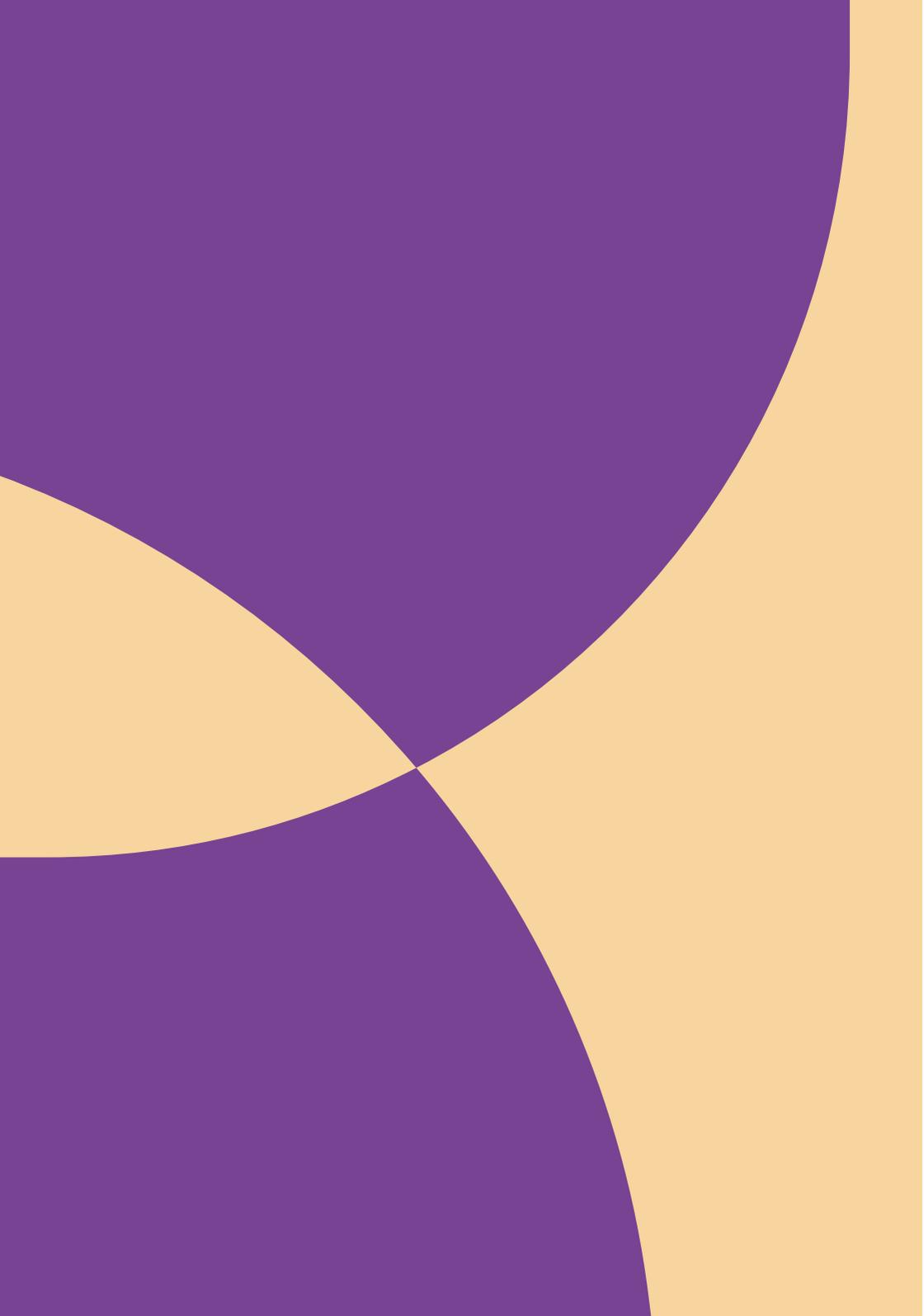
Agradecemos a todos os colaboradores, cujas reflexões e experiências enriquecem este livro, e esperamos que ele contribua para o avanço das discussões sobre o trabalho com homens autores de violência e para a construção de práticas mais eficazes e responsáveis no enfrentamento da violência contra mulheres.

Adriano Beiras
Bruna Krimberg von Muhlen





**GRUPOS REFLEXIVOS E
RESPONSABILIZANTES
PARA HOMENS
AUTORES DE VIOLÊNCIA:
PLANEJAMENTO,
IMPLEMENTAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO**



Ana Carolina Maurício¹
Michelle de Souza Gomes Hugill²

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um fenômeno social complexo, enraizado em normas culturais e estruturais que perpetuam desigualdades de gênero (Biroli, 2018). No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) trouxe importantes avanços, não apenas em termos de proteção das vítimas, mas também em relação à responsabilização dos homens que praticam violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar, com serviços como o dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência (GRHAV), que atuam tanto como medida protetiva de urgência – como forma de proteção, prevenção e escalada da violência – quanto na condenação, como cumprimento de sentença na fase da execução penal (Beiras et al., 2024a; Lei nº 11.340, 2006).

O presente capítulo explora a importância dos GRHAV, com ênfase no planejamento, implementação e operacionalização desses grupos, abordando tópicos como a criação e definição de metodologia dos grupos, triagem e acolhimento dos participantes, atuação em rede, avaliação, critérios de inclusão e exclusão, e supervisão contínua das equipes facilitadoras. A partir das recomendações de especialistas e estudos de caso, este trabalho visa contribuir para a criação e manutenção de grupos reflexivos efetivos, capazes de promover reflexão e responsabilização dos homens, transformando seus comportamentos e construindo novas maneiras de vivenciar suas relações afetivas e familiares.

-
- 1 Doutoranda em Psicologia (UFSC). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga (Faculdade Cesusc). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Margens (UFSC) e ao Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ). E-mail: anacarolm95@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956110462193204>
 - 2 Doutoranda em Psicologia (UFSC), na área de Psicologia Social e Cultura. Mestra em Direito (UFSC). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), da UFSC. Secretária da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID/TJSC). E-mail: michellesgomes@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3477035932418295>



2 OS GRHAV COMO INSTRUMENTO CENTRAL NA DESCONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES VIOLENTAS E NA RESPONSABILIZAÇÃO DE HOMENS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Os GRHAV surgiram no final da década de 1970 e início da década de 1980, especialmente nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, como uma resposta urgente à necessidade de enfrentar a violência de gênero por meio de intervenções que promovessem a autorreflexão e a mudança comportamental (Beiras et al., 2021). Entre os modelos pioneiros, conforme apontam Beiras et al. (2021), destacam-se o *Duluth Curriculum*, iniciado em 1981 nos Estados Unidos, com um enfoque psicoeducativo que aborda a violência a partir das dinâmicas de controle e poder; o *The Amend Model*, que se concentra na responsabilização dos homens por suas ações e na reflexão crítica sobre os impactos da violência; e o *programa Emerge*, desenvolvido em Cambridge, Massachusetts, que influenciou a criação de iniciativas semelhantes na América Latina e na Europa, adaptadas às especificidades culturais regionais. No Brasil, destacam-se experiências como as do *Instituto NOOS* e do *Coletivo Feminista*, que, ao adotarem abordagens focadas na desconstrução das masculinidades hegemônicas e na redução da reincidência da violência, têm promovido processos de autorreflexão e responsabilização social dos participantes, contribuindo para a transformação das dinâmicas violentas (Beiras et al., 2021).

Os Grupos Reflexivos e Responsabilizantes são espaços voltados à reflexão crítica e à responsabilização dos homens que cometeram violência contra mulheres, por meio da promoção de um ambiente de discussão e autocrítica, no qual os participantes são levados a reavaliar suas concepções de masculinidade e de relações poder, além de assumirem responsabilidade pelos seus atos violentos. A metodologia utilizada nos GRHAV, diferentemente de outras abordagens, visa à criação de uma consciência coletiva e individual dos participantes, sem se limitar a um processo educativo ou terapêutico convencional (Beiras et al., 2021). Além disso, é importante destacar o que os GRHAV não servem como espaços punitivos ou de autoajuda, tampouco são focados exclusivamente na reabilitação psicológica dos participantes, pois sua função central é provocar a responsabilização crítica e a transformação pessoal, guiada por facilitadores(as)



qualificados(as) e capacitados(as) para atuar nesses espaços reflexivos (Beiras et al., 2021; Beiras & Bronz, 2016).

Dessa forma, os GRHAV representam uma relevante estratégia de intervenção e prevenção, direcionada à promoção da reflexão crítica e da responsabilização de homens que cometem atos de violência contra mulheres. Fundamentados nos estudos feministas e de masculinidades, os GRHAV operam a partir de um processo grupal que se diferencia da simples imputação de culpa (Beiras et al., 2021; Beiras et al., 2024a). No trabalho com homens autores de violência, é fundamental ir além dos atos violentos e evitar tratá-los como meros problemas psicológicos, abordando de forma aprofundada a construção das masculinidades e o papel que essas desempenham na sociedade (Valadares et al., 2022).

Beiras et al. (2021) ressaltam a importância dos grupos reflexivos nesse contexto, uma vez que promovem a desconstrução das masculinidades hegemônicas e incentivam a construção de novas formas de relação, pautadas na empatia e colaboração. Os GRHAV visam à desnaturalização dos comportamentos violentos e ao fortalecimento de novas perspectivas de gênero, contribuindo para a prevenção da violência e para a criação de relações familiares e sociais mais saudáveis e igualitárias, impactando positivamente não apenas os participantes, mas também a sociedade como um todo (Beiras et al., 2024a).

No sistema normativo brasileiro, importante destacar a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW) e a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (Convenção de Belém do Pará) no que se refere aos deveres dos Estados-parte em relação ao trabalho com os homens autores de violência contra as mulheres, uma vez que ambas foram ratificadas pelo Brasil e, portanto, possuem *status* de norma suprallegal³.

A Recomendação Geral nº 35 da CEDAW enfatiza a necessidade de responsabilização dos “perpetradores de violência de gênero”, destacando, em

3 Ambas são tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, de modo que se tratam de normas suprallegais. A CEDAW foi ratificada em 20 de março de 1994 (Decreto nº 89.460/94) e em 13 de setembro de 2002 (Decreto nº 4377/02). Já a Convenção de Belém do Pará foi ratificada pelo Brasil em 1º de agosto de 1996 (Decreto nº 1973/96).



seu parágrafo 24(b)⁴, que os Estados devem estabelecer mecanismos jurídicos e políticos robustos para enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo medidas eficazes de prevenção, investigação, punição e reparação para as vítimas e garantindo que os autores sejam devidamente responsabilizados. No ponto, em seu parágrafo 26, a Recomendação ressalta que essas medidas devem ir além da punição dos homens autores de violência e “incluir medidas que abrangem a prevenção e a transformação das normas sociais e culturais que perpetuam a violência de gênero” (Cedaw, 2017).

A Convenção de Belém do Pará é um marco significativo no enfrentamento da violência de gênero na América Latina ao afirmar que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e uma ofensa à dignidade humana, abordando-a como uma forma de discriminação baseada no gênero, bem como visa à criação de um ambiente legal e social que não só previna a violência contra as mulheres, mas também puna de forma efetiva os homens que cometem esses atos e erradique tais comportamentos (OEA, 1994). No tocante aos homens autores de violência contra as mulheres, a Convenção determina que os Estados-partes adotem

[...] medidas jurídicas que exijam do agressor abster-se de assediar, intimidar ou ameaçar a mulher ou de usar qualquer método que prejudique ou ponha em perigo sua vida ou integridade, ou danifique seus bens;

[...] modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, incluindo a formulação de programas formais e não formais apropriados a todos os níveis do processo educacional, com o objetivo de combater preconceitos e costumes, e todas as práticas baseadas na premissa de inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros (OEA, 1994, art. 7º, d, e art. 8).

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006), conforme destacado por Fabiana Severi (2018), constitui um marco legal importante no enfrentamento da violência contra as mulheres, estruturada em torno de cinco eixos principais: prevenção, assistência, proteção, responsabilização e políticas integradas, os quais

4 “Estabelecer mecanismos jurídicos e políticos adequados para lidar com todas as formas de violência contra as mulheres, que incluam medidas para prevenir a violência, investigar, punir e proporcionar reparação adequada às vítimas e responsabilização dos autores” (Cedaw, 2017, p. parágrafo 24(b))



visam não apenas a punição, mas também conscientização da sociedade, a proteção das vítimas e prevenção da violência praticada pelos homens contra as mulheres, por meio de uma abordagem multidisciplinar e cooperativa entre todos os entes da Federação e a sociedade (Lei nº 11.340, 2006; Severi, 2018). Esta lei estabelece uma abordagem integrada para lidar com “agressores” nos artigos 22, 35 e 45, os quais preveem ações preventivas e na execução penal, como o encaminhamento de homens para “programas de reeducação” e o acompanhamento psicossocial, buscando prevenir a reincidência da violência (Lei nº 11.340, 2006).

Mais recentemente, foi promulgada a Lei Federal nº 14.899/2024 que prevê a criação de um plano de metas e redes integradas para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo a implementação de “programas de reeducação e acompanhamento psicossocial dos agressores” como parte de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo segurança, saúde, justiça, assistência social e direitos humanos (Lei nº 14.899, 2024a)⁵.

No âmbito do Poder Judiciário, a Recomendação CNJ nº 124 de 2022 incentiva os tribunais brasileiros a adotarem programas reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar, sugerindo a integração desses programas ao sistema de justiça como uma forma de promover mudanças comportamentais entre os homens (CNJ, 2022), indo além da mera punição ao destacar a importância de criar espaços de responsabilização e reflexão, alinhando-se à perspectiva de que a transformação das masculinidades violentas passa por processos de autorreflexão e construção de novas formas de interação que promovam o respeito e a não violência (Bortoli, 2015; Beiras & Bronz, 2016; Beiras et al., 2021; Beiras, 2024a) .

Contudo, apesar de todo o arcabouço normativo reconhecendo a necessidade de ações que promovam uma mudança social por conta das profundas raízes machistas e patriarcais que permeiam toda a sociedade, observa-se uma tendência persistente de tratar a violência contra as mulheres como uma mera

5 Beiras et al. (Beiras et al., 2021) questionam o uso de termos como “reeducação” e “agressores”, argumentando que tais expressões carregam um estigma que tende a naturalizar a violência como parte inerente da identidade masculina, além de sugerirem um processo hierárquico e punitivo de correção. Em vez disso, os autores propõem uma abordagem que privilegie a responsabilização reflexiva, promovendo espaços que permitam uma reflexão crítica e autônoma sobre as próprias condutas, desconstruindo as ligações entre masculinidade e violência, e incentivando novas formas de relacionamento baseadas na igualdade de gênero e no respeito.



extensão do direito penal, o que impede a adoção de uma abordagem integrada e transformadora, capaz de desvincular as masculinidades hegemônicas da prática de violências (Beiras et al., 2021; Beiras, 2024a). Um exemplo disso, é a promulgação da Lei nº 14.994/2024, que reconhece o feminicídio como crime independente e impõe penas mínimas mais severas para crimes de gênero (Lei nº 14.994, 2024).

Necessário reconhecer que se trata de um importante esforço no sentido de combater a violência contra as mulheres, mas insuficiente para lidar com a complexidade do problema. A violência letal contra as mulheres reflete uma forma extrema de controle masculino, enraizada em construções de poder que justificam atos violentos como resposta a transgressões femininas percebidas, perpetuando uma narrativa que desloca a responsabilidade dos agressores para as vítimas e sustenta uma ordem de gênero opressora (Correa et al., 2024). Nesse contexto, penas mais rigorosas e o atendimento exclusivo às vítimas não são suficientes para romper o ciclo de violência, sendo essencial incluir políticas que abordem os homens autores de violência como parte de uma estratégia de prevenção e transformação social e cultural, pois a ênfase excessiva no punitivismo pode negligenciar ações preventivas eficazes, resultando em uma perpetuação do risco de violência para outras mulheres ou para aquelas que continuam em situação de vulnerabilidade frente a esses mesmos agressores (Tokuda & Souza, 2022).

Como se vê, as normas internacionais e nacionais direcionadas à atuação voltada aos homens autores de violência contra as mulheres são claras em exigir que o Poder Estatal atue para além da punição, por meio de programas e política que promovam a transformação de padrões culturais que legitimam a violência de gênero contra as mulheres, servindo de sustentação normativa no sentido de que a transformação das masculinidades deve ser abordada de maneira estruturada e coletiva.

Em relação às masculinidades, a análise teórica de Judith Butler (2014) e de Michel Foucault (1979) revelou que a subjetivação dos indivíduos é moldada por processos de poder e regulação social, incluindo o gênero como um mecanismo central. O discurso jurídico, nesse contexto, desempenha um papel na definição do sujeito universal, detentor de direitos, enquanto regula e normatiza as subjetividades que fogem a essa norma. Como observam Beiras & Banin (2016), esse discurso reprodutor de normas específicas influencia a criação de sujeitos-alvo



da justiça, além de incriminar condutas e subjetividades que escapam da normatividade. Questionamentos sobre o significado discursivo da palavra “homem” e sobre quais são os efeitos produzidos por esses sentidos no acesso e exercício da justiça emergem como centrais no debate, especialmente ao considerar que a legislação ora busca promover igualdade de gênero, ora reforça hierarquias sociais ao privilegiar os homens em detrimento das mulheres.

Nesse sentido, a categoria “homem” deve ser compreendida como construída por meio de discursos e relações de poder, em conformidade com as ideias de Núñez (2016), para quem “homem” é um conceito socialmente construído, sem essência fixa. Estudos de gênero, como os de Kimmel e Messner (1989), indicam que os marcadores sociais que privilegiam homens e brancos muitas vezes permanecem invisíveis para eles, dificultando a percepção dos privilégios.

Além disso, a noção de masculinidades cúmplices, proposta por Connell & Messerschmidt (2013), sugere que muitos homens, ao não atingirem o ideal hegemônico de masculinidade, acabam mantendo a norma para garantir seu status social. Esse fenômeno pode ser observado no sistema de justiça, onde, conforme argumenta Chagoya (2014), muitos homens que se posicionam favoravelmente aos direitos das mulheres e da população LGBT podem não refletir de fato sobre suas responsabilidades, perpetuando assim o *status quo*.

Connell & Messerschmidt (2013), a seu turno, explicam que o conceito de masculinidade hegemônica refere-se à forma dominante de masculinidade que legitima a subordinação de mulheres e de outras formas de masculinidade. Para esses autores, as masculinidades constituem construções sociais que se diferenciam conforme os contextos históricos e culturais, organizando-se em uma hierarquia de poder na qual a “masculinidade hegemônica” ocupa uma posição dominante, legitimando a superioridade dos homens sobre as mulheres e sobre outras masculinidades consideradas subordinadas, como as de homens homossexuais ou aqueles que não se alinham ao ideal hegemônico. Tal hierarquia, no entanto, não é fixa; pelo contrário, as masculinidades são dinâmicas e fluídas, transformando-se ao longo do tempo em função das interações sociais, políticas e econômicas (Connell & Messerschmidt, 2005),

Nesse sentido, Welzer-Lang (2001) observa que a construção das masculinidades está intrinsecamente ligada a uma estrutura social que reforça a ideia de



superioridade masculina e homofobia, o que se manifesta na homosociabilidade – a convivência exclusiva entre homens em ambientes como clubes e esportes –, em que se reafirma a masculinidade por meio da rejeição ao feminino e da exaltação de características viris e heteronormativas. Esses espaços, que Welzer-Lang denomina “a casa dos homens”, muitas vezes promovem comportamentos competitivos e violentos, reforçando normas de dominação, servindo como um espaço de validação da masculinidade tradicional, reforçando a homofobia e preservando uma hierarquia de poder entre os homens.

Além disso, autores como Núñez Noriega (2016) e Viveros Vigoya (2018) defendem que as masculinidades são construções sociais e culturais que afetam a todos, não apenas os homens, sendo resultado de processos históricos influenciados por contextos de violência, como a colonização, cujos efeitos continuam a impactar as relações de gênero na América Latina. Vigoya (2018) salienta a importância de integrar múltiplos contextos socioculturais e temporais para compreender fenômenos como o feminicídio, ressaltando que a preservação da virilidade masculina, como sinônimo de homem violento, muitas vezes reforça a ordem de gênero e perpetua a violência contra as mulheres.

Assim, a atuação com homens em grupos reflexivos (Beiras *et al.*, 2021) torna-se essencial, pois os processos grupais tendem a reproduzir essas normas masculinas, alimentando um ciclo de aprendizado mútuo que perpetua comportamentos de dominação e resistência emocional, de modo que as intervenções sobre masculinidades precisam ir além da construção social e examinar criticamente como o “ser homem” atua na sustentação da dominação e sua resistência à transformação, especialmente em espaços de convivência grupal.

A desconstrução das masculinidades violentas passa, necessariamente, pelo enfrentamento das normas sociais que perpetuam esses comportamentos, como argumentam Butler (2014) e Foucault (1979) ao destacar o papel do poder e da regulação na constituição dos sujeitos. A prática dos grupos reflexivos, como aponta Beiras *et al.* (2021), oferece um espaço de confronto dessas normas, permitindo que os homens reflitam sobre suas condutas e repensem suas posições de poder em relação às mulheres e às masculinidades subordinadas. No entanto, essa reflexão não deve se limitar a um exercício teórico, sendo fundamental que esses espaços



de discussão promovam a responsabilização dos participantes, envolvendo-os ativamente na transformação de suas práticas cotidianas (Beiras et al., 2021).

A metodologia reflexiva aplicada nos grupos de homens autores de violência no Brasil tem se mostrado uma ferramenta eficaz no enfrentamento da violência contra as mulheres e inspirada nos princípios de Tom Andersen (1995), focando no diálogo e na autorreflexão, de forma a permitir que os participantes revisitem suas crenças e atitudes de forma crítica e consciente (Beiras et al., 2021).

No obra *Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Contra Mulheres no Brasil: Mapeamento, Análise e Recomendações* (Beiras et al., 2021), os autores discutem que a metodologia reflexiva aplicada nos grupos tem como um dos principais pilares a desconstrução das masculinidades hegemônicas, promovendo uma reflexão crítica sobre os estereótipos de gênero, a qual é essencial para que os homens possam entender como as normas sociais e culturais legitimam a violência e a dominação, criando condições para transformar seus comportamentos violentos.

As principais abordagens convencionais para lidar com homens que praticam violência podem ser agrupadas em três categorias principais: punitivas, educativas e patologizantes. As punitivas, centradas na imposição de sanções legais, tendem a induzir conformidade por meio do medo das consequências, mas raramente fomentam uma reflexão profunda sobre os fatores que sustentam a violência. As educativas, que se limitam a instruir sobre comportamentos socialmente aceitáveis, geralmente não conseguem instigar uma mudança interna significativa, tampouco desafiam os estereótipos de gênero que alimentam as dinâmicas violentas. As patologizantes, por sua vez, reduzem a violência a um desvio ou transtorno individual, desconsiderando as influências socioculturais que legitimam tais comportamentos. Em última análise, essas abordagens se mostram menos eficazes, pois não envolvem os homens em um processo profundo de autorreflexão crítica e responsabilização, o que limita seu impacto na prevenção da repetição do comportamento violento (Beiras et al., 2021).

Os grupos reflexivos, portanto, diferenciam-se dessas outras abordagens, pois incentivam os homens a reconhecer a violência como um comportamento aprendido e socialmente construído, promovendo a autorreflexão e a responsabilização, além de oferecer uma forma eficaz de transformação social, uma vez



que se almeja não apenas a mudança de comportamentos pontuais, mas uma reconfiguração das próprias percepções de masculinidade (Beiras et al., 2021).

Além disso, Beiras et al. (2021) apontam que essa transformação pessoal também tem um impacto preventivo, na medida em que a reflexão crítica e a responsabilização diminuem as chances de que novos atos de violência sejam praticados. Tokuda & Souza (2022) explicam que a metodologia reflexiva se diferencia por desnaturalizar comportamentos violentos e explorar as relações de poder entre os gêneros, pois permite que os homens compreendam que seus comportamentos violentos são produtos de uma construção social patriarcal e que podem ser transformados a partir de uma reflexão crítica.

Assim, a metodologia reflexiva se destaca no cenário das intervenções com homens autores de violência por promover mudanças profundas que atingem as raízes dos comportamentos violentos, facilitando uma transformação duradoura nas relações de gênero. Segundo Beiras et al. (2022), essa abordagem oferece uma vantagem clara sobre outras metodologias mais punitivas ou meramente educativas, ao centrar-se na responsabilização e na autorreflexão crítica.

Dado o impacto significativo dessa metodologia, sua aplicação efetiva depende de uma implementação cuidadosa e de critérios bem estabelecidos. A seguir, exploraremos os aspectos essenciais da implementação e operacionalização dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GRHAV), detalhando os critérios e recomendações mínimas para garantir o sucesso dessas iniciativas.

3 IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS GRHAV: CRITÉRIOS E RECOMENDAÇÕES MÍNIMAS

Para a implementação e operacionalização eficaz dos encontros de grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres, é essencial considerar os critérios e recomendações mínimas elaborados por Beiras et al. (2021), aliados aos apresentados por Beiras & Bronz (2016) e pela Resolução CNJ nº 124/2022 e as orientações trazidas pelo *Guia Prático: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação* (Beiras et al., 2024b).

Inicialmente, é importante destacar que os pressupostos teóricos que balizam a metodologia dos grupos reflexivos são essenciais para a condução eficaz dos



encontros. Conforme Beiras et al. (2021, 2024a), esses grupos se fundamentam em teorias críticas sobre gênero, masculinidades e violências, com o objetivo de desconstruir as normas sociais que perpetuam comportamentos violentos e hierarquias de poder. Um dos pilares teóricos desses grupos é a responsabilização dos homens pelos atos violentos cometidos, de modo que, ao longo dos encontros, os facilitadores trabalham para que os participantes assumam responsabilidade pelos seus atos, desvinculando da tendência de justificar a violência por fatores externos (Beiras et al., 2021)⁶.

O planejamento dos grupos reflexivos deve considerar os parâmetros propostos por Beiras et al. (2021), que recomendam a realização de 10 a 12 sessões, com encontros semanais de 1h30 a 2 horas, considerados necessários para que se desenvolvam as conexões grupais e os processos de reflexão e transformação subjetiva dos participantes. A Recomendação CNJ nº 124/2022, por sua vez, sugere um mínimo de 8 sessões, reforçando a importância da regularidade dos encontros para garantir a continuidade e eficácia do processo reflexivo (CNJ, 2022). Além disso, Beiras et al. (2021) destacam que a regularidade dos encontros semanais é fundamental para o engajamento dos participantes e o desenvolvimento de um vínculo de confiança, elemento essencial para o sucesso dos grupos reflexivos. Além disso, a escolha do local é um fator decisivo para o sucesso dos grupos reflexivos, recomendando-se que este local deva ser privativo e adaptado para permitir a confidencialidade e a dinâmica horizontal que os grupos exigem, que a disposição das cadeiras em círculo para facilitar a participação igualitária e promover uma interação mais autêntica entre os participantes e os facilitadores, oferecer estrutura para dinâmicas de movimento, permitindo a flexibilidade necessária para o desenvolvimento das atividades reflexivas (Beiras et al., 2021).

O processo de triagem e acolhimento é uma etapa crucial na implementação dos grupos reflexivos, e Beiras et al. (2021) sugerem que seja conduzido por uma equipe capacitada – preferencialmente mista. A triagem visa identificar o perfil

6 Nos GRHAV, os homens frequentemente demonstram revolta e raiva, especialmente nos primeiros encontros, sentindo-se obrigados a participar e responsabilizando as (ex) companheiras, a Lei Maria da Penha e o sistema de justiça por sua situação, o que reforça um sentimento de injustiça (Maurício et al., 2024). Esses homens costumam minimizar seus atos violentos, justificando-os como uma "reação" ao comportamento das mulheres, como ciúmes ou insubordinação, com cerca de 48,8% afirmando que seus atos foram motivados pelas ações femininas, revelando uma tentativa de manter a hierarquia de gênero e evitar a responsabilização (Valadares et al., 2022).



do participante, avaliar seu histórico de violência e entender sua disposição para se engajar no processo reflexivo, podendo ser feita de forma individual, em que um facilitador realiza uma entrevista inicial com o homem, abordando suas expectativas, desafios e resistências, com o intuito de observar seu comportamento e disposição para participar. O *Guia Prático Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação* (Beiras et al., 2024b) sugere que o acolhimento inicial pode ser conduzido tanto individualmente quanto em grupo, dependendo das necessidades identificadas na triagem. De acordo com os autores, o acolhimento individual é útil para aqueles que necessitam de um espaço mais reservado antes de ingressar no grupo, enquanto o acolhimento coletivo ajuda a integrar os homens à dinâmica grupal desde o início, reforçando o senso de pertencimento e colaboração.

Os grupos reflexivos devem iniciar com uma fase de pré-sessão, na qual os facilitadores se preparam emocional e tecnicamente para o encontro. Durante este momento, as expectativas e as dinâmicas a serem aplicadas são discutidas entre a equipe e são alinhadas estratégias para abordar os desafios específicos que podem surgir durante a sessão (Beiras et al., 2021, 2024b).

De acordo com Beiras et al. (2024b), a preparação de cada encontro deve começar com um planejamento temático baseado na análise do progresso do grupo e nas questões emergentes das sessões anteriores. Assim, os facilitadores devem escolher disparadores reflexivos — como vídeos, textos ou relatos — que promovam o engajamento dos participantes e incentivem a reflexão crítica, os quais devem ser adequados ao nível de compreensão e ao estágio de desenvolvimento dos participantes no processo reflexivo, considerando suas resistências, pontos de reflexão anteriores e o ambiente do grupo.

Uma etapa fundamental para o bom andamento dos grupos reflexivos é a elaboração de acordos iniciais entre facilitadores e participantes, que devem ocorrer logo no início do processo grupal, os quais estabelecem as bases para o funcionamento do grupo e ajudam a criar um ambiente de confiança, respeito e colaboração, tais como o sigilo, respeito, escuta ativa, compromisso e assiduidade (Beiras et al., 2021, 2024b). Para os autores, esses acordos são fundamentais para que o grupo funcione de forma estruturada e coesa, garantindo um ambiente propício ao desenvolvimento das reflexões e à responsabilização dos participantes,



de forma que os facilitadores devem revisitar os acordos sempre que necessário, especialmente quando surgirem conflitos ou dificuldades em relação ao cumprimento das normas estabelecidas.

Durante a execução de cada encontro, os facilitadores devem adotar uma postura de mediadores, incentivando a participação de todos de maneira equilibrada, a circulação da palavra e zelando para que o espaço permaneça seguro e respeitoso para todas as discussões. A execução dos encontros deve seguir uma dinâmica horizontal, na qual os participantes são incentivados a se expressarem livremente sobre as questões levantadas. Por conta disso, os facilitadores devem intervir apenas para conduzir a discussão de forma produtiva, garantindo que todos os participantes sejam ouvidos e incentivados a refletir criticamente sobre suas atitudes (Beiras et al., 2024b; Beiras & Bronz, 2016).

Na realização dos encontros, Beiras et al. (2021, 2024b) sugerem a inclusão de temas fundamentais para a desconstrução das masculinidades violentas, tais como poder e controle, violência de gênero, estereótipos de masculinidade e o impacto da violência nas vítimas. Os facilitadores devem utilizar disparadores reflexivos como vídeos, textos e situações hipotéticas que incentivem os participantes a refletirem sobre suas atitudes e comportamentos. Além disso, o *Guia Prático Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação* (Beiras et al., 2024b) recomenda que os encontros também abordem questões como controle emocional e alternativas à violência, criando um espaço para que os homens identifiquem outros modos de lidar com conflitos sem recorrer ao uso de poder e dominação.

A estrutura dos encontros deve incluir momentos de síntese e reflexão ao final de cada sessão, permitindo que os participantes consolidem os aprendizados e internalizem as discussões. Esses momentos são essenciais para conectar os temas abordados durante os encontros com as experiências individuais dos participantes, promovendo uma mudança mais profunda e duradoura (Beiras et al., 2024a). Beiras et al. (2021, 2024b) ressaltam que esses momentos reflexivos, conduzidos pelos facilitadores, são essenciais para revisar os principais temas



discutidos em cada encontro e reforçar o compromisso dos homens em aplicar as reflexões em suas vidas cotidianas.⁷

A avaliação de cada encontro é um processo contínuo, que deve ocorrer durante e após as sessões. Beiras et al. (2024a) recomendam que os facilitadores observem as interações dos participantes e utilizem instrumentos avaliativos como questionários rápidos ao final das sessões, para medir o impacto imediato das discussões. Além disso, a equipe facilitadora deve realizar reuniões de avaliação periódicas para discutir o progresso do grupo, identificar desafios emergentes e ajustar a metodologia conforme necessário.

A avaliação deve incluir, além do acompanhamento formal, uma análise qualitativa das falas dos participantes, das dinâmicas grupais e das atitudes durante os encontros. Isso permite que os facilitadores percebam mudanças sutis no comportamento dos homens, como maior participação ou reflexões mais críticas, indicadores importantes de que o processo de responsabilização e transformação está sendo efetivo (Beiras et al., 2024a).

A qualificação dos facilitadores é um critério central para o sucesso dos GRHAV, de forma que Beiras et al. (2021) recomendam que os facilitadores devam ser capacitados em questões de gênero, masculinidades e violência, além de desenvolverem habilidades de escuta ativa e mediação. O *Guia Prático Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação* (2024b)⁸ reforça que essa capacitação deve ser contínua, garantindo que os facilitadores estejam sempre atualizados em relação às melhores práticas de condução de grupos e às dinâmicas das masculinidades violentas. Da mesma forma, a metodologia do Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016) também destaca a importância de que os facilitadores sejam capacitados para adotar uma postura horizontal, em que todos os participantes possam se expressar e participar das reflexões de maneira equitativa.

7 No projeto *Ágora*, este momento de síntese dos encontros é realizado por uma *equipe reflexiva*, em que os participantes funcionam como observadores do grupo e somente se expressam ao final dos encontros para falar de suas impressões sobre o progresso dos participantes em termos de reflexão e responsabilização em cada encontro

8 O *Guia Prático Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação* (Beiras et al., 2024b) afirma que profissionais de diferentes áreas podem desempenhar esse papel, desde que possuam formação específica e sejam capacitados para lidar com questões de violência de gênero e masculinidades. Isso inclui psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos e outros profissionais envolvidos na rede de enfrentamento da violência.



Conforme o *Guia Prático* (Beiras et al., 2024b), em casos de participação obrigatória determinada judicialmente, os facilitadores devem fornecer relatórios ao juízo, indicando a frequência e o nível de engajamento dos participantes, sem, no entanto, quebrar o princípio de confidencialidade quanto ao conteúdo discutido nos encontros. Essas informações objetivas servem para monitorar o cumprimento das obrigações judiciais sem comprometer o processo reflexivo e a confiança dos participantes no grupo.

A supervisão das equipes facilitadoras é essencial para garantir a efetividade dos grupos reflexivos. O mapeamento de 2023 dos GRHAV no Brasil indicou que a capacitação contínua e a supervisão regular dos facilitadores são práticas fundamentais para manter a qualidade dos encontros e assegurar que os facilitadores estejam preparados para lidar com as complexidades emocionais e comportamentais dos participantes (Beiras et al., 2021; Beiras et al., 2024a). Essas supervisões permitem que os facilitadores compartilhem experiências, discutam desafios e aperfeiçoem suas abordagens com base em práticas bem-sucedidas de outras regiões. Além disso, a supervisão oferece um espaço para a troca de técnicas e estratégias, ajudando a adaptar as metodologias aos diferentes contextos em que os grupos são aplicados (Beiras et al., 2021; Beiras et al., 2024; Bortoli, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a relevância dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência como uma estratégia eficaz no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, pois, ao oferecer um espaço de reflexão crítica e de responsabilização, esses grupos têm o potencial de promover mudanças profundas nas atitudes e comportamentos dos participantes, desconstruindo as masculinidades violentas e, conseqüentemente, contribuindo para a redução da prática de atos violentos e para o enfrentamento das violências contra as mulheres.

Por outro lado, a efetividade desses grupos depende de uma série de fatores interconectados, tais como a capacitação contínua dos facilitadores, a supervisão constante, o planejamento cuidadoso das sessões e a atuação em rede com outras políticas públicas e serviços de apoio. Além disso, a sustentabilidade e a expansão



dos grupos reflexivos requerem o comprometimento institucional e o suporte por meio de políticas públicas consistentes que garantam recursos adequados para a manutenção dessas iniciativas.

Por fim, este observou-se que os GRHAV, mais do que uma medida de intervenção, trata-se de uma ferramenta transformadora, com o potencial de modificar dinâmicas sociais e culturais de poder que perpetuam a violência de gênero, especialmente quando aliados a uma rede de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.



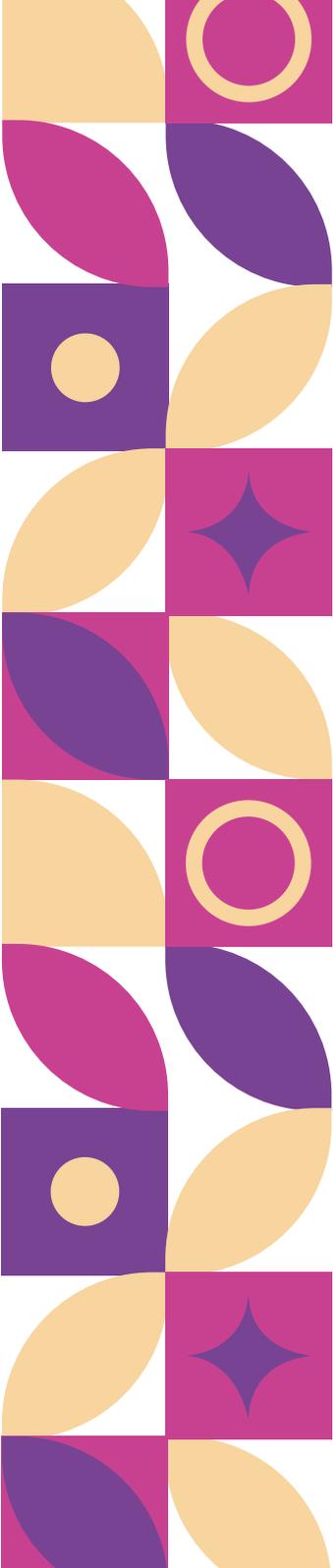
REFERÊNCIAS

- Andersen, T.** (1995). *Processos reflexivos: conversas, linguagem e possibilidades*. Noos.
- Beiras, A., & Banin, S. A.** (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21, 523–535.
- Beiras, A., & Bronz, A.** (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Instituto Noos.
- Beiras, A. et al.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações*. Cejur.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., & Hugill, M. de S. G.** (2024a). *Mapeamento nacional dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres 2023*. Margens/UFSC/COCEVID. Recuperado em: <https://margens.ufsc.br/files/2024/03/Mapeamento-Nacional-GHAV-2023.pdf>
- Beiras, A., Maurício, A. C., Nery, G. V., Hugill, M. S. G., Martins, D. F. W., & Muhlen, B. K. von.** (2024b). *Guia Prático: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Planejamento, Implementação e Consolidação*. Florianópolis, SC : Edições do Bosque/CFH/UFSC. Recuperado em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2024/10/GuiaPrático-GRHAV.pdf>
- Biroli, F.** (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boi Tempo.
- Bortoli, R.** (2015). Violência de Gênero e Masculinidades no SUAS. Seminário apresentado no *Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. Florianópolis. Recuperado em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180849/Eixo_3_228.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Butler, J.** (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*.
- Butler, J.** (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 249–274.
- CEDAW** (2017). *Recomendação Geral n. 35 sobre a violência baseada em gênero contra as mulheres, que atualiza a Recomendação Geral n. 19*. Organização das Nações Unidas. Recuperado em: <https://www.ohchr.org/>
- Chagoya, M. F.** (2014). Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. *Conexões Psi*, 2(1), 31–56.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W.** (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. (Original publicado em 2005).
- Correa, C. A., Beiras, A., & Lago, M. C. de S.** (2024). Discurso de homens autores de feminicídio. In A. Beiras et al. (Eds.), *Estudos interdisciplinares sobre o feminicídio: contribuições acadêmicas, processos de intervenção e prevenção* (pp. 70–84). Abrapso.
- Conselho Nacional de Justiça.** (2022). *Recomendação CNJ n. 124, de 7 de janeiro de 2022. Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar*. Recuperado em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4306#:~:text=Recomenda%20aos%20tribunais%20que%20instituem%20e%20mantenham%20programas,responsabiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20agressores%20de%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20e%20familiar>

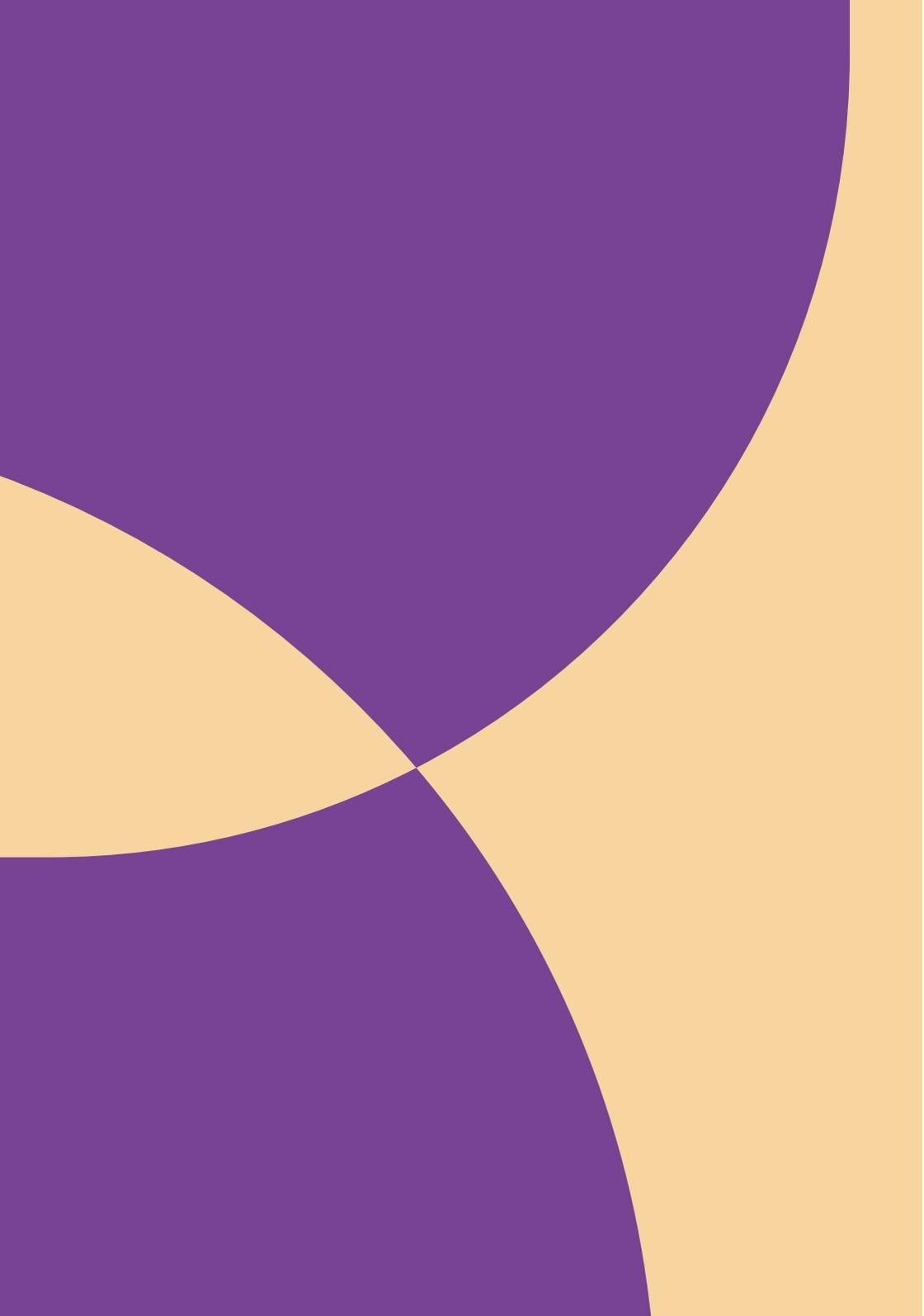


- Foucault, M.** (1979). *Microfísica do poder*. Graal.
- Kimmel, M. S., & Messner, M. A.** (1989). *Men's lives*. Macmillan.
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). (2006, 7 de agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, entre outros. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Lei n. 14.899, de 17 de junho de 2024.** (2024, 17 de junho). Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; entre outros. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2023-2026/2024/lei/114899.htm
- Lei n. 14.994, de 9 de outubro de 2024.** (2024, 9 de outubro). Torna o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Lei/L14994.htm
- Maurício, A. C., & Brito, E. D.** (2022). A participação profissional de mulheres nos grupos reflexivos. In A. Beiras, D. F. W. Martins, S. S. Sommariva, & M. S. G. Hugill (Orgs.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos* (pp. 98-119). Academia Judicial.
- Maurício, A. C., Hugill, M. de S. G., & Beiras, A.** (2024). Projeto Ágora: Uma análise da intervenção psicossocial em grupos reflexivos com homens autores de violência. *Revista Brasileira de Execução Penal*, 5(1), 177–194.
- Núñez Noriega, G.** (2016). Los estudios de género de los hombres y las masculinidades: ¿qué son y qué estudian? *Culturales*, 4(1), 9–31.
- Organização dos Estados Americanos** (OEA). (1994). *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher* (“Convenção de Belém do Pará”). Recuperado em: <https://www.oas.org/en/mesecvi/docs/BelemDoPara-ENGLISH.pdf>
- Severi, F. C.** (2018). *Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista brasileiro*. Lumen Juris.
- Tokuda, A. M. P., & Souza, L. L. de.** (2022). Psicologia social nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres. In A. Beiras et al. (Eds.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos* (pp. 37-56). Academia Judicial.
- Valadares, V., Zanello, V., & Oliveira, S.** (2022). Autodesresponsabilização na violência contra as mulheres: interpretações, motivos e justificativas de homens agressores no DF. In A. Beiras et al. (Eds.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos* (pp. 224-242). Academia Judicial.
- Viveros Vigoya, M.** (2018). *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América* (A. de A. Perez, Trad.). Papéis Selvagens.
- Welzer-Lang, D.** (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9, 460-482.





**CONSTRUIR DIÁLOGOS
COM OS HOMENS E SUAS
MASCULINIDADES:
UM CONVITE
CONSTRUCIONISTA**



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos dedicado um empreendimento acadêmico em colocar o Construcionismo Social como um conjunto de epistemologias que podem contribuir com as discussões sobre as masculinidades (Beiras & Cardoso, 2020; Cardoso & Beiras, 2017). Neste percurso, as teorias feministas pós-estruturalistas têm contribuído para dissipar de vez as acusações que indicam o movimento construcionista como um lugar ausente de provocações críticas e recheado por relativismos (Rasera & Japur, 2005). Inclusive, Rasera e Japur (2005) destacam que tais acusações são entendidas como o próprio coração destas epistemologias, justamente por não defender a necessidade de uma verdade última, mas em como as verdades são negociadas.

Neste roteiro, o Construcionismo Social, especialmente na versão responsivo-relacional proposta por John Shotter (2008), coloca a linguagem no centro da construção da realidade, destacando que o significado das palavras emerge de seu uso nas interações cotidianas, em vez de representar uma realidade preexistente. Shotter enfatiza a importância dos diálogos e das relações responsivas entre os indivíduos, sugerindo que o “saber” não é apenas teórico ou prático, mas surge de dentro das situações vividas. Em outras palavras, o autor põe ênfase nos processos relacionais, nos quais a linguagem corporificada molda nossos entendimentos sobre o mundo e a vida.

Essa abordagem dialógica privilegia o movimento e a espontaneidade nas interações, enfatizando a criação de sentidos compartilhados de maneira colaborativa. Shotter (2005) argumenta que a compreensão mútua e os novos caminhos de relacionamento emergem das respostas corporais e vívidas que as pessoas dão umas às outras, rompendo com códigos preestabelecidos. Assim, as conversas não seguem uma lógica linear, mas fluem de forma dinâmica, com os participantes testando e negociando significados ao longo das interações, produzindo um entendimento compartilhado dentro do contexto de suas relações.



Por meio desta versão construcionista, a masculinidade é capturada como um conceito complexo, que deve ser entendido no plural, pois envolve diversas construções sociais e culturais ao longo do tempo e nas relações cotidianas do presente. Como destacam Beiras e Cantera (2014) homens e masculinidades não são sinônimos, e para compreender essas dinâmicas, é preciso reconhecer as múltiplas formas como elas se manifestam em diferentes contextos. É importante destacar que, na condição de categoria, a masculinidade tem sido discutida tanto por movimentos sociais quanto no meio acadêmico, especialmente após os debates feministas nas décadas de 1960 e 70. Atualmente, a discussão incorpora perspectivas dos Estudos Queer, que desafiam o binarismo de gênero e propõem uma visão mais fluida das identidades (Beiras & Cardoso, 2020).

Assim, para compreender as masculinidades de forma crítica, é importante considerar a ideia proposta por Connell (2003) de masculinidade hegemônica, um conceito que destaca os privilégios de homens cis-heterossexuais brancos, mantendo outras masculinidades em posições subalternas. Essa hegemonia é, aqui, compreendida como relacional, pois existe em contraposição a outras expressões. Além disso, pelo Construcionismo Responsivo-relacional colocamos que masculinidades são construídas por meio de interações sociais e não pertencem exclusivamente a um sujeito, mas emergem nas relações. Essas masculinidades, como os sujeitos, são relacionais e se manifestam em múltiplas possibilidades de ser e expressar o masculino.

Destas compreensões construcionistas sobre homens e as masculinidades, a proposta aqui é responder uma pergunta por meio da dialogia: como podemos construir diálogos com os homens sobre suas masculinidades em grupos reflexivos de gênero? A resposta foi construída ao longo da tese doutoral, intitulada “Masculinidades em disputa: homens em grupos reflexivos de gênero” (Cardoso, 2024). É nossa proposta apresentá-la nas linhas que se seguem, com foco no processo metodológico e nos momentos marcantes dos encontros realizados com um dos dois grupos realizados. Focaremos no primeiro grupo, nomeado como “*Eu tenho isso aqui como um refúgio*”. É um grupo que teve a participação de cinco homens encaminhados com demandas de violência de gênero, tendo sido facilitado por um dos autores de texto em conjunto com



uma assistente social e uma equipe reflexiva composta por um homem viado¹ e uma mulher cisgênero.

POÉTICA SOCIAL: MOMENTOS (DIALOGICAMENTE) MARCANTES

Para entender esta proposta metodológica do Grupo Reflexivo de Gênero é necessário apresentar as ideias de Tom Andersen sobre os processos reflexivos, não como método, mas como uma postura e um modo de pensar o mundo (Rasera & Japur, 2007). Foi por meio do seu trabalho com saúde mental e em estudos sobre as epistemologias sistêmicas que propôs que as intervenções ocorressem usando como fundamento os processos reflexivos, que, por meio dos diálogos, nós convidamos a “[...] nos esforçar para fazer alguma coisa incomum durante as conversas com as pessoas, mas não incomum demais” (Andersen, 2002, p. 46), sendo estas coisas não apenas frases de impacto, mas temáticas e gestos corporais com os quais nos colocaremos em movimentos nas interações.

Durante o processo reflexivo, nestes movimentos, há trocas entre as posições de falante e escutador, podendo acontecer e serem trabalhadas de vários modos, sendo um deles a equipe reflexiva. De modo objetivo, Grandesso (2000, p. 278) resume a proposta criativa de Andersen, explicando que no contexto terapêutico: “[...] os clientes (família, casal ou indivíduo) e o terapeuta, após um tempo de conversação, trocam de lugar com a equipe de observação que os assistia, passando, então, a observar a conversação da equipe sobre a sessão”. Assim, no lugar de impor soluções, este modelo de interação promove a participação ativa da família na criação de mudanças que entendem ser significativas em suas vidas (Brownlee et al., 2009).

Brownlee, Vis e McKenna (2009) explicam que a proposta envolve três etapas distintas: 1. terapeuta e clientes se engajam no diálogo sobre as demandas; equipe reflexiva observa as interações e informações que podem ser “úteis” para o processo terapêutico; 2. A equipe reflexiva é convidada ou solicita um espaço para compartilhar suas observações e registros, que pode ser entre os próprios membros ou em conversa com o terapeuta; os clientes passam de falantes para escutadores. Nesta etapa amplia-se os olhares sobre os diálogos, com novas

1 Utilizamos a categoria identitária solicitada pelo integrante da equipe reflexiva.



possibilidades até então pouco ou nada exploradas; 3. Na última etapa, o terapeuta reintegra os clientes à terapia e conversam sobre o que observaram e acharam importante do que presenciaram na etapa anterior, ou seja, “de certa forma, conversam sobre a conversa que a equipe reflexiva teve sobre a primeira conversa do sistema entrevistador” (Andersen, 2002, p. 66).

Esses entendimentos sobre os processos e as equipes reflexivas de Tom Andersen convidaram outros profissionais a repensarem seus contextos. Um deles nasce da necessidade de construir uma proposta de metodologia que atendesse os homens autores de violência doméstica. Beiras e Bronz (2016) caracterizam o grupo reflexivo de gênero como um espaço relacional, que promove a diversidade e a participação democrática, pois destaca a importância de cada participante na produção dos conhecimentos. Outra característica é a necessidade de se problematizar os aspectos do cotidiano dos participantes, promovendo uma postura mais crítica e mais complexa.

Beiras e Bronz (2016) recomendam que os grupos sejam preferencialmente fechados com aproximadamente dez pessoas e no máximo vinte, com duração de doze encontros semanais, com tempo de duas a três horas cada, com intervalo para integração. Na impossibilidade de ser semanal, é possível assumir um cronograma quinzenal, com a proposta de atividades que facilitem aos participantes realizar conexão entre um encontro e outro. No primeiro encontro, com a participação de todos, é realizado o acordo de convivência, observando comportamentos e posicionamentos éticos. Com o acordo, o próximo passo é a construção da agenda do grupo, em que as demandas e os temas de cada encontro serão escolhidos. Por fim, os autores Beiras e Bronz (2016) orientam às\ aos facilitadoras(es) sobre a avaliação do grupo, que deve acontecer ao longo de todo o processo grupal para que os participantes possam também refletir sobre as ressonâncias do grupo para suas vidas e para que as(os) facilitadoras(es) possam aprimorar os encontros.

Para essa discussão é necessário olhar para os micro e macroprocessos (McNamee et al., 2024), pois pensar no grupo de homens autores de violência como uma prática cotidiana que irá propor um espaço plural realizado de modo coletivo. Como destacam McNamee e Gergen (1999), formulamos nossas realidades por meio de rituais específicos nas trocas cotidianas com as outras



peçoas, limitadas por sistemas de linguagens em que participamos, permeadas por relações de controle e poder. Para tal, é necessária uma alternativa metodológica menos comprometida em explicar o real e mais envolvida com o exercício prático de ampliar as possibilidades de sentido social. Reconhecida aqui como Poética Social, busca-se por tornar visíveis os processos discursivos e relacionais da produção de sentidos, por meio da ênfase às respostas corporificadas e espontâneas das pessoas umas às outras e ao mundo ao seu redor (Shotter, 2011). Para dar um contorno a esta postura, deixando os limites frágeis e pouco rígidos, acredito que deve haver algumas qualidades que conferem sabores, cheiros e toques a ela.

Nestes termos, como seres vivos corporificados, é impossível ser indiferente ao mundo ao nosso redor, em que, com suas cores, cheiros, texturas e movimentos, produzem reações e convidam a participar com surpresa ou estranhamento de eventos irrepetíveis (Shotter, 2011). Esses eventos têm a ver com as novidades, com processos de criação (*poiesis*) de sentimentos de “primeira vez”, o que Shotter (2011) chamará de “poéticos”, em outras palavras, é tratar da qualidade da experiência, tal como a sentimos no cotidiano, pois tem a ver com novidade, com processo de criação, com feitura e entendimentos de primeira vez (Shotter, 2008). Assumir uma poética social é interromper o fluxo da atividade que nos faz esperar por respostas prontas e acabadas, de buscar por comportamentos observáveis e previsíveis.

É inevitável, portanto, a compreensão de que a dimensão poética não está no compromisso com uma técnica ou aplicação de um modelo que tenha como objetivo final o ajuste à normalidade (Pakman, 2022). É neste sentido que, na concepção de Shotter (2011), os fenômenos poéticos passam a ser compreendidos como atividades humanas que se manifestam de maneira espontânea, em que as experiências vividas, sentidas corporalmente e tudo se vê diferente, pois, ao contrário de computadores e máquinas, não conseguimos estar indiferentes ao mundo ao nosso redor, estamos sempre em uma relação corporal viva com nossas circunstâncias, ao ponto que estas relações serão fonte de nossas atividades posteriores.



GRUPO “EU TENHO ISSO AQUI COMO UM REFÚGIO”

Iniciar o grupo sempre é um momento de ansiedade para todas as partes envolvidas, pois é um passo para o desconhecido, não temos muitas certezas de quais diálogos acontecerão e se haverá aberturas para diálogos reflexivos. Decidimos começar com uma atividade que consideramos ser de simples entendimento, que convidava a todos a desenhar um objeto que representasse as suas características. Mas ficou evidente que realmente começar não é algo tão simples como imaginamos ou gostaríamos que fosse.

David: [...] Temos um tempo para fazer esse objeto.

Ricky: Um objeto que represente a gente?

David: Exato! Exatamente, para falar de vocês, tá? O meu será uma caneta, já vou falar de antemão, mas se alguém quiser também, cada um conta a sua história. Então, fiquem à vontade.

Chorão: Pegasse pesado agora, né?

David: Não, essa é a atividade mais fácil possível. É um desenho, nem precisa escrever.

Chorão: É só um desenho?

David: É só um desenho... depois você vai falar das tuas características.

Chorão: (em voz baixa) Meu deus... (em voz alta) deu pane na mente.

[...]

(passados 4 minutos, vendo que já não estavam mais usando a folha)

David: Fechou?

Chorão: Não fiz nada ainda, mano! (risos)

David: Tá pensando ainda?

Chorão: Não sei o que fazer, homem.

David: O que você gosta? Que objeto você gosta?

Chorão: Ah, essa do objeto aí...



David: *Um boné? A chave da moto? Ou a moto em si... (eu dando sugestões a partir daquilo que ele apresenta ou apresentou)*

Chorão: *A moto seria bom! É como eu vou prum lado e por outro.*

As relações começam pela incerteza. Os homens estão incertos do que precisam fazer na primeira atividade. David está incerto se está fazendo o certo. Nada mais pós-moderno que o princípio da incerteza, pois como nos lembra Grandesso (2022, p. 23) “as certezas, portanto, desde há muito tempo, já não têm uma sustentação, mesmo no campo da ciência, nem como ilusão”. Mas como trabalhar com elas? A resposta convida a um tipo de certeza familiar: por meio da colaboração e do diálogo.

Grandesso (2022) entende que abandonar posturas individualistas e construir outras colaborativo-dialógicas requer solidariedade e compaixão. Quando vejo que Chorão ainda está com dificuldades em realizar a atividade, é justamente a solidariedade que David oferece no lugar de descartá-lo e considerá-lo incapaz ou sem competência para tal ação. É nesse sentido que a “colaboração demanda tempo e disposição para *estar com* os outros em conversação com uma escuta generosa na qual o maior propósito é compreender [...]” (Grandesso, 2022, p. 26). Neste enunciado, o diálogo transforma a incerteza como potência da produção de esperança e não mais como produtora de uma ansiedade adocedora. Quando finalmente Chorão consegue dar sentido a atividade por meio de uma troca dialógica, abre-se um caminho para a construção de um grupo reflexivo que está sempre no devir. Com destaca Grandesso (2022), incertezas e esperança caminham juntas pelos caminhos construídos por meio de posturas colaborativas e dialógicas.

David: *Então, gente. Obrigado pelas reflexões. [...] Talvez uma pergunta, ou duas perguntas em uma pergunta: Para o que serviu o encontro para vocês hoje? E como vocês esperam que ele funcione para vocês daqui pra frente? [...] Quero ouvir de todos, pra gente finalizar e seguir em frente e nos encontrar na semana que vem.*

Ricky: *(levanta a mão, solicitando permissão para iniciar) Eu, principalmente, gosto do fator humano do grupo de vocês. Me sinto muito à vontade, né? E com a definição de todos, a gente consegue ver os erros nossos, de pensamentos e atitudes, ao mesmo tempo que consigo ou, tal-*



vez, afirmar ou perceber que não estou errado ou diferente quando estou ouvindo vocês. [...] E... uma das coisas que eu lembrei que eu sempre falo de meu irmão Christian. Por exemplo, hoje em dia, estamos todos com a cabeça muito aberta e tem gente que não. Meu irmão Christian é gay e se casou com Mariano, na festa eu tomei Champagne, fui abraçá-lo, mas teve só um segredo. Minha mãe ficou brava com ele, por meu irmão não ter confiado nela no começo, de se abrir. Mas aí me surgiu a ideia: será que você tem a mesma sorte que meu irmão? (Olhando para Abner). [...]

Luan Santana: *É... o primeiro encontro é mais para a gente conhecer os novos amigos, né? Saber um pouco da vida dos outros. Pra mim o grupo foi bom, porque aqui foi um espaço para eu poder desabafar de uma forma responsável, de desabafar... como é que eu posso dizer, o que eu não posso fazer na rua, eu posso fazer aqui.*

Tim Maia: *Bom, para o que serve é bem complicado falar. (fala rindo) estou chegando aqui agora. Mas vou fazer uma pequena análise para falar do que eu espero. Dizem que bom viajante é aquele que sabe pra onde quer ir e procura saber exatamente onde está, né? E eu estou nessa fase da minha vida. Eu sei para onde eu quero ir, mas eu preciso descobrir exatamente onde estou e é isso que eu espero aqui no grupo. Com pessoas compartilhando as suas experiências, as suas falhas, as minhas falhas, as nossas falhas.*

Como diria o poeta espanhol Antonio Machado (1992) “caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”, e são das andanças do grupo, a partir de nossa esperança, de nossas falhas, como aponta Tim Maia “*Dizem que bom viajante é aquele que sabe pra onde quer ir e procura saber exatamente aonde está, né?*”, o sentido que construo com esta fala é que os participantes, ao compartilhar suas experiências, destacam desafios e a complexidade das relações humanas, vulneráveis e prontas para serem escutadas e acolhidas, reivindicando éticas outras que as vivenciadas até então.

Shotter (2010) destaca que importância destes espaços reside na sua capacidade de nos proporcionar uma sensação de movimento, de estar em processo, em que as nossas identidades e ações são continuamente co-construídas. Nesta perspectiva, os conteúdos das conversas são secundários e a linguagem, como processo relacional, ganha ênfase. Os participantes neste processo se sentem reconhecidos e passam a falar sobre si forma democrática, pois “[...] as próprias



obrigações interacionais [...] permitem com que o outro exista” (Trindade & Rasera, 2013, p. 135).

No segundo encontro, os diálogos entre João Gordo e David demonstra o respeito do primeiro ao colocar a sua demanda em eventual discussão e não forçando o grupo a falar sobre ela, ainda que possa parecer frustrante.

João Gordo: *(Após um minuto de silêncio) Posso falar agora?*

David: *Pode falar agora.*

João Gordo: *Mudar o assunto da família. Sobre a lei, só uma discussão, ou não pode agora?*

David: *Vamos primeiro fechar esse, aí no final a gente pode escolher se a gente vai falar sobre...*

De certo modo, João Gordo respeita a si não negando seu interesse em debater sobre a lei, mas também respeita as normas do grupo, que trata de escolher o que será tema na semana seguinte ao final de cada encontro. Poderíamos seguir adiante destacando que os homens são criados para dar conta das relações construídas em espaços públicos, em especial, no convívio com outros homens. Mas queremos residir um pouco mais na palavra respeito como uma categoria que constitui o *ethos* coletivo. Como destaca Shotter (2008), as categorias existem apenas na medida em que desempenham um papel dentro de uma conversa, o que é o caso aqui.

Como trata Esquirol (2009), o olhar é determinante para que haja respeito. Para este autor trata-se de uma relação intencional, uma atitude em relação a alguém, a alguma coisa ou mesmo a algum evento, ou seja, trata-se sempre uma relação cotidiana. Nesse sentido, a defesa do autor é que para haver respeito deverá existir na relação um olhar atento, o que, de partida, pode parecer algo simples, mas há um gasto de energia para tal, pois não se trata apenas do processo fisiológico da visão, mas em concentrar-se totalmente no objeto da visão, “respeito exige atenção, e atenção exige uma abordagem, uma aproximação” (Esquirol, 2009, p. 15).

Nesta exigência, o Respeito é colocado em um movimento paradoxal que é significativo à condição humana, é uma abordagem que mantém distância e



uma aproximação que permite um distanciamento, estando assim, não pode ser confundido com o amor, muito menos se colocar como um exercício da violência (Esquirol, 2009). Ao possibilitarmos nos aproximar das pessoas, aumentamos nossa sensibilidade e a capacidade de ser afetado por elas, trazendo consigo um desvelamento da nossa vulnerabilidade, ao tempo em que nos mantemos implicados na relação com estas pessoas, indicando, assim, a necessidade de nos localizarmos em uma distância *justa* para que possamos ter um olhar atento (Esquirol, 2009). Ao nos colocarmos como produtores de um *ethos* relacional, possibilitará que diálogos reflexivos sejam possíveis, pois cria-se um ambiente seguro para que o fluxo conversacional aconteça.

Quando no terceiro encontro estamos discutindo sobre o tema “ser homem”, esse ambiente seguro e fluído permite aos homens trazer suas inquietações sobre seus cotidianos. Como disparador de diálogos, usamos uma atividade que consiste em tirar cartas com frases e dialogar sobre e se anular elas, desconstrói o que entendem como “homem”:

David: *Então vocês entendem que para ser homem tem que ter um ser mulher? É isso?*

Tim Maia: *Desculpa, qual a pergunta?*

David: *Pra ter um ser homem, precisa ter um ser mulher?*

Tim Maia: *Pra ter um ser, depende do homem e da mulher. Uma mulher que dá à luz, a mulher que cria, a mulher que é companheira do homem. O homem que protege, o homem que cuida. A mulher que protege. O homem que faz o papel da mulher, o homem que está ... (Ricky atravessa a fala e o áudio não fica claro). Sem isso a sociedade não vai existir sem os dois papéis.*

Ricky: *Acho que esta verdade, este binário, estão criando sobre o sexo. O computador, seja o coração, daqui a pouco estão criando os seres humanos. Acho que... tradicionalmente, a mulher fica grávida, mas hoje em dia também, querendo ou não... outro dia me mandaram no celular uma cirurgia com coração de porco, então tudo é genético, com o avanço da ciência, daqui a pouco o homem também... ou até tem um caso, né, de um homem que... (olha pra mim).*

David: *Um homem trans, né?*



Ricky: *Isso. Pode ter... como se diz...*

David: *...uma gravidez?*

Ricky: *Sim, uma gestação.*

Natalli: *Ele tem um ovário.*

Ricky: *Não, não. Mas eu não sei bem qual é a história. Mas tem o clone... está tão confuso a história, que...*

Tim Maia: *Eu respeito, mas eu não concordo.*

Ricky: *Não, mas...*

Tim Maia: *É a questão de como eu disse, eu respeito e não é nem uma coisa que está em debate. São pontos de vista. Respeito. Acredito que o ser humano é livre pra ser, viver o que ele quiser.*

Quando Ricky tira uma carta que a frase está em “Ser mulher é...”, ele precisa parar e pensar. David sente que, neste momento, ele está procurando palavras para não parecer um homem machista, pois existem mulheres participando do grupo. Como se encontrasse uma solução satisfatória, seu entendimento é que mulher é um ser humano, um repertório de respostas que é usado em situações semelhantes, por exemplo, quando uma pessoa branca quer dizer que não é racista, seu comentário é, geralmente, “somos todos humanos; somos todos iguais”.

Nestes termos, cumpre às pessoas facilitadoras apresentar as contradições, gerar o que estamos chamando aqui de “conflito dialógico”, uma espécie de repertório que usamos para promover como responsividade uma saída do conforto de narrativas cristalizadas, colocando-as em destaque para que a pluralidade de outras versões sobre o mesmo tema possa fluir. Mas antes é necessário que a narrativa principal possa fluir livremente, sem que haja resistências por parte, em especial, das pessoas facilitadoras. Tanto que as perguntas iniciais de David são: *Vocês concordam, querem complementar alguma coisa? Disso que o Ricky falou...; e Alguma coisa Tim Maia, que queiras falar?* E nesta liberdade é que os homens vão conectando “mulher” ao campo biológico, em sua função reprodutora, da mesma forma que trazendo o discurso macrossocial do binarismo de gênero.

Nesta atividade, a intersubjetividade dançará entre manter-se cristalizada e mudar a partir de novas possibilidades de significados. Quando questiono: *Então vocês entendem que para ser homem tem que ter um ser mulher? É isso?*



Tim Maia não compreende prontamente: *Desculpa, qual a pergunta?* Assim, eu reorganizo o conflito dialógico que quero promover: *Pra ter um ser homem, precisa ter um ser mulher?*

David: *Então, vocês acham que é uma questão de sociedade ou é uma questão que está no campo do individual? [...]*

Ricky: *É... hã... acho que é a evolução das gerações que vem modificando a sociedade, né? Minha mãe: Filho, você está sozinho. Eu: Mãe, eu vivo sozinho, né? Eu pra minha filha: filha, você vai se casar. Ela: Não. Mas filha... Não. E é uma geração, não é só ela. [...]*

Podemos chegar em narrativas em que as expectativas sobre os gêneros podem ser flexíveis. Aqui poderia apontar contradições, mas o que destaca-se aqui é que no encontro intersubjetivo vai-se movimentando entre significados rígidos e novas possibilidades. Nesse sentido, gostaríamos de trazer os movimentos da Equipe Reflexiva, no encontro seguinte, quando o grupo está dialogando sobre a temática “Apego”. Ela se movimenta nas cadeiras para mostrar conexões despercebidas nas atividades dialógicas, direcionando nossa atenção para certas características cruciais, ampliando nosso olhar dentro de eventos focais promovidos em nossas interações (Shotter, 2008).

Haira: *Bom. É. Sobre o sentimento que me veio ouvindo todas essas palavras aqui. Eu, eu fiquei muito reflexiva, na verdade. E fiquei... eu senti um pouco confusa (As palavras saem lentas, parecendo que estão sendo procuradas) ouvindo. Porque, ao mesmo tempo que saiu “eu também tive culpa”, eu precisava escutar que a “culpa é do outro de eu ser assim hoje”, “o que eu trago, o que eu fiquei dessa relação foi culpa do outro”. [...]*

Abner: *Acho que é muito importante isso que tu coloca da invalidação que tem né, de tu chamares uma mulher de louca. E como isso é importante da gente refletir e aí eu senti falta nesse encontro da gente refletir como que isso do que eu deixo e do que eu levo das relações contribui para a continuidade. Porque senão eu acho que a gente fica muito cristalizado nessa história que o passado é muito presente. Num discurso sobre uma ex que é muito presente. Eu senti essa falta, sabe. Disso. Pra onde que isso nos leva? Como eu faço uso disso? De me responsabilizar, de olhar pra isso. Como eu faço uso disso? [...]*



E eu acho que a gente precisa estar mais aberto pra mudança de nós mesmos. Mais aberto para a mudança do outro. (silêncio)

Haira: *Eu concordo contigo. (em voz baixa).*

Abner: *É isso?*

Haira: *Sim.*

Haira apresenta suas reflexões, de como fica confusa em ouvir diferentes perspectivas sobre culpa e responsabilidades, ao passo que Abner enfatiza a importância de invalidar o lugar do outro, destacando que os relacionamentos são construções mútuas das pessoas que participam deles. Assim, é necessária uma abertura para a participação do outro, uma construção conjunta a partir do entendimento compartilhado.

Ricky: *É curioso esse movimento das cadeiras.*

David: *Vou usar isso como metáfora. Parece que a gente está se movimentando, mas estamos no mesmo lugar. Acho que a gente pode pensar um pouco sobre isso. [...]*

João Gordo: *Eu quero mais um tempo para pensar. Prefiro ouvir por enquanto.*

Ricky: *Primeiro, muito bonita essa blusa! (Aponta para Abner e depois silêncio). Fiquei olhando enquanto conversavam. Segundo você passou por traição, eu também. (agora aponta para a Haira). E dói, né. Tem pessoas que podem reagir (pausa) violentamente. Eu fiquei muito triste e levo isso como um aprendizado e fiquei amigo da pessoa também. Eu sei que há vários caminhos para ter como construir sentimentos a partir de uma traição, mas também é um aprendizado. Enquanto a algo que Haira falou, ter medo ou pensar em critérios para escolher outra pessoa, acho totalmente válido. O que eu faço é ter um critério muito elevado para me relacionar com uma pessoa, justamente para não reincidir nos mesmos erros que eu cometi. Tratando em responder a como a gente se reinventar depois de uma situação a que estamos cristalizados, é justamente aprendendo com o que dói, né. Aprendendo com a traição, tentando rever-se a conduta que a gente teve em função dessa traição. Isso desagrada, isso fica. Foi realmente consciente? Foi uma coisa que ajudou, né, a crescer. [...] Não cometendo os mesmos erros, sendo conscientes que aquilo já passou e sabendo o que a gente quer. (silêncio).*



João Gordo: *Eu to perdido. Só escutando.*

Tim Maia: *Eu achei interessante o que foi colocado sobre experiências de três relacionamentos malsucedidos. E o que me interessou nesse ponto é o momento em que se percebe como se está se cristalizando. Está... putz, deixa eu ver se essa palavra cristalizando é realmente o que eu entendi. Que se está se tornando permanente? Aquele conceito, aquela ideia, aquele preconceito. (Faço sinal de afirmativo com a cabeça). E eu parei pra pensar como isso funciona no nosso dia a dia. Eu falo com base no meu relacionamento que nem sempre é bom, é saudável, é apegado.*

Quando o participante se coloca na posição de escutar para ter mais tempo para pensar sobre o que ouviu, mas também para seguir ouvindo, reafirmamos o grupo como esse lugar de escuta. Nesta complexidade e sutileza de escutar, “os eventos ocorrem dentro da ‘agitação’ do mundo” (Shotter, 2008, p. 13, *tradução nossa*), por isso usamos o movimento das cadeiras como metáfora, pois só tem significado dentro das conversas em que estamos orientados um para o outro (Shotter, 2008), colocando em palavras os sentidos das reflexões promovidas por Haira e Abner: estamos nos movimentando no grupo sem sair do lugar? Ricky compreende que se movimenta e desloca quando aprende com as situações, com aquilo que errou e passa a não errar mais, ou seja, rompe com as cristalizações.

Para finalizar, sem dar pontos finais, gostaria de trazer um enunciado corporificado, para do campo das palavras ditas a potência do grupo. Aconteceu no encontro 5:

David: *(Respiro fundo. Todos riem).*

Respirar fundo corporifica tudo o que foi escutado das palavras da equipe reflexiva, antes dela, dos homens e, antes ainda, de si mesmo. Em uma sociedade em que pontos de vista são importantes, que a teoria (aquilo que podemos ver) contribui para determinar certas verdades como absolutas, escutar é um ato de resistência. Envolve estar genuinamente interessado pela vida do outro preenchida e traduzidas por palavras. Quando David respira fundo, faz o mesmo movimento de quem irá falar, mas sem deixar nenhuma palavra sair, o que sai é o ar que anuncia: *quanta coisa!* Mas de todas essas coisas, acreditamos ser necessário a fundação de um novo tipo de lugar nos homens, que quero chamar de Lugar de Escuta.



Spivak (2010) quando questiona se podem as subalternas e os subalternos falar, a resposta que ela constrói ao longo do seu argumento é que sim, contudo, dificilmente encontram alguém, que não outra/o subalternizada/o que possa escutá-las/os. Relacionado a isso, ficamos pensando na defesa por lugares de fala, que conhecemos a partir de Djamila Ribeiro (2017), mulher negra e feminista, quando questiona sobre quais corpos têm o direito a ter sua voz escutada em uma sociedade reconhecidamente alicerçada a partir da branquitude, patriarcado e heterossexualidade. A autora afirma que “[...] não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (Ribeiro, 2017, p. 61), neste sentido, seria uma reivindicação ética.

No grupo produzimos lugares de fala para os homens, não como uma reinvenção da casa dos homens, da mesma forma, não estamos falando como indivíduos, mas de espaços de cuidado, como possibilidades de refletir sobre suas masculinidades e suas interseccionalidades. Contudo, falar não basta, ser escutado não produz todas as aberturas. É preciso que a voz dissidente alcance os ouvidos e possam ser processadas no campo dialógico. As vozes da equipe reflexiva ressoam e convidam ao escutar. A voz é encarnada, como resultado de um movimento de ar que sai de um corpo pela boca e alcança, penetrando no ouvido do outro. Cavarero (2011) chamará esse processo de “política da voz”, que inclui, ao mesmo tempo, prazer e a corporalidade do dizer, uma conexão relacional entre a boca e o ouvido. Quando David respira fundo, faz por meio dessa conexão. Porque a política da voz convoca uma política da escuta, com um espaço corporalizado de autocuidado. Pois a voz não faz apenas o Eu se tornar público, mas também o Outro que escuta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas como o grupo termina?

Tim Maia: *Às vezes me vejo... Pra mim é um grupo... foi uma experiência única, não sei se eu vou conseguir em palavras retratar ou representar o que significou, né? Acho que todos lembram como eu cheguei, todos*



percebem como estou. Então foi uma transformação muito grande. E quebrei muitos tabus com relação a mim, em relação ao meu modo de ver a vida.

Ele não termina, pois segue ressoando tanto nos homens participantes como nos facilitadores e na equipe reflexiva. O que fica é a esperança como categoria política. Como destaca Gergen (2024), há uma mudança paradigmática ainda em curso, em que passamos a nos ocupar com o imperativo relacional, em que somos convidados a exercitar posturas radicais nas relações que estamos participando. Esta postura está conectada ao conceito de “presença radical” construído por Sheila McNamee (2018). Um dos temas propostos pela autora é justamente o *foco no futuro*, em que somos convidados a abraçar o desconhecido e as incertezas em relação ao futuro, pois “na medida em que nos engajamos com os outros em uma conversa sobre o futuro, sublinhamos a construção relacional dos nossos mundos. Fabricamos juntos onde nós podemos viver” (McNamee, 2018, p. 89-90).

Nos lembra Freire (2014) “pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo”. É necessário abandonar um pouco as palavras e ir também à luta ou às lutas. Nesses termos, o grupo de homens é uma estratégia que se insere na luta por transformações sociais, pois passa pela produção de um lugar em que este diálogo transformador em processos reflexivos se torne viável. Um espaço em que as múltiplas realidades das pessoas participantes entram em conflito sem a produção de apagamentos. Para tanto, o interesse não é criar uma outra moralidade para os homens, mas na compreensão de que existam éticas relacionais, direcionadas para o cuidado de si e dos outros.

No grupo reflexivo de gênero, foca-se no uso poético das palavras ditas e não ditas e, como consequência, nos encontramos imersos em vários acontecimentos que escapam do usual, nos autorizando a impressionarmos com combinação de palavras enunciadas nos momentos interativos, nos movendo entre finais e começos, e algo inesperado acontece, ouvimos com nossos olhos; vemos com nossos ouvidos, somos tomados pela corporificação das palavras (Shotter, 2011). Escreve Shotter (2011) que as experiências vividas e corporificadas fazem



com que tudo seja percebido de forma distinta: os acontecimentos não podem ser vistos como eventos naturais e simples, nem como ações completamente racionais e planejadas.

Por fim, como destaca Bateson (1972), a mudança é a diferença que acontece ao longo do tempo, sendo qualquer uma, por menor que seja, pois é capaz de gerar múltiplas alternativas. Nesta incerteza, como manter a esperança? Pela presença no aqui e agora, sem deixar de mirar as palavras por vir, que convidam ao esperar, ao construir diálogos com os homens e as masculinidades. Um convite construcionista.



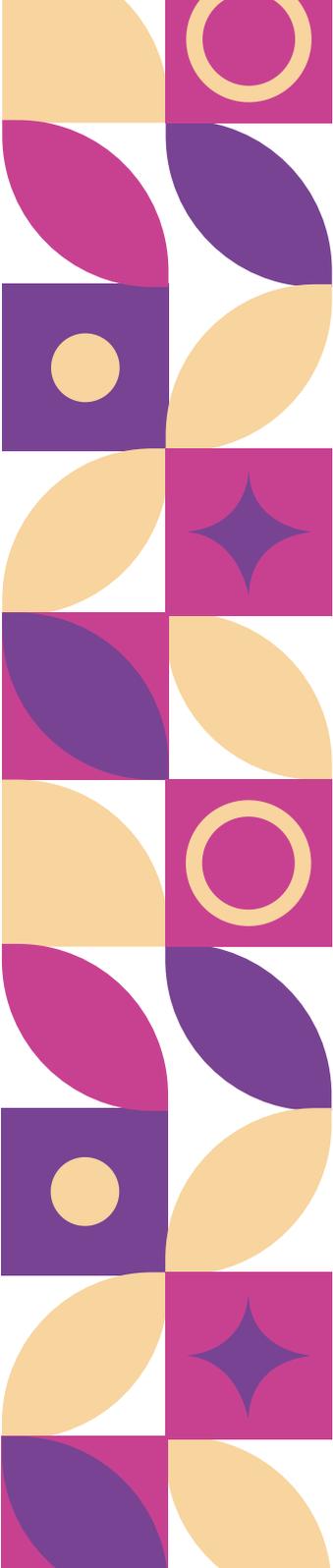
REFERÊNCIAS

- Andersen, T.** (2002). *Processos reflexivos*. Instituto NOOS; ITF.
- Bateson, G.** (1972). *Steps to an ecology of mind*. Chandler Publications.
- Beiras, A. & Bronz, A.** (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Instituto Noos.
- Beiras, A. & Cantera, L.** (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In E. Blay (Org). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 29-43). Cultura Acadêmica.
- Beiras, A. & Cardoso, D. T.** (2020). Diálogos entre teorias feministas e Construcionismo Social nas intervenções sobre violências: implicações para uma psicologia social jurídica. In Sampaio, C. R. B. et al. *Psicologia Social Jurídica: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça* (pp. 133-152). CRV.
- Brownlee, K., Vis, J.-A., & McKenna, A.** (2009). Review of the Reflecting Team Process: Strengths, Challenges, and Clinical Implications. *The Family Journal*, 17(2), 139-145. <https://doi.org/10.1177/1066480709332713>
- Cardoso, D.T.** (2024). *Masculinidades em disputa: homens em grupos reflexivos de gênero*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
- Cardoso, D.T. & Beiras, A.** (2017). Contribuições do construcionismo social para o estudo das masculinidades. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis*. Anais [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503076997_ARQUIVO_ContribuicoesdoCSparaoestudodasm masculinidades\[texto completo\].pdf](http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503076997_ARQUIVO_ContribuicoesdoCSparaoestudodasm masculinidades[texto completo].pdf). Acesso em: 23 fev. 2021.
- Cavareto, A.** (2011). *Vozes plurais. Filosofia da expressão vocal* (Tradução Flávio Terrigno Barbeitas). Editora da UFMG.
- Connell, R. W.** (2003). *Masculinidades* (Tradução de Irene Maria Artigas). Universidad Nacional Autónoma de México.
- Esquirol, J. M.** (2009). *O respeito ou o olhar atento: uma ética para a era da ciência e da tecnologia* (Trad. Cristina Antunes). Autêntica.
- Freire, P.** (2014). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gergen, K. J.** (2024). *El imperativo relacional: Recursos para un mundo al límite*. Montaber Editora.
- Grandesso, M. A.** (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. Casa do Psicólogo.



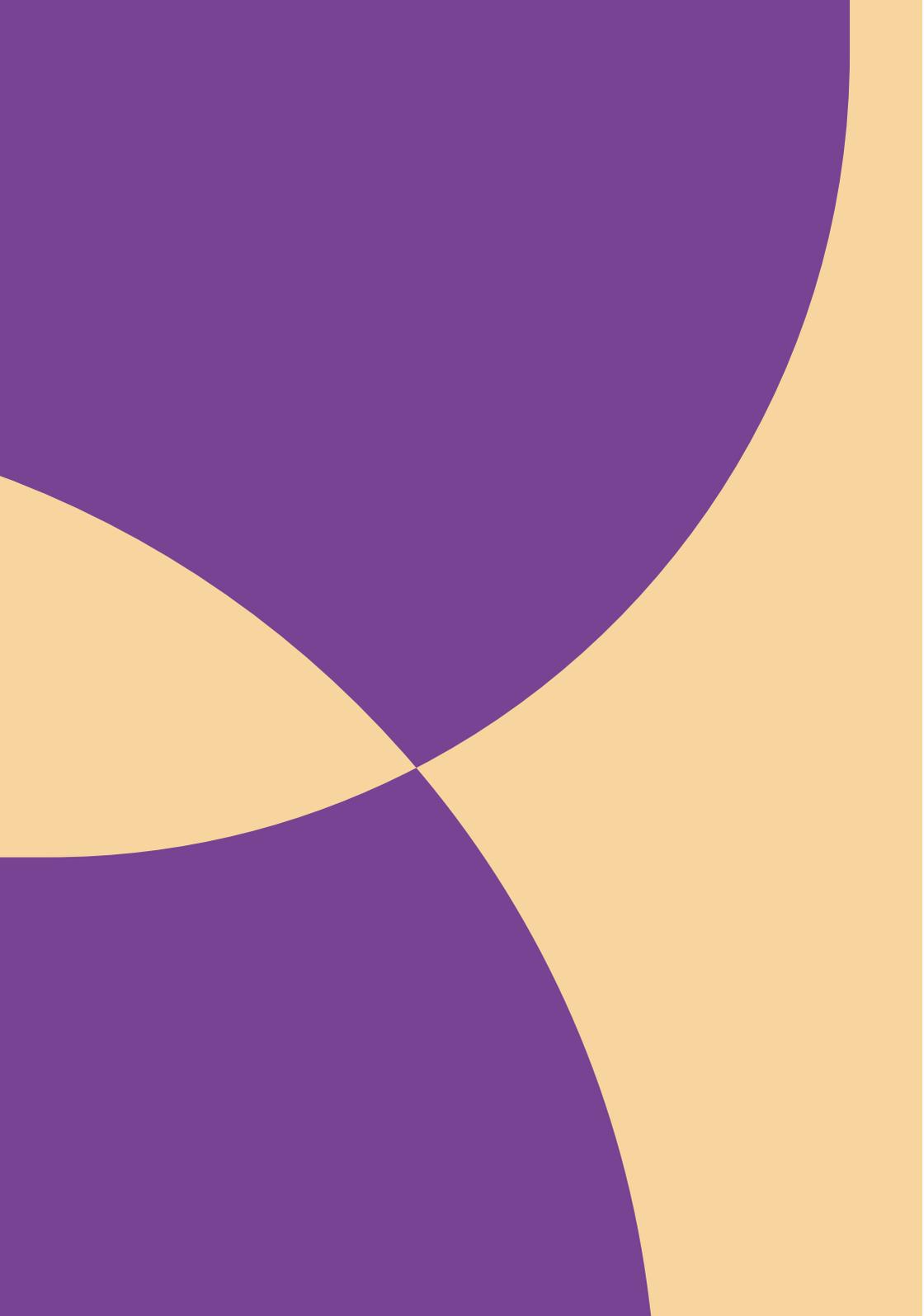
- Grandesso, M. A.** (2022). Em tempos de incerteza: colaboração e diálogo como caminho. In Grandesso, M. A. *Construcionismo Social e práticas colaborativo-dialógicas a serviço de ações generativas e humanizadoras* (pp. 21-32). CRV.
- McNamee, S.** (2018). Diálogo transformador: coordenando moralidades conflitantes. In M. A. Grandesso. *Construcionismo Social e práticas colaborativo-dialógicas: contextos de ações transformadoras*. CRV.
- McNamee, S., & Gergen, K. J.** (1999). *Relational responsibility: Resources for sustainable dialogue*. Sage.
- McNamee, S., Rasera, E. F., & Martins, P.** (2024). *Praticando terapia como construção social*. Instituto Noos.
- Pakman, M.** (2022). *Palavras que permanecem, palavras por vir: micropolítica e poética em psicoterapia*. CRV.
- Rasera, E. F., & Japur, M.** (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 15, 21-29. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100005>
- Rasera, E. F., & Japur, M.** (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. Vetor.
- Ribeiro, D.** (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento; Justificando.
- Shotter, J.** (2005). *The short book of 'witness'-thinking*. KCCF.
- Shotter, J.** (2008). *Conversational realities revisited: Life, language, body and world*. Taos Institute Publications.
- Shotter, J.** (2010). Movement of feeling and movement of judgement: Towards an ontological social constructivism. *International Journal of Action Research*, 6(1), 16–42. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-385068>
- Shotter, J.** (2011). Embodiment, abduction, and expressive movement: A new realm of inquiry? *Theory & Psychology*, 21(4), 439-456.
- Spivak, G. C.** (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Trindade, F. M. O., & Rasera, E. F.** (2013). Considerações sobre uma ética relacional. *PSICO*, 44(1).





PERGUNTAS REFLEXIVAS, ÉTICA E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA O TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA¹

¹ Este texto foi previamente publicado na Revista Nova Perspectiva Sistêmica, número 81, em abril de 2025. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps>



INTRODUÇÃO

Este estudo surge a partir da prática com grupos de homens autores de violência contra mulheres e da necessidade de produzir fundamentos teóricos e metodológicos que auxiliem a facilitação grupal. A partir da popularização de algumas metodologias, especialmente a de grupos reflexivos de gênero do Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016) e do termo grupo reflexivo no Brasil, buscamos discutir e integrar neste estudo algumas práticas colaborativas e dialógicas, que possuem semelhanças e diferenças, mas que tem sido combinadas nas práticas reflexivas grupais sobre violências diversas e responsabilização.

Estamos, portanto, referindo-nos às perguntas reflexivas do psiquiatra norueguês Tom Andersen (uma das bases teóricas e metodológicas dos grupos reflexivos de gênero do Instituto Noos, além de seus fundamentos bioecológicos e da educação popular de Paulo Freire), as contribuições do modelo convidativo focado na jornada paralela de tornar-se ético de Alan Jenkins, psicólogo australiano, e a teoria e prática da Comunicação Não Violenta (CNV) de Marshall B. Rosenberg, psicólogo americano que cresceu em um contexto de violência antissemita e tem sido popularizada em diferentes contextos, grupais, de casais e individuais focada nas necessidades emocionais.

Os grupos reflexivos com homens autores de violência têm como objetivo promover reflexão e responsabilização, visando a construção de relações de gênero mais igualitárias. Esses grupos fundamentam-se em teorias que enfatizam as relações macroestruturais da violência, ancoradas em abordagens de gênero e teorias feministas. Tais teorias permeiam temas transversais em todos os encontros, como direitos humanos, interseccionalidade, cultura da violência e equidade de gênero. Seidler et al. (2019) destaca que a masculinidade está intrinsecamente ligada às relações de poder, ensinando aos homens que a expressão de emoções afetuosas é um sinal de fraqueza, o que os leva a práticas violentas sem reconhecimento dessas ações como tal. Desde cedo, meninos



são ensinados a reprimir expressões emocionais vistas como femininas, exceto a raiva (Ravazzola, 2007).

Para produzir novos conhecimentos, é necessário desconstruir ideias culturalmente aceitas como verdades absolutas (Spink et al., 2014). Comportamentos abusivos podem, por vezes, ser compreendidos como atos de amor e cuidado, especialmente quando formas saudáveis de afeto não foram vivenciadas, ou quando essas dinâmicas replicam padrões disfuncionais da infância. Em situações de violência, é essencial estruturar intervenções que garantam a segurança e interrompam os ciclos de agressão (Cardoso et al., 2019).

Beiras (2014) sugere que os grupos reflexivos proporcionam aos homens a oportunidade de refletir sobre suas práticas, questionando as normas patriarcais que sustentam atitudes agressivas. Tais grupos, estabelecidos pela Lei Maria da Penha como medida protetiva, buscam romper o ciclo de violência e transformar a masculinidade hegemônica, promovendo novas formas de convivência baseadas no respeito e na igualdade de gênero. Ao integrar a responsabilização dos autores de violência com a prevenção de futuras violências, esses espaços contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e não violenta. Esses grupos valorizam a diversidade e a cidadania, promovendo uma visão crítica e complexa da realidade ao instigar reflexões que buscam transformar as subjetividades dos homens (Beiras & Bronz, 2016).

A facilitação dos grupos é realizada por uma dupla de profissionais que promovem a escuta e a reflexão respeitosa da diversidade de falas (Beiras & Bronz, 2016). Uma das principais metodologias aplicadas é a do Instituto Noos, que adota uma perspectiva sistêmica bioecológica e construcionista social no trabalho com homens autores de violência. Inspirada pelos processos reflexivos de Andersen (1999), essa metodologia também se baseia em perguntas que atentam à linguagem como produtora de realidades e na construção coletiva de novos significados.

A CNV, por sua vez, parte do princípio de que todos os seres humanos possuem necessidades que geram sentimentos, expressos através da comunicação (Rocha, 2017). Ela propõe uma prática para entender e combater a violência, destacando como nossos sentimentos e emoções afetam nossos comportamentos



e, conseqüentemente, nossas relações. Para Rosenberg (2013), a CNV nos ajuda a viver de maneira que reflita como deveríamos nos relacionar uns com os outros.

O objetivo deste estudo é expandir as possibilidades metodológicas e teóricas, articulando essas práticas, dada a frequência de seu uso no contexto brasileiro, com vistas a aprimorar o trabalho dos/as facilitadores/as nos grupos. Buscamos fornecer suporte metodológico e realizar uma comparação entre estas bases teóricas que, apesar de amplamente utilizadas no Brasil, carecem de um aprofundamento adequado.

2 GRUPOS

Um grupo vai além da soma de suas partes; a simples reunião de pessoas em um mesmo espaço não caracteriza um grupo (Amaral, 2007). Para que haja uma verdadeira troca, é essencial a construção de um vínculo e a sensação de pertencimento entre os participantes. Sem interação, o processo de reflexão se torna inviável. Apesar de muitos homens autores de violência (HAV) participarem desses grupos por encaminhamento judicial, isso não impede o desenvolvimento de vínculos. Por isso, o processo grupal é fundamental no trabalho com HAV, pois palestras ou reuniões informativas não geram a mesma reflexão, comprometimento e responsabilização necessárias para aqueles que cometeram atos violentos contra mulheres. É preciso que os participantes "formem" um grupo.

Os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV) são direcionados a homens que, em sua maioria, não iniciaram voluntariamente um processo de repensar suas masculinidades, ao contrário dos grupos de masculinidade, frequentados por homens que já estão conscientes e engajados nesse tipo de reflexão.

Segundo um mapeamento nacional, as teorias mais utilizadas nos grupos de homens autores de violência são: 67% Estudos de Gênero, 63% Direitos Humanos, 58% Estudos de Masculinidades, 43% Psicoeducação, 31% Teorias Cognitivo-Comportamentais, 29% Sistêmica, e 26% Múltiplas Integradas.

A terapia cognitivo-comportamental (TCC), por exemplo, alternativa aos modelos pró-feministas, entende a violência como um problema individual de pensamentos, crenças e condutas, mais do que uma questão de poder e con-



trole. A intervenção visa modificar concepções errôneas da realidade através de técnicas como reestruturação cognitiva e controle da raiva. No entanto, a maioria dos programas exclusivamente cognitivo-comportamentais não abordam o gênero como fator relevante e político, desconectando o problema do contexto sociocultural e focando apenas no desenvolvimento de habilidades individuais (Pueyo & Echeburúa, 2010).

Por outro lado, Antezana (2012) destaca que o enfoque psicoeducativo pró-feminista propõe uma análise de gênero sobre a violência, reposicionando-a como uma questão social. Esse enfoque situa a violência de gênero no contexto das relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres, inspirado na filosofia educacional de Paulo Freire. Ele acredita que as pessoas são capazes de questionar criticamente sua realidade, distinguindo o que é natural do que é culturalmente construído. A metodologia desse enfoque cria grupos psicoeducativos para homens, visando modificar aspectos negativos do "eu" associados à masculinidade hegemônica (Connell, 1995), fruto da cultura patriarcal.

Este tipo de enfoque que explica Antezana (2012) é problematizado pela metodologia do Instituto Noos, por sua proposta do exercício da postura reflexiva. Problematizar, mas alinhando com autoras e autores pós-modernos/as. O Grupo Reflexivo de Gênero (Beiras & Bronz, 2016) se populariza como método e como nome. Embora utilize perguntas reflexivas sem impor verdades *a priori*, a popularização dessa prática resultou em versões massificadas e reducionistas, alinhadas a modelos educativos tradicionais e princípios da psicologia dominante (cognitivo-comportamental), comprometendo seus fundamentos originais (Lehmann & Simmons, 2009).

O enfoque construcionista e pró-feminista, como do Instituto Noos, considera os seres humanos como co-construtores proativos de suas realidades pessoais e sociais, levando em conta o contexto histórico e social em que estão inseridos. Esse enfoque explora a subjetividade como algo intrinsecamente relacional, entrelaçado com fatores sociais e políticos, especialmente as questões de gênero e interseccionalidade (Crenshaw, 1991). Assim, o gênero é entendido como um dispositivo de poder que organiza a vida social e subjetiva através de uma identidade normativa que molda as vivências pessoais e a identidade narrativa (Pujal & Amigot, 2010).



Nesse contexto, busca-se criar um ambiente de respeito e colaboração, que possibilite o diálogo com os homens sobre suas experiências e intenções, desafiando os privilégios masculinos e os padrões socioculturais que perpetuam a violência. O Modelo convidativo e de jornada paralela para tornar-se ético (Jenkins, 1990, 2011) oferece uma oportunidade para desconstruir esses padrões.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência têm como objetivo gerar inquietações e reflexões, estimulando o questionamento de práticas que ainda não foram problematizadas. Tom Andersen (1999), em seus escritos sobre processos reflexivos em terapias, propôs a criação de um diálogo democrático e respeitoso, em que a reflexão resulta em mudanças significativas de sentimentos e significados, estimuladas por perguntas que abrem espaço para o debate, em vez de impor verdades absolutas. O termo "refleksion", em norueguês, significa escutar, introjetar e só então responder. Esta prática de processos reflexivos em terapias com base construcionista tem sido amplamente usada para fundamentar o processo de reflexão grupal no Brasil, especialmente a partir da metodologia de grupos reflexivos de gênero difundida pelo Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016).

Esses grupos possibilitam discussões que ampliam a compreensão dos participantes sobre os temas abordados, oferecendo oportunidades de mudança. A metodologia ativa, baseada no compartilhamento de experiências e no ouvir o outro, é central para os processos de responsabilização e reflexão. A criação de acordos coletivos para o funcionamento do grupo e a escolha conjunta dos temas são essenciais para o sucesso dessa dinâmica (Beiras & Bronz, 2016).

A reflexão, como objetivo final do grupo, vai além da moralidade ou da simples troca de experiências, promovendo a construção coletiva de novos modos de pensar o mundo. Como um espelho, o processo reflexivo permite que os homens vejam sua própria imagem dentro da estrutura patriarcal e se disponham a ajustá-la. Esse tipo de contexto reflexivo exige uma articulação constante entre o que se pensa, sente e expressa em um diálogo contínuo com os demais (Andersen, 2002), bem como facilitadores preparados para manter essa postura ao longo de todo o trabalho (Beiras, Bronz & Schneider, 2020).



3 PERGUNTAS REFLEXIVAS E RECURSOS PARA PROCESSOS DE REFLEXÃO EM GRUPO

A metodologia que guia a formação de grupos voltados para processos reflexivos foi desenvolvida pelo psiquiatra norueguês Tom Andersen (1999), pioneiro nas práticas terapêuticas reflexivas. Andersen destacava que a reflexão promove a movimentação de sentimentos e significados, mas somente através de questionamentos que incentivam discussões e ampliam repertórios, afastando-se de verdades absolutas. O estranhamento, nesse contexto, é um recurso importante para a compreensão, facilitada pelo contato e troca entre os membros do grupo.

Esses questionamentos são fomentados pela escuta de diferentes experiências dentro do grupo, gerando novas percepções e significados em torno de um mesmo tema (Beiras et al., 2021b).

Na concepção dos escritos de Tom Andersen, perguntas inusitadas e que permitem múltiplas respostas abrem espaço para novas perspectivas. Por exemplo, ele sugeria questões como "Quem pode falar com quem sobre este assunto e de que maneira neste momento?", uma forma de encorajar a reflexão e identificar quem deve participar da discussão.

Um diferencial importante no trabalho de Tom Andersen é a autoescuta dos diálogos internos para promover mudanças nas relações e na percepção de si mesmo. Ele destaca a importância da auto-observação para que as pessoas compreendam e percebam seus diálogos internos, permitindo que identifiquem como suas narrativas moldam suas ações e interações. Além disso, Andersen sublinha o papel central da linguagem nos processos de transformação, enfatizando que "a linguagem não é inocente". Isso significa que as palavras que escolhermos podem abrir caminhos para diálogos mais produtivos e respeitosos ou, ao contrário, gerar fechamentos que dificultam o entendimento e a conexão. Essa perspectiva reforça a necessidade de usar a linguagem de forma consciente, especialmente em contextos de violência, onde ela pode ser tanto uma ferramenta de opressão quanto de libertação (Andersen, 2022).

Harlene Anderson (1993) complementa essa prática com a ideia de "não saber", recomendando que os terapeutas se engajem em conversas genuínas



e co-constroem soluções com seus clientes. Nessas interações, o objetivo não é julgar as diferentes perspectivas como certas ou erradas, mas dialogar para ampliar as possibilidades de interpretação e ação.

Outro importante nome nesse campo é o australiano Alan Jenkins, que desenvolveu um estilo terapêutico centrado no uso de perguntas reflexivas para ajudar os clientes a alcançarem uma compreensão mais profunda de si mesmos e de suas situações. Suas perguntas têm como objetivo explorar possibilidades, apoiar a autonomia do cliente e promover uma visão de futuro mais positiva, baseada nas próprias ideias e recursos internos dos participantes. Em vez de aceitar o convite do ofensor para buscar justificativas para seu comportamento, Alan Jenkins propõe uma prática que o convida a refletir sobre sua responsabilidade pelo abuso. Ele sugere perguntas como: *“O que o impediu de assumir a responsabilidade por seu comportamento abusivo? e O que o impediu de desenvolver relações sensíveis e respeitosas com a vítima e outros membros da família?”* (Jenkins, 1990).

Tais perguntas são exemplos de como as reflexões podem ajudar os participantes a reescreverem suas histórias, passando de um estado de frustração para um maior protagonismo nas suas próprias vidas. Essa postura mantém claro, no contexto terapêutico, que o comportamento abusivo é de total responsabilidade do ofensor, enquanto o encoraja a examinar as restrições que o levaram a agir de forma abusiva. Tais restrições podem incluir tradições socioculturais, padrões de interação que o ensinaram a delegar responsabilidades socioemocionais a outros, ou hábitos individuais. Jenkins também trabalha com outros membros da família, convidando-os a desafiar padrões restritivos de relação sem atribuir responsabilidade pelo abuso a eles. Assim, é possível abordar as dinâmicas familiares sem deslocar a culpa do comportamento abusivo para as vítimas (Jenkins, 1990).

4 COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

A Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, é uma prática que visa transformar a forma como as pessoas se comunicam, promovendo interações mais conscientes e compassivas. Em seu livro *Comunicação*



Não Violenta: Técnicas para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais (2013), Rosenberg reflete sobre questões fundamentais, como o que nos desliga de nossa natureza compassiva e nos leva a agir de maneira violenta, e o que faz com que algumas pessoas mantenham essa compaixão mesmo em circunstâncias difíceis. A partir dessas reflexões, ele desenvolveu a CNV, uma metodologia voltada para melhorar a forma como nos expressamos e escutamos os outros, com foco na conexão humana e na resolução de conflitos de forma pacífica.

A CNV propõe reformular a maneira como as pessoas se comunicam, trocando padrões automáticos de discurso por interações mais conscientes e baseadas na empatia. Segundo Rosenberg, essa forma de comunicação envolve quatro componentes principais: observação, sentimento, necessidade e pedido. Primeiramente, é necessário observar o que está acontecendo em uma situação sem fazer julgamentos, descrevendo os fatos de maneira objetiva. O segundo componente é identificar os sentimentos que surgem ao observar a situação, como mágoa, alegria, irritação ou medo. Em seguida, é preciso reconhecer quais necessidades estão ligadas a esses sentimentos, ou seja, quais expectativas ou desejos não estão sendo atendidos naquele momento. Por fim, o quarto componente é formular um pedido claro e positivo que expresse o que se deseja do outro para atender às necessidades identificadas, de forma que promova um diálogo compassivo.

Esses princípios são particularmente relevantes quando aplicados em contextos de grupos reflexivos com homens autores de violência. A CNV oferece uma estrutura que ajuda a desconstruir padrões comunicacionais problemáticos que muitas vezes sustentam comportamentos violentos. Ela pode ser um recurso poderoso para possibilitar a esses homens a identificarem e expressar suas emoções e necessidades de forma clara e sem recorrer à violência, promovendo uma comunicação mais empática e respeitosa. Em muitos casos, a violência surge como uma resposta inadequada a sentimentos e necessidades não reconhecidos ou não expressos de maneira saudável. No entanto, é essencial que o uso da CNV seja integrado a uma análise crítica das estruturas maiores que perpetuam desigualdades, como machismo, racismo e outras formas de opressão. Para evitar interpretações reducionistas ou individualistas, é necessário situar a CNV dentro de um contexto feminista e de justiça social, conectando a transformação



pessoal à compreensão das dinâmicas estruturais que sustentam a violência e a desigualdade. Dessa forma, ela pode ser utilizada como um recurso que não apenas facilita mudanças individuais, mas também contribui para a construção de relações e sistemas mais equitativos.

Esse processo, aliado às práticas reflexivas, pode ser uma ferramenta poderosa para a transformação pessoal e a prevenção de futuras violências. A CNV, assim como as metodologias reflexivas de Tom Andersen, utilizadas em grupos que se inspiram na metodologia reflexiva de gênero do Instituto Noos, promovem o diálogo e a construção de novos significados por meio da escuta ativa e da empatia. Enquanto os grupos reflexivos incentivam a troca de experiências e a autoanálise, a CNV oferece um caminho prático para que os participantes transformem suas formas de comunicação, criando um espaço seguro para que possam expressar suas vulnerabilidades sem o risco de julgamento.

Nos grupos reflexivos com homens autores de violência, o uso da CNV pode ser crucial para reduzir a resistência e defesas, que frequentemente são barreiras para o processo de mudança. Ao ajudar esses homens a se reconectar com sua natureza compassiva, a CNV permite que eles compreendam melhor suas emoções e necessidades e, por consequência, aprendam a se expressar de forma mais assertiva e não violenta. Isso não só facilita o processo de autotransformação, mas também contribui para o fortalecimento de relacionamentos mais saudáveis e igualitários.

Ademais, a CNV, com seu foco na empatia e na escuta ativa, possibilita que esses homens reconheçam a humanidade dos outros, o que é fundamental na construção de um mundo sem violência. Como aponta Rosenberg, a empatia e o reconhecimento das necessidades e sentimentos alheios são essenciais para reduzir os conflitos. Essa prática também ajuda a evitar o ciclo de culpabilização e julgamento, que muitas vezes leva à perpetuação de comportamentos violentos. Ao focar na escuta ativa e na compreensão das vulnerabilidades, tanto próprias quanto dos outros, a CNV promove um diálogo construtivo que pode ser aplicado de maneira eficaz nos grupos reflexivos com autores de violência.

Assim, a CNV não é apenas uma técnica para melhorar a comunicação, mas uma forma de promover mudanças profundas nas relações humanas, especialmente em contextos de violência. Quando aplicada em grupos reflexivos, ela pode



transformar a maneira como os homens que perpetraram violência entendem e se relacionam com suas próprias emoções e as dos outros, oferecendo uma alternativa saudável e compassiva para lidar com conflitos e tensões.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS

Para elaborar uma comparação entre as práticas da Comunicação Não Violenta (CNV), as perguntas reflexivas de Tom Andersen, como possibilidades colaborativas e narrativas, e a perspectiva narrativa de Alan Jenkins, é necessário destacar como cada uma dessas teorias aborda a comunicação, os sentimentos e as necessidades presentes nos comportamentos e interações. Esses métodos são particularmente úteis no contexto de grupos reflexivos com homens autores de violência, onde o objetivo é promover a autorresponsabilização, a reflexão crítica e o desenvolvimento de empatia.

A essência da CNV é transformar interações que poderiam ser conflituosas em diálogos baseados na empatia e compreensão mútua. Como aplicar perguntas na CNV:

Observação: "O que você percebe na situação sem fazer julgamentos?"

Exemplo: "Notei que você chegou 15 minutos depois do horário combinado. O que aconteceu?"

Sentimento: "Como você se sente ao observar essa situação?"

Exemplo: "Como você se sentiu quando percebeu que estava atrasado?"

Necessidade: "Quais são as necessidades ou valores relacionados aos seus sentimentos?"

Exemplo: "O que você acha que estava faltando para que você conseguisse chegar no horário?"

Pedido: "O que você gostaria de pedir ao outro para melhorar a situação?"

Exemplo: "Você poderia se comprometer a avisar caso precise atrasar novamente?"

Esses exemplos de perguntas podem contribuir a criar uma base de comunicação que evita julgamentos e culpas, focando em como as pessoas podem expressar seus sentimentos e necessidades de forma compassiva e eficaz. No contexto dos grupos reflexivos, a CNV é útil para incentivar os participantes a



expressarem suas emoções de maneira construtiva, sem recorrer à violência ou agressão verbal.

Já Tom Andersen, conhecido por sua metodologia reflexiva, desenvolveu um modelo colaborativo no qual o diálogo entre terapeuta e cliente é o principal agente de transformação. As perguntas reflexivas têm como objetivo facilitar o processo de autoexploração, promovendo novas formas de pensar e agir. Exemplos de perguntas reflexivas:

Explorando múltiplas perspectivas: "Como você acha que os outros enxergam essa situação?" Exemplo: "O que você acha que sua parceira sentiu quando você agiu daquela forma?"

Ampliando a visão sobre si mesmo: "Como você se sente agora ao olhar para essa situação de outro ponto de vista?" Exemplo: "Se você estivesse no lugar dela, como reagiria à mesma situação?"

Convite à autorreflexão: "O que você percebe como a maior dificuldade em assumir responsabilidade por seus atos?" Exemplo: "O que está te impedindo de lidar com o impacto de suas ações na sua família?"

As perguntas reflexivas de Andersen, ao serem aplicadas em grupos de homens autores de violência, encorajam os participantes a olhar para suas ações de uma perspectiva diferente, considerando o impacto nos outros e abrindo espaço para a autorresponsabilização.

Por fim, Alan Jenkins, que trabalha com práticas narrativas e focadas na responsabilização de autores de violência, defende que, ao invés de focar nos fatores que "causam" o comportamento violento, os facilitadores de grupos devem guiar o participante para examinar suas escolhas e as consequências de seus atos. Exemplos de perguntas de Jenkins:

Convite à responsabilidade: "O que te impediu de assumir a responsabilidade pelo seu comportamento abusivo?" Exemplo: "Por que você optou por agir dessa forma quando poderia ter feito diferente?"

Examinando as restrições: "O que te impediu de desenvolver um relacionamento mais respeitoso com sua parceira?" Exemplo: "Que crenças ou ideias te levaram a pensar que você tinha o direito de tratá-la assim?"



Refletindo sobre o futuro: "O que sua versão futura diria sobre como lidar com essa situação?" Exemplo: "Como você acredita que uma versão mais madura de você agiria agora, diante desse conflito?"

Jenkins busca incentivar os agressores a assumirem a responsabilidade por suas ações, com foco em suas escolhas e decisões, ao invés de permitir que justifiquem seus comportamentos atribuindo-os a fatores externos, como a cultura ou suas próprias vivências passadas. Essa prática é especialmente importante nos grupos reflexivos, pois impede que os participantes se posicionem como vítimas das circunstâncias e redireciona o foco para a mudança consciente e ativa de seus comportamentos, promovendo transformações.

Assim, comparando a CNV, os processos reflexivos de Tom Andersen e de Alan Jenkins, todas olham para as necessidades e sentimentos: Tanto a CNV quanto as práticas reflexivas e narrativas incentivam a exploração dos sentimentos e necessidades subjacentes às ações e interações. A CNV é mais explícita em seu foco na identificação dessas necessidades como forma de evitar a violência, enquanto Andersen e Jenkins se concentram na reflexão sobre como as ações impactam os outros e na responsabilização pelas escolhas.

Embora todas as práticas promovam a empatia, Jenkins se diferencia ao enfatizar mais fortemente a responsabilização direta do agressor por seu comportamento, enquanto a CNV e as perguntas reflexivas promovem um espaço de compreensão e diálogo que pode ser útil para abordar conflitos de maneira menos confrontadora.

Na CNV, as perguntas seguem uma sequência clara de observação, sentimento, necessidade e pedido, promovendo uma comunicação não violenta e compassiva. Já Andersen e Jenkins utilizam perguntas mais abertas e reflexivas que incentivam o indivíduo a explorar múltiplas perspectivas e pensar de forma crítica sobre suas ações.

Cada uma dessas práticas tem grande potencial para ser usada em grupos reflexivos com homens que perpetraram violência, oferecendo ferramentas práticas para o facilitador. Usar perguntas como as sugeridas por Rosenberg, Andersen e Jenkins permite explorar as complexidades dos relacionamentos abusivos e das dinâmicas de poder, ao mesmo tempo em que promove a empatia, a responsabilização e a transformação pessoal.



Essas práticas podem ser combinadas oferecendo recursos práticos e conversacionais que ajudam facilitadores a promover diálogos críticos e reflexivos. Além disso, os exemplos de perguntas podem servir como material prático para facilitar a comunicação e a reflexão crítica, essenciais no processo de transformação desses homens.

6 SEMELHANÇAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

A Comunicação Não Violenta (CNV), os processos reflexivos baseados em Tom Andersen e a prática narrativa de Alan Jenkins compartilham muitos princípios centrais, como a ênfase na empatia, na escuta ativa e na criação de um espaço livre de julgamentos. No entanto, apesar dessas semelhanças, existem diferenças epistemológicas e práticas que influenciam a maneira como essas práticas podem ser aplicadas em diferentes contextos.

Todas as três práticas destacam a empatia como um elemento central para a transformação nas interações humanas. Na CNV, a empatia é uma ferramenta explícita para facilitar a compreensão das necessidades e sentimentos subjacentes de ambas as partes envolvidas em um conflito. Os processos reflexivos, como os propostos por Andersen, utilizam a empatia para criar um espaço colaborativo, no qual o indivíduo pode refletir sobre suas experiências sem medo de julgamento, possibilitando novas perspectivas. Alan Jenkins, em sua prática convidativa, utiliza a empatia como uma forma de aproximar o autor de violência das consequências de suas ações, embora com um foco mais direto na responsabilização.

Apesar de a empatia ser um fio condutor, há uma diferença em sua aplicação. Na CNV, a empatia é uma base constante, aplicada em todas as etapas da comunicação. Já nos processos reflexivos e na prática de Jenkins, a empatia é um ponto de partida para abrir espaços de diálogo, mas ela pode ser desafiada à medida que o facilitador explora questões de responsabilidade e poder.

Outra semelhança fundamental é o foco no não julgamento. A CNV incentiva a comunicação sem críticas, proporcionando um ambiente seguro no qual os interlocutores podem expressar abertamente seus sentimentos e necessidades. Da mesma forma, os processos reflexivos de Andersen também valorizam o não



juízo, permitindo que o indivíduo reflita sobre suas próprias experiências e percepções de maneira livre e aberta. Jenkins, embora se alinhe com essa premissa no sentido de evitar culpabilizações externas, adota uma postura mais ativa no questionamento das ações e na responsabilização do sujeito, falando de uma ética justa, explorando o senso de ética do outro e provocando o contraste de diferentes versões, contradições e semelhanças.

No contexto prático, enquanto a CNV e Andersen trabalham para construir espaços de diálogo seguro desde o início, Jenkins introduz uma tensão produtiva no processo, em que o objetivo é evitar que a empatia se transforme em convivência com a violência ou desculpas. Portanto, a postura de não julgamento em Jenkins é balanceada com um convite à responsabilidade.

Jenkins equilibra a postura de não julgamento com um convite à responsabilidade ao criar um espaço terapêutico que combina empatia com confrontação respeitosa. Ele evita culpabilizar ou humilhar os agressores, mas os convida a refletir profundamente sobre seus comportamentos e a reconhecer os impactos de suas ações sobre as vítimas e outras pessoas ao seu redor. Por meio de perguntas reflexivas cuidadosamente formuladas, Jenkins desafia os participantes a examinarem as escolhas que fizeram e as crenças que sustentam seus atos violentos. Ao mesmo tempo, ele explora as restrições culturais, sociais e individuais que podem ter influenciado suas ações, sem permitir que essas justificativas desviem o foco da responsabilidade pessoal. Assim, a postura de não julgamento não significa complacência, mas sim um convite para que os agressores se engajem em um processo ativo de mudança, reconhecendo sua capacidade de escolher caminhos diferentes e mais respeitosos.

A CNV, os processos reflexivos e a prática narrativa compartilham o valor da autenticidade. Na CNV, isso se traduz em expressar sentimentos e necessidades de maneira clara e direta, promovendo transparência no diálogo. Nos processos reflexivos, a autenticidade surge à medida que as pessoas são incentivadas a revisitar suas próprias narrativas e interpretar suas histórias com maior clareza e profundidade. Jenkins valoriza a autenticidade ao desafiar as narrativas autorreferenciais e encorajar uma reflexão crítica sobre as próprias ações, especialmente em relação à violência e ao abuso.



7 DIFERENÇAS TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Uma diferença epistemológica fundamental entre as práticas é como cada uma lida com a questão da responsabilidade. A CNV centra-se nas necessidades e sentimentos subjacentes às interações. Ela propõe que, ao identificar essas necessidades, as pessoas podem chegar a soluções colaborativas e não violentas. Nos processos reflexivos de Andersen, embora as necessidades e sentimentos sejam importantes, a metodologia não é prescritiva; em vez disso, busca abrir novas formas de reflexão, deixando que o significado emergja a partir das interações.

Já na prática de Jenkins, o foco é diretamente na responsabilização. Ele convida o HAV a reconhecer suas ações violentas e a explorar os motivos e escolhas que o levaram a tais comportamentos. Diferentemente da CNV, Jenkins não encoraja a discussão de fatores que poderiam ser usados para justificar ou atenuar o comportamento abusivo. Portanto, enquanto a CNV e os processos reflexivos tendem a ser mais colaborativos e exploratórios, Jenkins adota uma postura mais confrontativa no sentido de não permitir que a narrativa do HAV esconda sua responsabilidade.

Os processos reflexivos e a CNV têm uma base colaborativa e, em muitos aspectos, construcionista, pois ambos buscam promover a construção conjunta de entendimento e soluções por meio do diálogo e da escuta ativa. O enfoque construcionista acredita que a realidade é construída nas interações, e tanto os processos reflexivos quanto a CNV visam criar um espaço seguro e respeitoso para que as pessoas possam refletir sobre suas experiências, questionar suas percepções e, assim, desenvolver novas formas de se relacionar e compreender as situações, com a intenção de gerar transformações positivas nas dinâmicas interpessoais. Eles partem do princípio de que as soluções emergem da interação aberta entre os envolvidos, onde múltiplas perspectivas são exploradas e compreendidas. Jenkins, por sua vez, está mais alinhado a auxiliar os homens a encontrar uma base ética, onde as histórias que as pessoas contam sobre si mesmas são constantemente moldadas pelo poder e pelas relações sociais. No trabalho homens, Jenkins foca em desconstruir narrativas que permitem o uso de violência e promover a criação de novas histórias baseadas na responsabilidade e respeito.



8 APLICAÇÃO PRÁTICA E INTEGRAÇÃO DAS PRÁTICAS

As práticas podem ser usadas de forma complementar em muitos contextos, particularmente em ambientes terapêuticos ou psicoeducativos. Por exemplo, no trabalho com grupos reflexivos de homens que perpetraram violência, pode-se começar utilizando a CNV para criar um espaço seguro e não confrontativo, no qual os participantes possam expressar seus sentimentos e necessidades de maneira aberta. Esse espaço inicial de empatia pode preparar o terreno para uma exploração mais profunda e crítica, utilizando perguntas reflexivas para desafiar perspectivas e estimular uma maior autorreflexão.

Posteriormente, a prática de Jenkins pode ser introduzida quando o facilitador sente que o grupo está preparado para lidar com questões mais difíceis de responsabilidade e poder. Jenkins ajuda a manter o foco na transformação pessoal, evitando que a empatia seja usada como desculpa ou que os participantes evitem suas responsabilidades.

Por outro lado, há contextos em que a integração dessas práticas pode ser problemática. Por exemplo, no trabalho com HAV, o foco da CNV nas necessidades pode inadvertidamente desviar a atenção da responsabilidade autor de violência, se não for equilibrado com a ênfase na responsabilização. Nesse sentido, a prática de Jenkins não é facilmente compatível com o foco primário da Comunicação Não Violenta (CNV), que busca construir consenso sem necessariamente impor responsabilidade direta desde o início. Jenkins enfatiza a necessidade de considerar as estruturas de desigualdade de gênero e como essas influenciam os comportamentos violentos, incluindo a generificação das emoções, em que homens são socializados a reprimir vulnerabilidades e expressar poder através da violência ou do controle. Ele reconhece que a prática não é neutra em relação a essas construções de gênero e emoções, sendo fundamental que o trabalho terapêutico aborde essas dinâmicas estruturais. Assim, enquanto a CNV foca na mediação e na construção de pontes empáticas, a prática proposta por Jenkins prioriza a autorresponsabilização dentro de um contexto mais amplo de análise crítica das desigualdades e padrões de poder que sustentam a violência.

De maneira semelhante, a exploração aberta e colaborativa dos processos reflexivos pode ser incompatível com a necessidade de confrontar diretamente



o comportamento abusivo, como propõe Jenkins. Embora a abertura à autorreflexão seja útil, a intervenção em casos de violência exige um foco mais direto e ativo na mudança de comportamento, algo que nem sempre está presente nas práticas puramente reflexivas.

A CNV, os processos reflexivos e a prática narrativa de Alan Jenkins compartilham muitos princípios centrais, como a empatia, o não julgamento e a escuta ativa. No entanto, suas diferenças epistemológicas e práticas tornam importante selecionar quando e como essas práticas podem ser usadas em conjunto. Enquanto a CNV e os processos reflexivos colaborativos promovem um espaço de diálogo aberto e seguro, Jenkins introduz uma necessária confrontação com a responsabilidade pessoal, especialmente no trabalho com autores de violência. Cada uma dessas práticas oferece recursos que podem ser integrados estrategicamente, mas sempre com atenção às necessidades e limitações específicas de cada contexto.

CONCLUSÕES

As teorias da Comunicação Não Violenta (CNV) e dos processos reflexivos possuem conexões importantes, apesar de partirem de bases teóricas distintas. Ambas compartilham a visão de que a linguagem é central para a construção de significados e para promover reflexão, mas utilizam esse princípio de maneiras complementares. A CNV, focada na empatia e no não julgamento, e os processos reflexivos, centrados na exploração de significados a partir de perguntas que convidam à reflexão, oferecem caminhos para uma comunicação transformadora. Ao compreender a linguagem como construtora de realidades, essas práticas nos mostram que o modo como usamos as palavras não é apenas uma técnica, mas uma postura que influencia profundamente as interações humanas.

O treinamento na utilização prática dessas práticas é fundamental para o trabalho com grupos, especialmente no contexto de GHAV. O facilitador deve estar atento a como formular suas perguntas e interagir com os participantes, baseando-se nos princípios do construcionismo social. Perguntar de maneira reflexiva não é apenas um recurso de comunicação, mas uma prática e posicionamento que promove a auto-observação e a responsabilização, havendo necessidade de grande atenção a linguagem e seus efeitos, cuidando como usar a linguagem, o



tom, as aberturas e fechamentos para o diálogo. Em um espaço onde os homens possam falar sobre si e a partir de si, como proposto nos GHAV, o facilitador deve garantir que o processo de diálogo ocorra sem julgamentos, como defende a CNV. Esse suporte cria condições para que reflexões significativas emergjam, e as narrativas pessoais possam ser exploradas de forma segura e responsável.

No entanto, deve-se evitar extremos como visões reducionistas, morais ou que reforcem uma única verdade. Os facilitadores precisam desenvolver habilidades essenciais, como empatia, escuta ativa e formulação de perguntas reflexivas, para guiar os participantes sem impor julgamentos. O uso da linguagem construcionista como discutido nas práticas, é um recurso valioso que, quando bem empregado, facilita a criação de novos significados e de uma compreensão mais profunda das relações e dos sistemas de poder que permeiam a violência de gênero.

Além disso, os facilitadores devem estar cientes de sua própria postura e do impacto que suas intervenções têm no grupo. A figura do facilitador é crucial para conduzir as interações de forma que elas gerem reflexões genuínas e promovam um ambiente de responsabilização, permitindo que os homens reflitam sobre suas ações sem se sentirem atacados ou moralmente condenados. Para garantir que nenhum detalhe seja perdido e que o grupo atinja seus objetivos, recomenda-se a participação de mais de um facilitador ou facilitadora, bem como o uso de disparadores de conversas e sínteses dos encontros, que ajudam a manter o foco nos processos reflexivos e educacionais (Beiras et al, 2021 b).

Conclui-se, portanto, que tanto a CNV quanto os processos reflexivos e processos narrativos e responsabilizantes oferecem práticas fundamentais para o trabalho com homens autores de violência, e também famílias e casais em situação de violência, desde que aplicadas de maneira estratégica e cuidadosa. Esses recursos, quando bem empregados, não são receitas prontas, mas uma postura que busca promover a reflexão e a transformação, gerando espaços onde a comunicação construtiva e responsável possa efetivamente transformar vidas e relações.



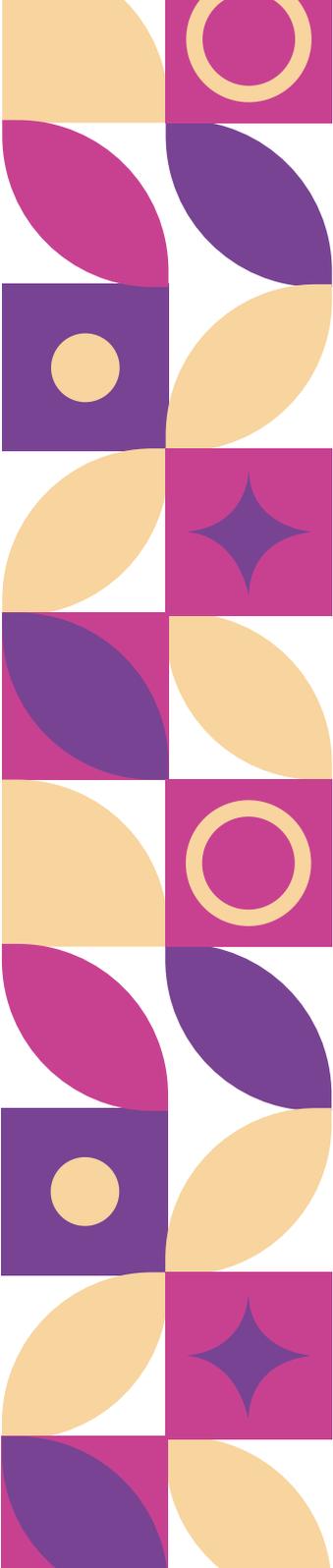
REFERÊNCIAS

- Amaral, Vera Lúcia do.** (2007). A dinâmica dos grupos e o processo grupal. EDUFERN.
- Anderson, Harlene** (1993). "On a roller coaster: A collaborative language systems approach to therapy." *The new language of change: Constructive collaboration in psychotherapy*: 323-344.
- Andersen, Tom.** (1999). *Processos reflexivos*. Instituto Noos.
- Andersen, Tom** (2022). A linguagem não é inocente (Rosa Maria Bergallo, Trad.). *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(73), 6–11.
- Antezana, Álvaro Ponce.** (2012). "Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero". *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 42, 9-25.
- Beiras, A.** (2014). Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Instituto Noos.
- Beiras, A., Bronz, A., & de Figueiredo Schneider, P.** (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75.
- Beiras, Adriano, & Bronz, Alan** (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero* (pp. 61-75) Instituto Noos.
- Beiras, Adriano, Martins, Daniel. F. W., Sommariva, S. S., & Huggil, Michelle S. G.** (2021b). Recomendações e critérios mínimos para a realização de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres - indicações ao conselho nacional de justiça a partir de mapeamento e estudo nacional. In Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações. Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR).
- Cardoso, Bruno Luiz Avelino, Bertho, Maria Alice Centanin, & Paim, Kelly** (2019). Até que a morte nos separe: A contribuição da cultura para a manutenção de esquemas iniciais desadaptativos em relacionamentos abusivos. In Kelly Paim, Bruno Luiz Avelino Cardoso (org.). *Terapia do esquema para casais*. Artmed.
- Connel, Robert W.** (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2).
- Crenshaw, Kimberle.** (1991). Race, gender, and sexual harassment. *s. Cal. I. Rev.*, 65, 1467.
- Lehman, P, & Simmons, C. A.** (2009). The state of batterer intervention programs: An analytical discussion. In P. Lehmann & C. A. Simmons (eds.) (2009). *Strengths-based batterer intervention: a new paradigm in ending family violence*. Springer Publishing, Inc.
- Jenkins, Alan** (1990). *Invitations to responsibility: The therapeutic engagement of men who are violent and abusive* (pp. 18-63). Dulwich Centre Publications.

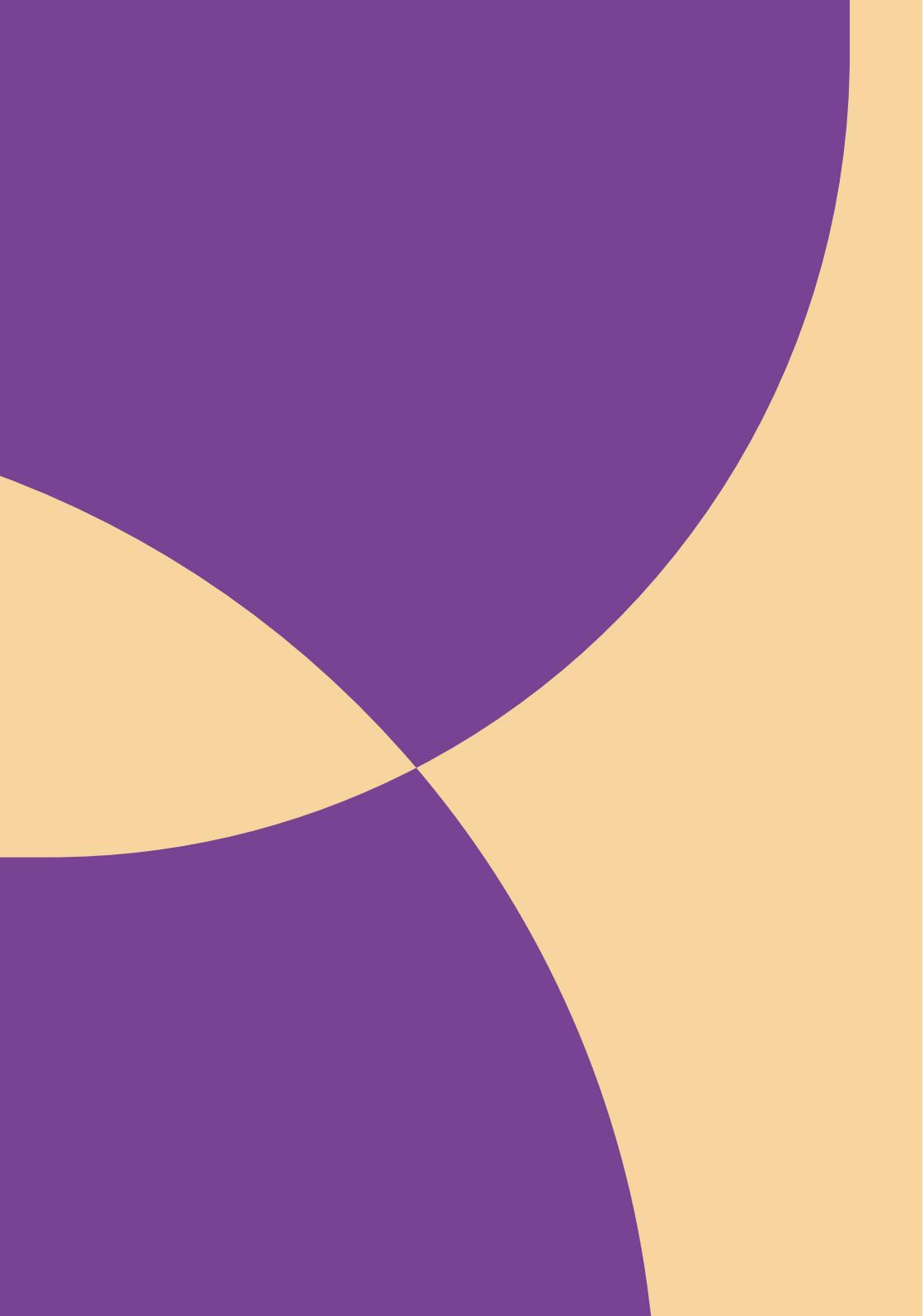


- Jenkins, A.** (2011). Ethical practice and narratives of resistance to violence: Becoming resilient part 2. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 32(4), 271-282.
- Pueyo A., Echeburúa E.** (2010). Valoración del riesgo de violencia: instrumentos disponibles e indicaciones de aplicación. *Psicothema, Universidad de Barcelona y Universidad del País Vasco*, 22(3), pp. 403-409.
- Ravazzola, M. C.** (2007). Violência nas relações familiares. *Pensando Famílias*, 11(1), 11-28.
- Rocha, Caroline Reis** (2017). *Manual de comunicação não violenta para organizações*. Universidade de Brasília.
- Rosenberg, Marshall B.** (2013). *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais* (2a ed., Vilella, M. Trad.). Ágora. (Trabalho original publicado em 2006).
- Seidler, Zac, Rice, S. M., Dhillon, H. M., & Herrman, H.** (2019). Why it's time to focus on masculinity in mental health training and clinical practice. *Australasian Psychiatry*, 27(2), 157-159.
- Spink, Mary Jane, Vera Mincoff Menegon, & Benedito Medrado.** (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26, 32-43.
- Pujal, Margot, & Amigot, Patricia** (2010). El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. *Quaderns de Psicologia*, 12(2), 131-148.





PROGRAMAS DE MUDANÇA
DE COMPORTAMENTO
MASCULINO: INTEGRAÇÃO
DE FRAMEWORKS
TEÓRICOS E PRÁTICAS
REFLEXIVAS NO COMBATE
À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR



INTRODUÇÃO

A Violência Doméstica e Familiar (VDF) é uma questão que impacta profundamente indivíduos, famílias e comunidades, tanto na Austrália quanto globalmente. Além do impacto físico imediato, a VDF acarreta traumas psicológicos duradouros, instabilidade econômica e desintegração social. Na Austrália, a VDF é uma das principais causas de falta de moradia entre mulheres e crianças, especialmente em comunidades indígenas (AIHW, 2019). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) estima que uma em cada três mulheres sofre violência física ou sexual ao longo da vida, destacando a gravidade do problema global. O impacto econômico é igualmente significativo: em 2015-16, a VDF gerou um custo estimado de US\$ 22 bilhões para a economia australiana, abrangendo despesas de saúde, perda de produtividade e custos judiciais (PwC et al., 2016)

Apesar de aumento nos investimentos em intervenções focadas ao combate de VDF e grandes avanços em ações políticas nessa área, as taxas de recorrência da VDF permanecem altas. Nesse contexto, os MBCPs [Programas de Mudança de Comportamento Masculino] têm se consolidado como ferramentas essenciais para enfrentar esse problema. Com uma posição-chave na estratégia de combate à violência doméstica e familiar, e como pioneira nesse tipo de abordagem, a ECAV desempenha um papel central ao oferecer treinamento especializado para profissionais que atuam com autores de violência. Por meio da sua Pós-graduação Lato Sensu em Mudança de Comportamento Masculino, a ECAV utiliza *frameworks* teóricos robustos, entre eles: a Terapia Cognitivo-Comportamental (CBT) e Narrativa, Entrevista Motivacional (MI) e Modelo Transteórico de Mudança (TTM) e que combinados com perspectivas Feministas e Interseccionais incrementam a responsabilização dos usuários de violência enquanto aumentam a segurança de mulheres e crianças.

Por outro lado, provedores de MBCPs como a Relationships Australia, uma organização com mais de 70 anos de experiência em intervenções compor-



tamentais, adota metodologias similares às da ECAV, porém complementando-as com outros frameworks teóricos. No seu programa de MBCP chamado Taking Responsibility [Assumindo sua Responsabilidade], realizado no centro de Sydney, metodologias e *frameworks* teóricos são implementados com o objetivo de adaptar as intervenções utilizadas às necessidades individuais e ao nível de prontidão dos participantes. Essas abordagens personalizadas visam garantir maior eficácia no processo de transformação dos indivíduos, alinhando as estratégias dos MBCPs às demandas específicas de cada pessoa atendida. Nessa conjuntura, técnicas como a Entrevista Motivacional (MI) são utilizadas para incentivar a autorreflexão dos participantes em estágios iniciais, enquanto a CBT e a Terapia Narrativa oferecem ferramentas para reestruturação cognitiva e transformação de narrativas pessoais. Essas intervenções, por sua vez, ajudam os participantes a compreender e modificar padrões violentos, promovendo mudanças comportamentais sustentáveis. Adicionalmente, a Supervisão Clínica desempenha um papel crucial nos MBCPs, oferecendo suporte profissional e ético aos facilitadores. Por meio de sessões regulares, os facilitadores recebem *feedback* do Supervisor Clínico, o que os ajuda a refletir sobre suas práticas e se necessário ajustar estratégias e lidar com dilemas éticos. Além disso, a Reflexividade e a Posicionalidade dos profissionais são destacadas como elementos essenciais. A Reflexividade encoraja os profissionais a examinar como os seus valores, preconceitos e experiências podem influenciar as suas abordagens e a Posicionalidade ajudaria os facilitadores a compreenderem como suas identidades sociais, como gênero e cultura, afetam as interações com os participantes.

O artigo argumenta que a integração de *frameworks* teóricos sólidos, supervisão contínua e práticas reflexivas fortalece a eficácia dos MBCPs. Essas estratégias não apenas reduzem a reincidência da violência, mas também promovem uma mudança cultural mais ampla, abordando desigualdades de gênero e oferecendo caminhos para relacionamentos mais saudáveis e seguros. Assim, os MBCPs contribuem de forma positiva para o aumento da segurança de mulheres e crianças, enquanto fomentam uma sociedade mais equitativa.



FRAMEWORKS E TEORIAS DA NSW HEALTH EDUCATION CENTRE AGAINST VIOLENCE (ECAV)

CAPACITANDO ESPECIALISTAS EM MBCPS

Desde 2017, o NSW Health Education Centre Against Violence (ECAV) Sydney (Austrália) recebe financiamento do Department of Community and Justice [Departamento de Comunidades e Justiça, DCJ] para oferecer o Certificado de Pós-Graduação Lato Sensu em Men's Behaviour Change Programs (NSW Health ECAV, 2017). Este programa, alinhado aos Practice Standards for Men's Behaviour Change Programs (NSW Department of Community and Justice, 2017) e também aos planos Estaduais New South Wales Domestic and Family Violence Plan (2022–2027) (New South Wales Department of Communities and Justice, 2022) oferece treinamento especializado e suporte a profissionais que buscam modificar os comportamentos prejudiciais de autores de violência. Ao focar nos autores de violência, os MBCPs também contribuem para o compromisso Nacional de redução de violência contra mulheres e crianças, conforme o National Plan to Reduce Violence Against Women and their Children (2022-2032).

É essencial considerar que o treinamento educacional da ECAV enfatiza a integração de análises feministas de gênero e poder com estratégias interseccionais. Essa abordagem busca compreender e analisar as diversas experiências dos autores de violência, promovendo sua responsabilização e contribuindo para a prevenção de novos episódios violentos de qualquer natureza. Entre os *frameworks* teóricos e conceitos explorados no treinamento do ECAV, os alunos são capacitados no uso de técnicas de Terapia Cognitivo-Comportamentais e Narrativas, Entrevista Motivacional, sempre baseadas em Práticas Antiopressivas, levando-se em conta a cultura de certas populações marginalizadas, a diversidade de gêneros e também o trauma e o impacto negativo da colonização em culturas não anglo-saxãs e aborígenes. Outra parte crucial do curso estimula os profissionais a refletirem sobre os seus privilégios e direitos (Posicionalidade) no trabalho como facilitadores de MBCP e os seus impactos nos autores de violência e subsequentemente nos sobreviventes de violência doméstica e familiar. Além disso, enfatiza-se a essencialidade de se manter a segurança de (ex) mulheres e suas famílias, e a relevância do apoio



aos mesmos durante a participação dos usuário de violência nos MBCPs. Em essência, esta Pós-Graduação Lato Sensu contribui significativamente para o desenvolvimento da força de trabalho necessária para intervenções eficazes com perpetradores, como destacado nos Planos Nacionais e Estaduais para reduzir a VDF, discutidos previamente.

RELATIONSHIPS AUSTRALIA (RA)

A LONGA E DIFÍCIL JORNADA DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

A Relationships Australia (RA) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1948 como Marriage Guidance Council [Conselho de Orientação Matrimonial], inicialmente focada nos soldados que retornavam à casa após a Segunda Guerra Mundial (Relationships Australia, n.d.). Com o tempo, a RA do Estado de New South Wales (RANSW) desenvolveu e refinou o seu Men's Behaviour Change Program, "Taking Responsibility". Esse programa evoluiu com os anos, à medida que os facilitadores testaram e adaptaram diversos *frameworks* teóricos e abordagens, ajustando ou combinando-os conforme necessário. Esse desenvolvimento contínuo reflete o compromisso da RANSW com intervenções eficazes e responsivas para combater a VDF, como é o caso dos seus MBCPs.

Nesse contexto de MBCPS, a RANSW proporciona um ambiente flexível e adaptável para seus profissionais, permitindo-lhes ajustar *frameworks* teóricos e atividades conforme os perfis dos participantes, habilidades cognitivas, estilos de aprendizado e alterações nos níveis de risco que podem afetar tanto os autores de violência quanto as vítimas sobreviventes.

Desempenhando um papel crucial nos MBCPs da RANSW (Sydney Centre), os facilitadores utilizam entre essas atividades e *frameworks*, *frameworks* Feministas Interseccionais (baseados no Modelo Duluth), Modelos de Teoria da Aprendizagem Social e Apego, Terapias Cognitivo-Comportamentais e Narrativas, Entrevista Motivacional, Modelo Transteórico de Mudança e Framework de Risco-Necessidade-Responsividade (RNR) (Relationships Australia Taking Responsibility Facilitation Manual, 2020). Mesmo com a combinação de diversos *frameworks*, enfoques e atividades durante as 22 semanas de engajamento com os autores de violência, a Centralidade na segurança de mulheres e crianças



está sempre presente. Assim como também a segurança dos profissionais e participantes dos MBCPs da RANSW.

Com o passar dos anos e com centenas de participantes passando pelos MBCPs da RANSW, ficou claro que *frameworks* teóricos sólidos e abordagens testadas sempre foram fundamentais para apoiar os facilitadores e os participantes na sua jornada de mudança de comportamento. Além disso, outro recurso crucial oferecido aos facilitadores são as sessões quinzenais de Supervisão Clínica. Essas sessões fornecem aos profissionais de MBCP uma ferramenta vital para prestação de contas e também ao crescimento profissional e pessoal. Isso se deve ao fato de que todas as sessões do MBCP são gravadas (com o consentimento dos participantes e facilitadores) e os Supervisores Clínicos podem rever as interações ocorridas durante as sessões, observar o posicionamento dos facilitadores e avaliar o seu engajamento entre si e com os participantes.

Essa visão externa e abrangente permite que os supervisores ofereçam *feedback* direcionado, visando o aprimoramento das práticas dos facilitadores, reduzindo *burnout* profissional e garantindo melhores resultados para todos os engajadas nos MBCPs. Além disso, essa visão “de fora para dentro” aumenta a segurança de todas as partes interessadas, permitindo que os facilitadores adaptem suas abordagens em resposta à dinâmica das sessões, linguagem verbal e corporal observadas durante os MBCPs, à prontidão dos participantes e também a mudanças nos níveis de risco, devido ao *feedback* das vítimas sobreviventes.

FRAMEWORKS TEÓRICOS E ALGUMAS ABORDAGENS UTILIZADAS DURANTE O MBCP DA RELATIONSHIPS AUSTRALIA (SYDNEY CENTRE). MODELO TRANSTEÓRICO DE MUDANÇA (TTM) MEDINDO A MUDANÇA AO LONGO DO CAMINHO

O Modelo Transteórico de Mudança (TTM) criado por Prochaska e DiClemente na década de 1970 oferece um *framework* teórico sólido para compreender mudanças comportamentais, sendo amplamente utilizado nos MBCPs no contexto da violência doméstica e familiar (Prochaska & DiClemente, 1983). Este modelo organiza as mudanças comportamentais em estágios, sendo eles: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação, manutenção e recaída.



Cada estágio reflete diferentes níveis de prontidão para as mudanças comportamentais, permitindo que as intervenções sejam ajustadas às necessidades individuais dos participantes (Eckhardt et al., 2013).

A principal vantagem do TTM é sua flexibilidade, pois ela pode acomodar indivíduos com diferentes níveis de motivação e resistência. Por exemplo, muitos usuários de violência começam no estágio de pré-contemplação, sem reconhecer que os seus comportamentos são problemáticos. Neste momento, técnicas como a Entrevista Motivacional são eficazes para mover esses indivíduos para a contemplação, ajudando-os a reconhecer os impactos negativos das suas ações e a considerar mudanças comportamentais (Miller & Rollnick, 2013).

O TTM destaca que alinhar as intervenções ao estágio de prontidão do participante melhora significativamente a adesão e os resultados terapêuticos, enquanto intervenções desalinhadas podem ser prejudiciais (Levesque et al., 2001). Para indivíduos no estágio de preparação, estratégias como o estabelecimento de metas são cruciais, enquanto aqueles no estágio de ação requerem suporte contínuo para sustentar as mudanças.

O reconhecimento no TTM de que a recaída é uma parte natural do processo permite que facilitadores criem estratégias de prevenção que reforcem o progresso e reduzam riscos de recaída (Prochaska et al., 1992). Pesquisas indicam que o uso do TTM em intervenções de grupo melhora a responsabilização individual e promove mudanças duradouras (Scott et al., 2011).

Em síntese, o TTM é uma abordagem dinâmica e individualizada que aprimora a eficácia das intervenções contra violência doméstica, permitindo integração com outras modalidades terapêuticas, como a Terapia Cognitivo-Comportamental (Saunders, 2008).

TEORIA DA APRENDIZAGEM SOCIAL E A TEORIA DO APEGO ***A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA***

A Teoria da Aprendizagem Social sugere que presenciar violência no ambiente familiar molda atitudes e comportamentos relacionados à agressão. Isso destaca a importância de se explorar as experiências vividas na infância pelos autores de violência (Widom, 1989), utilizando exercícios terapêuticos como o



Family of Origin [Abordagem da Família de Origem, FOO]. Neste contexto, o FOO seria uma ferramenta essencial para o trabalho terapêutico para “ressignificar” certas experiências traumáticas e conseqüentemente tentar interromper o ciclo de trauma intergeracional, pois estudos revelam uma ligação significativa entre a exposição infantil ao abuso e padrões subseqüentes de violência, ilustrando como essas vivências precoces influenciam comportamentos na vida adulta (Rosenbaum & O’Leary, 1981). Ademais, as complexidades psicológicas dos usuários de Violência Doméstica e Familiar frequentemente envolvem traumas precoces, rupturas de apego e transtornos de personalidade, como o transtorno de personalidade borderline. Pesquisas de Dutton (1998) associam traços borderline, como raiva crônica e apego temeroso, a maior incidência de VDF. Sob a perspectiva da Teoria do Apego de Bowlby (1969), a agressão pode surgir como um protesto contra ameaças de separação ou abandono. Compreender essas bases psicológicas é essencial para intervenções de MBCP eficazes, pois esse entendimento promoveria a empatia (não colusiva) em relação aos autores de violência, reconhecendo que comportamentos abusivos muitas vezes resultam de traumas não resolvidos. Tudo isso sem justificar as ações dos usuários de violência.

Além disso, o abuso de substâncias é amplamente documentado como mecanismo de enfrentamento mal-adaptado para lidar com traumas infantis, pois experiências adversas aumentam a probabilidade de comportamentos aditivos como automedicação (Schindler, 2019; Jones & Roberts, 2020). O abuso de substâncias também contribui significativamente para a VDF, com fatores como desinibição induzida pelo álcool e déficits no lobo frontal associados à maior agressão (Westby & Ferraro, 1999).

Portanto, em situações como essas, os facilitadores de MBCPs devem integrar estratégias que promovam a conscientização sobre os impactos de traumas passados, aprimorem a regulação emocional e incluam tratamentos para abuso de substâncias (Moeller & Dougherty, 2001). Portanto, o FOO pode auxiliar os participantes a identificar padrões intergeracionais que podem contribuir para comportamentos abusivos, incentivando uma reflexão mais profunda sobre suas próprias ações e outras tendências negativas (Gondolf, 2012). De acordo com Miller & Rollnick (2013) ao integrar essas abordagens, profissionais podem



romper ciclos de violência, fomentar mudanças comportamentais sustentáveis e promover relacionamentos mais saudáveis.

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL (CBT) *MUDANDO PADRÕES DE PENSAMENTO, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS PREJUDICIAIS*

Desenvolvida por Aaron Beck na década de 1960, a CBT é uma intervenção central nos MBCPs para autores de violência doméstica e familiar, pois promove a modificação de comportamentos disfuncionais através da reestruturação cognitiva, enfrentando pensamentos irracionais e fomentando habilidades de enfrentamento saudáveis (Sutton, 2007). Seu uso crescente em MBCPs visa reduzir a reincidência e fomentar mudanças comportamentais sustentáveis (Day et al., 2009).

Babcock, Green e Robie (2004) destacam que a CBT desafia distorções cognitivas que justificam comportamentos abusivos, ensinando alternativas não violentas. Para tanto, ferramentas como *logs* de comportamento são cruciais, permitindo aos participantes monitorar gatilhos emocionais e padrões de resposta. Isso promove maior autoconsciência, regulação emocional e gerenciamento proativo de tendências violentas.

A CBT tem sido amplamente reconhecida por sua eficácia em intervenções no contexto dos MBCPs. Evidências demonstram que participantes desses programas que utilizam a CBT apresentam maior capacidade de controlar pensamentos impulsivos, além de desenvolverem respostas mais adequadas ao estresse, contribuindo significativamente para a redução de comportamentos violentos (Brown, 2004).

A principal força da CBT reside em sua abordagem integrada, que combina técnicas de reestruturação cognitiva, desenvolvimento de habilidades comportamentais e incentivo à auto-observação. Essas características tornam a CBT uma estratégia de intervenção robusta e eficaz no combate à violência doméstica e familiar (Babcock et al., 2004). O seu uso combinando *logs* de comportamento e enfrentamento de pensamentos irracionais promove mudanças positivas em



autores de violência, melhorando a segurança das vítimas sobreviventes e da comunidade (Smedslund et al., 2011).

TERAPIA NARRATIVA REESTRUTURANDO HISTÓRIAS

Desenvolvida por White & Epston (1990), a Terapia Narrativa é uma intervenção crucial na Violência Doméstica e Familiar, focando na reconstrução de narrativas pessoais para fomentar mudanças positivas. Ao reformular histórias pessoais, a Terapia Narrativa aborda crenças subjacentes que perpetuam comportamentos abusivos, incentivando a contextualização das ações dentro de narrativas mais amplas, promovendo autoconsciência e senso de agência (Morgan, 2000). Segundo Jenkins (2009), essa prática transforma experiências de vergonha em contextos capacitadores e éticos. Por sua vez, Wendt et al. (2019) destacam que a Terapia Narrativa auxilia na compreensão e responsabilidade pessoal dos indivíduos, facilitando a mudança de perspectiva e a assunção de comportamentos mais éticos.

Neste modelo de Terapia, a separação entre a pessoa e o problema é um ponto central, permitindo que comportamentos violentos sejam vistos como questões externas, e não falhas inerentes (White & Epston, 1990). Essa externalização reduz a internalização de culpa ou vergonha, criando espaço para a mudança.

Complementando a CBT, a Terapia Narrativa explora narrativas profundas enquanto a CBT trabalha na reestruturação cognitiva e no desenvolvimento de habilidades (Babcock et al., 2004). White & Epston (1990) afirmam que a Terapia Narrativa oferece uma abordagem poderosa ao reescrever histórias pessoais, promovendo narrativas construtivas que sustentam mudanças positivas.

Quando integrada aos MBCPs, a Terapia Narrativa combina técnicas como *logs* de comportamento da CBT para monitorar ações, fornecendo um *framework* abrangente que aborda distorções cognitivas e narrativas pessoais. Essa integração apoia mudanças comportamentais duradouras e a promoção de relacionamentos mais saudáveis (Sutton, 2007; Miller & Rollnick, 2013).



Entrevista Motivacional (MI)

Fomentando Validação e Respeito

Desenvolvida por William R. Miller em 1983, a Motivational Interviewing [Entrevista Motivacional, MI] é uma abordagem centrada no cliente que se destaca por seu “diálogo empático” e foco em princípios Rogerianos (Murphy & Maiuro, 2008). Projetada para lidar com a resistência, a MI promove a validação e o respeito, permitindo que os participantes expressem as suas perspectivas e desejos de mudança. Como resultado, eles se engajam mais efetivamente no processo de transformação (Anderson & Stewart, 1983).

Miller e Rollnick (2013) descrevem a MI como um método colaborativo que aumenta a motivação intrínseca dos clientes, ajudando-os a resolver ambivalências e comprometerem-se com mudanças significativas. Diferente de abordagens confrontadoras como o Modelo Duluth, a MI adota uma postura não diretiva que promove a autonomia do participante, reduzindo desistências e melhorando os resultados do programa (Dia et al., 2009).

Frequentemente combinada com outros modelos, como o Modelo Trans-teórico de Mudança (TTM), a MI ajuda a ajustar intervenções de acordo com o estágio de prontidão do participante (Prochaska & DiClemente, 1983). Essa integração fortalece a aliança terapêutica, facilitando avanços para estágios mais ativos de mudança comportamental.

Pesquisas destacam a eficácia da MI em MBCPs, ressaltando sua adaptabilidade e capacidade de fortalecer relações terapêuticas, o que se correlaciona com melhores resultados (Taft et al., 2004). Dessa forma, a MI não apenas facilita a responsabilidade individual, mas também oferece um caminho estruturado e respeitoso para mudanças comportamentais duradouras em contextos de Violência Doméstica e Familiar.

FRAMEWORK DE RISCO-NECESSIDADE-RESPONSIVIDADE (RNR)

APRIMORANDO A EFICÁCIA DOS MBCPS

Desenvolvido pelos criminologistas canadenses Donald A. Andrews e James Bonta nos anos 90, o Framework de Risco-Necessidade-Responsividade (RNR) é uma ferramenta central no gerenciamento e reabilitação de indivíduos que



praticam Violência Doméstica e Familiar. Baseado em três princípios — Risco, Necessidade e Responsividade —, o RNR prioriza intervenções intensivas para indivíduos de alto risco, abordando fatores criminogênicos e adaptando as estratégias às características individuais (Bonta & Andrews, 2007).

Na Nova Gales do Sul, onde Sydney é a capital, *frameworks* utilizados com sobreviventes de violência doméstica como o Domestic Violence Safety Assessment Tool [Ferramenta de Avaliação de Segurança para Violência Doméstica, DVSAT] avaliam a gravidade das situações acessadas e os Riscos futuros da violência, permitindo a priorização de casos urgentes (Moore & O’Neill, 2019). O DVSAT é uma ferramenta criada com os conceitos do RNR em mente e garantem intervenções proporcionais ao risco, reduzindo a reincidência e aumentando a segurança pública (Sullivan & Rumney, 2022).

Já o princípio de Necessidade identifica e aborda fatores como abuso de substâncias, atitudes antissociais e problemas relacionais, que contribuem para comportamentos violentos. Adicionalmente, o princípio de Responsividade promove intervenções personalizadas, ajustadas ao contexto cognitivo, emocional e cultural do participante. Dessa forma, conceitos como o RNR, se bem aplicados, podem ser fundamentais para melhorar a gama e eficiência dos serviços oferecidos aos usuários de violência enquanto se aumenta a segurança de vítimas-sobrevivente.

Embora até 50% das intervenções de um MBCP possam ser adaptadas às necessidades dos usuários de violência, limitações financeiras e operacionais frequentemente reduzem essa margem para 20% em alguns MBCPs (Bonta & Andrews, 2007).

Apesar de sua implementação gradual nos MBCPs australianos, o modelo RNR é uma abordagem eficaz e baseada em evidências. Sua contínua avaliação e adaptação são essenciais para garantir relevância e sucesso na redução da violência doméstica e na reabilitação de ofensores (New South Wales Department of Justice, 2020).



A IMPORTÂNCIA DOS FRAMEWORKS FEMINISTAS NOS MBCPs TRAZENDO PERSPECTIVAS FEMININAS PARA A PRÁTICA

Os *frameworks* Feministas desempenham um papel central nos MBCPs, pois abordam os desequilíbrios fundamentais de poder e os aspectos de gênero da Violência Doméstica e Familiar. Ao incorporar princípios Feministas, os New South Wales Practice Standards for Men's Behaviour Change Programs enfatizam a responsabilização dos usuários de violência (75% masculina de acordo com a AIHW, 2019), o respeito e a não violência, e incentivando os participantes a confrontar e mudar crenças enraizadas no poder e no controle sobre as mulheres (New South Wales Department of Communities and Justice, 2020).

Esses *practice standards* e seus *frameworks* ajudam profissionais e participantes dos MBCPs a examinar criticamente as influências sistêmicas e patriarcais sobre a VDF, promovendo empatia e responsabilização. Essa responsabilização ocorre por meio da reflexão sobre os impactos de seus comportamentos em mulheres e crianças (No to Violence, 2018). É evidente que MBCPs informados por perspectivas feministas demonstram maior eficácia ao oferecer aos homens modelos não violentos de masculinidade, essenciais para mudanças comportamentais duradouras (Day et al., 2009).

SUPERVISÃO CLÍNICA, POSICIONALIDADE E REFLEXIVIDADE A ESSENCIALIDADE DE UM PROFISSIONAL ABERTO, REFLEXIVO E ADAPTÁVEL

A integração da Supervisão Clínica, Posicionalidade e Reflexividade nos MBCPs estabelece uma base crítica para práticas éticas e eficazes. Esses elementos promovem um engajamento reflexivo e informado, especialmente diante das complexidades da violência de gênero e da modificação comportamental (Parker, 2017).

Essa integração é particularmente essencial em contextos de facilitação envolvendo profissionais de gêneros diferentes, em que as dinâmicas de gênero influenciam significativamente o relacionamento terapêutico, as interações com os clientes e os resultados do programa. Durante os MBCPs, a Supervisão Clínica proporciona um espaço estruturado para avaliação contínua e refinamento das



práticas, assegurando que os facilitadores mantenham altos padrões éticos e profissionais.

Por outro lado, a Posicionalidade incentiva os profissionais a reconhecerem como suas identidades sociais — como gênero, raça, classe e cultura — afetam suas abordagens e interações com os participantes. Já a Reflexividade promove um processo contínuo de autoexame crítico, encorajando os facilitadores a avaliar como suas experiências pessoais e crenças podem influenciar suas práticas.

Ao integrar essas dimensões, os *MBCPs* promovem uma prática que busca neutralidade terapêutica e a necessidade de abordar e desafiar crenças prejudiciais, criando intervenções mais eficazes, inclusivas e eticamente responsáveis.

SUPERVISÃO CLÍNICA

A Supervisão Clínica nos *MBCPs* fornece um *framework* estruturado que promove o crescimento profissional e a prática reflexiva, permitindo que os profissionais avaliem criticamente suas intervenções (Wheeler & Richards, 2007). Esse processo reflexivo é especialmente crucial em contextos com facilitadores cisgêneros do sexo feminino e masculino, considerando o impacto das dinâmicas de gênero nas interações de grupo.

Na Relationships Australia (no centro de Sydney) o modelo de facilitação com profissionais de ambos os gêneros está alinhado aos New South Wales Practice Standards for Men's Domestic Violence Behaviour Change Programs, que enfatizam a modelagem de dinâmicas de gênero respeitadas e o desafio a crenças prejudiciais (New South Wales Department of Communities and Justice, 2020). Ao apresentar perspectivas diversas sobre masculinidade e responsabilização, essa abordagem incentiva os participantes a confrontarem comportamentos violentos e adotarem atitudes relacionais não violentas e respeitadas (Day et al., 2009).

Embora esses *practice standards* não exijam facilitadores cisgêneros, eles destacam a importância de perspectivas de gênero variadas para promover masculinidades não violentas e respeito nas relações, apoiando assim facilitadores transgêneros qualificados que atendam aos requisitos necessários (NSW Health Education Centre Against Violence, 2017).



Além do mais, na Relationships Australia, a eficácia dos MBCPs é fortalecida por sessões de Supervisão Clínica quinzenais, onde os facilitadores revisam as gravações das duas sessões anteriores, para garantir padrões éticos e refletir sobre a influência das dinâmicas de gênero na aliança terapêutica, nos processos de responsabilização e nas interações com os clientes (Wheeler & Richards, 2007). Essas sessões de supervisão promovem uma prática mais reflexiva e informada, aprimorando a qualidade geral das intervenções e o impacto positivo nos participantes.

ÁREAS-CHAVE EM QUE A SUPERVISÃO CLÍNICA É ESSENCIAL PARA A FACILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE GÊNEROS MISTOS

SUPERVISÃO CLÍNICA: SUPERVISÃO ÉTICA E RESPONSABILIZAÇÃO

A Supervisão Clínica garante que os profissionais permaneçam responsáveis por padrões profissionais e diretrizes éticas, especialmente em contextos de violência de gênero (Turner & Hill, 2011). Em equipes de facilitação de gêneros mistos, é essencial que o equilíbrio de poder seja cuidadosamente gerido para evitar a perpetuação involuntária de dinâmicas prejudiciais, como facilitadores homens alinhando-se inconscientemente com clientes homens ou facilitadoras mulheres sendo percebidas como menos autoritárias (Briscoe, 2015).

Mitigação de Preconceitos Relacionados ao Gênero

Equipes de gêneros mistos podem refletir inconscientemente normas sociais de gênero, potencialmente reforçando dinâmicas prejudiciais. Nesse caso, a Supervisão Clínica oferece um espaço objetivo para examinar criticamente esses preconceitos e ajustar as intervenções, garantindo que elas permaneçam equilibradas e eficazes (Davys & Beddoe, 2010). Além disso, Supervisores Clínicos desempenham um papel vital em garantir que facilitadores de diferentes gêneros trabalhem em harmonia para desafiar comportamentos prejudiciais, mantendo a neutralidade terapêutica e evitando estereótipos de gênero.

O Feedback e o Desenvolvimento de Habilidades

Quando um facilitador é percebido de forma diferente devido ao gênero (por exemplo, facilitadores homens sendo vistos como mais autoritários ou alinhando-se com clientes homens) gravações das sessões permitem que Supervisores Clínicos forneçam *feedback* específico. Isso ajuda os facilitadores a ajustarem sua



abordagem para manter a equidade, consistência e engajamento igualitário dos clientes (Wheeler & Richards, 2007).

Esses elementos não apenas promovem práticas éticas e responsivas, mas também fortalecem o impacto terapêutico ao garantir que os facilitadores compreendam e naveguem com eficácia pelas dinâmicas de gênero, promovendo intervenções equilibradas e inclusivas.

Gerenciamento de Dinâmicas de Grupo e Desequilíbrios de Poder de Gênero

Em muitos MBCPs, o ambiente de grupo pode amplificar as dinâmicas de poder entre clientes e facilitadores, bem como entre os próprios participantes. Nesses casos, a Supervisão Clínica é essencial para identificar quando surgem preconceitos baseados em gênero, especialmente se um gênero for percebido como tendo mais controle ou autoridade. Isso é particularmente relevante ao discutir tópicos relacionados à masculinidade, controle e violência, onde percepções baseadas em gênero podem influenciar fortemente o comportamento do grupo (Brown, 2004).

Nesse contexto, a Supervisão Clínica garante que os facilitadores possam lidar com esses desafios de maneira sensível e ética, navegando por dinâmicas complexas sem reforçar desigualdades ou preconceitos de gênero.

POSICIONALIDADE

ENCONTRANDO SUA IDENTIDADE SOCIAL E PROFISSIONAL

A Posicionalidade refere-se ao reconhecimento de como as identidades sociais de um profissional — como gênero, raça, classe e contexto cultural — influenciam suas perspectivas, preconceitos e interações com os clientes. Essa conscientização é especialmente crítica para profissionais de MBCPs, onde a interação entre gênero, poder e controle é central às questões abordadas.

Quando facilitadores são de gêneros diferentes, eles devem estar cientes de suas posições sociais e de como essas podem moldar seu estilo de facilitação e as interações com os participantes (Mthethwa-Sommers, 2014).

Dinâmicas de Poder e Localização Social

Em equipes de facilitação de gêneros mistos, as dinâmicas de poder inerentes entre facilitadores e participantes de MBCPs tornam-se mais complexas.



Facilitadores homens podem ser percebidos como mais alinhados aos clientes masculinos, enquanto facilitadoras mulheres podem enfrentar desafios para afirmar autoridade em discussões sobre controle e violência (Brown, 2004).

Nesse contexto, ao compreenderem suas Posicionalidades, os facilitadores devem refletir sobre como seus gêneros e outras identidades sociais afetam seu trabalho, garantindo que essas dinâmicas não interfiram no processo terapêutico (Misawa, 2010). Essa conscientização é fundamental para criar intervenções equilibradas e inclusivas, promovendo um ambiente de grupo mais equitativo e eficaz.

Sensibilidade Cultural e Interseccionalidade

A Posicionalidade é crucial para reconhecer os diversos contextos culturais nos quais os participantes dos *MBCPs* estão inseridos. Nesse ambiente, os facilitadores de *MBCPs* devem estar cientes de como seu gênero e histórico cultural podem influenciar suas interações com clientes de diferentes grupos culturais. Em equipes de facilitação de gêneros mistos, é fundamental compreender como normas culturais relacionadas à masculinidade, controle e violência se cruzam com questões de gênero, abordando-as com sensibilidade ao mesmo tempo em que desafiam comportamentos prejudiciais (Pease, 2019). Essa compreensão refinada da Posicionalidade permite que facilitadores ofereçam intervenções culturalmente competentes, ajustadas às necessidades e experiências específicas de cada cliente.

Percepções de Autoridade e Empatia Baseadas em Gênero

Nos *MBCPs*, o gênero pode influenciar como os participantes percebem os facilitadores. Facilitadores homens podem ser vistos como mais autoritários, enquanto facilitadoras mulheres podem ser esperadas a adotar papéis mais acolhedores ou empáticos (Briscoe, 2015).

A Posicionalidade ajuda os facilitadores a reconhecerem e navegarem por essas expectativas para evitar a perpetuação de estereótipos prejudiciais. Ao mesmo tempo, ela garante que ambos os facilitadores sejam percebidos como iguais em autoridade e expertise. Essa abordagem equilibrada não apenas fortalece a eficácia das intervenções, mas também contribui para dismantelar narrativas de gênero que reforçam dinâmicas desiguais, promovendo relações mais respeitadas e igualitárias.



REFLEXIVIDADE

A IMPORTÂNCIA DO AUTOEXAME PROFISSIONAL

A Reflexividade, ou prática de autoexame contínuo, também é crucial nos *MBCPs*, pois incentiva os profissionais a avaliarem como valores, experiências e preconceitos pessoais influenciam suas abordagens. Esse processo assegura intervenções centradas no cliente, livres de suposições não examinadas, sendo particularmente importante em equipes de facilitação de gêneros diferentes, em que a identidade de gênero pode afetar estilos de facilitação e interações com os clientes (Thomas et al., 2019).

Nos *MBCPs*, a prática reflexiva exige que facilitadores analisem criticamente o impacto de sua identidade de gênero no estilo de facilitação. Facilitadores homens podem refletir sobre dinâmicas de autoridade, enquanto facilitadoras mulheres podem focar no equilíbrio entre empatia e assertividade, ambos ajustes que aprimoram o engajamento do cliente (Finlay, 2008). Além disso, a Reflexividade desafia suposições pessoais sobre gênero, poder e violência, especialmente em equipes mistas, em que experiências de gênero e expectativas sociais podem influenciar inconscientemente percepções sobre masculinidade e controle (Pease, 2019).

Outro benefício da Reflexividade é a adaptabilidade, permitindo que os facilitadores respondam efetivamente às dinâmicas em evolução dos grupos nos *MBCPs*. Essa adaptabilidade é vital em equipes de gênero misto, onde as respostas dos clientes podem variar de acordo com o gênero do facilitador. A prática reflexiva apoia os facilitadores na modificação de abordagens, assegurando práticas éticas e responsivas para navegar pelas complexidades da mudança comportamental relacionada ao gênero (Finlay, 2008).

A LÓGICA DE INTEGRAR TEORIAS E FRAMEWORKS NOS MBCPS

Integrar exercícios e *frameworks* teóricos variados nos *MBCPs* permite uma abordagem flexível e centrada no participante, adaptada à prontidão, necessidades e contexto de cada indivíduo. Essa combinação dinâmica e contínua estabelece uma base holística para mudanças comportamentais



duradouras, ajustando as intervenções ao estágio de prontidão e ao nível de risco do participante.

Nesse contexto, o TTM e o RNR podem ajudar a identificar os estágios de prontidão e níveis de risco dos participantes. Participantes em estágios iniciais também podem se beneficiar da Entrevista Motivacional (MI), enquanto aqueles na fase de Ação podem receber CBT, visando desenvolver padrões de comportamento mais saudáveis (Prochaska & DiClemente, 1983).

Complementando esses *frameworks*, Teorias como Aprendizado Social e Teoria do Apego fornecem insights sobre influências da família de origem nos indivíduos, ajudando participantes a refletirem sobre comportamentos aprendidos no passado (Bowlby, 1969). Após essa reflexão, *frameworks* como CBT e Terapia Narrativa pode ajudar aos participantes a “desaprender” crenças prejudiciais e reestruturar narrativas pessoais, promovendo a separação da identidade pessoal aos comportamentos violentos (White & Epston, 1990).

A Terapia Narrativa, por sua vez, complementa a CBT, promovendo responsabilidade ao ajudar participantes a verem os comportamentos violentos como problemas a serem resolvidos, em vez de falhas inerentes. Isso cultiva a propriedade de suas ações enquanto CBT aborda mudanças comportamentais imediatas e Terapia Narrativa sustenta transformações profundas (White & Epston, 1990).

Além disso, *frameworks* Feministas e Interseccionais devem fundamentar discussões sobre dinâmicas de gênero e poder, incentivando o exame de expectativas sociais que perpetuam controle e violência (Briscoe, 2015).

Não podemos nos esquecer que nos MBCPs, Supervisão Clínica, Reflexividade e Posicionalidade enriquecem as práticas desses programas, já que a Supervisão Clínica proporciona um espaço reflexivo para integrar *frameworks* com eficácia (Wheeler & Richards, 2007). Por outro lado, a Reflexividade mantém os facilitadores atentos a preconceitos pessoais, permitindo adaptações sensíveis a grupos diversos (Finlay, 2008) e a Posicionalidade promoverá uma conscientização fundamental para criar intervenções equilibradas e inclusivas.

Na prática, esses *frameworks* devem se integrar ao longo dos MBCPs, promovendo uma facilitação mais eficaz e justa, sempre buscando transforma-



ções mais significativas centradas nos participantes e que devem aumentar o bem-estar destes e das vítimas-sobreviventes da Violência Doméstica e Familiar.

CONCLUSÃO

Os *frameworks* teóricos utilizados no treinamento de profissionais e na facilitação dos MBCPs conduzidos pelo NSW Health Education Centre Against Violence (ECAV) e pela Relationships Australia (Sydney Centre) refletem um compromisso rigoroso e contínuo com o enfrentamento das dinâmicas multifacetadas da Violência Doméstica e Familiar.

Dentro dos *frameworks* utilizados durante o treinamento do ECAV e na prática durante os MBCPs da Relationships Australia, a essencialidade dos *frameworks* Feministas e Interseccionais, o Modelo Transteórico de Mudança, as Teorias de Aprendizado Social e Apego, as Terapias Cognitivo-Comportamentais e Narrativas e o Framework de Risco-Necessidade-Responsividade (RNR) não podem ser descontadas. Isso pois esses *frameworks* capacitam os facilitadores a identificarem as necessidades dos usuários de violência e vítimas-sobreviventes e a adaptarem as intervenções de acordo com as necessidades específicas e a prontidão de cada um deles. Essas abordagens personalizadas estão respaldadas por inúmeros trabalhos acadêmicos e também alinhadas aos compromissos Nacionais e Estaduais do governo australiano para combater a VDF, conforme articulados no New South Wales Domestic Family Violence Plan (2022–2027) e também no National Plan to Reduce Violence against Women and their Children (2022–2032).

Além disso, a centralidade da Supervisão Clínica e da Prática Reflexiva nos MBCPs é crucial para manter padrões éticos e a responsabilidade profissional, especialmente à medida que facilitadores de ambos os gêneros navegam por privilégios e desvantagens ao trabalharem com indivíduos de alto risco.

Pesquisas futuras devem continuar explorando a interseção desses *frameworks* teóricos e também adotar teorias emergentes e práticas culturalmente responsivas, garantindo que as necessidades dinâmicas de populações diversas sejam adequadamente atendidas. Ademais, o foco no desenvolvimento profissional e em abordagens Interseccionais fortalecerá a capacidade dos MBCPs



de responder às expectativas sociais e à diversidade demográfica dos clientes. Isso, por sua vez, aumentará a eficácia dos MBCPs em reduzir a reincidência, promover mudanças comportamentais duradouras nos usuários de violência e salvaguardar o bem-estar de mulheres e crianças.



REFERÊNCIAS

- Anderson, C. M., & Stewart, S.** (1983). *Mastering resistance: a practical guide to family therapy*. Guilford Press.
- Australian Government.** (2022). *National plan to end violence against women and children 2022–2032*. Department of Social Services. Recuperado de <https://www.dss.gov.au/the-national-plan-to-end-violence-against-women-and-children/the-national-plan-to-end-violence-against-women-and-children-2022-2032>
- Australian Institute of Health and Welfare.** (2019). *Family, domestic and sexual violence in Australia: Continuing the national story—In brief*.
- Australian Government.** https://www.aihw.gov.au/getmedia/b180312b-27de-4cd-9-b43e-16109e52f3d4/aihw-fdv4-fdsy-in-australia-2019_in-brief.pdf
- Babcock, J. C., Green, C. E., & Robie, C.** (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical Psychology Review*, 23(8), 1023–1053. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2002.07.001>
- Bonta, J., & Andrews, D. A.** (2007). *Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation*. Public Safety Canada.
- Bowlby, J.** (1969) *Attachment and Loss: Volume 1. Attachment*. Basic Books.
- Bonta, J., & Andrews, D. A.** (2007). *Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation*. Public Safety Canada.
- Briscoe, R.** (2015). Power dynamics in therapeutic settings: A gendered perspective. *Journal of Counseling and Development*, 93(2), 123–134.
- Brown, T.** (2004). Managing emotional responses to stress: Practical skills for violence prevention programs. *Journal of Counseling Psychology*, 51(2), 195–201.
- Day, A., Chung, D., O'Leary, P., & Carson, E.** (2009). Programs for men who perpetrate domestic violence: An examination of the issues underlying the effectiveness of intervention programs. *Journal of Family Violence*, 24(3), 203–212. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9221-4>
- Davys, A., & Beddoe, L.** (2010). *Best practice in professional supervision: A guide for the helping professions*. Jessica Kingsley Publishers.
- Dia, D. A., Simmons, C., Oliver, M., & Cooper, R. L.** (2009). Motivational interviewing and the Duluth model: Addressing the differential needs of offenders in domestic violence treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 14(1), 29–35. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.08.001>
- Dutton, D. G.** (1998). *The abusive personality: Violence and control in intimate relationships*. Guilford Press.



- Dutton, D. G.** (1998). *The abusive personality: Violence and control in intimate relationships*. Guilford Press.
- Eckhardt, C. I., Murphy, C. M., Black, D., & Suhr, L.** (2013). Intervention programs for perpetrators of intimate partner violence: Conclusions from a clinical research perspective. *Public Health Reports, 128*(1_suppl1), 89-95.
- Finlay, L.** (2008). Reflecting on "Reflective practice." *Practice-Based Learning in Health and Social Care, 11*(3), 1-10.
- Gondolf, E. W.** (2012). Assessing the effects of "family of origin" work in batterer intervention programs. *Journal of Family Violence, 27*(4), 305-315.
- Jenkins, A.** (2009). *Becoming ethical: A parallel, political journey with men who have abused*. Russell House Publishing.
- Jones, A., & Roberts, M.** (2020). The impact of early adverse experiences on addictive behaviors: Self-medication and resilience. *Journal of Addiction Research and Therapy, 14*(3), 45-59.
- Levesque, D. A., Gelles, R. J., & Velicer, W. F.** (2001). Development and validation of a stage of change measure for batterers. *Cognitive Therapy and Research, 24*(2), 175-199.
- Miller, W. R., & Rollnick, S.** (2013). *Motivational interviewing: Helping people change* (3rd ed.). Guilford Press.
- Misawa, M.** (2010). The intersection of race and gender in the workplace: Examining perceptions of inclusion. *Advances in Developing Human Resources, 12*(3), 345-358.
- Moeller, F. G., & Dougherty, D. M.** (2001). Antisocial personality disorder, alcohol, and aggression. *Alcohol Research & Health, 25*(1), 5-11.
- Moore, S., & O'Neill, M.** (2019). Risk assessment in domestic violence cases: Prioritizing safety and accountability. *Journal of Family Violence, 34*(4), 345-360.
- Morgan, A.** (2000). *What is narrative therapy? An easy-to-read introduction*. Dulwich Centre Publications.
- Mthethwa-Sommers, S.** (2014). Positionality influences. In *Narratives of social justice educators*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-08431-2_5
- Murphy, C. M., & Maiuro, R. D.** (2008). *Motivational interviewing and stages of change in intimate partner violence*. Springer Publishing.
- NSW Health Education Centre Against Violence.** (2017). *Graduate Certificate in Men's Behaviour Change*. NSW Health.
- New South Wales Department of Communities and Justice.** (n.d.). *Men's behaviour change program*. <https://dcj.nsw.gov.au/service-providers/supporting-family-domestic-sexual-violence-services/dfv-programs-funding/men-s-behaviour-change-program.html>
- New South Wales Department of Communities and Justice.** (2017). *NSW practice standards for men's domestic violence behaviour change programs*. Retrieved from <https://www.dcj.nsw.gov.au/>

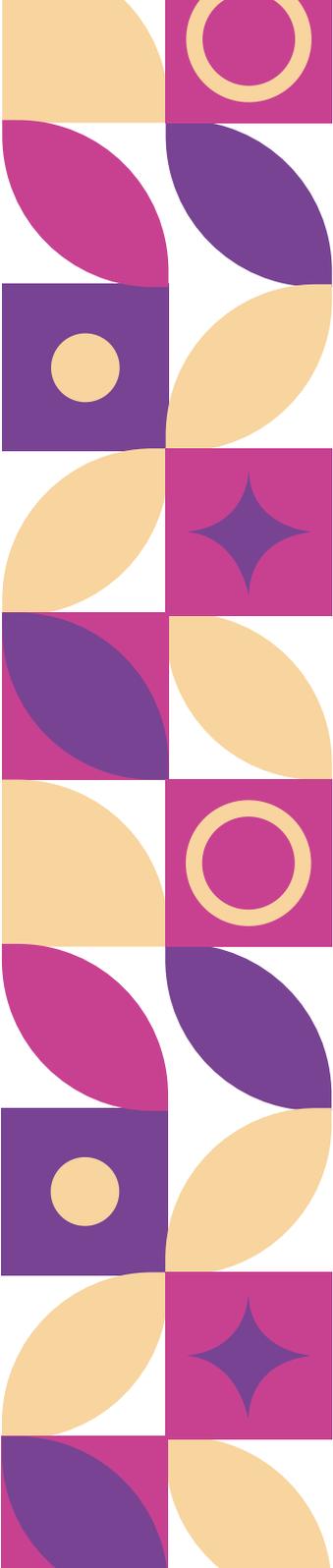


- New South Wales Department of Communities and Justice.** (2022). *NSW Domestic and Family Violence Plan 2022–2027*. Department of Communities and Justice. Retrieved August 28, 2024, from <https://dcj.nsw.gov.au/documents/service-providers/domestic-and-family-violence-services/NSW-Domestic-and-Family-Violence-Plan-2022-2027.pdf>
- New South Wales Department of Communities and Justice.** (2020). *Men's behaviour change programs: Practice standards*. NSW Department of Justice. Retrieved September 10, 2024, from <https://ntv.org.au/wp-content/uploads/2020/06/NSW-Department-of-Justice-Mens-Behaviour-Change-Programs-Practice-Standards.pdf>
- No to Violence.** (2018). *Men's Behaviour Change Programs: Ending family violence through evidence-based intervention and training*. Recuperado de <https://ntv.org.au/mrs/mens-behaviour-change-programs/>
- Organização Mundial da Saúde.** (2021). Uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>
- Parker, L.** (2017). Reflective practice and its role in practitioner-client engagement: Addressing dynamics in gendered violence and behavior modification. *Journal of Social Work Practice*, 31(3), 275-288. <https://doi.org/10.1080/02650533.2017.1316547>
- Pease, B.** (2019). *Facing patriarchy: From a violent gender order to a culture of peace*. Zed Books.
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C.** (1983). Stages and processes of self-change of smoking: Toward an integrative model of change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51(3), 390-395.
- Prochaska, J. O., DiClemente, C. C., & Norcross, J. C.** (1992). In search of how people change: Applications to addictive behaviors. *American Psychologist*, 47(9), 1102-1114.
- Relationships Australia.** (n.d.). *Our history*. Recuperado de <https://www.relationships.org.au/about/our-history/>
- PwC, Our Watch, & VicHealth.** (2016). *The cost of violence against women and their children in Australia*. Department of Social Services. Recuperado de https://www.dss.gov.au/sites/default/files/documents/08_2016/the_cost_of_violence_against_women_and_their_children_in_australia_-_final_report_may_2016.pdf
- Relationships Australia.** (2020). *2020 Taking Responsibility Standard Program. A 22-week program for men who want to stop violent and abusive behaviour towards their partners and children*. Relationships Australia.
- Ringland, C.** (2018). *The Domestic Violence Safety Assessment Tool (DVSAT) and intimate partner repeat victimisation*. NSW Bureau of Crime Statistics and Research.
- Rosenbaum, A., & O'Leary, K. D.** (1981). The relationship between physical aggression and marital dissatisfaction. *Journal of Marriage and Family*, 43(2), 429-440.
- Saunders, D. G.** (2008). Group interventions for men who batter: A summary of program descriptions and research. *Violence and Victims*, 23(2), 156-172.

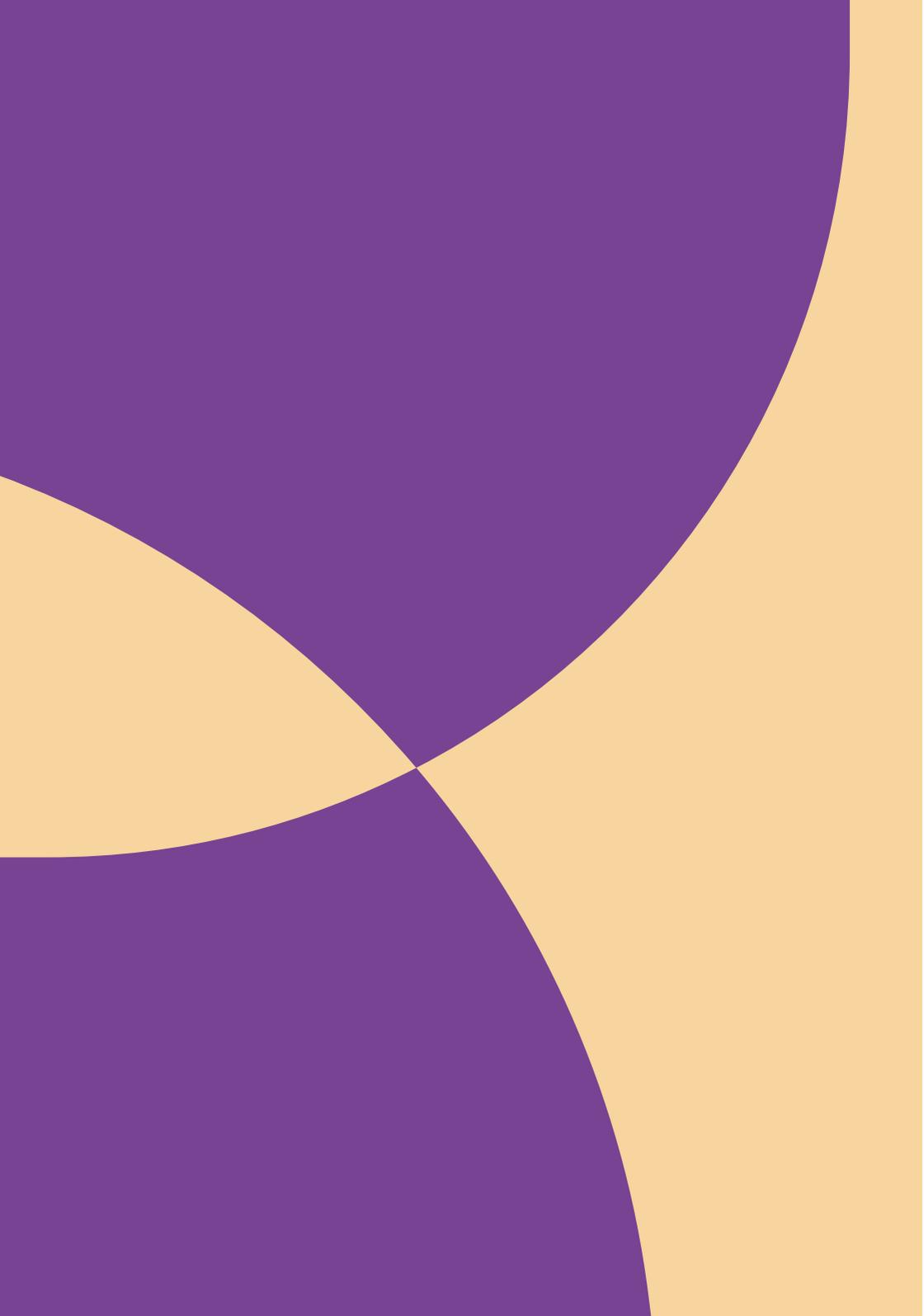


- Schindler, A.** (2019). Attachment and Substance Use Disorders—Theoretical Models, Empirical Evidence, and Implications for Treatment. *Frontiers in Psychiatry, 10*, 727–727. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2019.00727>
- Scott, K. L., King, C. B., McGinn, H., & Hosseini, N.** (2011). The impact of a domestic violence intervention program on the relationship between abusive fathers and their children. *Journal of Family Violence, 26*(6), 165–172.
- Smedslund, G., Dalsbø, T. K., Steiro, A., Winsvold, A., & Clench-Aas, J.** (2011). Cognitive behavioural therapy for men who physically abuse their female partner. *Cochrane Database of Systematic Reviews, (2)*. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD006048.pub2>
- Sullivan, R., & Rumney, P.** (2022). Domestic violence risk assessment: Enhancing safety and accountability. *Journal of Criminal Justice Policy Review, 34*(2), 123–145. <https://doi.org/10.xxxx/jcpr.xxxx>
- Sutton, J.** (2007). *Cognitive-behavioural therapy: Foundations of practice*. Sage.
- Taft, C. T., Murphy, C. M., Elliott, J. D., & Morrel, T. M.** (2004). Attendance-enhancing procedures in group counseling for domestic abusers. *Journal of Counseling and Development, 82*(1), 21–27. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2004.tb00283.x>
- Thomas, M. D., & Bennett, L.** (2009). The Co-Occurrence of Substance Abuse and Domestic Violence: A Comparison of Dual-Problem Men in Substance Abuse Treatment and in a Court-Ordered Batterer Program. *Journal of Social Work Practice in the Addictions, 9*(3), 299–317. <https://doi.org/10.1080/15332560903084457>
- Thomas, S., St. John, M., Norona, C., & Garcia, R.** (2019). *Critical self-reflection and diversity-informed supervision/consultation: Deepening the DC:0–5 cultural formulation*.
- Turner, S., & Hill, A.** (2011). Supervision in social work: Ethical dimensions. *Social Work Review, 58*(2), 207–217.
- Wendt, S., Buchanan, F., & Moulding, N.** (2019). Addressing domestic violence through narrative therapy: Enhancing personal agency and responsibility. *Australian Social Work, 72*(1), 54–66. <https://doi.org/10.1080/0312407X.2018.1516867>
- Westby, M. D., & Ferraro, F. R.** (1999). Frontal Lobe Deficits in Domestic Violence Offenders. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs, 125*(1), 71–102.
- Wheeler, S., & Richards, K.** (2007). The impact of clinical supervision on counsellors and therapists, their practice and their clients: A systematic review of the literature. *Counselling and Psychotherapy Research, 7*(1), 54–65. <https://doi.org/10.1080/14733140601185274>
- White, M., & Epston, D.** (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. Norton.
- Widom, C. S.** (1989). The cycle of violence. *Science, 244*(4901), 160–166. <https://doi.org/10.1126/science.2704995>





**ACOLHIMENTO INDIVIDUAL
DE HOMENS AUTORES
DE VIOLÊNCIAS CONTRA
AS MULHERES: PRÁTICA
PRELIMINAR NOS GRUPOS
REFLEXIVOS**



INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre o acolhimento individual inicial de homens autores de violências contra as mulheres que vão participar dos Grupos Reflexivos. Abordaremos os principais pontos práticos de como isso pode ser feito, isto é, aspectos indispensáveis, dificuldades de escuta desse homem que é compreendido muitas vezes como “agressor”, alguém que por hora, se tem repulsa e que facilmente observamos práticas profissionais contraditórias que vão da criticidade a não reflexão, do não aprofundamento, da volatilidade.

Nesse sentido, a apropriação teórica e prática do acolhimento individual como instrumento técnico-operativo revela ser fundamental para esse primeiro passo na construção do vínculo, para assim, estabelecer uma relação de confiança entre os profissionais e os homens, bem como para delimitar um quadro referencial da categoria acolhida. Este é um instrumento determinante para posterior sucesso da facilitação do Grupo Reflexivo tendo como horizonte a diminuição dos índices de violências contra as mulheres.

Com o intuito de contribuir para essa discussão, apresentamos uma breve sistematização e reflexão da vivência prática de acolhimento individual dos homens autores de violências no âmbito da Política de Assistência Social, para depois ponderar algumas notas introdutórias da delimitação do quadro referencial que se apresenta para os profissionais desde o ponto de vista da compreensão da acolhida e da escuta radical, e, finalmente, uma breve conclusão.

2 ACOLHIDA INDIVIDUAL COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA

O interesse em acolher os homens autores de violências, considerando que este é um dos pilares que sustenta o encantamento não só pelos Grupos Reflexivos, mas também como o acolhimento individual aos homens é uma ferramenta indispensável no enfrentamento das relações de violências sejam contra as mulheres ou ainda contra si próprios.



As motivações deste estudo decorrem da experiência de trabalho como assistente social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), no município de Blumenau/SC, junto ao grupo de homens que perpetraram violências de gênero contra a mulher situada no Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPVCDI) criado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau, por meio da Lei Municipal nº 5.825, de 27 de dezembro de 2001, conforme previsto no artigo 2º:

Art. 2º A operacionalização do “Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher” tem por base legal a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Fórum em Defesa às pessoas vítimas de violência intrafamiliar (Lei nº 5.825, 2001).

Importante destacar que Blumenau teve uma ação inovadora em âmbito nacional ao criar a Lei que instituiu o PPVCDI, com o objetivo de atender de forma integrada a família em situação de violência, a fim de buscar caminhos para enfrentar as violências contra a mulher. O art. 4º, § 1º, da Lei nº 5.825/2001, criou o Centro de Referência que se destinava “ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar e de seus agressores” (Lei nº 5.825, 2001). Nesse sentido, o atendimento seria destinado aos sujeitos diretamente envolvidos com as violências ocorridas, o que incluiria as “agredidas” e os “agressores”.

O serviço contava com atendimentos socioassistenciais, psicológicos e de apoio jurídico, integrando os demais serviços públicos da rede, em local com infraestrutura para trabalhos com grupos. O serviço tinha como procedimentos: acolhida e escuta; orientação e encaminhamentos para registro de Boletim de Ocorrência (BO) de todo e qualquer tipo de violência; convite para participação nos Grupos Reflexivos; transporte, caso necessário, para a mulher e seus filhos em situação de violência doméstica e intrafamiliar; emissão de parecer social para fornecimento de recursos financeiros para a inclusão na Política de Assistência Social à família; encaminhamentos e atendimento psicológico, jurídico, familiar e ações com grupos reflexivos; abordagem ao autor da agressão por



meio de contato telefônico, convite e visita domiciliar para atendimento familiar; mapeamento do ciclo de violência presente na situação; realização de reunião com a rede para proceder encaminhamentos; registro do atendimento na ficha cadastral através de sistema de informação. Todos estes procedimentos seguem a orientação do fluxo de atendimento (Lei nº 5.825, 2001).

Na ocasião, o Programa contava com uma equipe composta por assistentes sociais e psicólogos. Estabelecia, ainda, que as ações de enfrentamento à violência incorporassem intervenções direcionadas a todo o grupo familiar.

Um marco relevante na trajetória do atendimento às mulheres e aos homens em situação de violência em Blumenau foi o assassinato de Tritonha Eliza Mackedans Machado, morta pelo ex-companheiro. Tritonha Eliza foi uma das mulheres atendidas pelo PPCVDI, tendo permanecido no serviço de abrigo com seus filhos pelo período de quatro meses. Em março de 2003, ela recebeu o comunicado judicial de que o ex-marido havia sido afastado do lar e retornou para casa. Embora Tritonha tivesse acionado os instrumentos judiciais para se proteger, diante da ameaça de morte, o sistema protetivo não impediu que o ex-marido retornasse à residência e a assassinasse. A brutalidade do crime gerou repercussão na equipe da Casa Abrigo, entre os profissionais que atuavam no PPVCDI e grande comoção social na cidade.

Ao analisar os registros do prontuário de atendimento de Tritonha, foi verificado que, durante o período em que esteve acolhida, não houve registros de atendimentos realizados ao ex-companheiro, tampouco contatos telefônicos. Por outro lado, Tritonha havia participado de atendimentos socioassistenciais, psicológicos e de ações com Grupo Reflexivo de mulheres.

Constatada a ausência de atendimento aos homens autores de violências, surgiram vários questionamentos, pois se tratava do assassinato de uma mulher que buscou no serviço todos os meios de proteção e, mesmo assim, teve sua vida ceifada. Tal fato levou ao questionamento do sentido de proteção à vida das mulheres em situação de violência, pois o acesso à política pública assegurado pela rede de atendimento, incluindo a Polícia Militar, a Polícia Civil (DPMCA - Delegacia de Proteção à Mulher, a Criança e ao Adolescente), as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, a Promotoria Pública e o Poder Judiciário, não foram suficientes para assegurar-lhe o direito à vida. Entre



as principais indagações, destacamos a possibilidade de outras intervenções que poderiam ter sido realizadas e que poderiam ter contribuído para evitar o assassinato de Tritonha.

Esse cenário impôs à equipe técnica do PPVCDI a necessidade de ampliar o atendimento aos homens acusados ou autores de violência como outra estratégia de combate e prevenção das violências contra as mulheres e de viabilização de direitos aos sujeitos envolvidos.

É importante registrar que estas ações foram proativas da equipe técnica do PPVCDI, na época composta por assistentes sociais e psicóloga. Faz sentido registrar que a presença de um dos técnicos de identidade de gênero masculina pode ter influenciado para o início das atividades com homens, tendo em vista as inquietações por parte deste profissional frente ao não atendimento dos homens. A partir de então, além de atender as mulheres no Serviço, entendeu-se que era necessário realizar busca ativa de seus respectivos companheiros a fim de atendê-los.

Assim, no ano de 2003, se inicia o atendimento *aos homens autores de violência* como uma das ações do PPVCDI. Destacamos aqui que a motivação vai no sentido oposto da lógica punitiva e reducionista das violências, uma vez que as violências de gênero contra as mulheres estão situadas em um contexto estrutural, simbólico e subjetivo. Portanto, para além de culpabilizar os homens autores de violência, cabe ofertar a eles possibilidades de refletirem sobre suas masculinidades, a forma como são construídas e que podem ser desconstruídas e reconstruídas.

A ausência de intervenções sociais com homens no Brasil é um dado que integra a história das ações de políticas públicas no enfrentamento às violências, talvez, pela reprodução da essencialização das relações de gênero. Com frequência, os homens são, naturalmente, reduzidos à condição de “agressor” ou de “privilegiados”. Soma-se a isso, a gravidade dos indicadores de violência e morte das mulheres, o reconhecimento tardio de seus direitos e uma trajetória de ação política e conceitual que denunciava a exploração feminina. O resultado foi a invisibilidade do homem como sujeito que necessita ser atendido pela rede para superar as estruturas e dinâmicas de reprodução das violências.



Contudo, em Blumenau, conforme já indicado, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já desenvolvia Grupos Reflexivos para homens autores de violências sem encaminhamento judicial. É importante ressaltar que a intervenção com homens autores de violência de forma voluntária somente foi possível porque a equipe técnica estava sensibilizada que era preciso romper com a lógica punitivista e ir além, buscando oferecer espaço para atender os homens como uma ferramenta fundamental para enfrentar as violências contra as mulheres.

Nesse sentido, o acolhimento individual de homens autores de violências começa antes da constituição dos Grupos Reflexivos. Uma vez que se tentou convidar os homens através de contato telefônico ou com convite por escrito enviado por algum familiar, entretanto, nos dois primeiros encontros do grupo, nenhum homem compareceu.

Com isso, a equipe do PPVCDI redirecionou as estratégias aprimorando e fazendo busca ativa, incluiu a realização de visitas domiciliares em horários noturnos e aos sábados e atendimentos individuais de acolhida para sensibilizar e convidar os homens para participarem das atividades do Grupo Reflexivo. Foi, ainda, alterado o horário de realização da atividade, passando do período vespertino para o período noturno, devido ao fato de a maioria dos homens trabalharem em horário comercial. Com estratégias, os homens foram aderindo a acolhida individual, bem como a inserção no Grupo Reflexivo. Assim, foi-se constituindo o Grupo Reflexivo de homens que após seis encontros contava com uma média de 10 a 15 participantes.

Esse percurso reafirma a compreensão da relevância de utilizar o instrumento da acolhida individual com os homens autores de violências, na perspectiva de possibilitar a criação de um espaço seguro onde eles possam trazer à tona suas realidades e compreensões sobre as relações afetivas, sentimentos e masculinidades, sem medo de serem julgados. O intuito deste acolhimento individual é assegurar que o homem autor da violência possa expressar e refletir sobre sua vida, principalmente, sobre a convivência com sua companheira ou ex-companheira, além de constituir o primeiro passo para a conexão de vínculo com os profissionais e a Política de Assistência Social, para, em seguida, ser convidado e orientado sobre a dinâmica do Grupo Reflexivo.



Outro aspecto a ser considerado é que a acolhida não é um espaço para indagações sobre comportamento agressivo, sobre a reprodução das agressões contra as mulheres, ou ainda sobre os machismos estruturais presentes na vida deste homem, porque o principal foco neste momento é dar o primeiro passo para a construção de vínculo de confiança, estabelecendo uma estratégia para o serviço tornar-se referência.

Os homens não devem ser tratados apenas como agentes agressores, mas como sujeitos de direitos, resultantes de construção histórica, cultural e institucional, que precisam ser acolhidos por toda a rede de serviços na perspectiva de construir relações de confiança para que possam, aos poucos, ressignificar suas masculinidades implicadas na produção das violências de gênero. (Bortoli & Zucco, 2020, p. 6).

Esta trajetória histórica até aqui apresentada do PPCVDI, integrante da política pública de Assistência Social, evidencia os cenários de construção do acolhimento com homens autores de violência como uma das ações primordiais para a constituição do Grupo Reflexivo.

Tem nos preocupado a necessidade de os profissionais buscarem argumentos e respaldo técnico para a justificativa do não atendimento/acolhimento aos homens. A questão da triagem, por exemplo, é um instrumento técnico que não utilizamos, tendo em vista a compreensão que de modo algum o primeiro contato com o homem autor de violência contra as mulheres deve ser um espaço para seleção, onde o “candidato” vai ser escolhido ou não. Isto é, este espaço não pode ter como princípio o de classificar ou determinar quais homens estão aptos ou não para participarem dos Grupos Reflexivos preenchendo um questionário com várias perguntas, que por vezes, mais se aproxima um interrogatório do que uma acolhida de fato.-

Entretanto, chamamos atenção que é necessário estar atento no momento da acolhida, pois, em algumas situações é preciso agendar outros atendimentos individuais e/ou até mesmo encaminhar esse homem para a rede de serviço, quando necessário se faz um acompanhamento por exemplo dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), focados em saúde mental, álcool e outras drogas, antes de inseri-lo no Grupo Reflexivo, conforme recomendações e critérios mí-



nimos para realização de Grupos Reflexivos para homens autores de violência contra mulheres (Beiras et al., 2021)

Desse modo, a preocupação é para que o espaço de acolhimento não reforce o preconceito reducionista, patologizando estes sujeitos. O acolhimento é despatologização, é o processo de desclassificar e desconstruir, e de não definir um ponto de partida ou de chegada. Frente a isso, o acolhimento individual para homens autores de violência contra as mulheres (que geralmente vem encaminhados de forma compulsória), é importante observar três aspectos primordiais: 1) O(a) facilitador(a) deve apresentar-se de forma breve e objetiva e em seguida informar ao homem sobre a política pública que está o acolhendo e qual o objetivo do serviço. Esclarecer que é um espaço sigiloso, bem como informar que não se trata de investigar ou coletar provas para o processo e que o espaço da Política de Assistência Social não tem influência sobre a denúncia, além de não ser um espaço de julgamento; 2) É preciso realizar a escuta “radical”¹, como também acolher o silêncio, os gestos e o choro do homem. Durante a acolhida é importante ficar atento(a) observando e instigando a fala para que o homem consiga se expressar de forma espontânea; e 3) Identificar possíveis dificuldades do homem para participar do Grupo Reflexivo como: horário, problemas de compatibilização de agenda, problemas de saúde – como uma grave situação de alcoolismo, ou outra situação que for apresentada. Importante buscar estratégias de acolher a dificuldade e buscar uma forma de dar encaminhamento diante da demanda apresentada.

Os homens que possuem maior resistência e dificuldade em aceitar o atendimento, ou encaminhamento ao Grupo Reflexivo, são o que mais precisam estar nesse espaço, e a partir do momento que vinculam são também os que mais tiram proveito das reflexões, ressignificando a vida como um todo.

Acolher significa construir vínculos e a preocupação maior deve ser de saber “escutar”, e para isso é preciso se distanciar de si, de seus preconceitos,

1 O conceito de “**presença radical**” é desenvolvido **Sheila McNamee**, professora de Comunicação na Universidade de New Hampshire, nos Estados Unidos. Trata-se de uma abordagem que questiona a patologização e individualização a partir de uma perspectiva relacional e social em que esses problemas ocorrem. De forma objetiva, a presença radical envolve: Rejeição do paradigma individualista; Atenção ao contexto relacional; Curiosidade sobre as diferenças; Ética relacional. Em suma, a presença radical visa transformar a forma como entendemos e lidamos com o sofrimento humano, focando na colaboração e no entendimento mútuo dentro de contextos mais amplos, em vez de reduzi-lo a diagnósticos ou patologias individuais.



por isso se você for para uma sala de atendimento com critérios seletivos para fazer uma triagem, só esse olhar já compromete o acolhimento. Escutar envolve prestar atenção, buscar entender o que está sendo dito, as formas de expressão e dar significado ao que se ouviu. É uma habilidade que se pode desenvolver com o tempo e que requer prática e intenção.

É importante ressaltar ainda que compreender a perspectiva teórica da acolhida é imprescindível para pensar a efetividade dos Grupos Reflexivos, que descreveremos no próximo item.

3 DELIMITAÇÃO DO QUADRO REFERENCIAL: ACOLHIMENTO INDIVIDUAL EM QUESTÃO

O acolhimento individual constitui um momento em que faz parte a “escuta radical” (Mcnamee, 2015), que busca criar um ambiente de empatia e respeito. Esse contato inicial é crucial para estabelecer um vínculo de confiança, reduzir resistências, esclarecer dúvidas, mas, principalmente garantir que os homens possam falar. Além disso, proporciona um espaço seguro para que o homem compreenda o objetivo do processo reflexivo e os impactos de suas ações. O acolhimento é o primeiro passo para posteriormente possibilitar alguma reflexão sobre as raízes que edifica os processos de violências. Porém, considerando o escopo deste trabalho, opta-se por realizar uma breve consideração em torno de alguns aspectos que demarcaram a nossa aproximação com o tema acolhida enquanto instrumento técnico-operativo do Serviço Social e o outro trata da relação acolhida e Grupos Reflexivos.

No Serviço Social, o acolhimento é uma ferramenta metodológica essencial para identificar as necessidades, expectativas e demandas dos usuários. Ela também funciona como um ponto inicial para a construção de vínculos e para a inserção dos homens em Grupos Reflexivos. Bernardes e Mayorga (2017) destacam que, no caso dos homens autores de violências, o acolhimento individual é fundamental para iniciar um espaço seguro para refletir sobre seus atos.

O acolhimento, dessa forma, deve ir além da simples identificação de demandas, promovendo um espaço seguro e sem julgamentos. O objetivo não é



julgar ou punir, mas oferecer apoio e agregar novas alternativas para enfrentar as situações de conflitos sem a prática de violências.

A acolhida individual cumpre uma função estratégica ao vincular os homens autores de violências aos Grupos Reflexivos. Canuto (2015) argumenta que a acolhida pode ser utilizada como um mecanismo de introdução ao processo de responsabilização, especialmente para aqueles que têm dificuldades em acessar ou se manter nos serviços oferecidos.

Ao realizar o acolhimento, os profissionais devem adotar uma postura ética e comprometida com a proteção social das pessoas atendidas, criando um espaço em que as demandas possam ser ouvidas e tratadas com empatia. No caso dos homens autores de violências, esse espaço torna-se essencial para acolher a narrativa sobre as violências vividas/praticadas, e criar um ambiente sigiloso, acolhedor e confortável.

Conforme apontado por Romanini, Guareschi e Roso (2017), o acolhimento deve ser humanizador, reconhecendo o indivíduo em sua totalidade e não apenas como um “problema a ser resolvido”. Isso significa que os homens autores de violências contra as mulheres devem ser acolhidos de maneira que lhes permita refletir sobre suas ações e iniciar um processo de mudança, inclusive sobre as expectativas que tinham sobre o Grupo Reflexivo. O acolher é um instrumento que é fundamental nesse contexto, já que permite que as queixas e os conflitos apresentados pelos homens sejam de fato acolhidos com atenção e de forma empática, promovendo uma relação de confiança entre o homem e o profissional.

Escutá-los e dar voz a estes homens, abrir caminho para que eles possam ressignificar suas vidas e, conseqüentemente, suas masculinidades, sua posição como homens inseridos na condição de “agressores”. Dar sentido e visibilidade à narrativa do homem como autor de violência e assim revelar aspectos de sua autopercepção, e a respeito do modo como são constituídos como homens agressores, podem ajudar a entender a violência de gênero como efeito de um poder que se constitui e os constitui dentro de uma determinada masculinidade.

A prática da acolhida e escuta é entendida por Nothaft e Beiras (2019) como essencial para promover reflexões que rompem com o ciclo de violência, tornando os homens mais conscientes de suas ações e mais preparados para a inserção nos Grupos Reflexivos. Para Toneli, Beiras e Ried (2017) a escuta, quando bem



aplicada, pode facilitar a responsabilização dos homens, criando um ambiente que lhes possibilite reconhecer suas atitudes violentas e trabalhar para mudá-las, o que aumenta a chance de adesão e permanência nos Grupos Reflexivos.

Assim, o acolhimento individual se estabelece como uma etapa primordial no processo de transformação das masculinidades e de desconstrução da cultura da violência. Através de um espaço que incentive os homens para que possam a explorar suas vivências e compreensões sobre a violência, portanto o acolhimento não deve ser visto apenas como um procedimento técnico, mas como um ato de cuidado e compromisso ético que visa à promoção da dignidade humana e à construção de relações vínculo.

Consolidando essa troca, o acolhimento individual não apenas prepara o terreno para a participação nos Grupos Reflexivos, mas também contribui para um como um poderoso instrumento de intervenção indispensável no enfrentamento das Violências contra as Mulheres.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, enfatiza-se que, para tratar com maior propriedade das proposições delineadas, é importante, em primeiro lugar, o aprofundamento do debate em relação à categoria acolhida. Tal categoria, ainda pouco explorada, tem possibilitado uma adesão muitas vezes confusa, inclusive contraditória com categorias como entrevistas e triagem. Mesmo existindo um consenso sobre a importância da acolhida como primeiro momento para receber os homens autores de violência contra as mulheres que serão encaminhados aos Grupos Reflexivos, não existe consenso nem sobre o que é acolhida, nem como aplicar esse instrumento técnico-operativo.

Compreendemos a necessidade de avançar em pesquisa empírica para detectar, com maior precisão as formas e procedimentos adotados pelos profissionais que realizam a acolhida a esses homens, é imprescindível priorizar investigações qualitativas e quantitativas no campo. Estudos empíricos podem revelar nuances sobre como os profissionais percebem e aplicam os conceitos de acolhimento, além de expor lacunas e boas práticas que possam ser replicadas ou adaptadas em diferentes contextos.



Os resultados de tais pesquisas podem subsidiar a formulação de diretrizes técnicas que qualifiquem as práticas de acolhimento aos homens autores de violências; amplifiquem o impacto dos Grupos Reflexivos na vida dos participantes e promovam maior integração entre a Política de Assistência Social e outras políticas públicas, como saúde e segurança.



REFERÊNCIAS

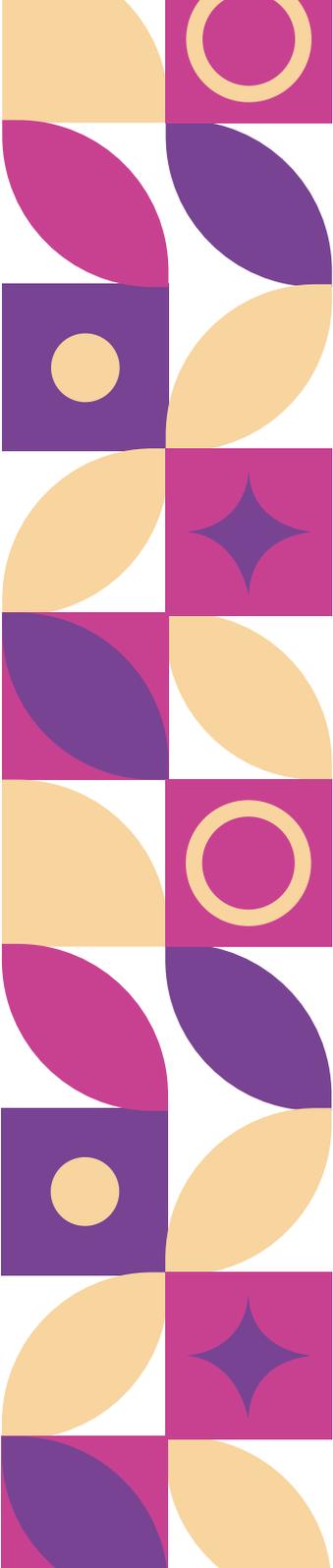
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C.** (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: Um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade, 28*(1), 262-274. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>
- Beiras, A., Nascimento, R. S., & Incrocci, A.** (2019). Masculinidades violentas e violência contra as mulheres: Reflexões sobre grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência. *Psicologia & Sociedade, 31*(2), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v31n2p1-15>
- Beiras, A., Mauricio, A. C., Hugill, M. S. G., & Mühlen, B. K. V.** (2023). *Mapeamento de Santa Catarina: Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres*. Grupo de Pesquisa Margens, UFSC e COCEVID. Recuperado de <https://www.cocevid.com.br>
- Beiras, A., Bronz, A., Schneider, Paula de F.** (2021) *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações*. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- Bernardes, J. P., & Mayorga, C.** (2017). Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. *Revista de Psicologia, 26*(1), 1-15. <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>
- Bernardes, J. P., & Mayorga, C.** (2017). Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. *Revista de Psicologia, 26*(1), 1-15. <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>
- Bortoli, R.** (2020). *Masculinidades e violência de gênero: uma análise dos registros processuais*. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bortoli, Ricardo; Zucco, Luciana Patrícia.** (2020) *É possível o trabalho com homens autores de violências no período da pandemia?..* In Anais do 9º Coninter. Anais... Campos dos Goytacazes(RJ) UENF. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/coninter2020/298932-e-possivel-o-trabalho-com-homens-autores-de-violencias-no-periodo-da-pandemia>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- Canuto, É.** (2015). *Grupo Reflexivo de Homens: por uma atitude de paz*. NAMVID, Ministério Público do RN.
- Freire, P.** (2022). *Escuta, diálogo e cuidado na praxis*. Recanto da Filosofia Clínica. Recuperado de <https://www.recantodafilosofiaclinica.com.br/a-escuta-em-paulo-freire/>
- Lei Municipal nº 5.825, de 27 de dezembro de 2001. Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI).**
- Mcnamee, Sheila.** (2015) Presença radical: alternativas ao estado terapêutico (Tradução: Equipe Reciclando Mentés) *European Journal of Psychotherapy & Counselling, 17*(4),



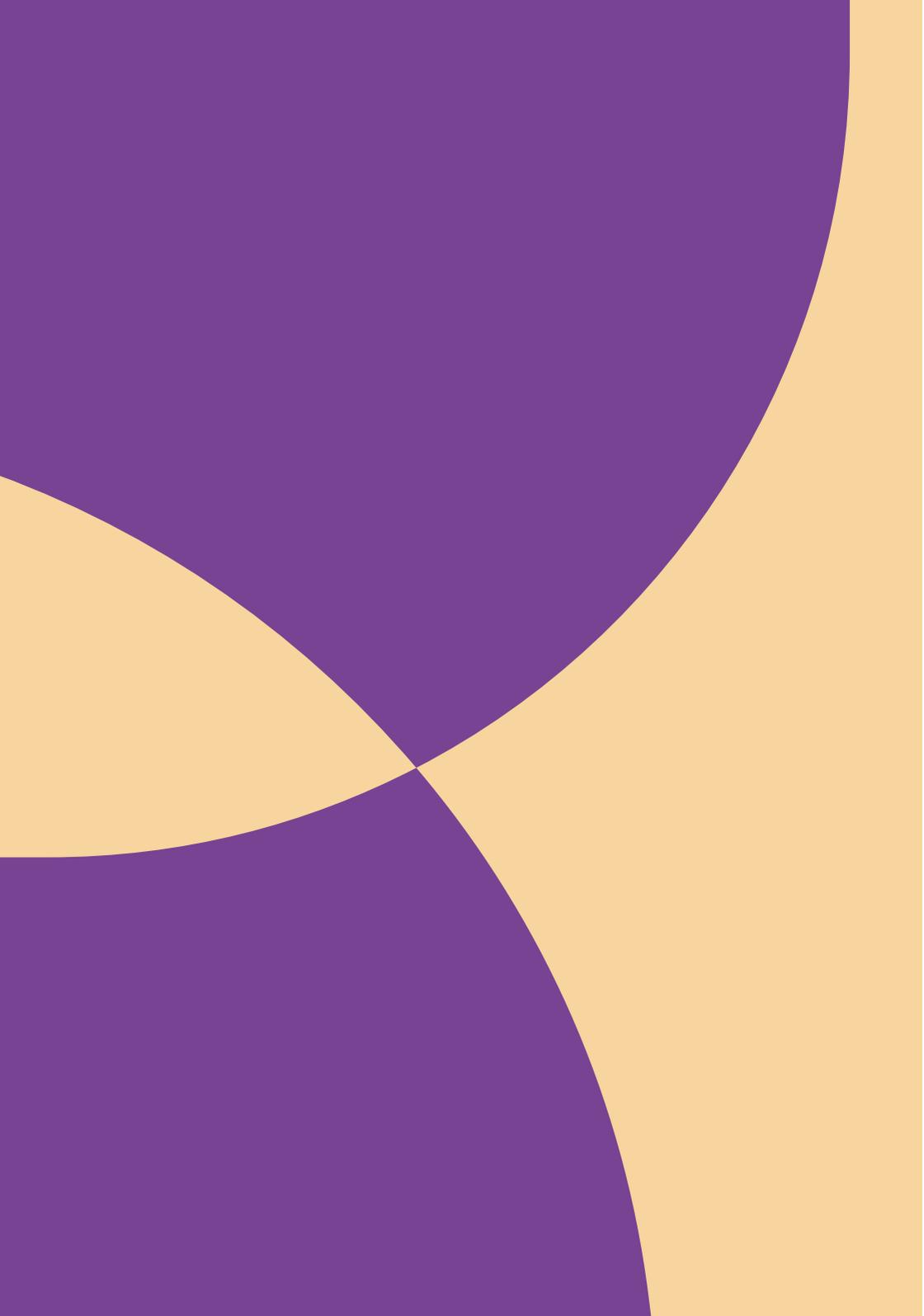
373-383. Disponível em: https://atfrj.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Radical_Presence-EJPC_PTBR_REV-MYRIAM_ISA.pdf

- Nothaft, R. J., & Beiras, A.** (2019). O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(3): DOI: e56070 DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n356070
- Nothaft, R. J., & Lisboa, T. K.** (2021). As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. *Cadernos Pagu*, (61), e216119. <https://doi.org/10.1590/18094449202100610019>
- Romanini, M.; Guareschi, P. A., & Roso, A.** (2017). Acolhimento: quando o usuário bate à porta. *Rev Bras Enferm* 67 (1). Jan-Feb 2014. <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140014>
- Toneli, M. J. F., Beiras, A., & Ried, J.** (2017). Homens autores de violência contra mulheres: Políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Cadernos Pagu*, (51), 174-193. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510007>





RELAÇÕES DE GÊNERO,
RELAÇÕES DE TRABALHO:
RESSIGNIFICANDO
SENTIDOS EM GRUPOS
REFLEXIVOS DE GÊNERO A
PARTIR DA VIDA COTIDIANA



INTRODUÇÃO

Para além do estabelecimento de bases conceituais que deem conta das problemáticas abordadas nos grupos reflexivos de gênero (GRG), um desafio importante no trabalho com homens autores de violência é o de conseguir provocar a abertura pessoal destes às reflexões propostas no trabalho. É de se considerar que a participação dos atendidos provém de uma obrigatoriedade imposta em decorrência da autuação por crime de violência contra a mulher, o que muitos dos homens atendidos compreendem como uma injustiça (Billand & Paiva, 2017). Vale ainda considerar que a reflexão e a responsabilização, que são os principais objetivos da intervenção, são comprometidas, caso os atendidos não consigam estabelecer uma conexão entre o crime cometido e o que se vive, ensina e se faz no grupo (Soares & Gonçalves, 2020).

Considerando a importância das relações interpessoais enquanto campo que possibilita a produção de (novos) sentidos, esse capítulo propõe destrinchar narrativas produzidas por cinco facilitadoras¹ em diálogo com diretrizes de atuação estabelecidas ao trabalho nos GRG. Segundo o Conselho Nacional de Justiça/CNJ (2020), as(os) profissionais facilitadoras(es) são técnicas(os) presentes no cotidiano dos GRG, cujo trabalho é o de promover a realização dos grupos por meio da criação de um ambiente reflexivo e dialógico.

Tomamos como base para a escrita desse capítulo a Recomendação nº 124 do Conselho Nacional de Justiça, de 07 de janeiro de 2022, que recomenda que os Tribunais de Justiça instituem programas de reflexão e responsabilização de autores de violência doméstica e familiar, e os Mapeamentos Nacionais dos

1 As entrevistas compõem o campo de minha pesquisa de mestrado e foram realizadas no primeiro semestre de 2023. O intuito foi compreender como os marcadores sociais de gênero, latentes nas relações intersubjetivas estabelecidas no cotidiano de trabalho, reverberam no objetivo do trabalho de produzir sensibilização à violência de gênero e também na subjetividade das facilitadoras. As entrevistas partiram da pergunta “como é ser uma mulher e ser facilitadora?”. As entrevistadas foram incentivadas a narrar livremente suas vivências que consideravam importantes dentro da temática lançada com a pergunta inicial. A pesquisa teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O texto original está disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11102024-132334/publico/DissertacaoCarlaMaglianoOriginal.pdf>



Grupos Reflexivos e Responsabilizantes, realizados em 2020 (Beiras et al., 2021) e 2023 (Beiras, et al., 2024). Em linhas gerais, as diretrizes aqui abordadas são: I. a utilização teórico-epistemológica de estudos de gênero, de maneira atenta à construção social das masculinidades, II. o foco metodológico na produção de transformação subjetiva dos homens, por meio de processos reflexivos e dialógicos e III. o trabalho pessoal da equipe facilitadora sobre os atravessamentos de gênero e outras relações de poder em sua própria trajetória.

A utilização de uma perspectiva construcionista social sobre gênero nos GRG é bastante recomendada, visto sua ampla utilização em documentos de organismos internacionais que abordam modos de enfrentamento à violência de gênero, e pela sua coerência com a complexidade da discussão tecida nos grupos (Beiras et al., 2021). A noção de marcadores sociais da diferença, próxima à perspectiva construcionista, é elencada para destrincharmos sobre como os sentidos sobre gênero são mobilizados de forma específica ao contexto dos GRG. A análise dos marcadores da diferença considera que estes se produzem de maneira corporificada, exercendo influência real na vida cotidiana e podendo implicar em assimetrias interpessoais, modos de agência e produção de novos sentidos. Segundo Lilia Schwarcz,

Entende-se raça, gênero, sexo, geração, região e classe como categorias classificatórias compreendidas como construções situadas — locais, históricas e culturais —, que tanto fazem parte das representações sociais como exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente efetivas. Essas categorias refletem, assim como produzem, cotidianamente, modelos, costumes, ideologia, mitos e representações e mostram-se sempre “em relação”. (Schwarcz, 2015, p. 8).

Como desvelado nas narrativas produzidas pelas entrevistadas de nossa pesquisa, os atravessamentos de gênero, bem como de outras relações de poder, estão presentes nas interações entre as pessoas do corpo técnico e os homens atendidos; afinal, as relações sociais são o campo onde os significados culturais ganham corpo, se organizam e se constroem (Nogueira, 2001). Um exemplo de modos de diferenciação nesse contexto se traduz no processo de formação de vínculos entre facilitadoras mulheres e homens participantes, que costuma ser mais lento, em comparação com a experiência de colegas facilitadores homens.



Percebe-se, muitas vezes, uma resistência dos participantes à formação desse vínculos, algo influenciado pela leitura que os mesmos fazem das profissionais, permeada por estereótipos e concepções prévias (Päivinen & Holma, 2012; Mauricio et al., 2022; Isleb, 2023).

Sendo o foco do trabalho nos grupos movimentar significados sobre gênero, transformar relações interpessoais de gênero e problematizar a subordinação das mulheres, a análise de narrativas produzidas por pessoas lidas como mulheres que atuam como facilitadoras nos interessa. As narrativas trazidas neste capítulo derivam da experiência vivida pelas entrevistadas em sua atuação, onde puderam perceber movimentações subjetivas sobre os sentidos de gênero das pessoas implicadas em cena, ou seja, dos homens atendidos e das próprias, sendo elas, também, sujeitos em cena. Por fim, buscamos desvelar práticas profissionais que vêm sendo aplicadas com o intuito de movimentar sentidos sobre gênero e modos de relação, com foco naquelas que consideram os marcadores sociais da diferença em cena, em diálogo com recomendações teórico-metodológicas para o trabalho nos grupos.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL DE GÊNERO COMO BASE TEÓRICO-CONCEITUAL

As normas sociais de gênero são um arranjo cultural disciplinar que permeia toda nossa construção social, regulando o comportamento esperado das pessoas e o modo como as relações sociais se estabelecem. Estamos desde cedo expostas(os) a essas normas, bem como às expectativas e comportamentos relacionados a elas, recebendo influências de instituições como escolas, locais de trabalho, religiões e mídias, que refletem e reforçam as representações de gênero (United Nations Development Programme/UNDP, 2023). As normas de gênero são ainda reiteradas por meio das experiências que se sucedem nos contextos diários, nas interações interpessoais, onde os significados socialmente partilhados se corporificam (Nogueira, 2001).

Como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) rompe com normas de gênero estabelecidas culturalmente, muitos participantes não compreendem sua atuação como justa, já que acreditam ter agido de acordo com os padrões morais valorizados pela sociedade para os homens (Billand & Paiva, 2017). Isso provém



de toda uma construção de sentidos sobre relações de gênero naturalizada ao longo de suas trajetórias de vida. “*Eles já vêm pra nós muito construídos. Eles vêm um torrão, um tijolo*” evidencia a entrevistada 1. A rigidez sobre os sentidos normativos de gênero se recrudescer com a falta de fala, escuta e reflexão sobre emoções e exposição das vulnerabilidades, algo comum na trajetória de vida de homens no Brasil e seus espaços sociais (Pava, 2019).

Os GRG, assim, são percebidos como um importante espaço de trocas e movimentação de sentidos. No que tange aos aspectos teórico-epistemológicos recomendados ao trabalho nos GRG, é recomendado pelo CNJ (2022, Art. 2º, VI) a “promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da masculinidade”. De maneira mais destrinchada, é trazido por Beiras et al. (2021, p. 199) que:

A maioria dos critérios nacionais e internacionais aponta para a importância do trabalho com gênero, com teorias feministas e a partir do histórico de lutas das mulheres, integrada aos estudos sobre masculinidades, tendo em vista o caráter relacional e socialmente construído do gênero em suas mais diversas expressões . . . pensar esta categoria [masculinidade] como uma importante ferramenta de análise de relações de poder, desigualdades sociais estruturais, produção de direitos e igualdade.

Para Santos (2017), o trabalho nos GRG precisa se preocupar em favorecer a associação entre as situações de violência vivenciadas pelos participantes com as estruturas sociais mais amplas que sustentam a violência na vida cotidiana. Em outras palavras, para além do reconhecimento da própria ação como uma violência, é preciso que o autor de violência relacione-as com questões sociais ligadas às formas de socialização e distribuição desigual de poder. Assim, o ato violento se distancia de ser encarado como um desvio, mas sim uma produção de processos socialmente legitimados, de forma que todas as pessoas possuem capacidade para e responsabilidade de enfrentar a violência nas próprias ações.

Beiras et al. (2021) salientam que não se trata de a equipe facilitadora explicar as teorias teórico-conceituais aos participantes do grupo. Não se pode esperar que os participantes assimilem passivamente as posturas éticas apresentadas pelas(os) facilitadoras(es). Beiras e Nothaft (2019) apontam que metodologias de formato educativo vertical, expositivo ou de palestras nesse contexto enfra-



quecem o diálogo, elemento fundamental para o processo de transformações subjetivas que se visa alcançar nos GRG. A vivência das pessoas em seu mundo social serve de base para a construção de novos sentidos. Em outras palavras,

As pessoas não experienciam o mundo simplesmente através da observação, como se assiste a um filme. Ao contrário, elas trabalham ativamente para dar sentido ao mundo por meio do pensamento crítico e da imaginação, e, por meio de suas ações, moldam o mundo social (Collins, 2022, p. 246).

Nossa subjetividade é de caráter mutável e intersubjetivo, “um produto do intercâmbio e de práticas sociais, de diálogos, de conversações” (Beiras & Cantera, 2014). Por isso o caráter participativo é incentivado: o ato de falar movimenta e produz sentidos à experiência. Os participantes, a partir do que vivenciam nos grupos, produzem novos sentidos para suas relações e trajetórias (Nothaft & Beiras, 2019). A assimilação das bases teórico-conceituais por parte da equipe técnica se trata de ter repertório para, a partir de uma metodologia reflexiva de trabalho, ampliar junto aos atendidos a reflexão crítica sobre relações de poder e sobre a diversidade de modos possíveis de vida para além dos sentidos engessados.

Através da participação ativa incentivada pelas(os) facilitadoras(es), os participantes dos GRG partilham seus relatos, discutem entre pares e ouvem experiências similares às suas. A repetição das narrativas os leva a perceber que suas experiências conjugais não são anormais ou individuais, mas fazem parte de um quadro social mais amplo (Billand & Paiva, 2017). Nesse sentido, a entrevistada 4 de nossa pesquisa relembra com entusiasmo um grupo que facilitou em dado momento de sua trajetória, composto por homens muito diversos em termos de marcadores sociais de raça e classe: *“Eles faziam reflexões importantíssimas sobre as vivências do outro que nunca tinham vivido”*. Sobre isso, a entrevistada 5 completa: *“Para a transformação social é muito importante que pessoas diferentes se vejam, se reconheçam, conheçam as dores umas das outras e se desloquem a partir disso.”*

À medida que se vinculam à construção grupal, os participantes passam a manifestar maior curiosidade pelas análises sociais trazidas pela equipe facilitadora e a assumirem uma responsabilidade prática de não exercerem atos



violentos. No entanto, o interesse do grupo pelos saberes teóricos depende destes serem propostos enquanto um complemento aos seus saberes adquiridos nas experiências pessoais, em vez de trazidos em um lugar de desqualificação dos saberes trazidos pelos homens (Billand & Paiva, 2017). Trata-se de compreender o diálogo enquanto um processo transacional e de negociação de sentidos. Ainda que as concepções sobre gênero não sejam radicalmente transformadas, considerando toda a trajetória de vida dos atendidos, estudos (Martins, 2020; Isleb, 2023, entre outros) mostram que é possível provocar rachaduras na produção de violência e trazer novos sentidos sobre a possibilidade de se construir ativamente relacionamentos interpessoais mais saudáveis. Destaco, aqui, a importância do alinhamento dos grupos com a promoção da Cultura de Paz, conforme recomendado pelo CNJ (2022). Segundo a declaração das Nações Unidas (ONU, 1999), a Cultura de Paz consiste em valores e estilos de vida que visam a resolução pacífica de conflitos e promovem o respeito aos direitos humanos, liberdades fundamentais e a prática da não violência, através do diálogo e cooperação.

MÉTODO REFLEXIVO FRENTE A IMPLICAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO

Ainda em termos de considerarmos para o trabalho os sentidos trazidos pelos participantes a partir de suas experiências de vida, a chegada de novos membros ao grupo é atravessada por como percebem e dão significados àquela situação. É frequente que os homens iniciem o processo grupal com resistência a aderirem ao trabalho, já que muitas vezes compreendem a obrigatoriedade de sua participação como uma injustiça. Inicialmente percebidas(os) como representantes da Lei, um dos primeiros desafios na atuação das(os) facilitadoras(es) do grupos é conquistar a confiança dos homens atendidos, assegurando-lhes que aquele é um ambiente seguro para se expressarem livremente (Beiras et al., 2021).

Este desafio se torna ainda mais pronunciado para as facilitadoras mulheres. Ao comparar a sua relação com os atendidos com a relação estabelecida com os facilitadores homens com quem trabalha, a entrevistada 2 compartilha: *“Tem grupos em que eles são extremamente agressivos, principalmente, eu percebo, comigo. É como se a presença da mulher no grupo fosse uma afronta pra esses*



homens". Para Tyagi (2006), muitas vezes, a profissional facilitadora se torna alvo de hostilidade dos atendidos, se tornando um "para-raios" das percepções negativas sobre mulheres e de emoções trazidas de suas experiências passadas fracassadas com figuras femininas.

Alguns homens leem as facilitadoras de GRG mais como militantes feministas que como especialistas em atuação (Isleb, 2023), como na cena narrada pela entrevistada 5 com a chegada de um novo participante ao grupo: "*Um deles me atacou muito, frontalmente, assim: 'Eu não vou falar com você, porque você também é mulher e a minha psicóloga, minha ex-companheira, a minha mãe, todas elas...'*". Para a entrevistada, apesar de ter sido "*horrível*" vivenciar essa cena, ela considera que esse dia foi ótimo para o trabalho grupal, pois

"Os próprios participantes tomaram a frente e falaram que ele não estava agindo bem, que ali não era espaço para fazer isso, e que se havia alguém que tinha legitimidade para falar das questões que a gente discutia ali, que tinha construído e contribuído muito com aquilo era eu. E que não tinha essa de 'ela é mulher e não pode falar sobre isso'".

Na cena, percebemos como os outros integrantes, que já vinham participando do grupo (posto que tratava-se de um grupo itinerante), interferem com o fim de legitimar a posição de especialista ocupada pela entrevistada em sua função de facilitadora. O diálogo, assim, se manteve entre pares, algo que é importante ao processo. Situações similares a essa foram relatadas pelas entrevistadas 1 e 2.

Conforme vimos discutido, em lugar de as(os) facilitadoras(es) assumirem uma voz impositiva, é recomendado que sua postura seja reflexiva e de incentivo à participação do grupo. É o que acontece nas narrativas citadas, em que o ambiente participativo já estava estabelecido e os participantes ativamente se manifestaram. Quando cabe à equipe facilitadora a intervenção frente a expressões machistas, o cuidado com a proposta reflexiva do grupo deve ser levado em consideração, problematizando tais expressões por meio de perguntas reflexivas que intentam contextualizar o ato violento no contexto de relações sociais de poder, sem a quebra da confiança e do espaço de escuta (Fonseca, 2020).



A transição da negação para a aceitação da participação no grupo é facilitada quando os homens têm a oportunidade de expressar seus sentimentos negativos em relação às mulheres, à denúncia e ao próprio sistema judicial no início do processo, e, assim, avançar e aprofundar suas reflexões (Prates & Alvarenga, 2014). No estudo de Mauricio et al. (2022), os autores percebem que, ao longo do processo grupal, as facilitadoras, que iniciam sendo significadas pelos participantes como “representantes da ex-companheira”, passam a ser reconhecidas como profissionais em exercício da função. O acolhimento dos sentimentos de angústia e raiva dos novos membros permite que se criem vínculos interpessoais, os quais propiciam a elaboração da inicial generalização e objetificação da figura feminina. Assim, grupalmente, cria-se abertura para a diferenciação. A entrevistada 4 acompanhou processos similares em sua experiência e pontua: *“Do ataque à figura feminina vem a reflexão em algum momento. Porque tem filha, tem mãe, tem tia, aqueles que se deixam tocar”*.

Reconhecer que os marcadores de gênero, raça e outros permeiam as relações cotidianas dos GRG vai além de simplesmente entender como desigualdades sociais são reproduzidas; esse reconhecimento nos permite compreender que, no plano da experiência, os marcadores de diferença também abrem possibilidades de agência. Um exemplo disso é a maneira como a entrevistada 3 busca desvelar os possíveis efeitos das diferenças de gênero em cena no primeiro encontro grupal:

Eu sempre pergunto, no primeiro ou no segundo encontro, como foi pros homens abrirem a câmera e verem que é uma mulher. Passei a fazer isso porque eu queria entender um pouco também desse momento ali, de como era pra eles. E aí, eles diziam que... Ficavam surpresos, né? De me verem ali. Mas ao mesmo tempo que... Tudo bem, né? Vamos lá, barco que corre, vida que segue. E alguns deles diziam que, assim, ficavam um pouco incomodados, porque achavam que eu ia falar só... Como se fosse assim, defender as mulheres, gênero feminino, não fosse dar uma oportunidade de fala, de que eles se expressassem, e, principalmente, que eles se expressassem abertamente sobre o que eles pensavam.

A partir das percepções trazidas, a entrevistada 3 inicia um debate sobre como estereótipos e expectativas, baseadas em marcadores sociais, se apresentam na vida cotidiana, inclusive naquele espaço. Ela completa: *“Da mesma forma*



que eu não quero que vocês me vejam apenas como uma 'mulher', não seria ruim se vocês fossem vistos apenas como 'homem'? E se você for um pouco mais gentil e demonstrar emoção, teria a sua masculinidade questionada?" Assim, ela visa criar rachaduras em concepções naturalizadas, implicando os homens enquanto sujeitos também afetados pela construção social de gênero.

AUTOIMPLICAÇÃO DAS FACILITADORAS COM MUDANÇAS SUBJETIVAS

De acordo com Beiras et al. (2021), é fundamental que a capacitação de facilitadoras(es) para o trabalho nos GRG os implique subjetivamente em um constante movimento de autorreflexão, de autocuidado e de cuidado com os efeitos das intervenções realizadas. As facilitadoras entrevistadas na pesquisa, assim como todas(os) que atuam em GRG e todas as pessoas que partilham da nossa cultura, também são pedagogizadas nesse cenário cultural de desigualdade de gênero. Assim, também se constituíram subjetivamente a partir das normas tradicionais de gênero, já que as pessoas se constituem a partir do repertório linguístico disponível em suas culturas, tipificando-se, em maior ou menor grau, a partir de tais normativas (Crawford, 1995). Tendo isso em vista, se faz necessário um trabalho de reflexão pessoal de facilitadoras(es) em relação a como gênero, poder e violência atravessam sua própria trajetória de vida. Isto lhes dá um repertório sobre os temas que podem evitar que, dentro dos grupos, reproduzam e reiterem dinâmicas naturalizadas de poder, garantindo que as reflexões trazidas estejam adequadas aos propósitos dos grupos (Beiras et al., 2024).

Como parte de sua formação, antes de iniciar sua atuação como facilitadora, a entrevistada 2 passou por um curso voltado à formação de facilitadores(as). Ela conta de seu nervosismo ao perceber o grande trabalho de autorreflexão que teria que realizar: *"Saí do curso e falei: Meu Deus, que que eu vou fazer? Porque eu acho a temática muito difícil, você tem que se desconstruir pra poder botar sua cara a tapa ali. Como que eu vou falar de feminismo se eu sou machista?"*. Ela relata, ao longo da entrevista, sobre como as normas de gênero, desde a infância, marcaram sua trajetória de vida. Criada em um seio familiar conservador, em que a submissão da mulher era incentivada, ela fora ensinada e cobrada a priorizar o



cuidado doméstico frente à carreira profissional, o que se estendia do dar conta sozinha dos afazeres domésticos ao cuidado do marido e filhos.

A entrevistada 2 chegou à função de facilitadora por conta da necessidade de passar por um remanejamento interno na rede de assistência social, onde era contratada. Sua entrada, assim, não se deu de forma premeditada e o refinamento das discussões propostas para os grupos lhe preocupava de antemão. O seu trabalho autorreflexivo relatado foi, assim, primordial para lhe gerar segurança para a atuação, a partir da familiaridade com a temática abordada.

Segundo a entrevistada 1, *“a gente não pode vacilar, não pode descuidar nenhum instante. Até porque nós também somos machistas. Se a gente não estiver atenta, Carla, a gente escorrega no machismo deles”*. O relato da entrevistada, que já atuava profissional e politicamente no enfrentamento à violência contra a mulher havia décadas, ilustra que, ainda que possuindo consciência dos processos sociais de produção de desigualdade e se posicionando ativamente pela sua desconstrução, as normativas sociais ainda permeiam nossa vivência. Isso mostra como o processo de auto-observação necessita ser contínuo e permanente (Beiras et al., 2021).

Trabalhar pessoalmente com as problematizações trazidas nos grupos significa se repensar, e acabar, também, por se implicar com processos de mudança. Para a entrevistada 3, o trabalho nos GRG tem sido uma oportunidade de se movimentar seus próprios significados e modos de relação em aspectos como o uso da comunicação não violenta. A entrevistada narra que há momentos em que a escuta de discursos machistas durante os encontros lhe gera sentimentos de revolta e o impulso de assumir uma postura de confronto. Ao contrário de agir impulsivamente, ela relembra do objetivo de sua comunicação enquanto facilitadora: *“Eu dou aquela respirada e falo pra mim mesma: estamos aqui pra conseguir alcançar o objetivo, não vamos perder isso de mente. . . Eu acho que isso é o mais interessante da comunicação, o que você intenciona com sua expressão. E a gente não percebe muito isso.”* Percebemos nesse exemplo como o trabalho de autorreflexão se vincula ao propósito dos grupos, uma vez que facilitadoras(es) ocupam uma posição privilegiada no grupo na introdução de novos repertórios de modos de agir. Segundo a entrevistada 3, *“Teve uma situação em que um*



homem falou assim: 'Eu sei que você ouviu muita coisa que te desagradou aqui, mas, em nenhum momento, você faltou com o respeito.'"

De acordo com Françoise Vergès (2021), a violência não é uma especificidade masculina, mas um componente que estrutura a sociedade patriarcal. Nossa construção social se faz imersa em um contexto global que naturaliza e instrumentaliza a violência enquanto uma resposta a situações de conflito. Abordar na discussão o fato de que normas sociais também se corporificam nas(os) profissionais pode auxiliar a promover um ambiente mais horizontal (Beiras et al., 2021). Nesse sentido, a entrevistada 5 relata:

"Às vezes, trago alguns exemplos de relações para mim, que não foram tão boas, e que, às vezes, não passaram por violência física, mas que passaram por outras formas de violência, na qual eu não fui só vitimada, mas também vitimei... Não é sobre falar que 'então está tudo bem', mas como a gente precisa se responsabilizar e fazer melhores escolhas diante do que acontece para gente."

Ao reconhecer que também pode exercer violência em suas relações interpessoais, a entrevistada 5 se inclui tanto no problema quanto na solução, de forma a se incluir na responsabilidade coletiva de ativamente comprometer-se com a construção de relações mais igualitárias. A inclusão da equipe facilitadora na coletivização da responsabilidade por uma Cultura de Paz é comentada no trabalho de Billand (2016), que expõe a maneira como os facilitadores homens participantes de sua pesquisa de doutorado utilizam o pronome "nós" para incluírem-se na responsabilidade de comprometerem-se com a desvinculação da utilização do poder masculino e violência contra as mulheres em suas trajetórias pessoais. Para o autor,

Ao se considerar simultaneamente como parte do problema e parte da solução, os facilitadores conseguem favorecer atitudes mais reflexivas por parte dos participantes, independentemente do fato deles se reconhecerem ou não como sendo pessoalmente autores de violência. A formulação pelos facilitadores de um projeto de transformação social metamorfose uma responsabilidade individual — ligada a atos passados e irreversíveis, da qual não se sabe o que fazer a não ser negá-los ou pagar por eles — em uma responsabilidade política, abrindo possibilidades positivas de ação no mundo (Billand, 2016, pp. 165-166).



Podemos pensar ainda sobre outras formas de assumir uma responsabilidade coletiva com a Cultura de Paz, como pela mobilização dos diversos marcadores sociais da diferença e desigualdade. Cabe suscitar que as(os) profissionais também estão suscetíveis a reforçar preconceitos e estereótipos. Como discutido por Fonseca (2020), é importante que as discussões sobre as relações de gênero nos GRG sejam conduzidas em articulação com outras categorias sociais de pertencimento. Sem uma abordagem atenta aos diversos marcadores de diferença e desigualdade, as hierarquias de poder podem acabar por ser perpetuadas.

Por fim, é de se considerar que o trabalho de facilitar GRG inclui basilaramente a discussão sobre temáticas sensíveis, e a recorrente exposição a narrativas sobre acontecimentos violentos pode afetar a saúde mental de facilitadoras(es) (Rothman et al., 2003). Como dito pela entrevistada 3: *"Eu acho que é muito desafiador. A gente escuta coisas que mexem, realmente, com a gente, da coisa passar a ser trabalhada em mim. [...] isso te abala na sua humanidade, mesmo."* Para lidar pessoalmente com os desconfortos produzidos em sua atuação profissional, a entrevistada iniciou um processo pessoal de psicoterapia. Esse tipo de suporte é frequentemente mencionado por facilitadoras como uma forma de lidar com os desafios de seu trabalho (Isleb, 2023); no entanto, é de suma importância que as estratégias de cuidado não se limitem à individualização da questão.

Relatório da OMS (Rothman et al., 2003) recomenda que, na capacitação de pessoas facilitadoras para atuação em GRG, sejam trabalhadas informações que auxiliem as(os) profissionais a lidar com o conteúdo de seu trabalho. Além disso, a criação de espaços de supervisão ou de intervenção é amplamente trazida na literatura como algo positivo para a equipe (Beiras et al., 2021). Esses espaços possibilitam acolhimento entre os membros, enriquecem as perspectivas e facilitam a construção de uma narrativa coletiva para processar as experiências vivenciadas (Isleb, 2023). É fundamental, para que isso seja possível, que os grupos reflexivos sejam incorporados às políticas públicas, garantindo a profissionalização desses serviços e oferecendo às equipes de facilitação condições técnicas e materiais adequadas, além de promover o aperfeiçoamento contínuo e a consolidação do trabalho (Beiras et al., 2024).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho nos Grupos Reflexivos sobre Gênero (GRG) é uma ferramenta significativa para a desconstrução das normativas que sustentam a violência de gênero junto a homens autuados pela Lei Maria da Penha. A perspectiva do construcionismo social, nossa base teórico-conceitual, compreende que a forma como vivenciamos o gênero em nossas relações é passível de transformação, à medida que as normas de gênero são negociadas nas interações sociais, postas em reflexão e revisadas à luz das experiências vividas.

Uma vez que as relações interpessoais ambientadas nos encontros grupais elencam significados construídos pelos participantes em sua trajetória de vida, se torna para nós interessante lançar olhar atento aos atravessamentos das normas de gênero na cena cotidiana dos GRG. As implicações de assimetria produzidas a partir dos marcadores de diferença de gênero em cena podem ser instrumentalizadas nas reflexões grupais, uma vez que evidenciam a desigualdade a partir do contexto vivido. A partir das narrativas trazidas, percebemos processos pelos quais concepções estereotipadas sobre as facilitadoras se desfazem, dando lugar à diferenciação.

Vemos a relevância do trabalho de reflexão sobre as próprias trajetórias de vida das(os) profissionais tendo em vista seu próprio envolvimento com normas de gênero, o que permite que as intervenções sejam conduzidas de maneira alinhada aos objetivos dos GRG. O processo de autorreflexão é potencializado pela existência de intervenção ou supervisão técnica, onde as(os) profissionais se beneficiam de um espaço de diálogo e elaboração de suas experiências entre pares.

Frente aos desafios da atuação, estudos como este ampliam o repertório metodológico necessário para uma intervenção qualificada. Incentivamos o aprofundamento das investigações sobre as relações interpessoais e suas implicações no trabalho dos GRG, com vistas a potencializar as estratégias de intervenção com base no diálogo e na movimentação de sentidos. Por fim, salientamos a importância do estabelecimento de uma política nacional dos grupos, para que haja o aprimoramento constante e o fortalecimento das condições materiais e técnicas de funcionamento.



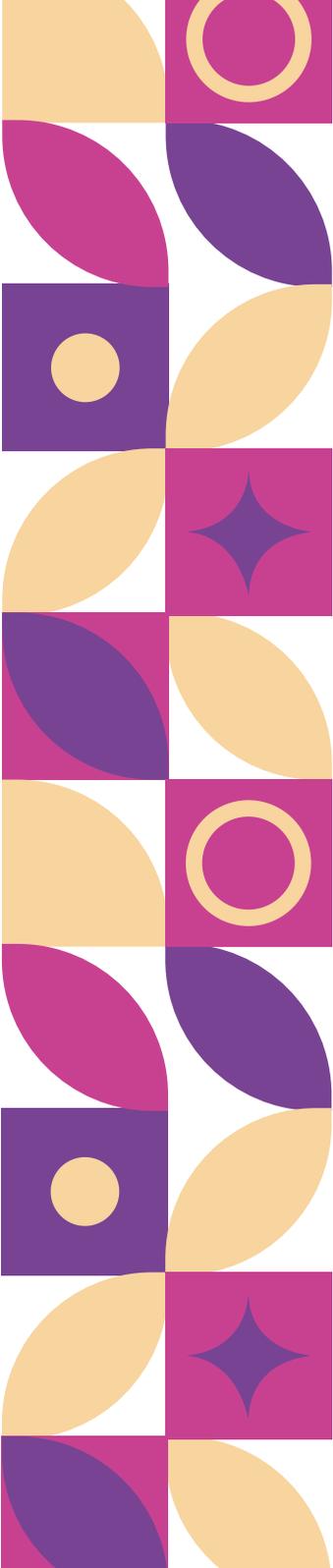
REFERÊNCIAS

- Beiras, A., & Canera, L.** (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: Contribuições para intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 29–44).
- Beiras, A., Bronz, A., & de Figueiredo Schneider, P.** (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. D. S. G.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações*. Florianópolis: CEJUR.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., & Hugill, M. D. S. G.** (2024). *Mapeamento nacional dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres 2023*. CEJUR.
- Billand, J.** (2016). *Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo* (Doctoral dissertation, Université Paris 13; Universidade de São Paulo).
- Billand, J., & Paiva, V. S. F.** (2017). Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2979-2988.
- Collins, P. H.** (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Boitempo Editorial.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, & Departamento Penitenciário Nacional.** (2020). *Guia de formação em alternativas penais I: Medidas protetivas de urgência e demais ações de responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres* (Série Justiça Presente. Coleção Alternativas Penais). Brasília, DF: CNJ.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** (2022). Recomendação CNJ nº 124, de 7 de janeiro de 2022.
- Crawford, M.** (1995). Talking difference: On gender and language. *Talking Difference*, 1-224.
- Fonseca, V.** (2020). *Grupos reflexivos para profissionais da segurança pública autores de violência doméstica e/ou familiar contra a mulher: Ação inovadora no Distrito Federal*. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Recuperado em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/documentos-e-links/arquivos/livro-eletronico-manual-grupo-refletir.pdf>.
- Isleb, S.F.** (2023). *"A sala está enfeitada": Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero* (Masters' dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina).

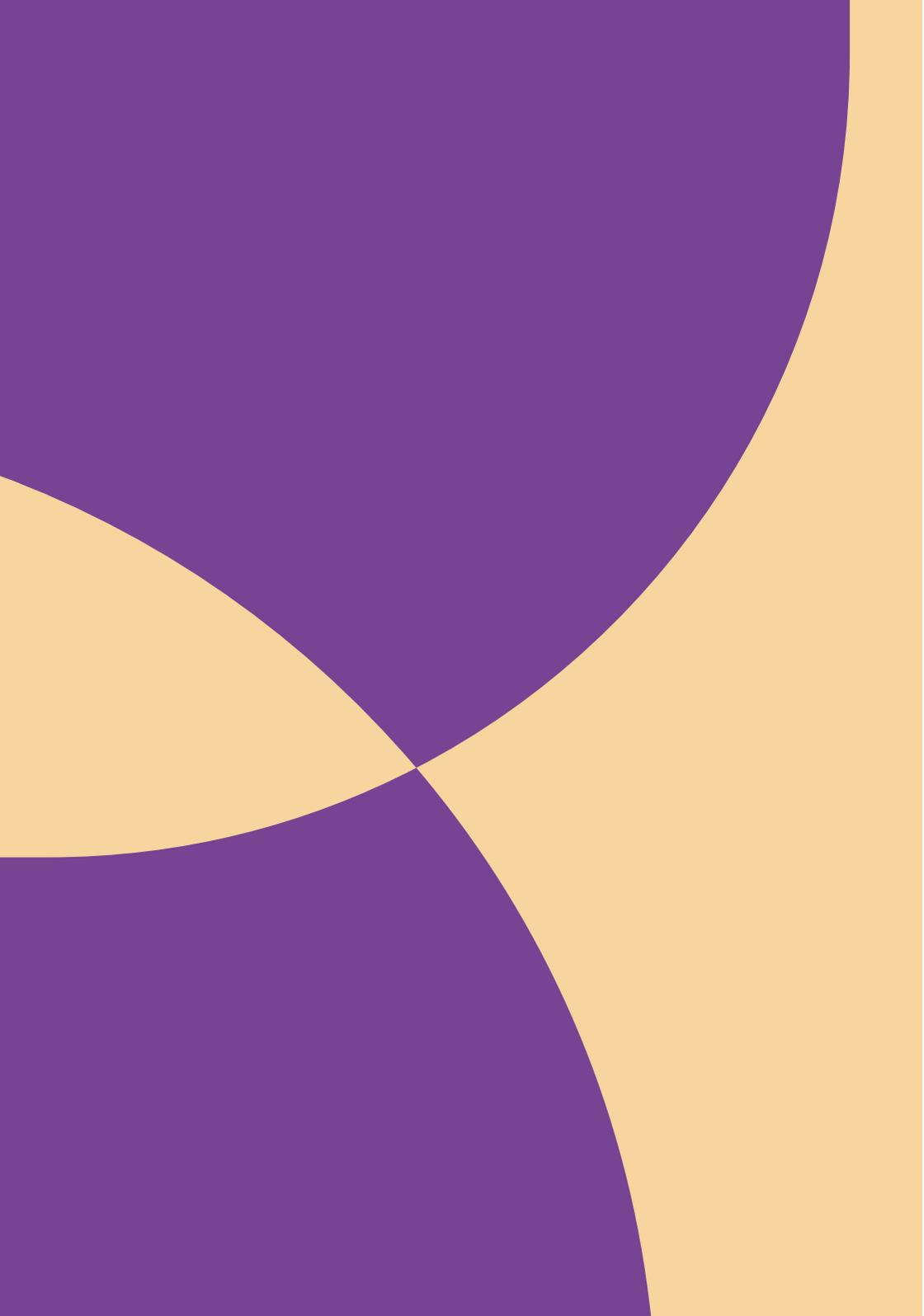


- Martins, D. F. W.** (2020). *Desarmando masculinidades: uma análise crítica da experiência dos grupos para autores de violência doméstica no Estado do Paraná.*
- Maurício, A. C., Brito E.D, Vieira A.A, Beiras A.** (2022). "A mulher é o diabo de calcinha": Enunciados e reflexões referentes à participação profissional de mulheres em grupos com homens autores de violência In Beiras, A. et al. *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos.* Academia Judicial.
- Nogueira, C.** (2001). Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia, 15*(1), 43-65.
- Nothaft, R. J., & Beiras, A.** (2019). O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. *Revista Estudos Feministas, 27*, e56070.
- ONU** (1999). Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace. /53/243http://www.un-documents.net/a53r243a.htm
- PAVA, J.** (2019). *O silêncio dos homens: uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil.* Recuperado em Disponível em: <https://papodehomem.com.br/report-da-pesquisa-parte-1--os-numeros-de-o-silencio-dos-homens>.
- Päivinen, H., & Holma, J.** (2012). Positions constructed for a female therapist in male batterers' treatment group. *Journal of Feminist Family Therapy, 24*(1), 52-74.
- Prates, P. L., & Alvarenga, A. T. de.** (2014). Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: Sobre a experiência na cidade de São Paulo. In E. A. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 225–246). Cultura Acadêmica.
- Rothman, E. F., Butchart, A., & Cerdá, M.** (2003). *Intervening with perpetrators of intimate partner violence: A global perspective* (16-21). World Health Organization.
- Santos, C. M. D.** (2017). Para uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha. *Uma década de lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios*, 39-61.
- Schwarz, L. M.** (2015). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* Companhia das Letras.
- Soares, C. T., & Gonçalves, H. S.** (2020). Grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher: "Isso funciona?". *Direito em Movimento, 18*(2), 73-107.
- Tyagi, S. V.** (2006). Female counselors and male perpetrators of violence against women. *Women & Therapy, 29*(1-2), 1-22.
- UNDP.** (2023) *Breaking down gender biases: Shifting social norms towards gender equality.* Recuperado em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-06/gni202302pdf_0.pdf
- Vergès, F.** (2021). *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção.* Ubu Editora.





**DESAFIOS E
POTENCIALIDADES
DA FACILITAÇÃO POR
MULHERES**



A SALA ESTÁ ENFEITADA

Início este capítulo lembrando uma das cenas que presenciei ao longo de dez anos de atuação com grupos reflexivos para homens. “A sala está enfeitada!” Esta foi uma das falas que me inspirou a iniciar o estudo sobre as implicações da participação de profissionais mulheres na facilitação destes grupos. O locutor da frase, um participante que falava em nome de um grupo coeso com a sua constatação, observava os “enfeites” da sala onde um grupo reflexivo para homens estava prestes a acontecer, ou seja, mulheres que ali aguardavam para dar início ao encontro: duas profissionais, incluindo a mim e uma colega psicóloga, e uma estagiária. Neste dia não havia profissionais homens. A sutil observação reforça que a violência contra as mulheres¹ não é apenas a razão que fundamenta o grupo, mas ocorre também em discursos e na experiência em tempo real durante os encontros. Sair do lugar de enfeite (ou de diversos outros lugares subjugados) para produzir reflexão torna o caminho mais longo para profissionais mulheres. Enquanto isso, homens participantes relatam suas histórias também marcadas pela marginalização e subordinação aos ideais de masculinidades hegemônicas². Este é um cenário marcado pela diferenciação e categorização, cujos discursos e gestos enunciam o gênero, em suas intersecções, como determinantes nas relações de poder. É um pequeno recorte das relações cotidianas, amplificadas em uma proposta cuja função reflexiva revela o quão intensas e sutis podem ser as violências legitimadas pelo discurso das desigualdades de gênero. Concluo a descrição da cena com Marilena Chauí (2013, p. 242): “A violência é o ar que respiramos”.

-
- 1 O uso do termo mulheres nesta pesquisa volta-se a uma posição política de um projeto crítico feminista, distanciando-se da naturalização desta categoria como essência ontológica, sem deixar invisíveis os sujeitos dos feminismos e as relações de poder que estruturam os sistemas de desigualdades e opressão (Costa, 1998).
 - 2 O conceito de masculinidade hegemônica foi definido por Raewyn Connell na década de 80, inspirado nos escritos de Gramsci - de exercício de masculinidade no contexto escolar. O que caracteriza fundamentalmente o conceito de masculinidade hegemônica é a pluralidade e a hierarquia entre as masculinidades, uma prática que legitima a posição dominante dos homens na sociedade e justifica a subordinação das mulheres e outras formas marginalizadas de ser um homem (Connell, 1985).



Trago esse relato da minha experiência no trabalho com grupos reflexivos para homens, para lembrar o quanto podemos ser convocadas a experimentar as desigualdades relacionadas ao gênero na nossa prática profissional. Neste contexto, as facilitadoras³ são eleitas para um lugar de assimetrias, enquanto mulheres e enquanto “agentes” do estado. A horizontalidade neste processo dialógico é, à vista disso, um árduo e constante exercício. Os desafios dessa prática não seriam além dos presenciados em um *setting* terapêutico, não fosse o fato de que aquele pequeno espaço de reflexão grupal denuncia uma estrutura social macro de dominação, exploração e opressão, em que o gênero se instala, junto com outros marcadores de poder, de forma dinâmica, legitimando nos discursos, as desigualdades sociais.

A visão binária, cis-heteronormativa, se mostra bastante evidenciada em espaços de grupos reflexivos para homens em situação de violência e pode se tornar difícil para as facilitadoras se deslocarem de um lugar de diferenciação e, seguindo a lógica sexista, de inferiorização. Facilitadoras mulheres podem facilmente serem invisibilizadas e objetificadas e, da mesma forma, pode se tornar difícil para um facilitador homem se deslocar do lugar de destaque e poder para o qual os discursos o tensionam.

Os grupos podem representar a ação autoritária e punitiva do estado, personificado na figura dos/as facilitadores/as que propõem a reflexão da manifestação legitimada de uma masculinidade agressiva (e é fato que nas políticas públicas o estado exerce sua função regulatória sobre os indivíduos) ou um espaço de cuidado e atenção, cujo enquadramento normativo referencia como funções ligadas ao feminino. Essas são algumas possibilidades de subjetivação. É recorrente o pensamento sobre qual é o meu lugar ético neste espaço, o lugar em que me posiciono e me assumo e aquele que me é de antemão oferecido. Este é um lugar de constantes revisões, uma imagem reconstruída a cada encontro, que serve de instrumento para revelação dos poderes que permeiam as relações sociais.

3 Utilizarei o termo facilitador/a para referenciar as pessoas que atuam nos grupos reflexivos de gênero, entendendo que esta intervenção, assim como aponta Beiras et al. (2021), tem por intuito facilitar o caminho do sujeito à autocompreensão e autocrítica.



É fundamental pensar o lugar da facilitação para o alcance dos objetivos dos grupos. Segundo Beiras e Bronz (2016), a experiência do/a facilitador/a pode servir como possível referência para propiciar a reflexão, atentando-se ao seu próprio processo de transformação em relação à reflexão dos outros e promovendo a produção de novos sentidos a partir da participação e diálogo coletivo. Ser mulher nestes espaços de facilitação é funcionar como uma espécie de “radar” das violências invisibilizadas, atentando-se para as narrativas que expressam a violência de gênero, das formas mais evidentes às mais sutis, as quais podem passar despercebidas por um facilitador homem. Promover reflexões a partir da objetificação da mulher (mulheres enfeites) pode ser bastante desafiador, já que requer a visibilidade de violências não reconhecidas como tal. Enquanto facilitadora mulher, revisito as experiências da violência de gênero a cada encontro e as devolvo à reflexão coletiva para que sejam vistas sob diferentes ângulos.

A diversidade na facilitação dos grupos possibilita múltiplos olhares, repertório de experiências mais variado e maiores possibilidades de identificação com os participantes, por outras vias, que não apenas o gênero. Nesta pesquisa, entrevistei dez mulheres facilitadoras, de diversas regiões do país, com experiência de, pelo menos, um ano na facilitação de grupos para homens. Grande parte delas se autodefiniram como brancas, cis, sem religião, sem deficiências e com alto grau de instrução. A idade mostrou ser um marcador importante para algumas facilitadoras, que sentem ter a maturidade testada e questionada pelos participantes. O etarismo tem as mulheres como principal alvo de opressão. É uma roupagem para o discurso que desqualifica os corpos femininos. A diversidade de raça, apontada por duas facilitadoras, permite a elas, com maior riqueza e legitimidade, a leitura, o reconhecimento e a identificação de atravessamentos cruciais no processo reflexivo de homens autores de violência. As dissidências sexuais, embora não reveladas explicitamente, também podem oferecer quebras no discurso binário e heteronormativo, possivelmente mais consistentes do que as colocações que venham de quem não vivencia cotidianamente as opressões desse discurso. Os marcadores destacados nessa amostra apontam para a relevância da diversidade na facilitação dos grupos.



Para compreender as nuances da relação construída entre facilitadoras mulheres e homens em situação de violência de gênero e como ambos se afetam, utilizei neste estudo⁴ as bases epistemológicas dos feminismos pós-estruturalistas e do construcionismo social. É necessário, a exemplo do construcionismo, seguir um caminho de desestabilização das naturalizações, das verdades universais e possibilitar questionamentos e negociação de sentidos para a construção de uma realidade localizada. Os feminismos pós-estruturalistas convidam a observar as subjetividades que envolvem as percepções de si e do outro a partir da potência do gênero em sua fluidez e das forças disciplinadoras que, ao contrário, assentam a ideia de constância e congelamento dessa categoria, estabelecendo junto com outras fontes de opressão como raça, classe, colonialidade, religião, capacidades físicas e expressões diversas de sexualidades, as relações de poder (Beiras & Bronz, 2016).

Compreender as razões que mobilizam ou desmotivam as facilitadoras a atuar em grupos que objetivam a redução dessas violências possibilita pensar estratégias para reforçar essa ação na lógica do cuidado e da atenção às profissionais. Para tanto, trouxe neste estudo a análise dos impactos subjetivos, nas mulheres que atuam nos grupos para homens, como efeito da exposição aos discursos que reforçam as desigualdades sociais, especialmente relacionadas ao gênero e que, problematizados, podem enriquecer o debate sobre as masculinidades em sua articulação com a violência, lançando luz sobre os desafios e as potencialidades dessa atuação.

VIOLÊNCIAS NORMATIVAS E OS LUGARES DA FACILITAÇÃO

A filósofa brasileira Marilena Chauí (1985) apresenta um conceito de violência como a “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão” (p. 4). Tanto a nível social quanto no contexto doméstico, é possível identificarmos a violência como forma de manutenção de hierarquias, concebida como forma

4 A pesquisa resultou na dissertação de mestrado da autora, intitulada “A sala está enfeitada: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero”. Acesso: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/255959>



legitimada de controle e condução assertiva. Toneli e Becker (2010) sustentam que as normas de gênero autorizam a violência tal como a conhecemos cotidianamente, ao mesmo tempo que a torna invisível à nossa apreensão, ou seja, a violência normativa é primária e serve para permitir e apagar a violência típica.

Desestabilizar, por meio de espaços de reflexão, as narrativas que fundamentam as regras de gênero e as masculinidades, e dar visibilidade às violências estruturais, normativas e institucionalizadas, pode ser o caminho para um novo olhar também sobre as relações afetivas e as violências cotidianas no ambiente doméstico.

Alguns episódios marcaram minha passagem ao longo de dez anos na facilitação de grupos e minha expectativa, ao transcrever alguns deles, é aproximar o/a leitor/a da dimensão de possibilidades, desafios e também angústias que a prática pode suscitar nos profissionais. Em um dos encontros, surgiu a seguinte narrativa: “Mulheres não são como cachorros”. A comparação vinda de um jovem participante do grupo já renderia uma vasta reflexão sobre desumanização das mulheres, porém ele prosseguiu justificando sua afirmação: “Os cães sempre estão do nosso lado, mesmo que a gente agrida, os maltrate, eles continuam nos amando, são fiéis. As mulheres não, elas nos denunciam, são rancorosas.” O lugar hegemônico de quem subalterniza mulheres (e cães) é também um lugar de constante reivindicação para a manutenção desse status, da hierarquia, da assimetria e coisificação do outro. Como propõem Beiras e Cantera (2014), no trabalho grupal, é importante conhecer a construção de narrativas dominantes, de uma subjetividade idealizada de masculinidades, e projetar um olhar de estranheza a determinadas construções sociais a fim de dar visibilidade a formas diversas de ser e estar no mundo, além de desconstruir naturalizações e o domínio de lógicas opressoras (p. 34). Este exemplo traduz um desafio do processo reflexivo grupal, qual seja, de questionar e colocar em xeque discursos hegemônicos e normativos dos interlocutores que se apresentam socialmente autorizados a subalternizar em prol da manutenção de um lugar de privilégios.

Facilitar um grupo reflexivo, além de demandar muito conhecimento teórico e metodológico, implica também em ter seu corpo e suas experiências enquanto recurso para o processo reflexivo. A resignificação de narrativas pessoais, em muito se dá por um processo de identificação dos participantes



com as experiências narradas, com um mesmo lugar social. Butler (2003) afirma que a linguagem emerge do corpo, ela gagueja, balbucia sobre ele. Pensar na diversidade de corpos e lugares sociais na facilitação é evidenciar a importância das experiências e pontos de vista diversos e um convite a pensar para além das generalizações e binarismos.

A dupla de facilitadores, quando mista, pode expor assimetrias relacionadas à identificação dos participantes ao lugar social daquele homem que facilita e torna o desafio da mulher facilitadora ainda mais evidente. Contudo, um grupo reflexivo de homens não é um espaço de homogeneidade. Nele coexistem múltiplas individualidades, muitos marcadores sociais, experiências diversas de sofrimentos e fragilidades, de opressão e subordinação e o processo de identificação pode ocorrer por outras vias, para além do gênero. Homens que facilitam grupos também podem partir de lugares potencialmente distantes da identificação voluntária e imediata dos participantes.

A construção das narrativas das entrevistadas sobre experiências com formações de equipe diversas foram direcionadas a mim, não apenas enquanto pesquisadora, mas enquanto mulher facilitadora, que compartilha os desafios e olhares sob um ponto de vista semelhante pela questão do gênero e que se distancia daquele instaurado pelo homem de raça e classe dominante (Harding, 1998), menos equipado a pensar a diferença quando se entende como universal (Ribeiro, 2017). Narrativas e escuta se entrecruzam e se influenciam, evidenciando o caráter parcial e interpretativo da pesquisa. Pensar em como nossas experiências estão conectadas com nosso lugar de fala e lançar um olhar crítico sobre a universalização, naturalização e hegemonia, em que também nos encontramos, é o compromisso ético necessário para evitar grandes distorções analíticas, ciente que algo irá escapar pela via da cegueira de quem vivencia privilégios sociais.

Eloah, uma das entrevistadas, expõe o esforço constante por ter sua voz reconhecida e confirma se sentir mais à vontade dividindo o espaço com uma mulher ou com um homem que não apresente uma masculinidade tão marcada estereotipicamente. Na presença desse homem, no entanto, as alianças e os discursos de cumplicidade ficam mais explícitos e é possível trazê-los para a reflexão:



Às vezes acho que é um pouco estratégico usar desse lugar da diferença explícita porque dá espaço para as coisas acontecerem ali na nossa frente e a gente poder nomear e apontar. (...)Eu acho que quando eles se sentem mais à vontade, sentem ali que tem alguém com quem eles podem se aliançar... e sempre tem essa tentativa de fazer essa ponte com o meu colega e me deixar para fora. Por isso a importância da gente ter uma afinidade enquanto equipe para perceber e apontar e não cair neste jogo, de certa forma usar isso a favor do andamento do grupo.

Essa aliança a que se refere Eloah, é tratada por Maria como uma das armadilhas do processo de facilitação dos grupos. Segundo ela, há diferentes armadilhas para homens e mulheres facilitadores:

Então eu vejo assim que o desafio é mostrar esse trabalho enquanto um trabalho técnico, com engajamento político de enfrentamento à violência de gênero, mas eu acredito que esse também é um desafio para os homens que conduzem o grupo. Claro que a armadilha que eles precisam sair é diferente da armadilha que a gente precisa sair. Essa armadilha de que talvez no primeiro momento os homens se sintam menos na defensiva, menos ameaçados, porque bem, eles estão falando com um homem né, e eles vão buscar essa aliança 'então você vai me entender né colega? porque o mundo está muito chato para os homens.

Maria descreve que para escapar dessas armadilhas, homens e mulheres precisam focar em um trabalho técnico, especializado, de um contexto mais amplo de enfrentamento à violência enquanto uma política de estado.

Sobre sua experiência com colegas homens e mulheres, Luana descreve: *"era muito curioso que os homens do grupo principalmente se dirigiam ao homem facilitador, parecia que a palavra tinha que passar pelo homem facilitador."* Luana percebeu que nos grupos que conduzia com outras mulheres, havia uma exposição maior, por parte dos participantes, do sentimento de injustiça e de queixas em relação às mulheres. *"Com os homens existia mais um 'buscar essa parceria', desse apoio do outro homem, e 'você me entende?'"*

Pâmela descreveu como muito necessário esse formato, de uma dupla formada por um homem e uma mulher. No entanto, relata uma situação em que a dupla teve problemas com a facilitação do grupo. *"Aconteceu problemas realmente em função dessas diferenças dele enquanto homem e eu enquanto mulher e acabou acontecendo que esse colega se identificou com os participantes, então eu brincava que eram treze (participantes), doze mais ele."* Após reflexões na



supervisão, Pâmela descreve que o facilitador buscou assumir uma postura de extremo oposto ao acolhimento pela via da identificação pelo lugar social de homem e passou a adotar uma postura tradumais autoritária, reforçando para os participantes que aquele espaço era voltado para homens “agressores”. Ou seja, um salto de uma armadilha para outra.

A narrativa de Pâmela, seu sentimento de indignação e as tentativas do colega de circular em diferentes lugares, os quais colocam em xeque a sua posição diante daquilo que se propõe a combater, indicam o quanto as intervenções em grupos reflexivos de gênero convocam todos os/as facilitadores/as a lidarem com as possibilidades e limites de uma prática que vai além do plano político e opera a partir dos corpos, das relações e apresenta obstáculos simbólicos distintos para cada envolvido/a. Billand e Moliner (2017), em sua pesquisa junto a facilitadores homens, destacam que os encontros questionam e confrontam os facilitadores com sua masculinidade, sua possível violência, podendo trazer consequências sobre sua atuação, sua empatia. Alguns podem vir a buscar por uma estratégia defensiva de diferenciação em relação ao grupo, o que pode culminar em uma ruptura precoce. Outros, compreendendo que os participantes tendem a dar credibilidade aos homens que se parecem com eles, adentram aos jogos de linguagem masculinos, agindo “por dentro” e, conforme os pesquisadores, no limite da reprodução dos preconceitos que pretendem suprimir.

É interessante o comparativo, feito por Claudia, sobre a facilitação individual, e com colegas de ambos os gêneros.

Eu acho que conduzir grupos sozinha, independente de ser com homens ou com mulheres, é sempre mais difícil. Pra mim é mais desafiador [...] porque você precisa estar atenta a todas as falas, você precisa transmitir ali o conhecimento, precisa valorizar o que as pessoas estão falando... Enfim, tem todo um jogo ali para conseguir coordenar de uma forma efetiva aquele grupo estando só... estando com um homem, eu acho que era outro desafio com ele, eu sinto que os homens me respeitavam mais sozinha do que com ele [...] o psicólogo é muito parceiro, ele faz muito “gente olha só, a Cláudia tá querendo falar, vamos deixar ela falar agora”, só que aí você se sente sendo respaldada por outro homem, né? [...] junto com outro homem era mais difícil de ser ouvida. Então na minha primeira experiência com a A. (facilitadora), o que eu sentia é que muitas vezes os homens ficavam mais enraivecidos pelo fato de estar com duas mulheres. Saía mais o tipo de frase “vocês não vão entender mesmo”.



Chama a atenção as dificuldades diferentes para cada formação de equipe, vivenciadas por Claudia. O desafio, ou impossibilidade, de lidar com todas as questões que envolvem o processo reflexivo sem uma dupla para equilibrar as funções da facilitação, a invisibilidade diante da figura masculina com a qual os homens se vinculam de forma mais imediata e a resistência pela figura das mulheres, generalizada e estereotipada pelo grupo. Sua fala traduz o quanto o desafio é inerente a esta ação mediante os atravessamentos de gênero.

As que tiveram a experiência de facilitar com outras mulheres relatam como sendo positivo, acolhedor e potente poder dividir as tensões e percepções com outra mulher. Ao mesmo tempo, foi recorrente a percepção do incômodo do grupo, pelo menos inicialmente, com o fato de duas mulheres estarem na facilitação e que, supostamente, não iriam se disponibilizar a compreender o ponto de vista dos homens, a não ser pela via do cuidado, enquanto estereótipo de um lugar feminino. Assim, tanto a resistência quanto a demanda por um cuidado feminino precisam ser desconstruídas pelas facilitadoras. Com colegas homens, a aliança é o desafio a ser enfrentado, a armadilha que poderia deixar a mulher de fora, com mais dificuldade na construção do vínculo, em relação ao facilitador. Por outro lado, a maior abertura dos homens para socializar a partir da maior confiança de que será compreendido e a exposição da diferenciação podem ser estratégicas para o processo de reflexão das desigualdades sociais manifestadas no posicionamento discursivo dos participantes.

Os lugares de cada pessoa envolvida no grupo reflexivo não são estáticos. São lugares fluidos, que são oferecidos enquanto expectativa, reconstruídos, recolocados, modificados durante a construção dos vínculos e o processo de reflexão. É esse movimento de mudança e de afetamento mútuo que favorece o processo reflexivo ao mesmo tempo que se alimenta dele. Quando se pensa nos lugares das facilitadoras, é preciso pensar sobre quem estamos falando, pois não se trata de um grupo homogêneo, assim como os participantes que atribuem esses lugares, também não formam um grupo homogêneo. Essa é uma rede muito complexa de interações e o olhar sobre o gênero das facilitadoras não exclui a existência de diversos fatores e afetos que contribuem para construir essa relação. Esse é um ponto de destaque na narrativa de Yasmin, que reforça



o movimento contínuo de identificações, marcadas pelo gênero, mas que o extrapolam em algum momento:

Eu acho que sempre que eu penso nesse meu lugar lá dentro ou de qualquer pessoa, eu fico pensando, que homem e que mulher? E penso que são formas variadas de facilitação, que não são determinadas só pelo gênero. Acredito que quando eu estou lá dentro, algumas vezes, a minha presença comunica àqueles homens que “peraí, essa vai pegar pesado com a gente”, simboliza mais de antemão que não está comigo, que está contra mim de alguma forma. Então eu vejo que alguns homens ficam mais acuados, ficam mais na defensiva, e vão me conhecendo e conhecendo a minha condução e falam “putz, é possível dialogar com ela, ela não tá aqui pra me...”, então eu vejo essa reação.

Os estereótipos de gênero são manifestados de forma ambígua no grupo. Como já descrito, é comum aparecer relatos que apontam a percepção, por parte dos participantes, de que o facilitador homem irá ter maior empatia com suas demandas, pelo efeito da expressão das masculinidades que excluem as diferenças e se fortalecem pela cumplicidade. Ainda assim, a essencialização da mulher cuidadora pode se fazer presente no imaginário do grupo e se manifestar na relação com as facilitadoras, em posicionamentos controversos, como a busca da legitimação destas, ao mesmo tempo em que não se deseja (admitir) precisar desse aval.

Sobre essa ambivalência de lugares, Aline relata:

É como se fosse mais fácil ganhar a validação da psicóloga do que do psicólogo, no sentido de “ah, mas ela é mulher, ela vai me entender». Em segundo lugar, o que entra é o “eu não quero falar, não vou falar pra mulher e tal” (...) O início é muito confuso para formar o vínculo e geralmente quando forma, aí funciona bem, mas como algo que demora mais para formar esse vínculo porque se a gente é colocada no primeiro momento como aquela que vai legitimar como bom homem, como uma pessoa legal, que não fez nada de errado, não é o nosso papel, mas é uma primeira demanda, acaba gerando várias expectativas da gente. (...) se alguma mulher entender, é como se a ex companheira tivesse redimido ele, algo nesse sentido.

A construção inicial do vínculo pode ser mais demorada para as mulheres em razão desse caminho a percorrer, esses lugares atribuídos, preliminarmente, às facilitadoras e que geram expectativas diversas. O sentimento de injustiça,



tão comum a ser expressado nos primeiros encontros, está relacionado a uma queixa que os homens trazem de uma mulher, que representa todas as mulheres. No contexto dos grupos, a lei que o enquadrava também representa simbolicamente uma figura feminina ou a força dessa figura, na qual ele deposita sua revolta. Esse discurso está muito próximo de um embate de gênero, sendo a facilitadora o alvo mais próximo e evidente naquele momento.

Luana percebe a resistência como um desejo de resposta às inconformidades dos homens diante do comportamento das ex-companheiras, depositado na figura feminina das facilitadoras. Maria descreve perceber um primeiro momento de resistência do grupo, em que muitos homens se sentem perseguidos pela justiça, em uma defesa parcial das mulheres e veem as facilitadoras nesse lugar exclusivamente por serem mulheres em uma militância, e não profissionais que atuam nessa área. Essa é uma questão interessante, já que não há uma dissolução entre a profissional e o gênero. Considerando que, enquanto mulheres, estamos em um lugar social ainda subjugado, o desejo e a busca pela transformação social nos atravessa de forma mais intensa.

A percepção de Janáina de que os homens vão “mudando” no decorrer do grupo revela que, passada a resistência inicial, há a expectativa pela compreensão da facilitadora, entre outros diversos fatores, também como forma de remissão, de ser “perdoado” pelas mulheres, e para isso, demandam de sua atenção e cuidado.

Um ponto muito destacado nas narrativas foi a escolaridade e o discurso acadêmico das facilitadoras, tanto como um desafio quanto como estratégia. O desafio relaciona-se com uma linguagem que pode distanciar-se da ideia de horizontalidade enquanto proposta para o processo reflexivo. De fato, Tom Andersen (2002) indica que as conversas no grupo não tenham um linguajar técnico que as diferencie das conversas às quais os participantes estão acostumados. Em diversas narrativas, o conhecimento técnico foi utilizado como forma de “compensação” pela dissimetria em razão da desigualdade de gênero.

Claudia expõe, em sua narrativa, que a experiência lhe mostrou não ser interessante se colocar num lugar de superioridade, concluindo que há uma reação muito negativa por parte dos participantes. Contudo, isso não significa estar em uma posição de igualdade, já que ela não existiria em sua totalidade.



Claudia faz comparativos de suas dificuldades pessoais com os desafios enfrentados pelas mulheres com quem os participantes convivem (mãe, irmã, esposa, filha) e assim busca aproximar as narrativas:

E aí o potencial é esse, de conseguir fazê-los refletir sobre esse lugar, sobre o lugar da mulher, que mesmo tendo um nível superior, mesmo tendo especializações, um concurso público, de estar ali te dizendo “olha, talvez a minha experiência não seja diferente da experiência da sua mãe por exemplo” quando a gente fala de feminismo, machismo, quando a gente fala de desigualdade, de relação de poder, privilégios.

Aqui Claudia reivindica um lugar de quem experiencia as opressões de gênero e se aproxima das mulheres com quem os participantes possuem vínculos. Esse posicionamento fortalece o caráter político das violências discursivas que se reproduzem no grupo. A violência já não é contra um indivíduo, é contra um grupo, uma sociedade, em um movimento inverso ao ataque singularizado.

As narrativas apontaram que a resistência, a invalidação, a remissão, o estereótipo do cuidado feminino, a generalização, a sexualização, a autoridade e o conhecimento acadêmico são alguns dos principais lugares por onde circulam as facilitadoras entrevistadas. Reconhecer e transitar, sem fixar-se a estes lugares, pode ser uma experiência interessante também para apresentar ao grupo para que participem da reflexão sobre como o gênero opera na construção das relações e que se manifestam também, e especialmente, neste espaço reflexivo.

A simples presença de um corpo diferente ou feminino no espaço do grupo de homens já é suficiente para um estranhamento, falas e percepções que geram incômodos. As questões de gênero, raça e sexualidade são abordadas o tempo inteiro no grupo, mas não diretamente, elas são atravessamentos de temas diversos, que falam sobre expectativas que se tem em uma relação e que acabam refletindo sobre como se lida com outros corpos, com o diferente, tanto em nível estrutural e social, como individual. Entre as potencialidades apontadas pelas facilitadoras a respeito de suas intervenções, a mais relevante foi presença de um corpo marcadamente feminino, em uma leitura generificada e política, e todas as reações geradas a partir dele, as resistências e vinculações



variadas, que instiga os homens a participar, a não ficarem quietos, a exporem o seu incômodo. Aline apresenta essa ideia:

Quantas vezes a gente não fica desconfortável de estar num espaço onde existem vários homens? Eu não me sentiria à vontade de chegar num bar, sentar numa mesa com vários homens que eu não conheço, e ouvir eles conversarem. Ali eu consigo fazer isso e perceber várias coisas. E fazer essa virada de mesa, que a ideia é que eles sintam esse incômodo também, e por que que incomoda? E poder trabalhar a partir daí.

As narrativas das facilitadoras revelaram sentimentos intensos, cujos efeitos partem como consequência do testemunho das violências descritas por participantes, de uma sensação de cumplicidade ao ouvir discursos violentos e, por outro lado, da satisfação por realizar uma intervenção que apresenta efeitos significativos para a revisão das masculinidades violentas e, consequente, para a redução do cometimento de atos violentos.

Eloah explica que é difícil intervir na violência sem se sentir cúmplice, às vezes, porque facilitar é ouvir muitas coisas e entender que nem sempre é possível pontuar tudo e algumas falas acabam não sendo interpeladas: *“E como não se sentir endossando a violência que você não conseguiu, enfim, apontar, dissecar ali naquele momento?”* O sentimento de impotência, frustração e raiva se misturam e são, muitas vezes, provocados pelos participantes que reforçam o apontamento da culpabilização das mulheres pela violência sofrida, convocando as facilitadoras para um embate argumentativo.

Pensar sob a perspectiva da mulher que sofreu a violência, para Luana, era importante para fazer o contraponto necessário das falas, mas também se mostrou um desafio lidar com o desconforto no momento em que elas aparecem, conforme relata:

Precisava de um momento de “Calma Luana! Pensa a partir do que está acontecendo agora!” sempre que, em várias situações eu pensava no lugar da mulher, de como ela se sentiu. Algumas situações dava pra trazer essa reflexão de colocar, de pensar e colocar como eu me sentiria numa situação de perseguição, enfim de uma situação onde eu me sentiria desconfortável, cabia eu colocar no grupo, mas muitas vezes não, então eu precisava deixar isso pra mim e colocar na supervisão e trabalhar mais profundo o subjetivo que vinha nessas histórias.



Maria lembra que os relatos que ouve no grupo de homens reflete a sociedade de uma forma geral, não sendo diferentes dos que se ouve em conversas sinceras com os homens da sua própria família e com amigos e colegas. Ela destaca que os participantes dos grupos são homens comuns, não são psicopatas ou pessoas com valores distantes do ciclo social no qual as facilitadoras convivem. Pensar assim, conclui ela, ajuda a construir vínculos com os participantes, no entanto, é justamente esse ponto que torna o trabalho cansativo e a mudança, mais distante. As narrativas sexistas circulam no cotidiano. Maria observa o próprio desgaste com a realidade denunciada em narrativas comuns do seu ciclo e ampliadas no grupo: *“então eu me sinto, ao mesmo tempo, próxima dessa realidade, de quanto está no dia a dia, mas também cansada né. Então eu acho que é essa mistura assim, as duas coisas.”*

A conexão com os sujeitos que cometeram ou cometem atos de agressão, lembra Pâmela, acontece quando se baixa os possíveis escudos dessa relação e se pode ver sujeitos com histórias de vida difíceis, com alto nível de sofrimento e dificuldades, vindos de famílias com pais agressores ou ausentes. Aline destaca que esse sofrimento não está nomeado, que é como se não fosse deles: *“A gente percebe, tanto no posicionamento, ou até na fala, ou nas palavras que usa né, ‘porque foi uma injustiça’, ‘porque não foi legal o que ela fez comigo’, mas nunca nomeando, ‘eu tô me sentindo injustiçado’, de trazer pra si dentro da situação.”* É pela via desse sofrimento que ela busca se vincular e lidar com o sentimento de raiva, que surge ao ouvir as violências. *“Eu sinto raiva porque eu sinto uma injustiça, eu percebo que tem uma injustiça ali, eu percebo que alguém perdeu alguma coisa. No caso, uma mulher perdeu o acesso a algum direito, alguma questão.”* A vinculação para ouvir a violência é ouvir também que existe um sofrimento. Aline observa que aquele sujeito não está vendo aquilo que ela vê, são posições diferentes.

Em sua narrativa, Janaína destaca o que lhe marca positivamente ao final dos últimos encontros. Ela menciona uma quebra de barreiras, os participantes se vulnerabilizando, se emocionando e comunicando a ela *“estou te vendo, estou te ouvindo”*, sem uma disputa de poder. Janaína lembra de quando iniciou esse trabalho e do quanto ele mobilizou sentimentos de tristeza e raiva: *“Hoje eu consigo identificar minha raiva, aí eu consigo devolver pra eles ou, enfim, mostrar o que eles estão fazendo, atuar mais e intervir com a minha emoção (...) já sei manejar*



e já não me afeta tanto.” Para Janaína, esse manejo é consequência da prática, de se auto-observar e lidar com suas emoções e levá-las ao debate. Claudia também atribui à sua experiência, além do autocuidado com psicoterapia, o maior manejo do impacto dessas ações em suas emoções.

A aproximação com os homens se dá à medida do distanciamento de um estereótipo de mulher e ainda assim, a interpelação lança um olhar regulador sobre seu corpo: como uma mulher que não se comporta como o esperado poderá relacionar-se com um homem? A violência contra as mulheres é justificada, via de regra, pelo comportamento desviante destas mulheres. Facilitadoras colocam em xeque a padronização presente nestes discursos.

Yasmin, que reconhece uma exaustão pós-grupo, a exigência de uma atenção constante naquele espaço por tratar de temáticas difíceis e ouvir relatos pesados, destaca também o impacto positivo dessa ação:

O corpo fica muito carregado daquilo, então sempre saio muito moída das sessões, da atenção, do cuidado de estar ali atenta e falando de coisas tão, tão fortes. Mas ao mesmo tempo eu sempre saio do grupo com... “poxa é isso mesmo!” entendeu? Isso que a gente tá fazendo é incrível, esse espaço tem que ser ampliado, isso aqui devia ter todo dia, toda hora, em todos os lugares. Esses caras foram atravessados por essa conversa.

As narrativas revelam o quanto o corpo e as experiências atravessadas por marcadores sociais interseccionados afetam e são afetados nesse espaço de facilitação. Alguns questionamentos derivam dessas falas: A conversa só é possível quando conseguimos nos distanciar emocionalmente do tema? ou seria justamente a aproximação que potencializa o processo pela via da sensibilização e desnaturalização? Ser afetada no seu lugar social não significa estar menos preparada tecnicamente. Pelo contrário, utilizar-se do afetamento para potencializar a intervenção é um processo que parece caminhar com a ajuda de espaços de supervisão, em que se possibilita acolher e nomear os incômodos, além de fortalecer estratégias para visibilizar a reprodução das violências no grupo.

Como parte de uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais e psicólogas/os que atuam no tribunal de justiça, Verônica descreve perceber o olhar que nomeia ser psicologizante sobre a violência, por parte de colegas



psicólogos, que assumem uma individualização das questões sociais. Verônica reforça a necessidade de supervisão constante e semanal com foco no estudo técnico para intervenções em grupo.

Sobre espaços de estudos e compartilhamento de experiências, Helena relata:

Eu penso que estudar gênero é fundamental para poder conduzir, facilitar os grupos reflexivos (...) porque se você não estuda gênero você não sabe o seu lugar e aí você muito facilmente é conduzido para um lugar equivocado, de reafirmação desse machismo, de toda a cultura patriarcal. E aí quando a gente tem uma boa leitura sobre as questões de gênero e masculinidades a gente consegue entender como que a gente entra nisso e não se sente tão cansada (...) Eu tenho encontrado essa estratégia de estudo, de leitura, de compartilhar com a equipe essas angústias para que vendo a nossa fragilidade técnica, onde a gente possa suprir isso para se sentir menos cansada, porque o trabalho precisa ser feito.

Considerando as narrativas que expõem as dificuldades que as facilitadoras observam também nos seus colegas homens, conclui-se ser imprescindível para o trabalho com grupos para homens autores de violência que a equipe possua um espaço para reflexão acerca de sua própria socialização pautada em normas de gênero. Que os facilitadores também possam questionar sobre suas próprias masculinidades e seus atravessamentos e que a formação mista possa apresentar-se como modelo de respeito e de acolhimento mútuo diante dos discursos que tensionam a manutenção das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas refletem dificuldades e potencialidades da facilitação dos grupos sob a perspectiva das profissionais mulheres, os efeitos e o desafio de atravessar as paredes da socialização masculina com suas formas distintas de interpretar e questionar as normas. Como reforçam Rasera e Japur (2018): “as diferentes formas de descrever o mundo implicam em diferentes formas de ação social” (p. 27). Então, para o questionamento sobre qual a importância de as mulheres participarem profissionalmente da facilitação de grupos reflexivos para homens em situação de violência de gênero, a resposta que se evidencia é



que, para além de uma questão de necessidade estatística, considerando que são maioria nas áreas profissionais que estão à frente desta ação (Beiras et al. (2021), todas e todos somos protagonistas nesta história. Ou seja, a importância da presença de mulheres se fortalece no contraponto da presença do facilitador homem. As narrativas das facilitadoras apontaram ser positiva a heterogeneidade na formação das equipas, com diversidade de marcadores, que passam pelo gênero e o extrapolam. Formas distintas de facilitação, que vão desde a formação académica e linhas teóricas utilizadas, às interseccionalidades que marcam os lugares sociais das pessoas que facilitam, repercutem em como se constroem as conversas, em tensionamentos e impactos necessários ao processo reflexivo. A pesquisa mostrou que esses lugares de onde a equipa de facilitação fala e escuta influenciam na elaboração de novos sentidos sobre as relações de poder que são atravessadas por esses lugares, reforçando a potencialidade da diversidade de vozes neste espaço.

A prática de enfrentamento às violências exige uma ampla leitura social e política de como se constroem as relações de poder. A compreensão sobre colonialidade, racismo estrutural, discriminação com as diversas expressões de gênero e sexualidade, instrumentalizam as pessoas que facilitam para promover debates para além das narrativas que reproduzem as lógicas dominantes. Os diversos marcadores devem funcionar conjuntamente como categorias analíticas e, nos grupos, o processo reflexivo deve promover o debate sobre a ideia de posicionalidades e transformação social em contraponto às essencializações e ao discurso neoliberal de representatividade. Os sujeitos que se veem enquanto norma não se percebem marcando um lugar social e, portanto, é preciso indicar os marcadores que constroem as suas identidades, assim como oferecer escuta sensível àqueles que experenciam o racismo e outras formas de discriminação e exclusão social.

Tendo em vista que as experiências trazidas aqui referem-se a grupos com conceitos teóricos e metodológicos alinhados, os desafios apresentados pelas mulheres que se inserem no espaço da facilitação de grupos para homens também se configuram como vantagens dessa participação. Os lugares oferecidos a estas mulheres apontam para como são desenhadas socialmente as relações de gênero e de poder. Essa relação entre participantes e facilitadoras é atra-



vessada pela ambiguidade e pelo contraditório. Assim, são os estranhamentos da presença das mulheres que marcam os pontos a serem problematizados.

Perceber os incômodos manifestados pelos participantes pela presença de uma mulher e os incômodos gerados em si, no lugar de mulher facilitadora, acolhê-los e utilizá-los como instrumento para reflexão, constitui uma potencialidade desta ação, apenas possível com a presença de uma ou mais mulheres na facilitação. Para além disso, a simples presença de um corpo feminino, em uma leitura generificada e política, conforme algumas narrativas aqui descritas, pode instigar uma participação maior, seja pela via da revolta, da resignação, pela necessidade de aprovação e compreensão vindas de uma mulher que, pelo menos inicialmente, é vista de forma generalizada.

A vinculação das facilitadoras com o grupo caminha, de forma geral, por um percurso mais longo do que ocorre com seus colegas homens, pois demanda pela elaboração das resistências à figura das mulheres, construídas na socialização masculina.

Para lidar com os desconfortos dos discursos da diferenciação de gênero e, por consequência, discursos que inferiorizam as mulheres, é necessário que haja um ambiente de acolhimento entre a equipe, que o facilitador homem esteja sensível e instrumentalizado com os estudos de gênero, que haja abertura para a conversa para além do espaço de grupo. A forma como o facilitador manifesta a sua masculinidade e se vincula com o grupo pode facilitar ou dificultar a entrada da facilitadora. Há diversos desafios a enfrentar, muitos deles podem ser manejados pela parceria entre os facilitadores. Ainda assim, os grupos irão reagir de formas diferentes a uma dupla feminina, masculina ou mista, já que não há dissolução entre os profissionais e seus lugares sociais. As falas e escutas partem desses lugares, mas sobretudo são embasadas pelo conhecimento teórico e metodológico que repercutem em como se constroem as narrativas e as intervenções profissionais.

Esta pesquisa mostrou que, para além de espaços físicos acolhedores, construir narrativas acolhedoras é um processo que exige atenção às pessoas que facilitam os grupos. Espaços de reunião e supervisão para organização e planejamento dos encontros também devem priorizar formas de cuidado e proteção da saúde mental da equipe. As trocas frequentes devem oportunizar



o desenvolvimento de um processo avaliativo e tensionar para a qualificação constante da ação por meio de estudos teóricos e metodológicos, em sintonia com as pesquisas e experiências que se atualizam e conversam com o contexto social e político do país. Esses momentos são demandados pelas facilitadoras que participaram desta pesquisa e devem ser considerados, pelos gestores ou supervisores dos serviços ou projetos, como parte fundamental da execução dos grupos reflexivos, o que implica em investimentos em carga horária das/os profissionais a fim de contemplar as horas destinadas à reunião/supervisão. Além disso, se faz necessário que as iniciativas visem um trabalho contínuo e não apenas pontual, que ofereçam capacitações específicas para as equipes, que estejam em acordo com as recomendações constantes na literatura acerca do número mínimo de encontros, número de participantes e alinhamento teórico e metodológico. Institucionalizar os grupos reflexivos enquanto uma política de ação de enfrentamento à violência contra as mulheres demanda a inclusão de todas as etapas necessárias para uma execução comprometida ética e politicamente com esta temática.

Realizei essa pesquisa em conjunto com as facilitadoras entrevistadas como forma de acolher pessoas que se dispõem a facilitar grupos reflexivos e se deparam com sentimentos ambíguos e desafiadores. As narrativas evidenciaram o desejo das entrevistadas pela transformação social, para a qual suas atuações estão implicadas. Seus conhecimentos, suas experiências, vindas de seus lugares sociais e seus corpos lidos como femininos, adentram em discursos cristalizados e desnaturalizam verdades reguladoras que sustentam a lógica cis-heteronormativa que exclui e que agride. Por fim, quero ressaltar que essa não é uma pesquisa sobre violência, é sobretudo sobre as perspectivas de construções de novos olhares e formas contingentes de ver e sentir o mundo, é sobre pessoas que abrem possibilidades de produção de novos sentidos, que se abrem e, por isso mesmo, não saem ilesas.



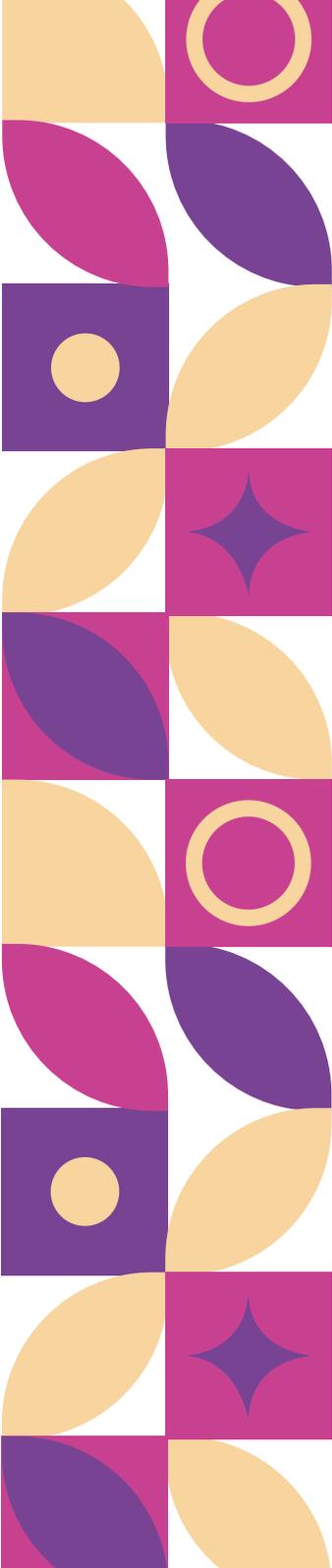
REFERÊNCIAS

- Andersen, Tom** (2002). *Processos reflexivos*. Editora do Instituto Noos.
- Beiras, A., & Cantera, L. M.** (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: Contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In Blay, E. A. (Org.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 29-44). Cultura Acadêmica.
- Beiras, A. & Bronz, A.** (2016). *Metodologia de Grupos Reflexivos de Gênero*. 162p. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A.; Cantera-Espinosa, Leonor. M.; Garcia, A. L. C.** (2017). La construcción de una metodología feminista cualitativa de enfoque narrativo-crítico. *Psicoperspectivas (online): individuo y sociedad*, v. 16, p. 54-65.
- Beiras, A. Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., Hugill, M. S. G.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações*. Cejur. ISBN: 978-65-87982-06-9.
- Billand, J. & Molinier, P.** (2017). O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres. In Beiras, A. & Nascimento, M. (Orgs.), *Homens e violência contra mulheres* (pp. 140-171). Instituto Noos.
- Butler, J.** (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira.
- Chauí, Marilena de S.** (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In: Chauí, M. S; Cardoso, R.; Paoli, M. C. (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. (pp. 25-62). Zahar.
- Chauí, Marilena de S.** (2013). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Autêntica.
- Connell, R. W.** (1995). *Políticas da Masculinidade. Educação e Realidade*. Porto Alegre, 20 (2), p.185–206.
- Connell, R. & Messerschmidt, J. W.** (2013). Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21 (1), p. 241-282. ISSN 1806-9584.
- Costa, Claudia de Lima** (1998). O Tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*, 11 p. 127-140
- Harding, Sandra** (1998). Existe un método feminista? In: Bartra, Eli (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. UNAM.
- Isleb, Sheila Fagundes** (2023). *A Sala está enfeitada: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos de homens autores de violência de gênero*. Dissertação de mestrado. UFSC, Florianópolis, SC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/255959>



- Rasera, E. F., Japur, M.** (2018). *Grupo como construção social: aproximação entre construcionismo social e terapia de grupo*. Instituto Noos.
- Ribeiro, Djamila** (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Toneli, M. J., Becker, S.** (2010). A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. UFSC.

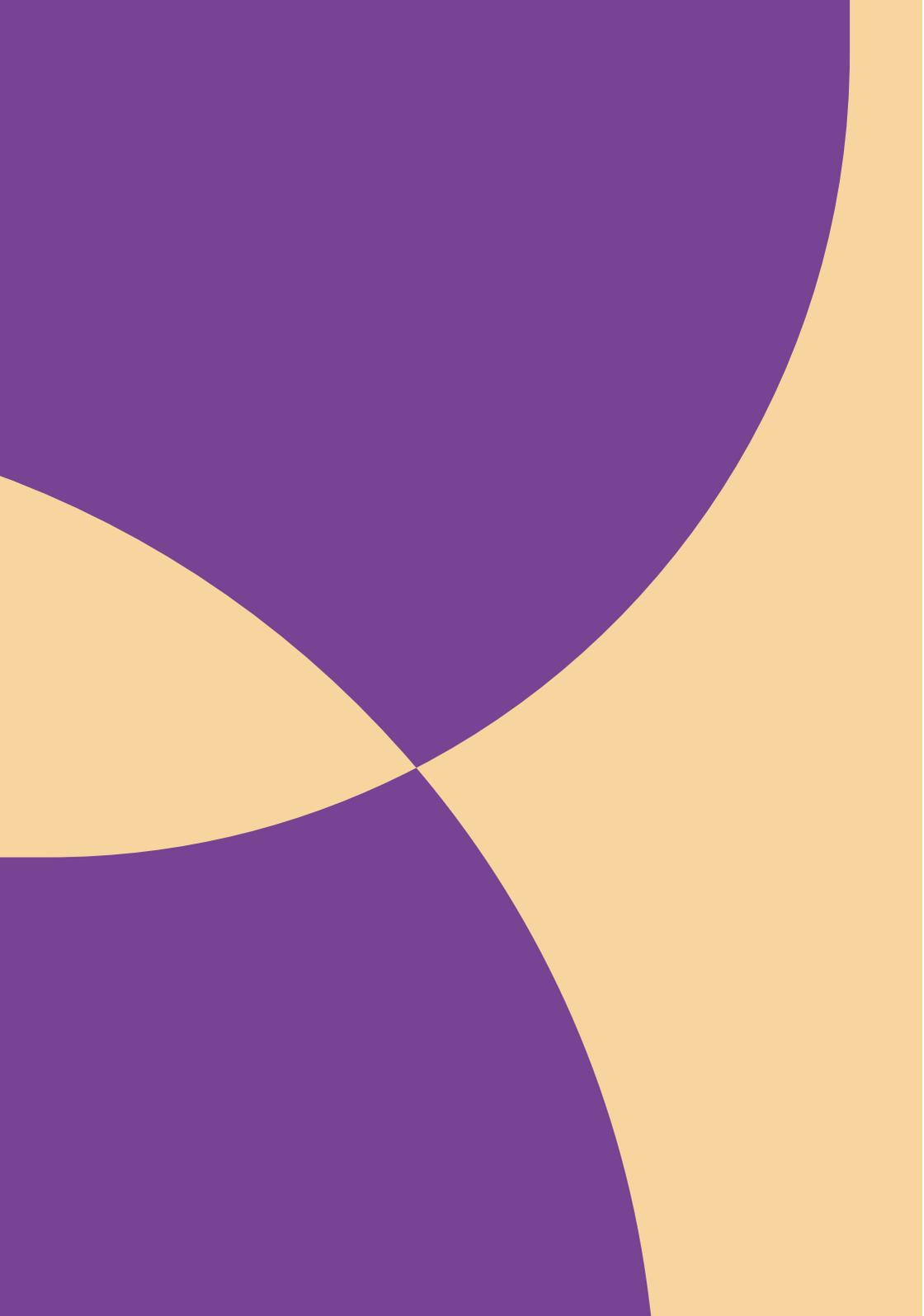




*“QUAL O PERFIL DO
HOMEM AUTOR DE
VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER?”*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA
DE ESTÁGIO NO PROJETO
ÁGORA: GRUPOS
REFLEXIVOS PARA HOMENS
AUTORES DE VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER¹**

1 Este trabalho foi construído a partir da experiência prática supervisionada no Projeto Ágora: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, realizado a partir de uma parceria entre o Núcleo de Pesquisa Margens (UFSC) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e é coordenado pelo Prof. Dr. Adriano Beiras (UFSC).



*Bruno Guilherme Hoffmann Fallgatter
Ana Carolina Mauricio*

Não é você, sou eu

Não é você, sou eu
Frase de bolso
Do amante medroso
Quando sente que a paixão se perdeu

Quantas relações já descartou
Sem de fato acreditar nessas palavras
Mas por covardia não declarou
O que na pessoa lhe incomodava

Cheio de dedos velados para apontar
Vendo no Outro a causa de seu desconforto
Na solidude de seu egoísmo
Declarou novamente ao amor:
Abortar

Não se engane, contudo
Com o vetor para onde seu dedo imaginário aponta
Ele tem duas direções, dois sentidos
E não importa para quem aponte
Na outra ponta é sempre você que se encontra

Afinal, antes de Pedro terminar o diagnóstico
Daquele surtado do João
Já tenho o laudo de Pedro na mão:
Neurótico
Suas palavras são na verdade
Um ato falho disfarçado de mentira
E quando os olhos do Outro encaram
É para o próprio reflexo que declara:
Não é você, sou eu

Bruno Guilherme Hoffmann Fallgatter, 2023

INTRODUÇÃO

O presente artigo se baseia na minha experiência de estágio curricular obrigatório, durante o ano de 2024, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, no Projeto Ágora - Grupos Reflexivos para Homens



Autores de Violência contra as Mulheres (GRHAV), do núcleo de pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), que teve início em 2019 em parceria com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Maurício *et al.*, 2022). Previstos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os grupos reflexivos são destinados a homens acusados de cometer violência conjugal, como parte da medida protetiva decorrente da denúncia (a partir de alteração da LMP em 2020), de forma que a participação é obrigatória, uma vez que a partir da Lei nº 13.641/2020 a quebra da medida protetiva tipifica crime.

A proposta dos grupos é buscar alternativas para as clássicas medidas punitivas ou meramente educativas do Direito Penal – afinal, o caráter da medida é preventivo, sendo expedida assim que é feita a denúncia (o único crime que a lei prevê seria a quebra da medida, pelo não afastamento da ex-companheiro e/ou não comparecimento nos encontros do grupo, conforme a supracitada Lei nº 13.641/2018). A consequência disso é muitas vezes o sentimento de revolta por parte do acusado, seja por não se sentir escutado pela Justiça durante esse processo, ou por não compreender seus atos como violentos. O grupo opera através da prática de acolher os relatos, emoções e valores de cada um desses homens, com o intuito de construir um ambiente seguro, em que se sintam escutados, mas que tenha como foco o questionamento de verdades absolutas e a construção de um senso de responsabilidade pela denúncia feita. O objetivo é que, através da escuta de pessoas desconhecidas, mas que partilham uma situação comum, além da escuta das próprias falas, os participantes não só tenham a oportunidade de desnaturalizar a violência e a posição patriarcal de sua identidade masculina, mas também de se responsabilizar por seus atos através do trabalho grupal de análise e reflexão em cima dos relatos e posicionamentos apresentados (Beiras *et al.*, 2020).

Além de promover os grupos reflexivos de gênero do Projeto Ágora, como projeto-piloto a ser usado como modelo adaptável de políticas públicas para implementação de intervenções similares de combate à violência de gênero (Maurício *et al.* 2024), o núcleo de pesquisa Margens (Modos de vida, Família e Relações de Gênero) conta com outras ações, como: grupos de estudos de gênero, capacitações para formação de equipes multiprofissionais de diversos estados



brasileiros e promoção de pesquisa e produção científica – a partir da qual foi realizado o “Mapeamento Nacional de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres” (Beiras et al. 2024). Nesse levantamento, foram mapeadas 498 iniciativas, o que é um avanço em relação às 312 registradas em 2020. Vale chamar atenção, porém, à preocupação sentida por membros da equipe do projeto em relação à implicação dessas ações com a metodologia proposta para os grupos reflexivos, a partir do contato com colegas de diferentes comarcas e seus relatos a respeito das experiências em seus campos de atuação – evidenciando, mais uma vez, a importância desses espaços formativos.

Inspirado na metodologia do Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016), o projeto fundamenta sua prática na psicologia sistêmica, no construcionismo social, na teoria de grupos reflexivos de Tom Andersen, na terapia narrativa de Michael White e David Epston, na educação popular de Paulo Freire e nos estudos feministas, contando portanto com uma abordagem de enfoque narrativista-construcionista com perspectiva de gênero, no qual:

a violência entre homens e mulheres é vista como resultado de um contexto cultural que estabelece relações violentas e conta com a participação ativa dos indivíduos em sua constituição. Nesse sentido, a esfera social está em permanente interação com a subjetividade individual, que se influenciam mutuamente. Todo o trabalho é realizado no sentido de se explicitar este processo e fornecer aos indivíduos maior autonomia na forma de se relacionar com os demais. É um enfoque inclusivo, que comporta abordagens como as psicológicas, educativas e vinculadas às teorias de gênero (Beiras & Bronz, 2016, p.12).

O construcionismo social argumenta que a realidade não é algo fixo ou objetivo, mas sim construída através das interações sociais e das linguagens utilizadas pelos indivíduos. Segundo Gergen (1999), as identidades e significados são produzidos coletivamente, sendo que os processos sociais, culturais e históricos moldam as formas como as pessoas percebem o mundo e a si mesmas. Essa abordagem enfatiza que o conhecimento e as verdades não são universais, mas sim contextuais, variando conforme os grupos sociais e suas práticas discursivas.

Já a terapia narrativa, proposta por Michael White e David Epston, é uma abordagem terapêutica que considera as histórias que as pessoas constroem



sobre suas vidas como centrais para a compreensão de suas experiências e identidades. White e Epston (1990) defendem que os indivíduos não são definidos por suas dificuldades ou problemas, mas que podem reescrever suas narrativas pessoais de forma a ressignificar suas vivências. A terapia narrativa promove a ideia de que as pessoas podem se afastar das narrativas problemáticas e criar novas histórias, mais empoderadoras, para si mesmas.

Com esse intuito, a equipe faz uso também de ferramentas da teoria de grupos reflexivos, de Tom Andersen (1991), como, por exemplo, a equipe reflexiva. A ideia é que, enquanto a equipe de facilitadores faz o manejo do grupo, a equipe reflexiva fica em silêncio ao longo da maior parte do encontro, com duração total de uma hora e meia, apenas observando, para nos últimos quinze minutos se reunir em uma roda menor, com os facilitadores, no centro dos demais participantes, para compartilhar suas impressões e apontamentos a respeito do que ouviram e pensaram. Neste momento, os demais participantes não podem interromper a equipe, sendo orientados a guardarem seus pareceres para o encontro seguinte.

Por fim, o conceito de educação popular, de Paulo Freire (1979), se relaciona com o trabalho reflexivo com homens autores de violências na medida em que preza pela coprodução de um conhecimento contextualizado na experiência do participante, assim como por uma relação horizontal entre o mesmo e o responsável pelo manejo do processo grupal. Evita-se, assim, a imposição vertical de uma verdade ou saber previamente estabelecido, de forma a preencher uma suposta falta ou lacuna no repertório do participante. Cabe frisar, contudo, que apesar de as teorias pedagógicas de Freire serem pertinentes na idealização e estruturação de um grupo reflexivo de gênero, o mesmo não se propõe a ser um programa socioeducativo.

O projeto visa à redução da violência através da responsabilização, diferenciando-se de abordagens centradas na culpabilização, punição ou exclusão dos homens autores de violência. Essa perspectiva, fundamentada na lógica da redução de danos, busca criar um espaço reflexivo em que os participantes possam reconhecer suas práticas violentas e suas implicações nas relações interpessoais e sociais. Em vez de reforçar a vergonha ou a exclusão, promove-se uma abordagem que visa à transformação comportamental e ética por meio



da autocrítica e do aprendizado coletivo. Esse enfoque é respaldado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005), que enfatiza a importância de práticas que respeitem a dignidade humana, o fortalecimento de laços sociais e a promoção de contextos que possibilitem mudanças genuínas e sustentáveis. Dessa forma, o projeto reafirma o compromisso de atuar na transformação social sem reproduzir lógicas punitivas que frequentemente perpetuam desigualdades estruturais, além de possivelmente alimentar sentimento de rancor da parte denunciada contra a vítima.

Mas, afinal, retomando a pergunta que intitula esse texto, quem são os homens que cometem violência contra a mulher? Essa pergunta simbólica, direcionada inúmeras vezes a mim ao longo de minha experiência de estágio como facilitador de grupos reflexivos sobre masculinidades e relações de gênero para homens autores de violência contra a mulher, servirá de fio condutor da reflexão presente no relato de experiência a seguir. O objetivo deste trabalho, através da exposição de minhas afetações pessoais enquanto homem atuando em políticas públicas de combate à violência de gênero, é justamente questionar essa estigmatização do autor de violência como um indivíduo socialmente desajustado, marginalizado e distante de nós, assim como investigar quais construções sociais alimentam esse imaginário.

1 GÊNERO E MASCULINIDADES

Através do prisma construcionista, os conceitos de masculino e feminino e sua distinção podem ser compreendidos como acordos construídos historicamente pela linguagem e pela cultura, antes de predisposições biologicamente determinadas. Tal perspectiva é fundamental na desnaturalização da violência como algo atrelado ao “ser homem”, sendo essa masculinidade hegemônica apenas uma dentre as múltiplas performances de masculinidades possíveis de se pensar e construir (Gergen, 1999).

Segundo Connell (2020), a masculinidade hegemônica é um padrão idealizado que serve como referência para a maioria dos homens, mas que nem todos conseguem ou desejam alcançar, uma vez que tal ideal é atravessado por marcadores de classe, raça, orientação sexual, entre outros. Essa masculinidade



hegemônica, ao valorizar a força, competitividade, produtividade, embotamento afetivo, virilidade e dominação, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero (e de classe, raça etc.) e para a perpetuação de práticas violentas.

Dentro dos estudos de masculinidade, as teorias sobre masculinidades hegemônicas, cúmplices e aliadas oferecem uma compreensão mais detalhada sobre como essas diferentes expressões de masculinidade interagem e se sustentam. A masculinidade hegemônica representa o ideal que marginaliza outras formas de ser homem, enquanto as masculinidades cúmplices são aquelas que, embora não se enquadrem completamente nesse modelo hegemônico, se beneficiam dele ao reforçar suas normas. Já as masculinidades aliadas buscam desafiar e questionar essas normas dominantes, apoiando a construção de uma sociedade mais igualitária, em que diferentes formas de masculinidade possam coexistir de maneira mais inclusiva (Connel, 2020).

Ao se reforçar repetidamente nas mídias e na cultura, de modo mais amplo, o ideal do homem cisgênero, heterossexual, branco como sinônimo não só de “homem”, mas de “humano”, entende-se que, tal como a branquitude escapa da categoria raça para ser lida como referência de “normalidade” (racializando-se apenas pessoas “de cor”), ou como a cis-heterossexualidade é apontada como “natural” (sendo as demais expressões de sexualidade e identidades de gênero tidas como “desviantes”), a masculinidade é invisibilizada enquanto categoria generificada. Essa naturalização normativa se reflete, por exemplo, na construção de nosso sistema de leis:

Podemos afirmar que ao longo da história o homem foi paradoxalmente central e ao mesmo tempo invisível como gênero, nas leis brasileiras até hoje. Central porque foi sempre o homem – branco, heterossexual e elitizado – que esteve no poder de elaborar e aprovar essas leis e garantir seus privilégios, foi o seu ponto de vista que as elaborou, aprovou e instituiu, muitas vezes sem levar em conta que existem outros sujeitos a serem governados por essas políticas, com outras experiências e outras necessidades. Por outro lado, invisível, porque, no momento em que se tomou “homem” como sinônimo de “humanos”, perderam-se as especificidades dessa categoria e ignorou-se que esses homens têm necessidades próprias, que se constroem de maneiras diversas por suas experiências, que precisam de cuidados, atenções e, portanto, políticas próprias (Banin & Beiras, 2016)



Mesmo que atualmente se observe na sociedade, de modo geral, uma postura aparentemente mais progressista em relação àqueles que desviam da norma, se comparado ao discurso de ódio explícito que era mais amplamente aceito poucas décadas atrás, é possível questionar se essa postura rompe de fato com o andro-heterocentrismo. Welzer Lang, em seu artigo *Construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia* (2021), aponta a contradição da ideia de “tolerar a diferença”, na medida em que implica a crença em um conceito de “nós” (normativo, hegemônico, natural) e “outros”:

Na melhor das hipóteses, hoje, como consequência das lutas que visibilizam a homossexualidade e da aparente compaixão provocada pela homossexualização da AIDS (Defert, 1990), vemos aparecer um “heterossexismo diferencialista”, uma “tolerância opressiva”, diz Altman (1993), que aceita o fato de que existam seres diferentes, os/as homossexuais, e, por consequência, é normal, progressista, lhes dar alguns direitos (Lang, 2001, p. 9).

Butler (2006) explica essa dominação de uma construção específica a respeito de gênero sobre toda essa multiplicidade de possibilidades, caracterizando a performatividade de gênero como uma prática normativa, com atravessamentos de discurso, linguagem e poder. Esse próprio binarismo homem/mulher seria uma forma de dominação e normatização dos corpos por parte das instituições sociais. Ainda segundo a feminista, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 1990, p. 33). Ela caracteriza como matriz de inteligibilidade de gênero essa linha de coerência e continuidade entre sexo, gênero e expressão.

Entendendo que essas construções e relações de poder têm sua origem e se materializam na linguagem, as contribuições da terapia narrativa, de Michael White (2024) são de grande valia para o trabalho com a violência de gênero, à medida em que esta teoria evidencia a influência do discurso sobre a forma como vemos o mundo, lembramos de situações e interpretamos nossas ações e as daqueles com que nos relacionamos. A fim de se realizar uma intervenção que se proponha de fato a romper com um alicerce tão estrutural de nossa



cultura como o patriarcado, é essencial adotar uma visão interseccional que leve em conta de que lugar vem o relato que estou escutando, como também de que lugar escuto: de que forma meus marcadores de raça, classe, gênero e orientação sexual atravessam e influenciam minha escuta, quais narrativas causam estranhamento, identificação, revolta ou empatia?

A partir das contribuições de feministas negras como Bell Hooks e Angela Davis, entende-se que os marcadores sociais de desigualdade não apenas modulam a forma como percebemos o mundo, mas também influenciam profundamente a construção das masculinidades nos grupos. Bell Hooks (2004), em sua análise sobre masculinidades e patriarcado, enfatiza que os homens são socializados desde cedo para internalizar narrativas de poder e dominação, muitas vezes como uma resposta à sua própria opressão dentro de um sistema capitalista e racista. Essa perspectiva nos permite compreender como a masculinidade é moldada não apenas pelo gênero, mas também por raça e classe, criando masculinidades plurais e hierarquizadas que são constantemente negociadas e reinterpretadas no contexto da violência de gênero.

Além disso, Angela Davis (2003), em sua crítica ao complexo industrial-prisional e às formas de criminalização racializadas, alerta para os perigos de categorizar certos indivíduos como “agressores” e outros como “vítimas” de maneira simplista. A autora demonstra como esses rótulos são usados para reforçar desigualdades estruturais, patologizando e marginalizando homens negros e pobres enquanto normalizam violências menos visíveis, mas igualmente prejudiciais, perpetuadas por homens em posições de privilégio. Além de traçarem no imaginário popular o “perfil do agressor”, esses marcadores são também usados para determinar quais corpos são mais passíveis de luto e quais não são, ao se entender que a culpa pela própria condição de vítima pode ser atribuído a mulheres que usam drogas, têm relações extraconjugais, trabalham com prostituição, andam sozinhas a noite ou ousam trajarem roupas “curtas demais”. Ao questionar essa dinâmica, Davis (2003) nos convida a enxergar a violência de gênero como um reflexo de sistemas de opressão interligados — patriarcado, racismo e capitalismo — que produzem e sustentam tais narrativas excludentes e punitivistas.



Esse constante autoquestionar sobre a própria bagagem narrativa se mostrou uma ferramenta importante no processo reflexivo, enquanto facilitador dos grupos, uma vez que, tal qual os participantes, também fui socializado como homem e ensinado a naturalizar, relativizar e justificar a violência contra mulheres. Porém, de forma paradoxal, também fui ensinado que a categoria “agressores de mulheres” representava uma minoria dos homens, cujas ações machistas seriam, de alguma forma, medidas como mais graves que as da maioria, sendo a estes reservada toda sorte de punição, ostracismo e estigmatização patologizante, de modo a distanciar e separar o “eles” de “nós”. Tanto é que, tal qual eu tinha expectativas estereotipadas sobre qual era o perfil dos homens autores de violência, antes de entrar no projeto, os próprios participantes muitas vezes trouxeram falas sobre como não concordavam em estar ali por aquele ser um espaço para pessoas doentes, criminosas, socialmente desajustadas... enfim, marginais.

Com o tempo, contudo, a pluralidade de histórias, personalidades, ideologias e corpos com que me deparei nos grupos indicou apenas um elemento comum conectando aqueles indivíduos: a masculinidade. De forma que ficaram alguns questionamentos, que buscarei elaborar ao longo da seção seguinte: o que entende-se por violência? É possível medi-la como mais ou menos condenável (ou como mais ou menos tolerável), dependendo se é física, verbal, psicológica, sexual ou patrimonial? Quais homens são responsabilizados por suas atitudes violentas, e quais não são? Eu, enquanto homem, cisgênero, branco, de classe média, universitário, estudante de psicologia e de teorias de gênero e facilitador de grupos para homens autores de violência conjugal, me responsabilizo por minhas violências? Quais são os pontos que invisibilizei ao longo de minha atuação como facilitador, em minha experiência de estágio no Projeto Ágora?

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: GÊNERO COMO ELEMENTO DE REFLEXÃO PARA A FORMAÇÃO DE FACILITADORES

A equipe, composta por quatro membros do projeto, opera da seguinte forma: dois membros assumem o papel de facilitadores, responsáveis por mediar a conversa, garantindo que os acordos estão sendo cumpridos e que a vez de



fala circule por todos da roda, além de apresentar materiais temáticos e disparadores de conversa, a fim de estimular as trocas e direcionar minimamente o caminhar do grupo. Já os outros dois compõem a equipe reflexiva.

A facilitação é, idealmente, conduzida por uma dupla mista, composta por um homem e uma mulher, conforme as diretrizes dos critérios mínimos para a realização dos grupos reflexivos (Maurício et al., 2024). Essa composição assegura que diferentes perspectivas de gênero sejam incorporadas ao processo, promovendo debates mais profundos sobre violência, responsabilização e construção de novas masculinidades. A presença feminina nesses espaços é essencial para desestabilizar dinâmicas de poder que reforçam o pacto masculino, rompendo com a lógica da “Casa dos Homens”, descrita por Welzer-Lang (2001) como um espaço simbólico de solidariedade masculina e exclusão de outros grupos que não representem as masculinidades.

O referido conceito simboliza a estrutura social e cultural que sustenta a masculinidade hegemônica em contextos patriarcais. Essa “casa” é construída através de processos de socialização que ensinam os homens a conformar-se a normas de poder, controle e competitividade, enquanto rejeitam características consideradas “femininas” ou frágeis. Ela também é mantida por pactos de solidariedade masculina que reforçam privilégios, muitas vezes às custas da exclusão de homens que não se enquadram nesse padrão (como homens que expressam sua sensibilidade, homossexuais ou de minorias marginalizadas).

Embora a presença de uma mulher como facilitadora frequentemente gere tensões entre os participantes, por associar a figura feminina à de suas ex-companheiras ou, de forma mais geral, às ideias feministas, que muitos julgam ser uma ameaça aos seus direitos, essas interações criam oportunidades para que os participantes confrontem seus preconceitos e reconheçam as desigualdades de gênero de forma mais tangível. Como destacado no texto *A Mulher é o Diabo de Calcinha* (Maurício et al., 2022), essas trocas expõem a fragilidade dos alicerces patriarcais e oferecem modelos de relacionamento baseados em respeito e equidade. Além disso, ao integrar diferentes visões no grupo, os(as) facilitadores têm maior capacidade de explorar as implicações da violência nas relações de gênero e de incentivar mudanças significativas no comportamento dos participantes:



Se nos questionávamos anteriormente sobre a possibilidade de ser ouvida dentro de grupos reflexivos para homens autores de violência, é justamente por este ser um espaço no qual não se busca adentrar a esta casa, mas analisar a fragilidade pela qual sua estrutura está sedimentada. Assim, a elaboração de processos reflexivos vislumbra a possibilidade de analisar de onde se vê o Outro; como se aborda a diferença; e como o reconhecimento de si é demandado ao Outro (Maurício et al., 2022, pp. 111).

A dupla mista também favorece uma prática reflexiva na interação entre os próprios facilitadores. O trabalho em parceria exige que ambos se autoquestionem continuamente e utilizem conscientemente seus lugares de fala para realizar intervenções que sejam éticas e estratégicas. A presença de diferentes gêneros na condução do grupo cria um espaço onde questões de poder e privilégio podem ser exploradas de forma mais complexa, permitindo que os facilitadores dialoguem sobre suas próprias implicações enquanto agentes sociais atravessados pelo patriarcado. Assim, a interação entre os facilitadores se torna um microcosmo das discussões propostas nos grupos, refletindo sobre como a desigualdade de gênero opera em múltiplos níveis.

Enquanto os participantes associam à mulher facilitadora o que já foi mencionado acima, ao facilitador homem, muitas vezes, projeta-se a expectativa de cumplicidade, acreditando que este compartilha a mesma categoria social e, portanto, será mais compreensivo com suas justificativas ou minimizações da violência. Embora essa expectativa possa ser reconhecida como um ponto inicial para criar vínculos e abrir canais de comunicação, é interessante que ela seja frustrada de forma estratégica. O facilitador masculino deve aproveitar essa identificação para desconstruir a ideia de que a masculinidade o torna aliado no pacto patriarcal, desafiando os participantes a refletirem sobre suas ações sem reforçar o comportamento de relativizar ou validar práticas machistas e assim, auxiliar no processo de elaborar outras formas de expressão da masculinidade, que não atravessadas pela dominação, violência e/ou hierarquização de sujeitos.

O gênero também opera de forma significativa nas interações internas das equipes de facilitação. Muitas vezes, a reprodução de estereótipos e desigualdades de gênero tornam-se evidentes nos momentos de trabalho – afinal, a construção das relações empreendidas neste espaço de atuação visa evidenciar aos participantes a possibilidade de uma relação de equidade entre homens e mulheres



a partir de uma atuação conjunta, mas, por vezes, visibiliza a naturalização de um modo específico de relação que subalterniza as atividades realizadas pelas mulheres, e institucionaliza o protagonismo masculino. No caso do Projeto Ágora, foi possível constatar mulheres facilitadoras enfrentando interrupções frequentes em suas falas, tanto durante os encontros dos grupos quanto nas supervisões de equipe. Esse padrão reflete um desbalanceamento de poder que perpetua a lógica patriarcal que os próprios grupos buscam desconstruir. Além disso, em determinados momentos as mulheres frequentemente assumiam tarefas administrativas e organizacionais que não recebem o mesmo reconhecimento das atividades consideradas “centrais” ao projeto. Isso inclui se responsabilizar pelo contato com os participantes, preencher fichas de relato de cada encontro, imprimir listas de presença e até mesmo comprar comida para os lanches coletivos. Esse acúmulo de funções administrativas, que ao fim, se constituem como atividades fundamentais para o funcionamento do projeto, muitas vezes invisibilizadas, reforça a divisão tradicional do trabalho, onde as mulheres são associadas ao cuidado e à organização, enquanto os homens permanecem mais focados em protagonizar as discussões.

Diante disso, tornou-se necessário pulverizar as discussões reflexivas ocorridas nos grupos e levá-las ao espaço de supervisão: para além de debater a teoria, elaborar conjuntamente os modos pelos quais a prática vinha sendo realizada por cada integrante do projeto, a fim de discutir a ética de trabalho. Isso porque, reconhecer as contradições existentes no que se refere à aplicação teórico-metodológica é essencial para que os homens facilitadores confrontem sua própria implicação nas dinâmicas de poder e gênero e possam, assim, atuar como aliados na intervenção que se deseja realizar e se responsabilizem pelo enfrentamento das violências contra as mulheres.

Esse exercício de diálogo sobre as relações de trabalho, que estão atravessadas pelo gênero, evidenciam que a formação do(a) facilitador(a) nunca se finaliza, pois somos interpelados a todo momento pelas normas de gênero, que demandam do(a) profissional nesta área uma abertura para a reflexão e para o diálogo. Assim, ao perceberem como essas desigualdades se manifestam mesmo em espaços críticos, os facilitadores podem relacionar suas experiências às dos participantes, reconhecendo que, enquanto homens, também estão inseridos



em uma estrutura que normaliza e reforça práticas de violência – inclusive nos momentos em que se deseja combatê-las – e que, diante disso, estão abertos a debater sobre outros modos de se relacionar com homens e mulheres, evidenciando momentos em que a desigualdade de gênero está presente. Essa autorreflexão é fundamental para legitimar as intervenções realizadas nos grupos e fortalecer o compromisso com a desconstrução do machismo, tanto em suas práticas pessoais quanto profissionais.

A partir desse exercício contínuo, é possível perceber reverberações sobre o que ocorre entre a equipe de trabalho e o que ocorre nos grupos reflexivos. Com isso, mesmo quando os participantes expressam resistência ou revolta, afirmando que suas denúncias foram “inventadas” ou “tiradas de contexto”, muitos reconhecem que suas relações eram permeadas por dinâmicas de violência – ainda que de formas menos explícitas, como agressões verbais ou psicológicas. Esse reconhecimento, embora difícil, abre caminho para discussões mais honestas e profundas sobre as responsabilidades de cada um nas relações interpessoais. Afinal, como muitas vezes é pontuado nos grupos, a mulher também pode reproduzir violência, mas isso não diminui a urgência de os homens enfrentarem suas próprias ações dentro de um sistema que privilegia e incentiva comportamentos masculinos abusivos. Sobretudo quando se constata, a partir do relato dos participantes, que um ato violento possui significados distintos a depender da pessoa que o realiza – como por exemplo, participantes que relatam não entender o motivo de a ex-companheira ter se sentido ameaçada com um ato violento do qual foram autores, tendo em vista que já testemunharam mulheres realizando o mesmo ato e nunca se sentiram ameaçados – algo que evidencia as diferentes posições subjetivas que o gênero destina aos sujeitos, e a importância de se observar e elaborar tais diferenças.

No começo da minha experiência no *Ágora*, meu repertório me levava a estereotipar os homens autores de violência como uma categoria de exceção, distante de mim e dos demais homens que estudam gênero e atuam no combate à violência contra a mulher. Até reconhecia o machismo estrutural, mas por ainda crer na validade de hierarquizar violências como mais ou menos condenáveis, era possível fantasiar que eu me encontrava do lado certo dessa narrativa de “mocinhos” e “vilões”.



Ao longo do tempo, contudo, fui percebendo como as histórias que eles contavam ecoavam nas minhas próprias vivências, desafiando a ideia de que eu poderia me posicionar fora desse sistema. Esse processo foi intensificado quando passei a observar as contradições nas minhas relações com as colegas do projeto, bem como em outras relações que estabeleci com mulheres ao longo da vida. Reconhecer que também estou implicado na perpetuação das desigualdades e das violências que busco combater é desconfortável, mas hoje percebo que esse reconhecimento é o maior desafio, mas também a maior potência desse trabalho.

Tive a oportunidade de presenciar, durante minha experiência de estágio, tanto as consequências de manter uma postura defensiva quanto os efeitos de me reconhecer no lugar dos homens autores de violência. No início, a defensiva servia como uma forma de me distanciar das questões que eles traziam, permitindo que eu me colocasse como alguém à parte, isento de implicações. Contudo, foi ao construir vínculo com o grupo e me implicar nas minhas próprias violências, que se tornou possível transcender essa barreira e adotar uma postura mais autêntica e relacional.

Esse vínculo me permitiu me posicionar não como alguém que vai julgá-los ou prescrever uma forma “correta” de se relacionar, mas como alguém que compartilha da mesma condição estrutural, embora sem uma medida protetiva que me estigmatiza neste lugar. Nos grupos, ao me colocar de forma empática, falando a partir de um lugar comum e reconhecendo minha própria implicação na estrutura patriarcal, mas sem abrir mão da responsabilização crítica, vi como essa abordagem pode quebrar a expectativa inicial dos participantes de que aquele seria mais um espaço de culpabilização e punição. Essa postura abriu espaço para reflexões mais autênticas e mudanças genuínas, pois o diálogo foi construído em um campo de compreensão compartilhada, mas não permissiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei esse relato de experiência com uma poesia, a primeira de minha autoria, escrita ainda durante meu primeiro ano no Projeto Ágora. Naquele momento, apesar de já ter me apropriado mais profundamente a respeito do



referencial teórico que embasa a atuação nos grupos reflexivos, tendo participado de três grupos (dois como facilitador e um como equipe reflexiva), ainda via dificuldade em relacionar as violências cometidas por mim das cometidas pelos participantes dos grupos. Prova disso é que, embora no poema visei apenas criticar esse comportamento de projetar no outro a responsabilidade total pelos desencontros de uma relação amorosa, não percebi na época de que forma essa dinâmica da projeção diz respeito também, em nível mais macrossocial, à forma como buscamos nos desimplicar de violências ao externalizá-las em grupos estigmatizados e marginalizados.

Com o tempo, porém, foi ficando mais difícil sustentar a contradição de promover, nos encontros, reflexões de responsabilização e criticar a naturalização da violência como inerente a determinados grupos, enquanto em nível pessoal ainda acreditava nessa distância entre “nós” e “eles”, homens com letramento de gênero e homens machistas. Ainda mais quando essas contradições são apontadas pelas colegas mulheres da equipe, situações que experienciei com grande desconforto e postura mais defensiva, à princípio, mas que foram fundamentais nesse processo de autocrítica.

Dito isso, é importante frisar que não é responsabilidade das mulheres educar os homens a respeito de suas violências. Embora eu tenha trazido neste relato como meu processo de me implicar como homem autor de violência dependeu, em grande parte, do feedback das minhas colegas, me sinto no dever de expor isso na minha escrita, a fim de que essa dinâmica não precise ser reproduzida em outros grupos reflexivos. Sinto que a leitura de um relato como esse, no início da minha trajetória no Projeto Ágora, poderia ter propiciado essa reflexão.

A própria escolha da pergunta que intitula o presente trabalho visou servir, além de uma provocação, como uma espécie de isca para o pesquisador que entende, assim como no passado eu entendi, que a categoria “autor de violência” diz respeito a um grupo restrito de homens. Busquei, ao longo da reflexão aqui elaborada, questionar essa crença, por ver nela um entrave no combate à violência de gênero e na responsabilização, coletiva e individual, dos homens enquanto cúmplices desse sistema de manutenção de desigualdades.



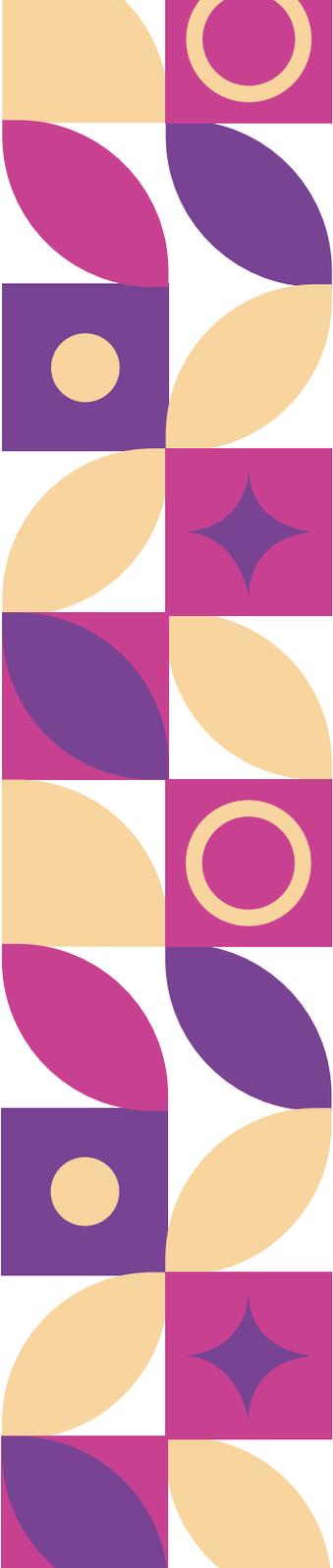
REFERÊNCIAS

- Andersen, T.** (1991). *The reflecting team: dialogues and dialogues about the dialogues*. Norton & Company.
- Banin, S. A., & Beiras, A.** (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo, 21*(3), 523–535.
- Beiras, A., & Bronz, A.** (2016). Metodologia de grupos reflexivos de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica, 25*(56), 116–119.
- Beiras, A., Bronz, A., & de Figueiredo Schneider, P.** (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: Primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica, 29*(68), 61–75.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. S. G.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações* (E-book, 277 p.). Academia Judicial.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., & Hugill, M. D. S. G.** (2024). *Mapeamento nacional dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres 2023*. Margens (UFSC)/COCEVID.
- Butler, J.** (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (2006). Regulaciones de gênero. *Revista de Estudios de Género La Ventana, 23*, 7–35.
- Connell, R. W.** (2020). *Masculinities* (2a ed.). Routledge.
- Conselho Federal de Psicologia.** (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br>
- Davis, A. Y.** (1981). *Women, race, & class*. Random House.
- Davis, A. Y.** (2003). *Are prisons obsolete?* Seven Stories Press.
- Freire, P.** (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Cortez & Moraes.
- Gergen, K. J.** (1999). *An invitation to social construction*. Sage Publications.
- Hooks, B.** (2004). *The will to change: Men, masculinity, and love*. Washington Square Press.
- Maurício, A. C., de Brito, E. D., Vieira, A. A., & Beiras, A.** (2022). “A mulher é o diabo de calcinha”: Enunciados e reflexões referentes à participação profissional de mulheres em grupos com homens autores de violência. In A. Beiras (Ed.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: Perspectivas e estudos teóricos* (pp. 98–122). Academia Judicial.

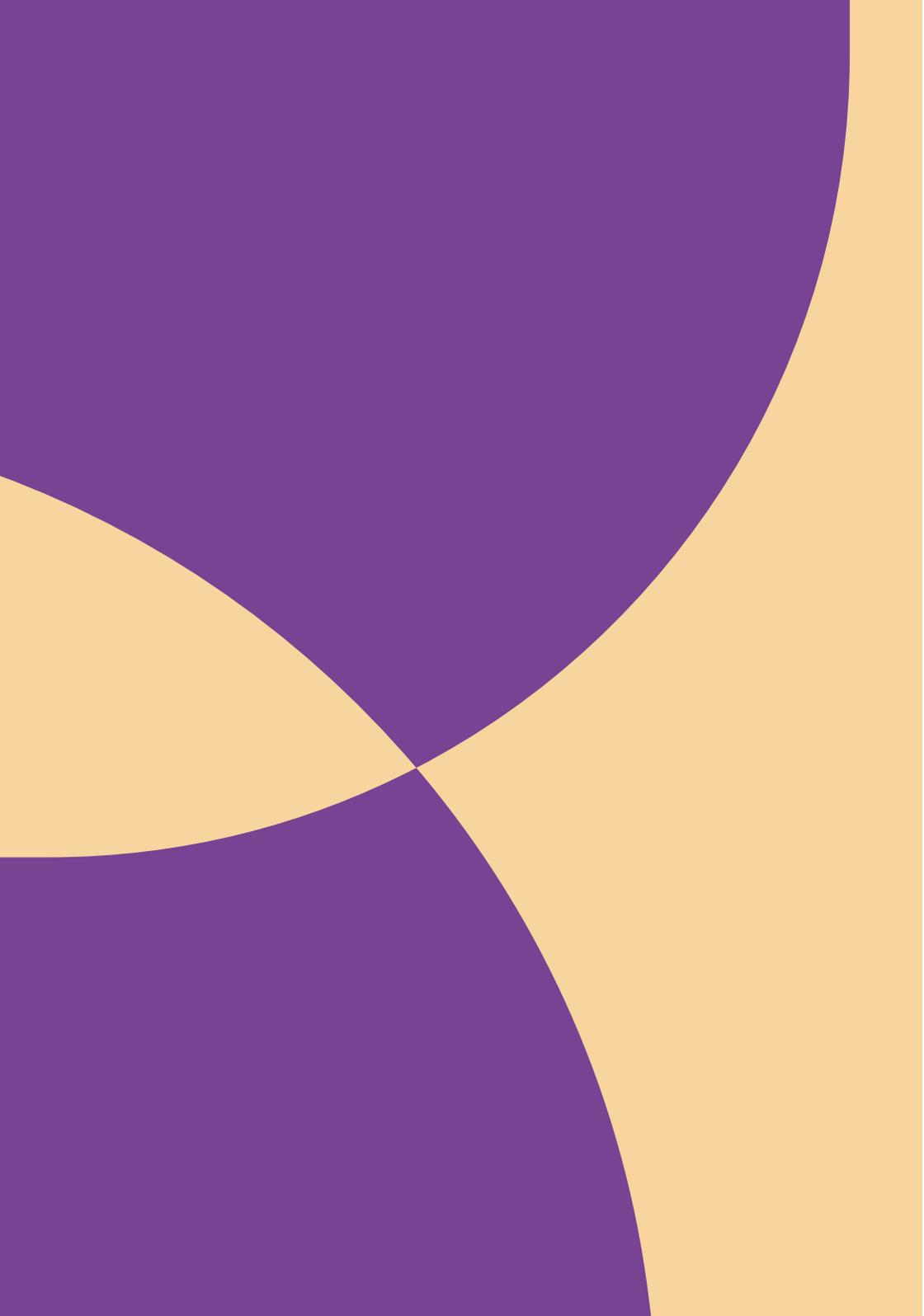


- Mauricio, A. C., Hugill, M. D. S. G., & Beiras, A.** (2024). Projeto Ágora: Uma análise da intervenção psicossocial em grupos reflexivos com homens autores de violência. *Revista Brasileira de Execução Penal*, 5(1), 177–194.
- Welzer-Lang, D.** (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9, 460–482.
- White, M., & Epston, D.** (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. Norton & Company.
- White, M.** (2024). *Maps of narrative practice*. W. W. Norton & Company.





**DISCURSOS SOBRE
MASCULINIDADE(S):
PERSPECTIVAS DE HOMENS
ACUSADOS DE VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES**



INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um complexo fenômeno social, historicamente construído, que tem raízes na forma como são estabelecidas as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade e, segundo Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), é considerada um grave problema de saúde pública, uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todo o mundo. Este tipo de violência causa danos profundos, muito além daqueles imediatos à agressão ou lesão sofrida – seja física ou seja psicológica, por exemplo. Tais danos reverberam na vida da pessoa que sofreu a violência, assim como nas pessoas próximas (García-Moreno et al., 2005).

De forma mais específica, nas violências praticadas contra a mulher, temos a violência por parceiro íntimo (VPI). Compreendida como qualquer tipo de comportamento violento, motivado pela desigualdade de gênero, que cause danos ao parceiro íntimo, a VPI é considerada como a principal forma de violência contra a mulher, chegando a representar 64% das violências sofridas por mulheres no Brasil (FBSP, 2022; WHO, 2021; Niolon et al., 2017).

Apesar de avanços significativos quanto à ampliação de pesquisas sobre o tema, desde a aprovação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) (Lei 11.340/06, 2006), os índices de violência continuam alarmantes no país (Nothaft & Beiras, 2019). Estima-se que no território brasileiro cerca de 540 mulheres são vítimas de agressão a cada hora e, em até 36% desses casos, a violência é perpetrada por um parceiro íntimo ou um ex-companheiro (Bueno et al., 2019).

Os dados apresentados demonstram a relevância do acompanhamento psicossocial dos autores da violência contra as mulheres, pautados na LMP. Em 2020, a Lei nº 13.984/20 alterou o artigo 22 da LMP e estabeleceu a obrigatoriedade de os homens autores de violências (HAV) frequentarem centros de educação e reabilitação e fazer acompanhamento psicossocial. As mudanças partem do entendimento de que, para prevenir as violências de gênero, é preciso construir ações que envolvam os autores da agressão.



Dentre as ações voltadas para essa população, destacam-se os grupos reflexivos de gênero, pautados sob uma perspectiva crítica social, que visam desconstruir padrões de masculinidades violentas e opressoras, podendo ser voltados tanto para a população geral, quanto para homens autores de VPI (Beiras et al., 2021; Goulart et al., 2020). Quando conduzidos com estes, os esforços operam com a premissa central de fomentar a diversidade de expressões masculinas, enquanto simultaneamente se empenham em interromper, em vez de perpetuar, formas de violência que tenham se consolidado em determinados cenários. No Brasil, o número de grupos para homens tem aumentado expressivamente, mas ainda é necessária uma maior consolidação de critérios mínimos de qualidade, capacitações e avaliações, reforçando a relevância de estudos para a consolidação científica na área (Beiras et al., 2021; Goulart et al., 2020).

Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) sugerem que seja usada a perspectiva de gênero e de teorias feministas contemporâneas no trabalho com HAV, por terem como base os direitos humanos, a igualdade de gêneros e a desconstrução do patriarcado. Também ressaltam que os programas com homens autores de violência sejam de caráter reflexivo ou psicoeducativo e não terapêuticos, evitando a interpretação patológica da violência (Beiras et al. 2019).

O trabalho com HAV a partir da perspectiva de gênero objetiva o engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, algo visto como essencial na prevenção da violência (Toneli et al., 2017). Além disso, possibilita um entendimento complexo que abrange a sociedade e a dimensão relacional de gênero (Lima & Buchele, 2011). No âmbito internacional, tem sido considerado cada vez mais fundamental o envolvimento dos homens quando se trata da prevenção das violências de gênero (Nothaft & Beiras, 2019). Contudo, nacionalmente, tem se mostrado pouco explorado o aspecto das relações de gênero e referências de masculinidades como centrais nos estudos sobre violência doméstica e familiar (Oliveira, 2016).

Partindo-se de uma discussão de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista e de masculinidades no campo da violência contra as mulheres, levou-se em consideração a importância da linguagem como construtora de realidades e subjetividades. Dessa forma, aquilo que entendemos por masculinidades nasce dos debates de gênero e vai envolver as regras construídas socialmente ao longo



da história direcionadas aos homens, buscando delinear as suas maneiras de representação e apresentação dos corpos, por meio da forma de agir consigo, com o outro e com a sociedade (Connell, 1995, 2005; Connell & Messerschmidt, 2013; Scott, 1995; Butler, 2003).

O gênero é uma categoria de análise que rompe com o determinismo biológico presente na categoria sexo ou nas diferenças sexuais, trazendo as masculinidades e feminilidades para o campo das definições culturais, que nos remete aos modos pelos quais os corpos foram significados pelo contexto social, político e cultural, estabelecendo diferenças de poder e dominação (Scott, 1995). Nessa perspectiva, entendemos gênero a partir de Butler (2003): como produção cultural normativa que, ao se reproduzir em atos, gestos, práticas, dentre outras, é reiterado como norma e internalizado nos corpos.

Assim, os gêneros são atos performativos – não se é homem, mas se faz homem, na repetição de gestos, comportamentos, pensamentos, falas e tantas outras questões que nos atravessam sendo estereotipadas, atreladas a um ou outro gênero (Butler, 2003). Essas normas são processadas através de discursos que se materializam sobre os corpos e os organizam em categorias deterministas, gerando desigualdades, discriminações, preconceitos e, principalmente, violências (Butler, 2003). A performatividade faz parte dos regimes de verdade que nos constroem, que nomeiam como devemos e podemos estar no mundo (Butler, 2003).

Nessa esteira, entendemos masculinidades como construções identitárias de gênero, plurais e expressivas de múltiplas formas, uma vez que o gênero é compreendido como sendo construído socialmente (Scott, 1995). As masculinidades “são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 250). Desse modo, em um mesmo espaço social, diferentes masculinidades estão sendo produzidas e reproduzidas. A direção tomada pelos processos de construção dessas identidades masculinas terá por base a referência de masculinidade tida como hegemônica naquele meio social (Connell, 1995). Então, dependendo das relações que estão estabelecidas, existem diferentes configurações de masculinidades; e, por existirem múltiplas configurações, elas estão em constante disputa pelo



poder da hegemonia dentro das relações de gênero, por essa razão nenhuma masculinidade pode ser considerada como uma referência fixa (Connell, 2005).

A partir desse embasamento, o presente estudo objetiva conhecer as concepções de masculinidade(s) presentes nos relatos de homens acusados de violência contra a mulher, enquadrados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006).

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, realizado em grupo com homens autores de violência - Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher (GPHAV – versão on-line)¹.

Participantes

A seleção da população foi intencional, perfazendo um total de 56 participantes. Os critérios de inclusão delineados foram: (a) homens alfabetizados e maiores de 18 anos, (b) acusados ou autores de violência contra a mulher (parceiras íntimas ou ex-parceiras), respondendo a processos judiciais com base na LMP. Excluiu-se do estudo os homens acusados de violência contra outras mulheres que não são/foram suas companheiras, como filhas, irmãs, vizinhas, mãe, enteadas, entre outras. A fim de garantir o anonimato, os participantes foram identificados pela letra P, seguida de números.

A faixa etária média dos participantes é de aproximadamente 41 anos (DP=10), majoritariamente composta por indivíduos brancos (55%), seguidos por negros (19%), pardos (17%) e outros (8%). Em relação à situação laboral/profissão, cerca de 49% são autônomos, enquanto 37% são assalariados, 3% são aposentados e 11% estão desempregados. Quanto à escolaridade, 16% dos participantes têm ensino fundamental incompleto; 23%, o ensino médio incompleto; 29%, o ensino médio; 14%, o ensino superior incompleto ou em andamento e 18%, ensino superior completo. A maioria dos participantes reside em uma capital do sul do Brasil (85%), e 70% deles têm filhos. No que diz respeito à renda familiar, 27% ganham de 1 a 2 salários-mínimos; 50%, 2 a

1 Ver Protocolo de intervenção on-line com homens acusados de violência contra a mulher: Uma experiência no sul do Brasil (Streit et al., 2022).
https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/04+E-book2_Edicao_Full.pdf/3d7df7a3-07a3-504f-542b-c0393abd42ff?t=1669240203538



4 salários-mínimos; 18%, superior a 4 salários-mínimos, 4% não tem nenhuma renda e 1% não sabe informar.

Instrumentos para coleta e produção das informações e contextualização da intervenção

O protocolo de intervenção trabalhado junto ao GPHAV foi/é composto por nove encontros semanais, na modalidade on-line, com a duração de aproximadamente 1h45min, todos gravados em vídeo e transcritos na íntegra. Desses nove encontros, são realizados grupos focais no segundo (grupo focal inicial) e no último (grupo focal final) encontros do protocolo, a fim de verificar as concepções dos participantes sobre os assuntos abordados. Para esta pesquisa, o *corpus* foi constituído por relatos dos participantes desses grupos focais realizados no âmbito do GPHAV. Para tanto, foi utilizado um roteiro questões e afirmativas provocadoras para os grupos focais que versavam sobre as concepções de homem, de mulher e de relação conjugal. Desse roteiro trabalhamos com duas perguntas: a) o que é ser homem?; e, b) Em que momentos você se sente mais homem? A fim de atingir os objetivos propostos, foram analisados oito grupos focais iniciais, ocorridos entre abril de 2021 e março de 2023.

Procedimentos para análise das informações e aspectos éticos

Para problematizar como as percepções sobre masculinidades aparecem nos relatos dos homens acusados de violências contra mulheres, utilizou-se a Análise de Discurso, de inspiração foucaultiana (Foucault, 2014; Foucault, 2017). O discurso para Foucault (2017) é entendido como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” produzida por relações de poder e que é “constituído de um número limitado de enunciados” (p. 143). O filósofo compreende o enunciado como “um conjunto de condições de existência que se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem” (Foucault, 2017, 143). Um enunciado só é formado a partir da recorrência, da repetição, por isso se faz necessário localizar diversas enunciações que apresentam uma mesma ideia para tomá-la como enunciado. Desse modo, um conjunto de enunciados irá, por sua vez, formar um discurso. A partir da análise dos enunciados, em relação às suas aproximações e modulações, percebeu-se a correlação que os aglutinavam, formando-se grupos e enunciando



significados para essas aglutinações. Desses agrupamentos construiu-se quatro eixos e dez categorias de análise.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - (CEP/UFCSPA), (CAAE 35431220.8.0000.5345). Em sua realização, foram atendidas as diretrizes e recomendações éticas propostas pela Resolução CNS 466/12 e 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise das informações, emergiram quatro eixos principais, cingindo as possíveis linhas discursivas relacionadas ao 'ser homem': 1) Discurso Biologizante: homem-espécie; 2) Discurso da Ética: o super-homem; 3) Discurso histórico: homem ontem-homem hoje; e, 4) Discurso da broderagem: homem-injustiçado. Ao fazer tais agrupamentos discursivos, encontrou-se dificuldades para delimitar as categorias, uma vez que algumas unidades não são fixas, e sim entrelaçadas, mostrando a existência de uma interdiscursividade, na qual os quatro eixos, não se opõem nem se excluem, estabelecendo relações de sentido entre si.

Discurso Biologizante: homem-espécie.

Esse primeiro eixo divide-se em duas categorias: (a) homem-biológico e (b) homem-desígnio divino. Ser um 'homem-espécie', para os participantes, discorre sobre atributos inerentes às masculinidades, a partir de discursos biológicos. Para Freitas & Chaves (2013), não é de hoje que há esforços científicos para produzir evidências que diferenciem homens e mulheres, por meio da anatomia, fisiologia, genética, neurociências e de toda uma parafernália científica, para estabelecer dicotomias, polarizações e desigualdades entre os gêneros, a fim de verificar quem é mais isso, ou menos aquilo. Dessa forma, ao nascer, o sujeito já é imerso na lógica da identidade de gênero e do sexo. A identidade, mais precisamente, já é dada logo no início, na gestação: basta que a tecnologia encontre o órgão genital para que a identidade de gênero seja determinada e a orientação sexual presumida (Correa, 2023). Nos relatos, ainda que a primazia da biologia sobre a cultura tenha sido apresentada de forma direta por apenas dois homens e em grupos focais distintos, percebeu-se, dentre quase todos os participantes, haver uma divisão essencial entre os sexos, caracterizando



em vários discursos, como, por exemplo, o relato a seguir: P4 - *“a gente nasce homem, sexo masculino ou feminino, né? (...) ser homem é tudo, né, porque homem também gera outro homem também, né?”*. Verifica-se, que a fala determinista – já que segundo o participante, se nasce, naturalmente, do sexo masculino ou do sexo feminino, portanto, sem a possibilidade de sair dessa posição –, ressalta a supremacia masculina, uma vez que ao gerar outro homem, passa a ser tudo.

Nesse contexto, para além do biológico, mostra-se a invisibilidade feminina, na medida em que a mulher sequer aparece, nem como produto genético que esse homem é capaz de gerar. Para P4, a masculinidade está não apenas em uma superioridade do homem sobre a mulher (homem é tudo), mas transcende o feminino invisível. Para Butler (2013), não há o corpo independente do discurso do gênero, ou seja, ela não desconsidera a existência ou a materialidade do corpo, contudo, essa realidade material só é compreendida através de um discurso que já foi definido em um contexto social (Butler, 2013). Então o sexo é constituído quando um corpo é categorizado como macho ou fêmea, quando as partes sexuadas do corpo são investidas de significado, a partir de uma linguagem que o descreve e constitui. O corpo é, portanto, “um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície – daquilo que nós chamamos matéria” (Butler, 2013, p.163). Dessa forma, a linguagem e o discurso produzem e naturalizam o sexo biológico de tal modo que a produção da categoria pessoa está relacionada à determinação desse sexo (Butler, 2013). Tal perspectiva fica evidenciada na categoria do ‘homem desígnio divino’, que, para além do discurso biológico, enfatiza uma masculinidade centrada em aspectos religiosos, que influenciam e potencializam o estabelecimento de uma hierarquia entre homens e mulheres ou ainda entre maridos-machos e esposas-fêmea, como exemplificado no trecho:

P40 - Homem é só o ser que nasceu macho, na espécie (...). Só que homem, segundo Deus é o macho, da espécie. Só isso. E segundo Deus, é aquele que tem que, sim, se arrumar uma fêmea que ela é mais fraca e ele tem que dar a vida por ela, proteger, guardar uma família. Mas isso não torna ele mais homem, né? Isso só demonstra características boas, que a família dele vai ser mais feliz. Ele vai ser mais feliz sendo assim.



É notável que, além de uma maior fragilidade feminina em relação ao homem, os desígnios de Deus desempenham um papel significativo para orientar e conferir lugares diferenciados de poder, de autoridade e, inclusive, de acesso às esferas da felicidade. A conduta biológica da mulher descrita como fraca reforça o discurso de fragilidade feminino, que são obedecidos fielmente pela simples lógica criada pelo modelo hegemônico. Conforme Correa (2023), esse processo de adestramento do ser através de um modelo de gênero que se caracteriza pela reiteração e ocultação dos mecanismos produtores de normas faz com que esses sujeitos sejam direcionados a performar os atributos por ela (im)postos. Homens e mulheres, enquadrados em seus respectivos atributos, seguem (ou pelo menos deveriam seguir) suas vocações obedecendo ao grande plano traçado em seus aparatos biológicos (Freitas & Chaves, 2013). Nessa direção, a performance do caminho divino de ser macho (protetor) e fêmea (protegida) sacraliza a desigualdade de gênero.

Ficou evidenciado que os discursos biológicos aqui apresentados pelos participantes, predominantemente, justificam e naturalizam as masculinidades e feminilidades como evidências biológicas, o que acaba por produzir e legitimar formas supostamente naturais de ser homem ou mulher e comportamentos esperados socialmente. Contudo, os gêneros não se definem exclusivamente por características biológicas, sexuais, construídas por meio de discursos biológicos, pois não há nada de essencial em ser homem ou ser mulher (Haraway, 2000). Os gêneros se inscrevem em subjetividades que possuem caráter fragmentado, instável, histórico e plural, é contingente. Por isso, para Haraway (2000), não há sentido em se buscar uma matriz identitária natural para os gêneros, pois nenhuma construção identitária é totalitária, verdadeira, como veremos nos próximos eixos.

Discurso da ética: o super-homem

Nesse eixo, dividimos em quatro categorias: (a) homem-honrado; (b) homem-provedor; (c) homem-máquina; e, (d) homem pai-afeto. Os discursos da ética apresentados pelos participantes dão indícios de que para ser um 'super-homem' é necessário percorrer o caminho do bem e do compromisso total. Tal percurso traz, por um lado, grandes poderes (protetor familiar), mas por outro, muitas responsabilidades (o provedor): ser um 'super-homem', para



esses participantes, passa por ser um 'homem de verdade' (Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018). Na primeira categoria temos o 'homem-honrado', figura que apareceu de forma muito intensa em todos os grupos focais, como pode ser evidenciado nas seguintes falas: P4 – *“Que homem, eu digo assim, formado de caráter (...) é... honrar com os compromissos (...) Honrar... ser verdadeiro, não mentir (...)”*; P21- *“O cara tem que ter um bom caráter(...) O ser homem ele é doutrinado para manter uma família, para a gente poder ter responsabilidade sobre ela, né, e ter uma conservação(...)”*; P13- *“(...) ser homem é zelar pela tua família, ter boas atitudes, cuidar dos filhos em primeiro lugar, da esposa (...) Ser uma pessoa honesta e sempre ajudando o próximo”*.

Como fica perceptível nos relatos, esse homem honrado é doutrinado para zelar, manter e conservar sua família. Portanto, manter essa honraria requer que ele siga o comportamento masculino socialmente moldado durante o processo de socialização, que o transforma em 'homem feito' (Welzer-Lang, 2001). Para tanto, os jovens homens atuam em uma imitação de comportamentos prototípicos masculinos que são aprendidos através de um “mimetismo de violências”, na qual os homens mais velhos corrigem os mais novos de modo a buscar a virilidade (Welzer-Lang, 2001, p. 463). Esse processo de socialização que é feito entre os pares (iniciado-iniciador), denominada “casa dos homens”, é uma metáfora cunhada por Welzer-Lang (2001), na qual a construção do masculino se dá sobre um duplo paradigma naturalista: “de um lado a pseudonatureza superior dos homens, e de outro, a visão heterossexuada” (Zanello, 2018, p. 23).

Ademais, essa construção simbólica do masculino que passa pelos valores hegemônicos em torno da honra, da disputa entre os homens e do controle das mulheres denota que tal honraria se revela muito fortemente na ideia de ser um provedor, bem como ter filhos, entendendo o sustento da família como código de honra deste homem, como veremos nessa fala: P34- *“É, primeiramente, honrar pai e mãe. E ser homem é, tu ter, tu ser criado para que tu te sustentas, tu sustentas, tu sejas o chefe de família, tu tenhas filhos, tu cries os teus filhos, tu sejas responsável”*.

Essa ideia de provedor, ainda que não dita expressamente no relato, se apresenta consubstanciada nas práticas discursivas de um ideal de homem forjado no imperativo da virilidade (tenha filhos) e do labor (sustente-se e sustente



sua família), ou seja, o 'homem-provedor', nossa segunda categoria. De acordo com Zanello (2018), tornar-se homem no Brasil geralmente está relacionado ao dispositivo de eficácia, baseado em dois pilares: a virilidade sexual e a virilidade laboral, ambas firmadas na potência enquanto quantidade (Coria, 1996), ou seja, quanto mais, mais macho.

Quanto à virilidade sexual, a ênfase trazida pelos participantes vem apresentada muito pelo viés da prole (ter e cuidar dos filhos), na qual concentra na genitália (de gerador) toda sua capacidade de atuação de provedor. Isso fica muito perceptível nos discursos biologizantes, mas não só, uma vez que atravessa muitas enunciações trazidas nos grupos focais, ainda que não dito (verbalizado), na qual o homem naturaliza o discurso de tornar-se pai, como na fala a seguir: P39- *"Virei homem quando eu tive meu filho. Porque até uns tempos atrás antes dele nascer eu era um guri"*.

Observa-se, na fala do participante, que ser pai o eleva da categoria de guri para homem. Essa ascensão hierárquica muito falará do processo de socialização masculina, na qual tornar-se pai significa a transformação do bom consumidor (o macho-comedor) para bom fornecedor (macho-gerador). Ao enunciar em seu discurso que, ao ser pai deixa de ser guri, o participante apontou para a hierarquização entre masculinidades na qual 'ser homem' daria sentido a características essencialistas como equilíbrio, sobriedade e responsabilidade. Já a enunciação ser guri traz características opostas, tais como imaturidade e imprudência, que seriam atribuídas àqueles que ainda não são verdadeiros homens. Os sentidos das enunciações homem e guri são performativos e já possuem força expressiva de disseminação em diversos contextos culturais e sociais. Como Butler (2003) pontuou, o poder performativo do discurso tem a capacidade de trabalhar na regulação e imposição de normas, produzindo efeitos que afetam as universais disputas por significações no social.

No que tange à virilidade laboral presente nas narrativas, percebeu-se certa relação dos homens com o trabalho e a importância identitária deste na subjetivação masculina, como segue: P1- *"Ser homem é o cara que sai para trabalhar, vai caçar, tem que trazer comida para dentro de casa, tem que cuidar da família, tem que dar o bem-estar"*; P38- *"Hoje eu me sinto um cara digno. Eu me*



sinto gente hoje, através do emprego, sabe?”; P21- “o que me faz eu me sentir forte, valente(...) é me levantar de manhã e saber que eu vou trabalhar”.

Para eles, ‘ser homem’ é sair para caçar e trazer comida para casa, ou seja, é preciso ser um caçador digno, valente, forte, um homem honrado, como vimos anteriormente, performando conforme o esperado pela sociedade, o papel de macho-provedor.

Contudo, ainda que muitos trouxessem essa linha de masculinidade associada ao ‘homem-provedor’, alguns participantes não concordavam com a ideia de que para ‘ser homem’ necessariamente, precisa ser um provedor, como exemplifica a fala: P9- *“Não concordo com essa ideia de que o homem precisa ser o provedor. (...) o homem não vai deixar de ser homem porque está fazendo alguma tarefa doméstica (...) isso é ser homem sim, porque está ajudando a parceira”.* Para afirmar que homem não precisa ser um provedor, o participante apresenta como argumentação a tradicional divisão sexual do trabalho. Aqui o sistema patriarcal é observado na remissão à ideia de que a sustentação financeira do núcleo familiar, frequentemente, seja responsabilidade central dos homens, enquanto as mulheres ocupam-se com os cuidados domésticos e de filhos. Para Butler (2003), o patriarcado é caracterizado como um sistema que fundamenta sua cultura, sua estrutura e suas relações sociais no favorecimento de homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. Assim, há um domínio social estruturado e canalizado em cima da figura do masculino.

Nesse sentido, a divisão de tarefas em casa orienta os entendimentos sobre as masculinidades, a partir de uma separação entre os serviços vistos como de homens e aqueles lidos como de mulheres. Enquanto alguns homens contaram realizar diversas tarefas no âmbito doméstico, outros homens disseram ajudar com essas tarefas, indicando não ser algo que faz parte da rotina deles, como percebido na seguinte fala: P11- *“ser homem é ajudar nas tarefas de casa(...) é honrar também, ter caráter entendeu, ter verdadeiras atitudes de homem! (...) Não uma atitude de guri”.*

Como fica perceptível, esse contexto cultural, na qual predominam esses modelos de masculinidades hegemônicas opressoras, não há espaço para experimentações de novos papéis e muito menos para a expressão do emocional no universo masculino. Assim, chegamos a nossa terceira categoria, o ‘homem-



-máquina; aquele que além de ser racionalmente controlado, nada pode sentir, já que a expressão de sentimentos seria uma ameaça à masculinidade, como fica perceptível na fala a seguir: P36 – “(...) *É ser racional, ser dono dos seus próprios pensamentos, da sua própria razão (...) No momento que tu não tens controle dos teus pensamentos e controle do teu fazer, ali tu deixa de ser homem também*”.

Percebe-se que o discurso aponta que perder o controle leva o ‘homem-máquina’ a perder tudo, inclusive a sua masculinidade. Existem estudos que relatam a violência como um pilar da socialização masculina desde a infância, quando emoções e sentimentos têm de ser reprimidos, feito que limita o cardápio comportamental do homem que se manifestará pelas vias agressivas, principalmente em relacionamentos com o gênero oposto (Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018; Santos et al., 2021).

Contudo, foi percebido um paradigma de afetuosidade, por meio de uma paternidade plural, com novas e diferentes possibilidades, que denominamos ‘homem-pai-afeto’, nossa quarta categoria, como nas falas a seguir: P17 – “*Dar um bom exemplo para os meus filhos é tudo, e conversar com eles e ter eles como amigo, como eu faço com os meus*”; P13- “*Eu me sinto mais homem é quando eu dou... amor e carinho pros meus filhos*”; P18- (...) “*hoje a gente é amigo, a gente conversa [com os filhos]*”; P17 - “*(...) um momento que eu me senti assim [mais homem], foi quando eu pequei minha filha no colo, ela estava com muita dor, eu levei ela para o hospital*”.

Tais concepções sobre o ser pai associadas ao carinho, amor, proteção, dedicação, escuta e cuidado sinalizam a possibilidade de expressão do papel masculino pela via do afeto, a partir da paternidade que envolve participação e cuidado com os filhos (Alves & Boeckel, 2022).

Dessa forma, percebe-se que nas referências de masculinidades, múltiplas, que aqui mostram as concepções de ser o ‘super-homem’ tem como principais características, ser de caráter, de moral, verdadeiro, justo, tem que ser bom, tem que ter atitude, leal, confiável, digno, prudente, provedor.

Discurso histórico: homem ontem-homem hoje

O eixo que trouxe os discursos sobre as experiências familiares vividas, em especial com seus pais, levou os participantes a uma reflexão crítica sobre o reconhecimento dos estereótipos e das possibilidades de condições possíveis



para mudanças, em si e no mundo, subdividindo-se em: (a) homem-bruto; e (b) homem-cabeça-aberta. Para a maioria dos participantes, a categoria do 'homem-bruto' está associada ao homem de antigamente, que tinha sua postura sedimentada em atitudes duras e autoritárias, como a seguir: P18- *“Antigamente o homem era o pai de família, era o pilar financeiro, a mulher ficava em casa cuidando dos filhos, meu pai nunca chegou perto de mim para trocar uma fralda”*. P8- *“A gente é homem, já nasce (...) o machismo da gente, a gente não quer perder esse hábito de tentar ser líderes, querer sempre ser, mandar nas coisas (...) ser homem era uma coisa muito, muito, rígida”*. P34 – *“(...) a maioria da gente veio de uma criação que o homem é o macho (...) o homem é o cara que cuida da casa, a mulher é que lava, cozinha. (...) eu fui criado troglodita. Meu pai era um troglodita”*.

Percebe-se nas enunciações que não há negação da existência desse homem troglodita, que ao longo dos processos históricos foi forjado na demonstração exagerada de valentia, no excesso de orgulho do masculino e expressão intensa de virilidade, dentre outras significações. Também não há negação que, no jogo dos papéis fixados pela sociedade, há a orquestração do patriarcado como sustentador da dominação masculina. No entanto, ainda que não neguem (dito), os participantes se colocam distante, e por vezes, até fora dessas condutas machistas (não dito), uma vez que relacionam tais condutas ao tempo e à criação parental. Prevalece a ideia de que machismo é algo do passado ou, se ainda existe, é um construto distante da realidade vivenciada por eles, como se eles não estivessem inseridos nessa sociedade. Tais discursos evidenciam a dificuldade desses homens em, de fato, refletir acerca do tema ainda presente em nossa sociedade. A sociedade patriarcal legitima ao homem poderes e privilégios, e, entre esses, está o exercício do poder contra a mulher, o qual banaliza o uso da violência e aponta regras e expectativas a postura do homem, de acordo com o seu papel dentro dessa sociedade (Beiras et al., 2021; Santos et al., 2021), como fica perceptível na fala do participante, a seguir

P34: Eu acredito que grande parte de a gente tá aqui hoje, [GPHAV] seja pela criação, de que gente gritou com alguém, de que a gente empurrou alguém, de que quis ser mais que alguém, no momento em que a gente tinha que ficar quieto. Enfim, eu acredito que esse foi o grande erro. entendeu? (...) Eu vim de uma criação horrível.



Ao entenderem o machismo como algo do passado e da criação, os homens se isentam de pensar acerca de seus princípios e condutas, uma vez que o problema está no outro (no pai) e na sociedade. Afinal, para esses homens, suas atitudes agressivas são produzidas pela criação errada do 'homem-bruto', que diferentemente do 'homem-afeto', cria seus filhos de forma horrível/troglodita.

Por sua vez a categoria de 'homem-cabeça-aberta' - na concepção dos participantes, mostra o homem de hoje, associado a atitudes mais complacentes, como na fala desse participante P18 – *“A gente está passando por essa transição (...), mas eu acredito [que ser homem] é a gente ter mais compreensão das coisas, com a família, com a mulher, mas principalmente, com os filhos também”*. Esse discurso fala de uma conduta/movimento que ainda transita (entre passado e presente). Tal transição, tem ênfase na fala de outro participante, ao verbalizar uma certa confusão quanto ao que é 'ser homem', nessa linha do tempo, como segue:

P16 – Hoje em dia a gente não sabe mais o que é ser homem (...) eu sei que que era ser homem quando era o meu pai (...) meu pai era homem de, de mulher tem que estar dentro de casa, mulher não pode olhar pro lado, mandando sempre, se impondo com o filho: isso pra ele era ser homem. Eu já faço diferente hoje, (...) eu não quero ser o que meu pai foi para mim e para os meus irmãos, eu não quero ser para os meu filhos, entendeu?

Observa-se que o participante evoca a confusão para mostrar duas coisas: as condutas de cunho machistas do pai, tanto com a mulher como os filhos, e, para dizer que não quer seguir performando o modelo paterno. Já as mulheres não emergem no discurso, nem pelo dito, nem pelo não dito, pois não são enunciadas, demonstrando um machismo disfarçado, como também visto na fala que segue: P17- *“Concordo com os meus colegas aí, que antigamente era bem complicado. Agora é, tá a mente bem mais aberta, a gente consegue ter um leque maior, abrir uma visão maior sobre o que é ser homem”*. Essa espécie de machismo, disfarçado e seletivo, ainda que não dito, é aquele que acontece apenas quando lhe convém, ou seja, a mente está mais aberta para o que é ser homem (será?).

Discurso da broderagem: homem-injustiçado

Esse último eixo aparece como pano de fundo de todos os demais eixos, uma vez que já atravessou tanto os discursos ditos e não ditos, em todos os grupos



focais, bem como as performances de ser homem dentro do próprio espaço, enquanto grupo reflexivo. Subdividimos em duas categorias, entrelaçados entre si: (a) o homem-mártir; e (b) homem-leal. Na categoria homem-injustiçado, faz-se importante ressaltar que, apesar da ampla divulgação e importância da lei, muitos homens participantes do grupo reflexivo relataram discordar da forma como a LMP foi elaborada, gerando, na opinião de alguns, uma suposta injustiça contra os homens. Conforme a fala a seguir: P1- *“Homem é a mesma coisa que ser mulher. Senão é errado, certo? Tem os mesmos direitos, certo? (...) Essa lei [LMP] é muito boa, mas ela também ela judia!”* A primeira percepção que salta aos olhos nesse discurso é a ironia do não dito (homem é igual a mulher, certo?), atravessada por perguntas para justificar sua argumentação. Andrade (2014) confirma que o primeiro e o principal sentimento de comunhão e de vinculação aos grupos reflexivos são de injustiça. Pereira (2022), por sua vez, entende que abordar a rede de responsabilização nos leva a evidenciar a forma com a qual os homens encaram a execução da LMP, notadamente exigem uma ‘contra-lei’ que os protegesse, sentem-se prejudicados por ela ou não compreendem os direitos nela garantidos.

Corroborando com esses discursos de injustiças, vitimização, punição, perplexidade e estranhamento, desresponsabilização, salta-nos a percepção de que, para os participantes, a violência é algo externo, que está no mundo, na medida em que não se enxergam como agressores. A dificuldade e/ou recusa dos agressores de perceber-se como agente de atitudes violentas produz diversos repertórios de justificação e transferência de responsabilidade para outra pessoa, colocando-se como vítima do processo violento, o que evidencia que não se implica no processo de responsabilização (Prates & Alvarenga, 2014; Pereira, 2022). Esse sentimento de punição, perplexidade e estranhamento evidencia-se nas seguintes falas:

P3- Hoje é uma ameaça [falar com o tom de voz mais alto], é isso, é aquilo, é o que está acontecendo com nós. É o que aconteceu com a gente, não pode nem chegar perto. Sim, por uma palavra, tu fala um pouco mais grosso e tu está sendo violento, tu está sendo perigoso. Só porque tu engrossou a voz, um pouquinho.



Nota-se que o participante não se percebe como violento, minimiza a agressão e generaliza a vitimização. No momento que esse participante verbalizou esse discurso, um outro reforçou a sua fala, da seguinte maneira: P2- "*Ser homem agora está se tornando uma coisa muito difícil. Hoje o cara tem que mudar para ser homem. Tu não podes mais ser aquele homem antigo, bruto, brabo...Porque a mulher é muito forte dentro da lei [LMP]. Infelizmente, né?*". Observa-se na fala a ironia, que se manifesta em um duplo sentimento: o temor da mulher devido à lei e a expressão evidente de machismo, delineando uma construção de masculinidade destrutiva, na qual a agressividade não se concretiza unicamente devido à existência da lei. A partir desse comentário, outros participantes começam a rir, em tom de zombaria e ironia.

O exercício espetacular das ações agressivas segue um roteiro performático que legitima uma forma de apresentação masculina que desafia e enfrenta a ordem, com a garantia da utilização do fundamento exibicionista para a "ganguê dos machos", numa procura evidente por aceite e validação dos demais (Pereira, 2022, p. 150). A gangue dos machos é uma expressão criada pela autora para representar o coletivo de homens comumente formado em diálogo com a performance masculina. Dessa maneira, conforme Pereira (2022), se apresentar de modo exibicionista parece ser um requisito indispensável da subjetivação masculina, num estilo de exterioridade e aparência, no qual suas conquistas necessitam de um compartilhamento e aprovação na gangue.

No caso dos participantes, essa validação/exibição, para além das conversas paralelas e deboches, se deu por conta das intervenções positivas e reforçadoras das falas machistas dos companheiros de grupo. Essa modelagem de masculinidade, validada pela gangue, nos leva à segunda categoria, o 'homem-leal', representante mais fiel da irmandade. Para Pereira (2022), é a lealdade entre os homens que garante a perenidade dessa performance. Assim, o grupo constrói os próprios comportamentos dos homens diante de seus pares, com sua modificação ou adequação a fim de se comportar enquanto 'homem de verdade', garantindo, por assim dizer, proteção à sua masculinidade (Pereira, 2022).

Essa pactuação foi percebida ao longo de todos os grupos focais trabalhados nessa pesquisa, tendo dois tipos de discursos muito presentes: (a) ditos, como algumas explicações em tom de brincadeira e de forma muito machista; e (b)



não ditos, olhares, risos, modulações do corpo e até os silenciamentos, constituindo-se em uma potente performance de “broderagem”. Para Pereira (2022), a broderagem é constituída pela noção de coletivo criada pela solidariedade e pela fraternidade entre os pares, e isso faz com que a exclusão das mulheres seja elemento fundamentalmente convergente dessa irmandade. Ao longo dos grupos focais, essa associação dos homens ficou evidenciada pelos discursos que se identificavam e reforçavam as histórias contadas uns pelos outros, culpabilizando as parceiras e concordando entre si, por se sentirem injustiçados. Dessa forma, ao se trabalhar com grupos reflexivos de homens, é importante que esses movimentos de associativismo fraterno da irmandade não só sejam percebidos, como também colocados em processo de desconstrução, como condição continua para a sua eficácia (Pereira, 2022). Afinal, eles são *brothers* e, como tal, se protegem mutuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou compreender as concepções de masculinidades entre homens acusados de violência contra a mulher, abrangidos pela Lei Maria da Penha, por meio de um Grupo Psicoeducativo Online. As concepções identificadas englobam discursos biologizantes, éticos, históricos e da broderagem, interligando-se. Os dados revelam uma multiplicidade de discursos sobre a masculinidade, mas os participantes ainda mantêm uma noção de “ser homem” baseada em normas das masculinidades hegemônicas. Apesar das limitações online, a pesquisa oferece contribuições importantes aos estudos de gênero, desafiando os modelos tradicionais. O formato online supera distâncias, embora enfrente desafios técnicos. A pesquisa busca inspirar intervenções com homens sob uma perspectiva pós-estruturalista, promovendo debates críticos e políticos sobre masculinidades, feminilidades e violência, desestabilizando relações de poder. Ao reconhecer a complexidade do fenômeno de violência no Brasil, destaca-se a importância de iniciativas interventivas, como os grupos reflexivos, para promover mudanças significativas.



REFERÊNCIAS

- Alves, P. G. & Boeckel, M. G.** (2022). "Ser pai é estar presente": concepções de pais que respondem a processo pela Lei Maria da Penha. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(74), 69-85
- Andrade, L. F.** (2014). Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In E. A. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 173-210). Cultura Acadêmica.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S. & Hugill, M. S. G.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. Poder Judiciário de Santa Catarina*. <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>
- Beiras, A. Nascimento, M., & Incrocci, C.** (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28 (1). pp. 262-274.
- Bueno, S., Lima, R. S., Sobral, C. N. I., Pinheiro, M., Marques, D., & Scarance, V.** (2019). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil* (2a ed)
- Butler, J.** (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (2013). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (pp. 151-172). Autêntica.
- Coria, C.** (1996). *O sexo oculto do dinheiro. Formas de dependência feminina*. Record/Rosa dos Tempos.
- Connell, R.** (1995). Políticas de masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185-206
- Connell, R.** (2005). *Masculinities*. University of California Press
- Connell, R. & Messerschmidt, J.W.** (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1): 241-82. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.
- Corrêa, C. A.** (2023). *A mulher tá mais atrevida, antes o homem dizia: não faz isso!? e elas respeitavam": discursos de homens encarcerados autores de violência contra mulheres*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Freitas, L. M., & Chaves, S. N.** (2013). Desnaturalizando os gêneros: uma análise dos discursos biológicos. *Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 15(3), 131-147. <https://doi.org/10.1590/1983-21172013150308>
- FBSP.** (2022). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>

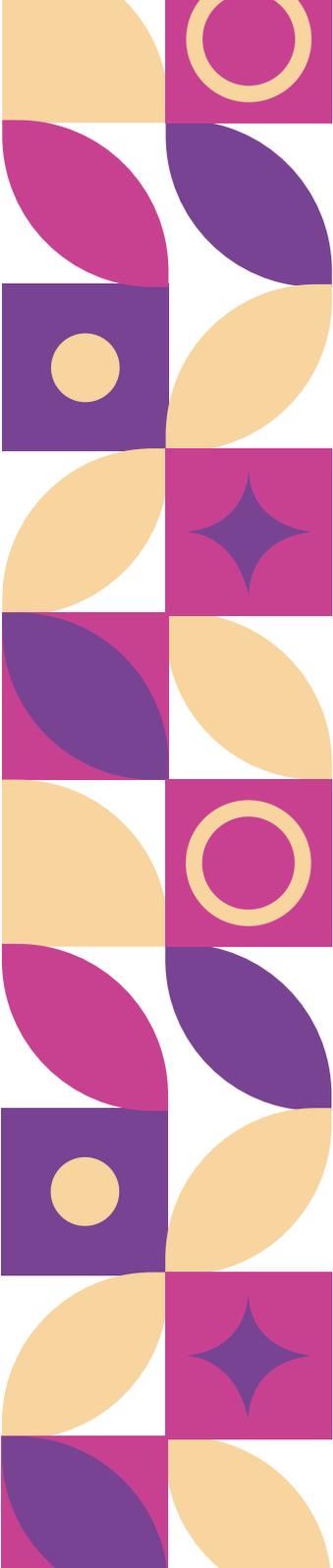


- Foucault, M.** (2017). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária
- Foucault, M.** (2014). *A ordem do discurso*: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (Trad. Laura de Almeida Sampaio, 13a ed). Loyola.
- García-Moreno, C., Jansen, H. A. F. M., Ellsberg, M., Heise, L. & Watts, C.** (2005). WHO *multicountry study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization. Recuperado de <https://www.who.int/publications/i/item/924159358X>.
- Goulart, A. D., Gomes, J. M., & Boeckel, M. G.** (2020). Intervenções com Homens Acusados de Violência por Parceiro Íntimo: Revisão Sistemática da Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 270–292. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13>
- Haraway, D.** (2000). Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: T. T. Silva (Org.). *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. (pp. 33-118). Autêntica.
- Lei nº 11.340. Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006.** Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm.
- Lima, D. C., & Büchele, F.** (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721-743.
- Niolon, P. H., Kearns, M., Dills, J., Rambo, K., Irving, S., Armstead, T., & Gilbert, L.** (2017). *Preventing Intimate Partner Violence Across the Lifespan: A Technical Package of Programs, Policies, and Practices*. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Nothhaft, R. J., & Beiras, A.** (2019). O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? *Revista Estudos Feministas*, 27(3), e56070. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>
- Oliveira, I. V. de.** (2016). *'Homem é homem': narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Pereira, L. P.** (2022). *Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, Brasília, Brasil.
- Prates, P. L., & Alvarenga, A. T.** (2014). Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In E. A. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 225-246). Cultura Acadêmica.
- Santos, D. F., Lima, R. D. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. D. S., Sipiõni, M. E., & Andrade, M. A. C.** (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30, e200535. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200535>.

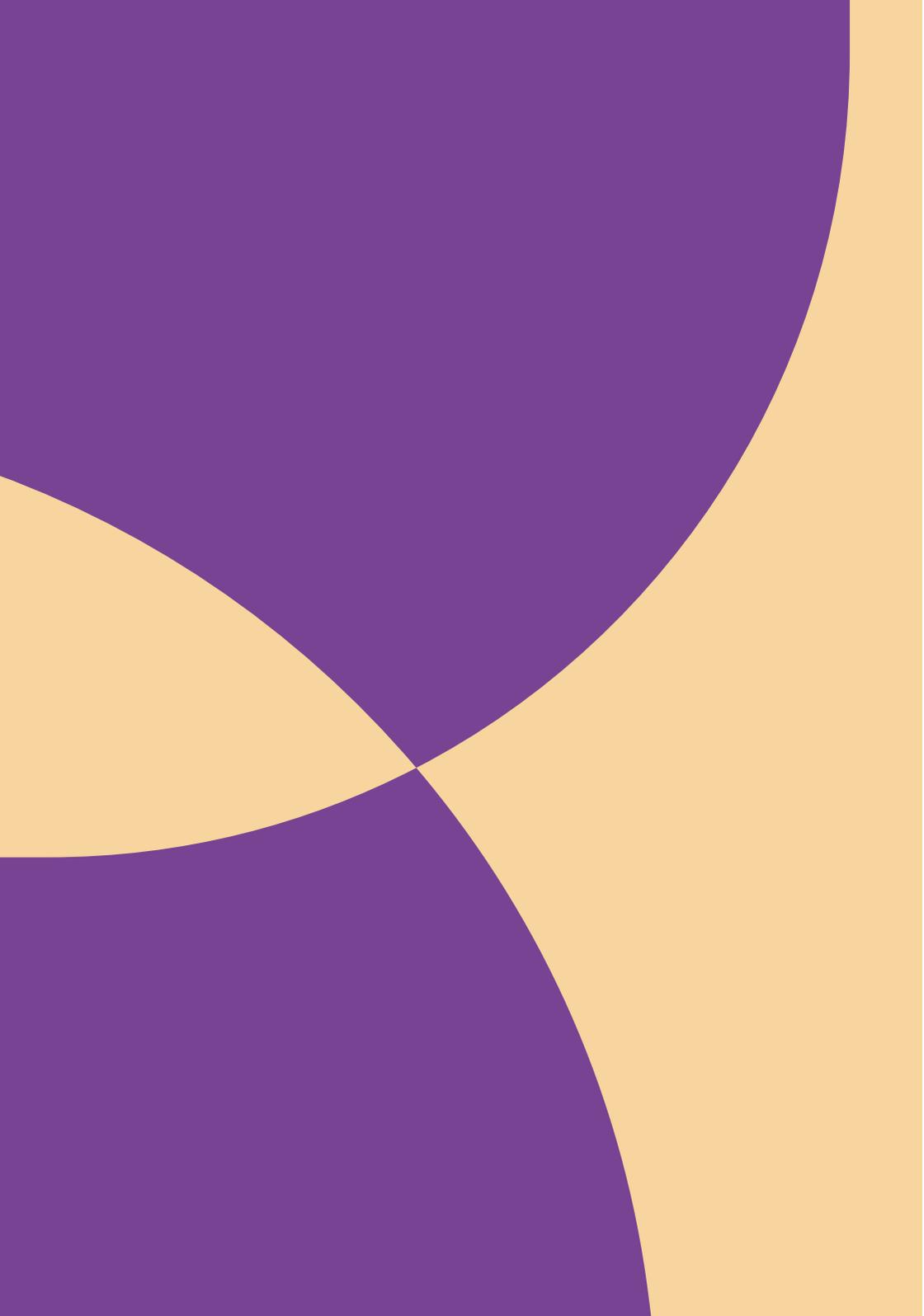


- Scott, J. W.** (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2): 71-99.
- Streit, A. C. S., Goulart, A. D., Gomes, J. M., Abianna, M. C., Alves, P. G.A. & Gonçalves, M. B.** (2022). Protocolo de Intervenção on-line com Homens acusados de violência contra mulher: Experiência no Sul do Brasil. In A. Beiras, D. F. W. Martins, S. S. Sommariva, & M. D. S. G. Hugill (Orgs.). Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas. (pp. 125-156). Academia Judicial. Edição Eletrônica ISBN: 978-65-87982-10-6.
- Toneli, M. J. F; Beiras, A; & Ried, J.** (2017). Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1). pp. 174-193.
- Welzer-Lang, D.** (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2). 460 pp.
- World Health Organization - WHO.** (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women.* <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>.
- Zanello, V.** (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.* Appris.





SOBRE OS AUTORES



Adriano Beiras

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas da UFSC. Doutor Europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha. Realizou estágios de Pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Granada -Espanha, Universidade de Brighton-Reino Unido. Foi professor visitante (Pós-doutorado Sênior) na Universidade Autônoma de Barcelona em 2023 e 2024, com bolsa CNPq e Capes Print. No Brasil, é bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) na UFSC. Vice-coordenador do grupo de pesquisa do CNPq NPPJ- Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica. Tem realizado pesquisas em parceria com a Segurança Pública de Santa Catarina e Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Atualmente tem pesquisado especialmente sobre feminicídios, grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres, terapia com homens, políticas públicas relacionadas a violências, masculinidades, saúde do homem e psicologia social jurídica.

E-mail: adriano.beiras@ufsc.br

Ana Carolina Maurício

Doutoranda em Psicologia (UFSC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga (Faculdade Cesusc). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Margens (UFSC) e ao Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ). Supervisora do Projeto Ágora - Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência.

E-mail: anacarolm95@gmail.com,

Bruna Krimberg von Muhlen

É psicóloga clínica e pós-doutoranda FAPESC/UFSC. É doutora em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou doutorado sanduíche na The University of Sydney, Austrália, com bolsa da CAPES. Foi docente substituta na Universidade Federal de Santa Catarina, foi docente na CESUSC e na Universidade de Caxias



do Sul desde 2016 a 2022, professora colaboradora do mestrado profissional em psicologia e coordenadora do curso de especialização em psicologia sistêmica. Foi perita para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Especializada em psicoterapia sistêmica de família e casal/sexualidade no Domus - Centro de terapia de casal e família. Treinada pelo Mental Research Institute, em Palo Alto, Califórnia. Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com mobilidade acadêmica na Universidad Autonoma de Madrid. Concluiu seu mestrado em psicologia social com a bolsa CNPq, e o doutorado com bolsa CAPES.

E-mail: brunakm.psic@gmail.com

Bruno Guilherme Hoffmann Fallgatter

Graduado em Psicologia (UFSC). Estagiário do Projeto Ágora: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, de 2022 a 2025.

E-mail: bruno.h.fallgatter@gmail.com

Carla Magliano

Carla é psicóloga clínica, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela USP, pós-graduanda em Processos Didático-Pedagógicos para Cursos na Modalidade à Distância pela UNIVESP e graduada em Psicologia pela UERJ.

E-mail: carlamagliano@usp.br

Cleide Gessele

Docente Titular do Departamento Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Possui Graduação em Serviço Social pela FURB, Especialização em Políticas Públicas pela FURB, Especialista em Saúde Mental Coletiva pelo Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pós-doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UFSC. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Poles (Serviço Social, Sociedade e Políticas Públicas) – FURB e membro do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar: Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) – UFSC. Idealizadora do Projeto



@profsleideericardo em parceria com Ricardo Bortoli e juntos criaram o Método Pró GR – Grupos Reflexivos na Prática.

E-mail: cleidege@yahoo.com.br

David Tiago Cardoso

Doutor (2024) e mestre (2018) em Psicologia, na área de Psicologia Social e Cultura, pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador no grupo de pesquisa MARGENS: modos de vida, família e relações de gênero. Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, SC. Professor na Universidade do Vale do Itajaí no curso de Psicologia. Consultor na área de Políticas Públicas e Demandas Familiares em Contexto de Vulnerabilidade e Risco Social. Editor Júnior da Revista Nova Perspectiva Sistêmica, publicada pela editora do Instituto Noos (SP).

E-mail: cardosodt@gmail.com

Mariana Gonçalves Boeckel

Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutora em Psicologia pela PUCRS e Universitat de València (Espanha). Professora adjunta no Curso de Psicologia e no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Psicoterapeuta de casais e família (Unisinos/Accademia Di Psicoterapia Della Famiglia).

Email: marianagb@ufcspa.edbr

Michelle Gomes Hugill

Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Mestre em Direito (UFSC). Secretária da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

E-mail: michellesgomes@gmail.com



Nelson da Silva Junior

Nelson é psicanalista, doutor em Psicopatologia Fundamental pela Universidade Paris VII, Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Coordenador do Laboratório interunidades de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise. Autor, entre outros, dos livros Linguagens e pensamento. A lógica na razão e desrazão, Casa do Psicólogo (2007), A Psicologia Social e a Questão do Hífen. Silva Junior & Zangari, (orgs.) Blucher, (2017) Patologias do Social, Dunker, Silva Junior e Safatle (orgs.), Autêntica (2018) e Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes, Blucher (2019).

E-mail: nelsonsj1961@gmail.com

Pablo Santiago Allolio

É co-facilitador de Programas de Mudança de Comportamento Masculino da Relationships Australia (Sydney Centre) desde 2020. Ao mesmo tempo vem trabalhando diretamente com vítimas sobreviventes de violência doméstica e familiar desde 2015 na Exodus, uma ONG em Sydney. Realizou Pós-graduação Lato Sensu em Mudança de Comportamento Masculino na NSW Health Education Centre Against Violence (ECAV, Sydney). Fez Mestrado em Assistência Social na Charles Sturt University (CSU) em Sydney e Diploma e Certificados em Serviços Comunitários na Technical and Further Education (TAFE NSW) na mesma cidade. Formado em jornalismo na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Brasil.

E-mail: pablo@exodusyouthworx.org.au

Ricardo Bortoli

Ricardo Bortoli Professor do Departamento Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Possui graduação em Serviço Social pela FURB, Mestrado em Sociologia UFPR. Doutor em Serviço Social - UFSC. Pós-doutorando em Psicologia pela UFSC. Desde 2004 atua como facilitador de grupos reflexivos para homens autores de violência no CREAS/Blumenau. É membro dos núcleos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e



Relações de Gênero (NUSSERGE) - UFSC. E do Grupo de Pesquisa Margens (Modos de Vida Família e Relações de Gênero) da UFSC. Idealizador do Projeto @ profscleideericardo em parceria com Cleide Gessele e juntos criaram o Método Pró GR – Grupos Reflexivos na Prática.

E-mail: ninobortoli@hotmail.com

Rosane Machado Rollo

Psicóloga e Doutoranda em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - bolsista PROSUC/CAPES -, atuando na linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos. Possui Mestrado em Educação e Mestrado e Graduação em Saúde Coletiva, todos cursados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também é Especialista em Gestão Pública, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), tendo sido Gestora na Prefeitura Municipal de Porto Alegre por mais de 35 anos. Atualmente, é pesquisadora do Grupo de pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS/UNISC), do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS/UFRGS), e do Grupo de Pesquisa Famílias e Contexto, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, da UFCSPA.

Email: rosanerollo@gmail.com

Sheila Fagundes Isleb

Psicóloga, mestra em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, especialista em psicologia jurídica, saúde mental coletiva, psicopedagogia e gerontologia. Formações nas áreas de direitos humanos, gênero, masculinidades, violências e grupos reflexivos de gênero. Atua desde 2014 na facilitação de grupos reflexivos de gênero.

Ministra cursos para facilitadores/as de grupos reflexivos.

E-mail: Sheilafag@hotmail.com



